

MARIA DO SOCORRO LACERDA GOMES

**NO ENTRE DOIS:
O vínculo do casal**

**ASSIS
2017**

MARIA DO SOCORRO LACERDA GOMES

NO ENTRE DOIS:

O vínculo do casal

Tese apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, para a obtenção do título de Doutora em Psicologia (Área de Conhecimento: Psicologia e Sociedade).

Orientador: Prof. Dr. Francisco Hashimoto.

ASSIS

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca da F.C.L. – Assis – Unesp

G633n Gomes, Maria do Socorro Lacerda
 No entre dois : o vínculo do casal / Maria do Socorro
 Lacerda Gomes. Assis, 2017.
 188 f.

 Tese de Doutorado – Universidade Estadual Paulista
 (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis
 Orientador: Dr. Francisco Hashimoto

 1. Psicanálise. 2. Casais. 3. Cônjuges. 4. Freud, Sigmund, --
 1856-1939. I. Título.

CDD 616.8917

MARIA DO SOCORRO LACERDA GOMES

No entre dois: o vínculo do casal

Tese apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, para obtenção do título de Doutora em PSICOLOGIA. (Área de Conhecimento: PSICOLOGIA E SOCIEDADE)

Data da Aprovação: 02/08/2017

COMISSÃO EXAMINADORA

PRESIDENTE: PROF. DR. Francisco Hashimoto - UNESP/ASSIS

MEMBROS: PROF. DR. Rodrigo Sanches Peres - UFU/UBERLÂNDIA

Marcos M. Casadore

PROF. DR. Marcos Mariani Casadore - FIO/OURINHOS

Thássia Souza Emídio

PROFA. DRA. Thássia Souza Emídio - UNESP/ASSIS

Mariele Rodrigues Correa

* PROFA. DRA. Mariele Rodrigues Correa - UNESP/ASSIS

Porque não é sobre ter todas as pessoas do mundo pra si
É sobre saber que em algum lugar alguém zela por ti.
(*Trem bala*, Ana Vilela)

Ao meu pai, Iremar (*in memoriam*), e à minha filha, Beatriz.

AGRADECIMENTOS

Não é sobre chegar no topo do mundo e saber que venceu.

É sobre escalar e sentir que o caminho te fortaleceu.

Aos meus pais, Iremar e Verônica (in memoriam)

pelo exemplo e convivência de uma vida inteira.

É saber se sentir infinito num universo tão vasto e bonito.

É saber sonhar e, então, fazer valer a pena cada verso daquele poema sobre acreditar.

Ao meu orientador, Francisco,

por me aceitar como orientanda,

pela produção desse texto e inexplicáveis mudanças internas.

É sobre cantar e poder escutar mais do que a própria voz.

É sobre dançar na chuva de vida que cai sobre nós.

Ao querido Luiz

pela escuta atenta,

pela mão firme e abraço acolhedor.

É sobre ser abrigo e também ter morada em outros corações.

E assim ter amigos contigo em todas as situações.

A minhas avós, Guiomar e Francisca (in memoriam), e à tia Lúcia (Milagres-Ceará);

às tias Geralda, Águida e Catarina (Mauriti-Ceará);

ao tio Itamar (Fortaleza-Ceará); a Elizabete, Edson, Verônica,

Samara, Dona Olga (in memoriam);

a Dona Delsa e Maria do Carmo (Manaus-Amazonas);

a Joana, Anchieta, Auribete, Najane e Marcos (Boa Vista-Roraima);

à Danielle (Genève-Suíça);

ao Riviti, Dona Nadir, Dona Ideli e Ana (Assis-São Paulo);

e ao Luan, Regiane, Gean, Eliane e Rute (Maringá-Paraná)

pelos importantes encontros da vida.

A gente não pode ter tudo.

Qual seria a graça do mundo se fosse assim?

Por isso, eu prefiro sorrisos e os presentes que a vida trouxe pra perto de mim.

***Aos membros da Banca de Qualificação, Mariele e Marcos, aos funcionários da
Seção Técnica de Pós-Graduação, na pessoa da Sueli, aos funcionários da Biblioteca,***

na pessoa do Auro,

aos professores e colegas do Doutorado

por mais encontros importantes na vida.

(Versos da música *Trem Bala*, Ana Vilela)

*É a sua vida que eu quero bordar na minha
Como se eu fosse o pano e você fosse a linha
E a agulha do real nas mãos da fantasia
Fosse bordando ponto a ponto nosso dia-a-dia
E fosse aparecendo aos poucos nosso amor
Os nossos sentimentos loucos, nosso amor
O zigue-zague do tormento, as cores da alegria
A curva generosa da compreensão
Formando a pétala da rosa, da paixão
A sua vida o meu caminho, nosso amor
Você a linha e eu o linho, nosso amor
Nossa colcha de cama, nossa toalha de mesa
Reproduzidos no bordado
A casa, a estrada, a correnteza
O sol, a ave, a árvore, o ninho da beleza.*

(A linha e o linho, Gilberto Gil)

GOMES, M. S. L. **No entre dois: o vínculo do casal**. 2017. 188 f. Tese (Doutorado em Psicologia). – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2017.

RESUMO

O presente estudo discute o vínculo do casal tomando como referência a psicanálise vincular amparada pela psicanálise freudiana. Para tanto, foi necessário um retorno a Freud e auferir que sua obra compõe teorias que envolvem o outro e carrega o gérmen da psicanálise vincular, pois mesmo na sua primeira fase, a metapsicológica, o sujeito não é dissociado das origens e interações. Tendo como premissa a afirmação de que somos constituídos pelos vínculos, o objetivo desse estudo é ressaltar o vínculo do casal como uma construção entre dois. Diante disso, pleiteia-se através dos conceitos da obra freudiana – objeto, identificação e sintoma – distinguir de que forma o encontro entre duas subjetividades implica o reencontro do objeto primário, que se dá pelo processo de identificação e denota o sintoma de cada um. Destarte, ainda que tais pontuações possam sinalizar uma percepção negativa, enfatiza-se que o encontro amoroso contém potência de mudança, possa esta ocorrer ou não. O espaço do entre ou espaço do vínculo é aquele no qual os sujeitos elaboram suas formas de se relacionar, um limite no qual ambos se apropriam de algo mutuamente, mas que também implica entrar em contato com o que não poderá ser incorporado por ser específico do outro. Neste estudo, o espaço do vínculo abordado, para fim de delimitação teórica, foi definido como o do casal heterossexual. A díade-casal é considerada uma unidade extremamente complexa por ser a única ligação de aliança que pressupõe uma parentalidade, embora não haja laços sanguíneos entre as partes. Sua estrutura, organização e funcionamento psíquico, bem como o manejo da relação, estão intimamente ligados às etapas evolutivas do desenvolvimento emocional dos membros do casal. Diante dessas constatações, apontamos como objetivos específicos: 1) Compreender a relação entre ter sido desejado pelo primeiro objeto e a capacidade de vincular-se; 2) Estabelecer a relação entre a vivência com o primeiro objeto e o tipo de busca do parceiro amoroso; e 3) Entender a interferência do sintoma no processo de separação. Metodologicamente, esta pesquisa está situada nos campos da exegese e da hermenêutica, uma vez que coube aos livros transmitir noções e lapidar percepções das vivências, não se tratando apenas de compilado de autores e defesa de ideias, mas da necessidade de entender este importante aspecto da existência – o vínculo. O primeiro capítulo apresenta um breve percurso histórico e conceitual da psicanálise e da psicanálise vincular. O segundo, as noções de vínculo e vínculo de casal. O terceiro capítulo direciona a reflexão para a escolha amorosa ou, mais especificamente, o encontro do parceiro amoroso. Por fim, o quarto capítulo versa sobre a separação do casal, partindo de um processo que se dá ao longo do aparecimento dos estados de irritação e do desvinculamento gradativo do casal. Para concluir, ressalta-se que cada casal é uma construção inédita e a experiência da relação de um casal, em toda sua complexidade, é um dos espaços privilegiados no qual transcorre a vida psíquica.

Palavras-chave: Psicanálise. Casais. Cônjuges. Freud, Sigmund.

GOMES, M. S. L. **In between: the couple's link.** 2017. 188 p. Thesis (Doctorate's degree in Psychology) – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências, Letras e Psicologia, Assis, 2017.

ABSTRACT

The current study discusses couples' bonds having as reference the linkage psychoanalysis supported by the Freudian psychoanalysis. In way to achieve this, it was necessary a new approach to Freud's theories, so we could find that his work contemplates the other in the relationship and carries the seed to the linkage psychoanalysis, because even in its initial phase, the metapsychological, the subject is not dissociated from its origins and interactions. Considering as premise the affirmation that we are constituted by our emotional ties, the purpose of this study is to reassure a couple's link as a construction in between the two of them. Therefore, using Freudian work concepts – object, identification and symptom -, we intend to distinguish in what way the encounter between two subjectivities implicates the re-encounter of the first object, which occurs through the identification process and indicates each one's symptoms. Even though such assumptions may indicate a negative perspective, it is emphasized that the loving encounter has potential of change, may it happen or not. The space in between or the link space is that one where the subjects elaborate their way to relate, a limit where both appropriate something mutually, but also where they get in touch with what will not be incorporated as long as it is something specific from the other. In this study, for theoretical delimitation, the link space is the one of heterosexual couples. The couple dyad is considered an extremely complex unity since it is the only link that presumes kinship, although there are no blood ties between the members. The couple's structure, organization and psychic operation, as well as the relationship management, are intimately related to the members of the couple's evolutionary stages. Facing those findings, we point out as specific purposes for this research: 1) To comprehend the connection between being desired by the first object and the ability to link; 2) To establish the connection between the experience with the first object and the type of search for the romantic partner; and 3) To understand the symptom's interference in the divorce process. Methodologically, this study is based on the exegesis and hermeneutic fields, since published works were the ones to transmit notions and to help understanding experiences' perceptions. This study was not only about a compile of authors and ideas' defenses, but ruled by the need to understand this important aspect of existence – the link. The first chapter introduces a brief historical and conceptual route to psychoanalysis and linkage psychoanalysis. The second one, notions of link and couples' link. The third chapter drives the reflections about the lover's choice or, most accurately, the encounter with the loving partner. Lastly, the fourth chapter is about a couple's divorce, starting at the process of irritation's stage and the couple's gradual unlinking. Finally, it's emphasized that every couple is an unprecedented construction; and that the couple's relationship experience, within all of its complexity, is one of the privileged spaces where the psychic life happens.

Keywords: Psychoanalysis. Couples. Spouses. Freud, Sigmund.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO – PRIMEIRAS PALAVRAS.....	10
1 PSICANÁLISE E PSICANÁLISE VINCULAR – CONTEXTOS HISTÓRICOS: ALGUMAS PONTUAÇÕES.....	24
1.1 A psicanálise – Uma construção.....	29
1.2 Psicanálise vincular – Uma ampliação	49
2 O VÍNCULO.....	69
2.1 O vínculo na psicanálise – De que se trata?	78
2.2 O vínculo do casal – De quem se trata?.....	85
3 A ESCOLHA DO PARCEIRO AMOROSO	107
3.2 Escolha e Identificação – Como em um show de espelhos: capturar e ser capturado pelo outro	124
3.3 Escolha e Sintoma – Um teatro espontâneo entre a história do sujeito e seu encontro amoroso	130
3.4 Intersubjetividade e relação amorosa – Ver o mundo juntos.....	139
4 ESTADOS DE IRRITAÇÃO, DESVINCULAMENTO E SEPARAÇÃO – GRADAÇÕES DE FINITUDE NA RELAÇÃO AMOROSA.....	147
4.1 Estados de irritação – Lucro secundário da impaciência	153
4.2 Desvincular-se – Sair de um lugar seguro?	157
4.3 Separação – Uma catástrofe para o ego?	160
À GUIA DE UMA CONCLUSÃO – PARA CONCLUIR, MAS NÃO PARA ENCERRAR	170
REFERÊNCIAS	177
REFERÊNCIAS CONSULTADAS	187

INTRODUÇÃO – PRIMEIRAS PALAVRAS

*Mas eu sei cada vez mais
que o único conhecimento válido
é o que se alimenta da incerteza
e que o único pensamento que vive
é o que se mantém na temperatura
da sua própria destruição.*
(Edgar Morin)

Uma tese configura fazer de um tema uma experiência e produzir com ele um saber. Um saber que responde a questionamentos de forma transitória, pois espera-se que seja sempre provocado, superado, aprimorado.

Das muitas formas de iniciar este trabalho, optei pela mais particular: através do breve relato da minha trajetória pessoal e teórica. No meu entender, falar sobre vínculos representa mais que perseguir um aprofundamento teórico na referida temática, o que já equivale a um objetivo potente, dada sua importância na constituição psíquica. Falar deles é, para mim, iniciar uma viagem interna nas emoções vividas através dos meus vínculos.

Mas que o leitor não se engane. Não se trata, aqui, de falar apenas das emoções; trata-se de sustentar a ideia de que somos formados pelos vínculos. Em que pese esse enquadre ser considerado pouco científico à luz do paradigma positivista, é através da ilustração do que esta tese representa, enquanto mudança interna, que estabeleço iniciar.

Em *Tempo de muda – ensaios de psicanálise*, Mezan (1998), ao se referir à emoção enquanto um dos fatores impulsionadores da criação do artista, declara que apenas a emoção não basta para surgir a arte, pois esta deve ser transformada e expressa em um meio gestual, plástico, sonoro ou verbal para que, assim, possa contribuir à gênese de uma obra. E, ele continua, é preciso que o artista dê forma à sua experiência, sendo a forma não uma questão de afetos apenas, mas de cultura também. Nesses termos, admito que, para mim, a obra freudiana sempre foi fascinante e desafiadora, mas desconhecida. Hoje, considerando-me apenas uma estudiosa, entendo minha motivação em percorrê-la como um dos maiores legados deste processo de doutoramento, pois, como ressalta Mezan (1998, p. 113),

A própria ideia de experiência convida a pensar. Uma vivência rotineira não costuma ser apta a pôr em marcha um processo de criação: ao que parece,

uma certa intensidade afetiva que não se enquadre nos esquemas habituais do sujeito, que transborde os limites do cotidiano, parece indispensável como disparador da necessidade artística.

Uma tese é uma obra de arte, uma construção intelectual, mas, sobretudo, uma construção de pensamento e de vida. Este percurso de quatro anos, permeado por intensos sentimentos, possibilitou vivências inimagináveis, vibrantes e dolorosas - todas, inquestionavelmente, importantes.

Eis que, após essa pontuação inicial, reporto-me à sucinta exposição de alguns momentos fundantes que antecederam a chegada ao doutoramento. Poderia iniciar pela minha alfabetização, afinal, tudo começa lá, no aprendizado das primeiras letras, nas paredes e portas rabiscadas com as vogais, nos desenhos de família e em tantas outras construções da formação de uma subjetividade.

Poderia rememorar a partir das séries iniciais até chegar ao ensino médio. Longo tempo de aprimoramento que culminou na definição de uma profissão. Momento de indefinição entre Serviço Social, Psicologia e Cooperativismo. Indefinição? Hoje, percebo que não. Em qualquer dessas profissões, meu material de trabalho seria o ser humano. Não que em todas as profissões este não esteja lá, implícito ou explícito. Mas, dou-me ao direito de acreditar que o que eu buscava, sem me dar conta, era o caminho que começo a percorrer: o da compreensão do vínculo e suas nuances.

Pois bem, inicio pela minha graduação. Embora meu curso se configurasse, ou se apresentasse, como de abordagem psicanalítica, seu aprofundamento na obra freudiana poderia ser definido como elementar. Tanto que nem sequer provocava tensão. E foi dessa forma que graduei, sem o contato direto com os escritos de Freud. Em tempo: resalto que essa avaliação do meu curso de graduação pode ser apenas mais uma defesa das tantas que utilizamos ao longo da vida. Posso, simplesmente, não ter sido tocada pela psicanálise naquele momento.

Após alguns anos de experiência profissional, cursei especialização e mestrado em áreas distantes da psicanálise. Não havia, ainda, uma percepção desta falta. Entretanto, em algum momento, a formação aponta suas falhas, e foi na minha atividade docente, durante a oferta de disciplinas cujos referenciais teóricos exigiam uma base psicanalítica, que tais faltas eclodiram. Lacuna “difícil” (mas não impossível) de preencher no extremo Norte do país, uma região onde não há oferta de formação em psicanálise.

Assim, ingressar na universidade pública possibilitaria, a longo prazo, estudar a obra freudiana através da capacitação no doutoramento. E foi ele que mostrou a face obscura da falta. Senti-me desorientada e sem parâmetros identificatórios. Minha linguagem não era a dos meus colegas, tampouco dos meus mestres. Teóricos completamente desconhecidos eram discutidos. Uma angústia se instalou, não sabia de onde partir. Por mais que meu orientador salientasse que “nossos caminhos” (meu e dos meus colegas) eram construções nossas e, por isso, não nos direcionaria, senti-me desorientada.

Esta Tese representa mais que uma ascensão profissional, é uma longa e persistente trajetória pessoal, desde o ingresso como professora assistente na Universidade Federal de Roraima (UFRR), há dez anos (quase onze) – sete deles aguardando a liberação para o doutoramento –, até, finalmente, minha entrada e o caminho, ora doce, ora amargo, no meu mundo interno e externo.

Meu projeto inicial contemplava o estudo da escolha profissional. Tema de pesquisa e trabalho há alguns anos na universidade, parecia-me o caminho mais óbvio, pois queria contribuir para o desenvolvimento dessa área na universidade e na região Norte. Entretanto, nem sempre os caminhos devem ser óbvios e, após alguns encontros de orientação, ainda no calor da euforia por ali estar, fui apresentada às obras dos psicanalistas Isidoro Berenstein, Alberto Eiguer e René Kaës. Esses teóricos possibilitariam uma reflexão psicanalítica acerca da influência familiar na escolha profissional para um direcionamento mais específico: a transmissão psíquica entre gerações ou transgeracional.

E, se a influência da família, explícita ou implícita, não era nenhuma surpresa, outras questões pareciam saltar aos olhos. Foi a obra de Isidoro Berenstein (1988) intitulada *Família e Saúde Mental* o impulso para refletir sobre as relações, os laços, os vínculos. Perplexa, diante do meu atraso teórico e da minha imensa dificuldade em entender as ideias do autor, percebi que havia um longo caminho a percorrer.

A partir desse impulso desejante, amadureci a possibilidade de trocar a temática da escolha profissional pela do vínculo, especificamente o do casal. Meu orientador foi compreensivo e receptivo e, assim, troquei de tema. No início, oscilei entre questões relativas à marca deixada pela separação e a possibilidade de reinvestimento amoroso. Hoje, percebo que, quando se fala no vínculo do casal, trata-se de um tema complexo cheio de ramificações, visto que os membros do casal são

personagens principais de um enredo cuja complexidade não inicia, nem termina, neles ou nesta história.

A nova temática, que, aparentemente, poderia parecer mais fácil, foi se tornando extremamente labiríntica e me colocou, irremediavelmente, frente à frente com a psicanálise. Os teóricos que lia exigiam para sua compreensão uma base psicanalítica, e algumas questões mostraram-se pontuais: como percorrer a obra freudiana para entender o vínculo do casal? Quais textos poderiam me oferecer um ponto de partida? Como construir algo a partir das minhas dúvidas e experiências, e não apenas reproduzir o que outros já disseram? Como, ao dizer o que outros já disseram, fazê-lo à minha maneira?

No princípio, não sabia. As leituras não rendiam e parecia que eu caminhava para lugar nenhum. Eis que descobro alguns canais no YouTube com ricas produções em psicanálise. Considerando minha memória auditiva privilegiada, percebi naqueles vídeos a oportunidade de passear pelo tema guiada por psicanalistas que, aos poucos, foram se tornando referências teóricas por mim valorizadas. São muitos e, por isso, não os citarei nominalmente aqui, mas estão contidos nas referências bibliográficas. Posso afirmar que devo a eles longas noites de escuta atenta que me possibilitaram retomar as leituras de forma mais tranquila.

Resgatando as interrogações acima destacadas, penso que respondê-las é uma tarefa para a vida inteira, mas não tenho dúvidas: este processo já está consolidado. Daqui para a frente será aprofundar-me na temática e transformar estes conhecimentos em práticas. Desta forma, destaco que o percurso teórico e pessoal foi potente, pois “já sinto prazer em ler Freud”¹ e, para tanto, cito Kehl (2009), que diz: “A fantasia é suporte do desejo. O desejo é simbólico. O desejo é também impulso desejante”. Foi minha pulsão desejante que me trouxe até aqui.

Posto isso, ao perceber que a obra freudiana permite adentrar as mais profundas e diversas questões que atingem a alma humana e ser contagiada pela afirmação de Nasio (1999) de que “há um prazer em ler Freud”, entendi que tal prazer só é possível de ser identificado quando se descobre a obra atravessando um caminho próprio. Trata-se de um legado cujo percurso é individual, por mais que seu estudo possa ser grupal. Dessa constatação, deu-se a compreensão da liberdade a mim

¹ Parafraseando a expressão cunhada por J. D. Nasio, na sua obra homônima *O prazer de ler Freud*.

oferecida por meu orientador e pude iniciar, então, a busca de compreensão e de construção de parâmetros próprios acerca da temática.

Construção teórico-metodológica

O espaço do entre é aquele no qual os sujeitos criam uma forma de se relacionar, um entre nós, no qual um se apropria de algo do outro, mas também deve entrar em contato com o que não poderá incorporar desse outro, apesar do seu desejo (BERENSTEIN, 2011). É necessário, portanto, aprender na multiplicidade do que produzem juntos. Não é um, nem outro, é sempre entre dois, pois a vivência do estar junto modifica a vida de um e de outro, criando um núcleo mais forte.

O presente estudo, *no entre dois: o vínculo do casal*, discute o vínculo do casal a partir da psicanálise vincular, uma importante ampliação da psicanálise. Tendo como premissa a afirmação de que somos constituídos pelos vínculos, o objetivo desta pesquisa é defender a ideia de que o vínculo do casal é uma construção entre dois. Diante disso, pleiteia-se através dos conceitos da obra freudiana – objeto, identificação e sintoma – assinalar de que forma o encontro entre duas subjetividades implica o reencontro do objeto primário, que se dá pelo processo de identificação e denuncia o sintoma de cada um. Destarte, ainda que tais pontuações possam sinalizar uma percepção negativa, o que se deseja é ressaltar que o encontro amoroso contém potência de mudança, possa essa ocorrer ou não.

Para Puget e Berenstein (1993), todo vínculo é bidirecional, posto que um será para o outro a fonte de desejo e objeto desejado e de ação. Essa é uma situação produtora de certas dificuldades em algumas ocasiões.

Sobre isso, citamos Rosa (2006), para quem só é possível viver e conhecer o outro se houver amor, pois qualquer nível de amor já tem algo de saudável, um descanso na loucura. Refletindo acerca dessa frase, destaca-se que a capacidade de amar está diretamente relacionada à capacidade de se vincular. O vínculo poderia, portanto, ser designado enquanto categoria de acesso à possibilidade de construção do amor.

O casal ao qual nos reportamos, por motivo de enquadre, é o heterossexual, posto que temos como importante condução das nossas reflexões o casal estudado por Janine Puget e Isidoro Berenstein, psicanalistas argentinos precursores dessa ampliação teórica na América Latina.

O “entre dois” não representa apenas duas pessoas. E, mesmo que assim fosse, não seria simples, posto que no universo de duas pessoas emergem, pelo menos, duas famílias anteriores e, destas, mais duas. Tomando como referência apenas essa operação de adição, já contabilizamos três famílias para cada membro no curto espaço de tempo de duas gerações anteriores. Some-se a isso todas as instituições, locais e tempos pelos quais cada um passou até aquele instante. Todas as relações construídas e rompidas, os trabalhos realizados, as experiências, as certezas, dúvidas e incertezas, enfim, toda vivência que cabe na psique, que é plástica e atemporal.

Se cada membro de um casal representa um universo tão vasto, uma técnica que objetivasse cuidar dessa relação, necessariamente, deveria construir um escopo próprio. Foi isso que diversos psicanalistas – entre eles, Isidoro Berenstein, Janine Puget, Rodolfo Moguillansky, Liliana Nussbaum, Renè Kaës e Alberto Eiguer – fizeram, preocupados com as demandas provocadas pelas guerras, com as queixas coletivas de um sujeito que se apresentava sozinho ao *setting*. Um sujeito reclamado por seu grupo familiar por ser quem clamava por mudanças e para quem não bastava a “cura”, uma vez que a origem do seu sofrimento implicava uma mudança ou flexibilização das relações no seu grupo familiar.

Por mais que os familiares sejam sensíveis às dores desse sujeito, Eiguer (1995) reconhece que não é fácil interrogar os mecanismos inconscientes da família, mas é possível, uma vez que a psique familiar é crível e inspirada nas psiques individuais do grupo. O autor assegura que o aparelho psíquico pode ser considerado intencionalmente grupal, tudo funcionando em perfeita conexão, uma rede de vínculos entre o eu e os objetos, e entre os objetos internos. Assim, a menor modificação de um objeto altera o conjunto. Mas, se na teoria essas questões já se revelam complexas, é na vida real que elas se mostram sempre inéditas e desafiadoras, pois

Uma teoria psicanalítica que exiba a variedade dos papéis familiares e que apresente uma síntese, como é comum no caso de qualquer teoria, deve superar inúmeros obstáculos. Essa teoria deve inicialmente evitar confundir psiquismo familiar com outros psiquismos: não deve derivar como uma cópia idêntica de uma psicologia individual. Tampouco deve se confundir com a tópica de outros grupos humanos tais como a escola, a instituição religiosa ou o grupo de terapia (EIGUER, 1995, p. 63).

Para o autor, a família é composta de membros que, em grupo, apresentam uma modalidade de funcionamento psíquico inconsciente diferente de seu funcionamento individual. Embora esta afirmação possa soar contraditória, deve-se sempre considerar

que o grupal e o individual são indissociáveis. As instâncias grupais do psiquismo de cada membro intervêm no uso de seus funcionamentos, pois se por um lado potencializa perceber que o fantasma de seu espaço pessoal continua nos espaços dos outros, também redobra a impressão emocional de uma intimidade familiar (EIGUER, 1985).

A construção de referenciais teóricos novos deve ser perpassada pela consideração de que o sentido da herança deve ser apropriada. É essa compreensão que Berenstein (2011) e tantos outros teóricos consagrados na psicanálise vincular fazem questão de respeitar. Entre eles, destacamos Moguillansky e Nussbaum (2011a), pois, em seus relatos acerca da história da noção de vínculo, não escondem que, embora se possa expressar preferências a respeito de uma definição, não se pode renegar a importância de tantas outras na construção deste saber. Para eles, qualquer saber carece da valorização das circunstâncias em que foram se formulando, se ajustando e evoluindo.

Assim sendo, este novo campo de estudo denominado psicanálise vincular impõe para a compreensão do vínculo do casal o estudo da família, pois foi o atendimento da família enquanto grupo que abriu caminho para o estudo do casal. O atendimento da família é algo novo na psicologia e na psicanálise, posto que esse grupo sempre foi poupado, mas também negligenciado.

Falar da influência da família na construção do casal é complexo, pois o pertencimento a ela vem acompanhado de crenças que, com valor de convicção, a regem. Moguillansky e Nussbaum (2011b) postulam que, mesmo para aqueles casais que desejam fundar uma família denominada “inédita”, essa não é uma tarefa fácil, pois, para isso, devem ser questionadas algumas certezas que contêm as crenças/convicções que fundamentam essa pertinência. Tal característica reafirma que o casal, essa Instituição, não se constitui do nada ou, sendo mais específica, não se constitui apenas no momento do encontro de duas pessoas. Disso resulta sua importância e sua complexidade, pois implica ter antecedentes e, no entanto, não se reduzir a eles.

Cada casal pode, portanto, desse ponto de vista, ser uma construção inédita. E a experiência da relação, em toda sua complexidade, é um dos espaços privilegiados no qual transcorre a vida psíquica. Por espaço privilegiado entendemos as dimensões interior e exterior nas quais se constrói a conjugalidade.

No início do meu percurso teórico acerca da noção do vínculo do casal, a ideia inicial era perseguir a ingênua ilusão de que o vínculo se estabelece a partir do encontro de dois sujeitos disponíveis e dispostos a construir uma relação, que resistiria a todos os

entraves das suas individualidades e das interferências externas. Ledo engano, o vínculo, ou a vincularidade, consiste em uma tarefa árdua, susceptível a inúmeros entraves e desencontros, pois sua construção exige o trabalho constante da diferença e com o alheio do outro.

Entre as inúmeras questões deste estudo, destacamos que a forma com que a relação objetal é experienciada determina os tipos de vínculos que um sujeito empreenderá ao longo da sua vida. De acordo com Riviere (1982, p. 29), “o bebê está repleto de fantasia sobre o que lhe acontece e o que acontece dentro dele”, sendo que “qualquer pretensão que a psicanálise possa alimentar de compreender a estrutura do ego dos adultos e crianças mais velhas implica, necessariamente, a possibilidade de investigar o seu desenvolvimento, geneticamente, remontando suas raízes primordiais” (RIVIERE, 1982, p. 48). No mesmo viés, Iaconelli (2016) assegura que a forma como o bebê se sente, desejado ou rejeitado, determina como estabelecerá suas relações afetivas ao longo da vida. E Herzog (2009) corrobora tal compreensão pontuando que a mãe, ou seu representante na categoria de um objeto externo, é fundamental tanto para assegurar a sobrevivência e o bem-estar físico quanto para a constituição da realidade psíquica. As primeiras experiências incorporadas psiquicamente configurarão a matriz das ligações amorosas futuras.

A segunda questão a que nos reportaremos conecta relação objetal e sintoma. Como já foi explicitado, a maneira pela qual o bebê introjetou suas primeiras experiências será marcante em suas relações futuras. Ao produto dessa construção subjetiva, dá-se o nome de sintoma. De acordo com Dunker (2016), para a psicanálise, o sintoma não se define somente pelo comportamento, mas pela relação que o sujeito estabelece com ele. Nesse sentido, o sintoma pode ser tanto uma proteção quanto uma defesa e, como tal, interfere na forma de ser e se comportar nas relações afetivas que os sujeitos estabelecem ao longo da vida.

Segundo Herzog (2009), há algo de saudável no sintoma: ele denuncia que alguma coisa necessita ser compreendida e, nesse sentido, pode ser considerado uma formação de compromisso na medida que estabelece um arranjo entre desejos inconscientes, normas e permissões culturais, e suas reais possibilidades de satisfação. Partindo desse pressuposto, o sintoma pode potencializar a procura do casal pela terapia.

O objeto e o sintoma são os fatores determinantes do vínculo e do desvínculo, pois o vínculo do casal está fundado na relação de objeto e no sintoma de cada um dos seus membros. Entretanto, é possível, de acordo com a psicanálise vincular, através do

enfrentamento dos fantasmas de cada um, remodelar (ou adequar) tanto a escolha do objeto, quanto o sintoma dos membros de um casal. De acordo com Ocariz (2013), o sintoma é a razão pela qual se procura um analista, pois sinaliza que algo incomoda, provocando desprazer e dor, podendo ser a única oportunidade do sujeito resgatar certa ordem em sua constituição psíquica e se estruturar. Sob tal perspectiva, não deve ser considerado apenas patológico e fonte de sofrimento.

Embora cada sujeito possa procurar o tratamento para o seu sintoma individualmente e ser bem-sucedido no intento, consideramos a psicanálise vincular a teoria mais adequada ao tratamento do casal e da família por entendemo-la mais que uma ampliação da psicanálise, ou seja, uma teoria que possibilita o enfrentamento das dificuldades em construir vínculos, seja ela aplicada ao grupo (casal) ou a cada membro separadamente.

Diante de tais constatações, apontamos como objetivos específicos: 1) Compreender a relação entre ter sido desejado pelo primeiro objeto e a capacidade de vincular-se; 2) Estabelecer a relação entre a vivência com o primeiro objeto e o tipo de busca do parceiro amoroso; e 3) Entender a interferência do sintoma no processo de separação.

Para se iniciar uma pesquisa, faz-se necessário compreender seu método e suas próprias limitações a fim de superá-las. O compilado que segue acerca do método reflete como se construiu minha busca pelo entendimento metodológico desta pesquisa teórico-reflexiva, efetuada a partir da revisão e pesquisa bibliográfica de autores renomados em psicanálise vincular.

Ao se falar do campo de pesquisa, em se tratando da psicanálise, de acordo com Rezende (1993), a investigação pode ser levada a efeito na biblioteca, no mundo vivido ou no consultório. No primeiro caso, a pesquisa exegética se faz por meio das leituras nos livros. No segundo, através da atitude de quem pensa as próprias vivências. E, no terceiro, por meio da interpretação clínica em situação analítica, ou seja, mediante escuta e transferência.

Buscando definir metodologicamente esta pesquisa, defino-a situada nos campos da exegese e da hermenêutica, uma vez que coube aos livros transmitir noções e lapidar percepções das minhas vivências. Em outras palavras, as questões levantadas neste texto não se tratam apenas de compilado de autores e defesa de ideias, mas ante a necessidade de entender este importante aspecto da existência – o vínculo.

Na pesquisa exegetica, do ponto de vista pratico, o exegeta pesquisa na biblioteca como um especialista em leitura, pois busca o sentido do texto no texto. Rezende (1993, p. 108-109, grifo do autor) ressalta que “os textos são ‘tecidos’ (do verbo *texere*) e têm uma lógica interna, uma semântica, uma semiótica, uma coerência ou incoerência que somente um bom leitor – exegeta – é capaz de detectar e revelar a outros leitores menos habilitados”. Pontua que, para os leitores, os textos só passam a ter sentido quando se entra na estrutura semântica da obra, ou seja, que o sentido de um texto somente será percebido a partir das relações e correlações que se estabelecem com o seu interior.

No modelo hermeneuta, o leitor só prossegue ao se apropriar do texto subjetivamente, entrando na cena. Assim, acrescenta ao texto o sentido em que o entendeu e isso representa que se é, ao mesmo tempo, autor e leitor. E como os textos são vividos, e não apenas escritos, não se trata mais de lê-los, mas de pensá-los. Rezende (1993, p. 113) defende que a orientação hermenêutica está sendo considerada, atualmente, “uma das frentes avançadas da psicanálise: não mais, ou não apenas, uma psicanálise individual, mas uma psicanálise da cultura e das culturas”.

Cada texto é um texto, segundo Mezan (2002), e, se tem a capacidade de formular alguns pontos comuns, é sempre *a posteriori*. O autor reflete extensamente acerca de teses de psicanálise *stricto sensu* e discorda de quem acredita que elas podem ser úteis para esclarecer questões teóricas, mas pouco acrescentam do ponto de vista clínico. Para ele, essa é uma percepção distante da realidade, pois terem sido elaboradas na universidade não lhes tira o caráter psicanalítico, mas o acentua, porquanto a exigência do rigor obriga o pesquisador a ir fundo no seu tema. Corroborando tal pensamento, Tavares e Hashimoto (2013) pontuam que, ao ter contato com a obra psicanalítica como leitor e como investigador do próprio arcabouço teórico, o pesquisador encontra-se implicado naquilo que estuda e compreendê-lo diz respeito a ele mesmo.

Garcia-Roza (1993) também defende a pesquisa teórica em psicanálise por considerá-la a única modalidade possível na pesquisa acadêmica. Para o referido autor, tal modalidade tem como objetivo submeter a teoria psicanalítica à análise crítica com a finalidade de verificar sua lógica interna, a coesão estrutural dos seus conceitos e as condições de sua possibilidade. E, ainda, para Tavares e Hashimoto (2013), há a concepção de que não se separa pesquisa psicanalítica de pesquisa clínica, pois o que funda a psicanálise é a prática clínica, enquanto práxis mesmo, no sentido da produção

de um saber que é constituído entrelaçadamente no seu próprio fazer. Eles valorizam o fato de Freud ter se dedicado exaustivamente à elaboração de sua chamada metapsicologia, a construção de um arcabouço teórico capaz de dar sustentação e base para as ocorrências passíveis de serem vivenciadas na clínica. Essa relação que os autores fazem, antes de questionar o método clínico, privilegia-o, uma vez que foi através dele que Freud construiu uma extensa obra teórica. Para os autores, a metapsicologia freudiana situa-se em um para-além de toda e qualquer observação possível. Trata-se de um arcabouço teórico que versa como uma “produção de sentido”, de forma que sua função é subsidiar a sustentação e reflexão acerca da própria teoria.

Será a partir desse entendimento que buscaremos explorar o estudo do casal enquanto elemento potencializador do espaço entre o subjetivo e o social – o singular e o coletivo – que se interconectam e interagem. O par conjugal pode ser considerado uma unidade, mas sua constituição e definição está diretamente relacionada ao que cada cultura lhe confere.

Puget (2009) afirma que a psicanálise vincular constituiu-se uma ampliação necessária, identificada a partir da prática clínica que não fornecia subsídios consistentes para o atendimento do sujeito quando se encontrava obstáculos na análise individual.

Destaca-se que a psicanálise vincular consiste em uma abordagem consistente e específica, embora alguns teóricos considerem que não há psicanálise de casal, o que há é psicoterapia de casal, posto que colocam em dúvida o enquadre e a transferência nesse modelo de intervenção. Aqueles que são mais simpáticos à psicanálise de casal a conceituam como uma prática criativa que desafia a utilização e as aplicações do arsenal teórico e da experiência clínica da atuação individual à atuação grupal. Dito isso, passemos aos relatos dos capítulos.

No **primeiro**, apresentaremos um breve percurso histórico e conceitual da psicanálise e da psicanálise vincular. A psicanálise, considerada um dos marcos da produção científica do século XX, constituiu-se como uma sólida construção teórica fundamentada em dilemas clínicos, formulada a partir de incertezas, reflexões, reformulações. Foi isso o que Freud fez durante a sua vida, posto que, possuindo uma preocupação pungente diante do sofrimento humano, construiu uma ciência movida pelo desejo de permitir aflorar os anseios mais íntimos, fazer falar muitas dores.

O melhor paciente de Freud, segundo Mandelbaum (2016), aquele que ele melhor e mais profundamente cuidou, foi ele mesmo. O referido autor afirma, enquanto

conhecedor da obra freudiana, que nela está a vida de Freud por inteiro, pois ele conseguiu, com a coragem que lhe era própria, mergulhar em todas as dimensões de sua vida: suas relações consigo, com seu entorno, com sua família, com colegas de trabalho e profissão, com a história humana, com a ciência... Tudo isso, afirma, passou pelo seu olhar psicanalítico, ou melhor, pela sua autoanálise.

Se Freud ao criar a psicanálise pôs à prova sua capacidade de luta e de vencer as resistências, para a psicanálise vincular não foi diferente. Vencer as resistências de psicanalistas tradicionais que permitissem a ampliação da psicanálise não foi uma tarefa simples. Puget (2009) faz referência a estados de emergência, nos quais novos modelos de intervenção podem surgir para responder ou dar conta das novas demandas clínicas. Estados de emergência, diz a autora, são necessários e não se pode viver sem.

Eles oferecem privilégios, mas também obstáculos. Se, por um lado, não ter um lugar estabelecido pressupõe liberdade de pensamento e de criação, por outro, não dispor de um estatuto oficial representa estar ilegal. Por sua vez, a liberdade de pensamento, que não significava apenas estar fora, teoricamente possibilitou, partindo do corpo teórico psicanalítico, o surgimento de novas hipóteses. Pontuamos que o primeiro capítulo, mais que um apanhado histórico e conceitual, convida a pensar sobre a necessidade da construção de novos aportes teóricos.

É no **segundo capítulo** que introduziremos as noções de vínculo e vínculo de casal. Entendemo-as como a base para a reflexão da relação construída, ou constituída, por um casal, pois, segundo Berenstein (2011), é o vínculo que sustenta o estar com outros.

O vínculo é uma tarefa que permite diversas definições, mas, apesar da sua polifonia, há algo que lhe caracteriza em qualquer idioma: pode ser traduzido por relação. Só há vínculo onde há relação, ou seja, só há vínculo onde há pelo menos dois, presentes e dispostos a construir uma relação. E eis que nisso fundamenta-se a enorme complexidade de vivê-lo. No casal, como medi-lo? Tarefa impossível, visto que se tratam de duas subjetividades que devem se integrar para formar uma terceira (grupai), mas sem abrir mão das suas individualidades – uma tarefa da alteridade.

Mas, afinal, o que significa vínculo? Permitindo ser traduzido por “relação” e “estar com o outro”, será a partir dessa noção que no capítulo dois, baseados no referencial psicanalítico, discorreremos acerca da vincularidade enquanto uma capacidade individual e da vincularidade no casal enquanto uma tarefa partilhada. Sobre

essa vocação, destacam-se: sua importância, o quanto potencializa o ser humano e, no caso do casal, fortalece a relação.

No **terceiro capítulo**, direcionaremos a reflexão para a escolha amorosa ou, mais especificamente, o encontro do parceiro amoroso, entendendo que é um ato complexo e psíquico, no qual está implícito uma eleição que se pressupõe ou espera ser mútua.

Em psicanálise, considera-se que há nessa escolha mais passado do que presente. Um passado inconsciente de uma busca de preenchimento através deste novo objeto que, no entanto, representa o primeiro. Na formação de um casal, o sentimento de ter sido desejado pelos pais opera como uma identificação, pois, quando nascemos, mais que ser alimentados, precisamos de alguém que nos deseje, que se implique nesse desejo e que nos ofereça esse desejo para que possamos nele nos implicar (IACONELLI, 2016).

E por sermos seres da falta, incompletos, buscamos um outro que (supõe-se) nos completará – na famosa frase de Freud (1905, p. 210), “o encontro do objeto é, na verdade, um reencontro”. Toda essa complexidade se revela, pois, apesar da necessidade, nada pode garantir que uma relação dará certo. O segredo pode ser admitir isso e, ainda assim, apostar na relação (HERZOG, 2009).

Já no **quarto capítulo**, versaremos sobre a separação do casal. Compreendendo que ela é um processo que se dá ao longo do “desvinculamento” gradativo do casal, o fenômeno será explorado em suas especificidades. Esse capítulo, no entanto, mais que apresentar reflexões acerca do desvincular ou do separar, pretenderá alencar questões que possam contribuir para a manutenção das relações amorosas.

Para Puget e Berenstein (1993), a separação é o último estágio de manutenção de uma relação, pois, ao decidir por ela, tal alternativa, algumas vezes, representa o fim de inúmeras tentativas de manter o estar a dois. Ressaltam também que muitos casais vivem durante anos o vazio da relação até conseguirem optar pela separação, visto que ela declara o fracasso e representa ter que encarar uma vivência interior de extremo sofrimento.

Concluo esta introdução perpassada por todas as questões que almejamos discutir e me fazer entender, embora compreenda a complexidade dessa pretensão. Assim, reporto-me à reflexão de Corrêa (2011, p. 20) para definir superficialmente minha escrita: “Escrita diletante, frise-se, no sentido tradicional do termo, qual seja, o de uma escrita apaixonada, interessada, apreciadora e envolvida com aquilo que diz e

com as fontes das quais retira sua inspiração e alguma sabedoria”. Como enfatiza Kerl (2009), “sem fantasia este impulso desejante também cai no vazio”.

Por fim, e não menos importante, recorro a Berenstein (2011, p. 14), para quem “os vínculos nos convocam a pensar”, pois “se não se modifica a posição subjetiva entre quem dá e quem recebe, cronificam-se os lugares”. Então, pensemos.

1 PSICANÁLISE E PSICANÁLISE VINCULAR – CONTEXTOS HISTÓRICOS: ALGUMAS PONTUAÇÕES

*A psicanálise é a busca infinita de renascimentos
através da experiência do amor.
Experiência recomeçada para ser deslocada,
renovada e se não ab-reagida².
(Júlia Kristeva)*

O tema da psicanálise é o ser humano. Ao defender essa tese, Mezan (1998) salienta que o ser humano não consiste apenas em uma realidade psíquica, mas habita um corpo e vive em uma sociedade na qual adota costumes e crenças, produz obras de arte e convive com os outros. Nesse sentido, apregoa o autor, não se pode querer que a psicanálise dê conta da totalidade dos fenômenos humanos, mas há de se admitir que pode dizer, e fazer, muito por se tratar de um esquema conceitual extremamente sofisticado e um método de interpretação cuja flexibilidade e sutileza não cessam de surpreender.

Sigmund Freud tinha uma relação madura com suas teorias, preceitua Bigliani (2011). Chamando sua metapsicologia de “nossa mitologia”, de acordo com o autor, Freud sugeria a Sándor Ferenczi, analista húngaro, que não se deve fazer teorias, posto que elas devem ser elaboradas de forma inesperada, metaforicamente como um desconhecido que chega sem ser convidado. E frisa: uma vez que este entra na sua casa, reorganiza a sua percepção.

Há na construção da psicanálise uma capacidade de reformulação constante, pois Freud não se limitou a elaborar teorias. Durante sua vida, reviu-as, reeditou, ou reavaliou, conceitos e isso se deve a sua capacidade criativa e seu desejo de superar os obstáculos para ampliar a teoria e a técnica.

Na defesa de ambos, no texto *Sobre a psicoterapia*, Freud (1905b [1904]) analisa que a teoria fora exitosa e era prestigiada, entretanto, o mesmo não acontecia com o método terapêutico que lutava por reconhecimento. Ele encontra explicação para tal resistência no fato da técnica do procedimento não estar, naquele momento, plenamente desenvolvida e ser impossível fornecer ao leitor médico um livro de instruções que o habilitasse a conduzir o tratamento na sua íntegra.

Desse entendimento resulta sua naturalidade em revisar concepções, sem abrir mão de suas convicções, frisando que, ao participar da criação de um novo tratamento

² Termo usado por Freud para designar a descarga emocional pela qual o sujeito se libera do afeto ligado à lembrança de um acontecimento traumático (LAPLANCHE; PONTALIS, 1981).

para as neuroses, baseado nos conhecimentos adquiridos através dos estudos sobre a histeria, sentiu-se pessoalmente obrigado a explorá-lo e construir sua técnica. Como um incansável defensor, garantia ser a psicoterapia o método mais penetrante, com maior alcance e com a mais ampla capacidade de transformação do doente. E vai além ao dizer que é o único método capaz de ensinar “algo sobre a gênese e interação dos fenômenos patológicos” (FREUD, 1905b [1904], p. 249), e transpor a si mesmo, oportunizando outras formas de influência terapêutica.

O aprimoramento da teoria e do método prosseguem. Embora a todo momento Freud (1925 [1924]) apresente-se disposto a manifestar sua defesa à psicanálise, em *As resistências à psicanálise*, ele admite que se trata de aceitar o novo e reconhece haver uma exigência maior à mente para algo que é desconhecido, face o dispêndio psíquico e a incerteza erigida à expectativa que trazem consigo. Entretanto, o psicanalista reclama do que chama “reação primitiva” contra o que é novo e apregoa que em assuntos científicos não deveria haver lugar para recuo ante a novidade. Essa deveria ser acolhida, visto que estimula a ciência a novas descobertas e maneiras de vislumbrar as coisas. Destarte, não despreza o rigor exigido à ciência, posto que atribui ao receio em ser enganada o fato de armar-se de ceticismo em não aceitar o novo a menos que tenha sido submetido a um estrito exame. Tal atitude, para Freud (1925 [1924]), pode ser comprometedora sob dois aspectos: por dirigir-se nitidamente contra o que é novo, enquanto poupa o familiar e aceito, e por contentar-se em rejeitar as coisas antes de tê-las examinado.

Tendo produzido uma nova referência para o que se compreendia por subjetividade, era natural que a psicanálise enfrentasse muita resistência, posto que, ao introduzir a noção de inconsciente, questionava uma subjetividade na qual a verdade habitava a consciência. Assim sendo, a psicanálise representa uma significativa mudança no tocante à subjetividade em face da filosofia moderna que, com suas concepções excessivamente generalizantes, ignorava o indivíduo, pois “mesmo quando apontava o Eu como um ser de objetos privilegiados, a metafísica moderna recusava-se a concebê-lo como uma singularidade concreta” (GARCIA-ROZA, 2009, p. 22).

Nos textos freudianos, de acordo com Mezan (2011), está explícito o desprezo com que encara a filosofia e os filósofos. E não sem razão, pois tendo sentido a resistência dos médicos à psicanálise, acreditava que com a filosofia seria diferente; havia, portanto, alimentado o desejo de obter boa recepção por parte dos filósofos. Não tendo conseguido, declara-se surpreso:

Poder-se-ia supor que a nova teoria teria muito mais probabilidade de encontrar boa acolhida dos filósofos, de vez que estes estavam habituados a situar conceitos abstratos (ou, como diriam as línguas malévolas, palavras nebulosas) no primeiro plano de suas explicações do universo. [...] No entanto aqui se ergueu um novo obstáculo. A ideia dos filósofos sobre aquilo que é mental não era a da psicanálise (FREUD, 1925 [1924], p. 244).

O inconsciente da psicanálise não era em nada idêntico ao dos filósofos. Segundo Mezan (2011), a maioria deles nada queria saber sobre o psiquismo inconsciente. Eles concebiam como mental apenas os fenômenos da consciência. Por isso, Freud lhes reprovava, pois, ao reduzirem o psiquismo à consciência, impossibilitavam penetrar no seu objeto por excelência: o homem.

Estando a psicanálise baseada na concepção de que as representações inconscientes são a causa imediata dos sintomas patológicos e a transformação desse inconsciente em um material consciente só pode ter como resultado a correção do desvio da normalidade, bem como a eliminação da compulsão a que sua vida anímica estiver sujeita, a vontade consciente estende-se apenas aos processos psíquicos conscientes, e toda compulsão psíquica é fundamentada pelo inconsciente (FREUD, 1905 [1904]).

Dessa forma, Freud deixa claro a diferença entre o inconsciente da psicanálise e o da filosofia, embora, confessasse ser pouco conhecedor da última, revela Mezan (2011). Portanto, o que critica com tanta veemência é apenas uma filosofia vista do exterior, e não um trabalho filosófico propriamente dito. Não sendo Freud um filósofo de formação, ele não tinha qualquer obrigação de acompanhar o que se passava em um terreno tão alheio às suas preocupações e interesses imediatos, embora em seus trabalhos não tenha se limitado à esfera da psicoterapia, mesmo no início de suas investigações de campo.

Todavia, foi a partir do caminho empreendido por Freud ao designar o conceito de inconsciente que ocorreu a clivagem da subjetividade, aponta Garcia-Roza (2009). Nesse momento, a subjetividade deixa de ser vista como um todo unitário para ser dividida em dois grandes sistemas: o inconsciente e o consciente. Com isso, Freud operou a inversão do cartesianismo através da derrubada da razão e da consciência do lugar sagrado em que se encontravam ao fazer da consciência um mero efeito do inconsciente. Tamanha derrubada “é um mérito freudiano e jamais poderá ser negada” (GARCIA-ROZA, 2009, p. 20).

Mas onde situar a psicanálise, interroga Garcia-Roza (2009). Em nenhum lugar preexistente, responde. Tendo operado uma ruptura com o saber existente e produzido um lugar próprio, epistemologicamente não se encontra em continuidade com nenhum outro saber, apesar de, arqueologicamente, estar ligada ao conjunto de saberes sobre o homem que se formou a partir do século XIX. A preocupação em situar a psicanálise em virtude de tanta revolução prometida deve dar lugar à cautela, reflete o autor. Nessa precaução, duas questões devem ser consideradas: “inversão não é diferença” e “revolução não é guerra”. Enquanto a primeira é disfarçadamente cartesiana, implicando promessas, planos e realizações futuras, ainda que de uma continuidade dialética, a segunda é realmente promotora de rupturas (GARCIA-ROZA, 2009).

Se durante tantos séculos a filosofia esteve às voltas com o problema da subjetividade, não foi, de acordo com Garcia-Roza (2009), devido a última não fazer parte do discurso filosófico, mas porque ainda não tinha se constituído como problema.

Ao percorrer o caminho empreendido por Freud, ressalta o autor, verifica-se que seu começo consiste na produção do conceito de inconsciente que resultou na clivagem da subjetividade e descentramento do sujeito. Ele afirma: “A psicanálise não vai colocar a questão do sujeito na verdade, mas a questão da verdade no sujeito” (GARCIA-ROZA, 2009, p 23). Assim sendo, não interessa somente a verdade do que afirma Freud, mas seu sentido. Dessa forma, seus textos são tecidos de reflexões e relatos, de divagações e problemas, de princípios e consequências, de debates e repercussões (MEZAN, 2011).

Em *O interesse científico da psicanálise*, Freud (1913) evidencia que, embora a filosofia tenha tratado o problema do inconsciente, ela o fez através de duas posições antagônicas: ou era tratado como algo místico, intangível ou indemonstrável, cuja relação com a mente era obscura; ou o mental era identificado como consciente e, assim, aquilo que era inconsciente não poderia ser mental, nem assunto da psicologia. Esse olhar, assegura Freud (1913), aconteceu porque os filósofos formaram um julgamento sem estarem familiarizados com os fenômenos da atividade inconsciente.

Efetuar uma distinção entre filosofia e psicanálise consiste em uma prática relação subjetiva na qual a psicologia se institui em meio ao sofrimento e a transferência, mas nem por isso, segundo Mezan (2011), falar em psicanálise é privilégio de analista.

A grande diferença entre as duas, na concepção de Mandelbaum (2016), é que a segunda é profundamente biográfica, pois o pedaço da história que nos é dado viver é

o pedaço da história de nossa biografia, e é nela que teremos que nos haver com o mundo. A psicanálise representa um mergulho na interioridade, revira o sujeito e o desorganiza. E se o faz assim é porque “Freud nos quer melhores” (MANDELBAUM, 2016).

Se Freud nos quer melhores através desse mergulho à interioridade, outra forma de aprimoramento se dá através do contato com o outro. Entretanto, durante longos anos, de acordo com Kaës (2011), a psicanálise esteve centrada nas teorias sobre o sujeito. Somente posteriormente surgiram os trabalhos com os grupos e, mais adiante, o trabalho com os vínculos. Desse movimento inicia o investimento nas teorias vinculares que, segundo o autor, fazem confluír as teorias sobre o sujeito e as sobre o grupo. De tal confluência, nasce, então, a psicanálise vincular.

Representando o percurso das fronteiras do individual para o grupal, a psicanálise vincular tornou-se uma construção teórica consistente no âmbito da psicanálise. Não nasceu de forma aleatória, tampouco representa uma técnica sem base sólida e estofo. Assim sendo, pode-se afirmar que a psicanálise vincular apresenta status de ampliação, mas tem produzido um saber próprio, pois, ao incluir o grupo e os vínculos, impôs a criação de um modelo que ampara a construção e transformação de um saber sobre os vínculos familiares.

Em psicanálise vincular, as relações de casais utilizam formulações da psicanálise clássica freudiana, tais como desenvolvimento psicosssexual, complexo de Édipo, narcisismo, processos de identificação, escolhas, sintoma, entre outros, mas elabora seus próprios conceitos: parâmetros definitórios, noção de borda, ausência e presença, identificação e imposição, entre outros. Havendo o entendimento dos entraves encontrados nas análises individuais, quando se dá o encontro entre dois ou mais inconscientes, todas as vezes que se reclama um membro específico de uma família, pouco a pouco, surgiram o que se denomina psicanálise de família, de casal e de grupo.

Da capacidade de expansão de novos saberes e de novos modos de pensar a clínica, Moguillansky e Nussbaum (2011a) assinalam a importância de uma formação que possibilite estar aberto às ideias que promovam mudanças. Declaram-se como fazendo parte de uma geração de psicanalistas que viveram essa experiência, pois assistiram às aulas de Enrique Pichon-Rivière na Escola de Psicologia Social, em Buenos Aires, e se formaram no crisol de Lanús, local onde, simultaneamente, aprendia-se psiquiatria clínica, estudava-se avidamente Freud, os clássicos da psicanálise e comovia-se com o ensaio de Baterson e seus colaboradores. Uma formação que

contemplava o efeito instituidor da cultura, uma vez que “somos efeito daquilo que a pulsão determina em nós, como também somos significados pela rede de relações em que vivemos” (MOGUILLANSKY; NUSSBAUM, 2011a, p. 47).

Partindo dessa dialética sobre a divergência que se estabelece entre dois paradigmas teóricos, sejam quais forem, Moguilansky e Nussbaum (2011a) pontuam que cada teoria tem sua própria base de observação, mas pode-se criar pontes aproximando os objetos e a linguagem de observação, para promover a prática como psicanalista que trabalha tanto com enquadramentos individuais quanto com os voltados para as famílias, casais, instituições.

Diante dessas questões e refletindo que a fonte de todos os vínculos é de natureza emocional e um objeto em si mesmo, postulamos que seu saber é do campo das relações individuais, sociais e afetivas. Partindo dessa premissa, percorreremos o caminho da psicanálise a psicanálise vincular para o estudo do vínculo do casal. Acentua-se para tanto que, em um casal, a função precípua do vínculo é ser uma unidade que constrói um vínculo vivo.

A partir da contextualização dos dados levantados, pontua-se que da sua criação aos dias atuais, a psicanálise constituiu-se como uma ciência das mais sofisticadas por sua rica produção e capacidade de ampliação. Dentre os campos de sua ampliação, destaca-se a psicanálise vincular, formulada a partir dos referenciais psicanalíticos clássicos, mas que construiu e constrói um saber específico. Assim sendo, exalta-se a potência da obra psicanalítica como um modelo que possibilita renovações.

Os subtópicos deste capítulo versam separadamente sobre a psicanálise e a psicanálise vincular e contêm, cada um, apenas algumas contextualizações acerca de tais saberes.

1.1 A psicanálise – Uma construção

De uma obra tão extensa em dados e significação, como condensar ou priorizar elementos para elaborar um texto coerente e que represente um panorama, ainda que conciso, do estudo de uma teoria? Tendo iniciado a leitura da obra freudiana por textos direcionados à relação do sujeito com o outro e o seu entorno – entre os quais, destaco *Mal-estar na civilização*, *O futuro de uma ilusão*, *Psicologia de grupo e a análise do ego*, *Introdução ao narcisismo*, *Luto e melancolia*, *Sobre a transitoriedade* –, uma dificuldade se revelou a partir do entendimento de que falar de Freud e sua criação

compele a percorrer seu início, sua persistência, suas elaborações e revisões; sua capacidade criadora.

Em que pese a genialidade de Freud na elaboração da sua obra, um dado relevante a ser destacado é a sua admiração pelos que contribuíram para o seu aprimoramento profissional e o desenvolvimento da psicanálise. Entre alguns que poderiam ser descritos, daremos destaque aos elementos que demonstram sua consideração por Charcot.

No período compreendido entre outubro de 1885 e fevereiro de 1886, Freud trabalhou na Salpêtrière, em Paris, sob a direção de Jean-Martin Charcot (1825-1893), que morreu subitamente sem dor ou doença, após uma vida de felicidade e fama. Com a sua morte, a jovem ciência neurológica perdeu um dos seus grandes expoentes e seu maior líder, os neurologistas, um grande mestre, e a França, um notável cidadão. Apesar de serem outros tempos e sua idade poder representar longevidade, “sua morte aos sessenta e oito anos, contando com força física e vigor mental, assim como a esperança que expressava abertamente pareciam prometer-lhe a longevidade que desfrutaram não poucos dos intelectuais deste século” (FREUD, 1893, p. 21).

O período no qual trabalhou junto a Charcot foi declarado por Freud crucial em sua carreira e importante no que tange a mudança em seus interesses de pesquisa, posto que representou a transferência de sua atenção da neuropatologia para a psicopatologia, ou seja, da ciência física para a psicologia. Ainda que outros fatores tenham contribuído, segundo as notas do editor inglês James Strachey, o determinante imediato foi a personalidade de Charcot. Em carta para Marta, em 24 de novembro de 1885, logo após sua chegada em Paris, Freud (1893, p. 19-20) diz:

Acho que estou mudando muito. Vou dizer-lhe detalhadamente o que me está afetando. Charcot, que é um dos maiores médicos e um homem cujo senso comum tem um toque de gênio, está simplesmente desarraigando minha metas e opiniões. Por vezes, saio de suas aulas como se estivesse saindo da Notre Dame, com uma nova ideia de perfeição. Mas ele me exaure; quando me afasto, não sinto mais nenhuma vontade de trabalhar em minhas próprias bobagens; há três dias inteiros não faço qualquer trabalho e não tenho nenhum sentimento de culpa. Meu cérebro está saciado, como se eu tivesse passado uma noite no teatro. Se a semente frutificará algum dia, não sei: o que sei é que ninguém jamais me afetou dessa maneira...

Como professor, exalta Freud (1893), Charcot era positivamente fascinante. Suas aulas eram uma pequena obra de arte tanto em construção quanto em composição. Do círculo de jovens que reuniu ao seu redor e transformou em participantes de suas

pesquisas, alguns acabaram adquirindo consciência da própria individualidade e obtiveram uma brilhante reputação. Deixando, portanto, uma legião de discípulos de qualidade incontestável, Freud está entre eles, embora possa ser considerado que superou seu mestre. Ainda que o valor intelectual de um professor não se combine necessariamente com a influência pessoal que possa exercer sobre os jovens, nesse sentido, Charcot foi especialmente afortunado, pois, declara Freud (1893, p. 25):

[...] a este respeito, devemos atribuir isso às qualidades pessoais do homem – à magia que emanava de sua aparência e de sua voz, à cordial franqueza que caracterizava seu trato social, tão logo suas relações com alguém transpunha a etapa do constrangimento inicial, à boa vontade com que punha tudo à disposição de seus discípulos e à sua perene lealdade para com eles.

E acrescenta que como médico era “infatigável na defesa dos direitos do trabalho puramente clínico, que consiste em observar e ordenar as coisas, contrariando as usurpações da medicina teórica” (FREUD, 1893, p. 23). Dessa forma, considerava primeiro os fatos clínicos em detrimento da teoria, pois, para ele, “teoria é bom, mas não impede que as coisas existam” (FREUD, 1893, p. 23). Charcot costumava indagar por que na medicina as pessoas enxergavam apenas o que tinham aprendido a ver e incentivava a observar coisas novas ou novos estados de doenças, que, para ele, eram mais velhas que a raça humana. Ele também confessava que, no hospital, inúmeras coisas haviam passadas despercebidas por ele, durante mais de trinta anos.

Ao direcionar sua atenção para a histeria, Charcot repete em menor escala o ato de libertação de Philippe Pinel (1745-1826), que removeu as correntes dos pobres loucos do Salpêtrière. Ele restaurou a dignidade das pacientes, que deixaram de ser consideradas simuladoras, quando se começou a respeitar a autenticidade e objetividade dos fenômenos histéricos. Foi, portanto, o interesse de Charcot pelos fenômenos hipnóticos nas pacientes histéricas que possibilitou grandes avanços nessa importante área de fatos, até então negligenciada e desprezada.

A experiência adquirida em seus estudos sobre a histeria com Charcot possibilitou a Freud, ao retornar a Viena em 1886, se fixar para estabelecer uma clínica de doenças nervosas. Entretanto, o próprio Freud reconhecia sua limitação com a técnica da hipnose e, pouco a pouco, utilizou o método catártico até chegar à técnica da associação livre. Em um processo gradual de compreensão e elaboração, tanto do seu conhecimento quanto da elaboração de uma técnica, pode-se destacar um processo

gradativo, a partir do abandono do hipnotismo, que ampliou ainda mais sua compreensão dos processos mentais.

Todas as evidências da admiração de Freud pelo seu mentor, e sua parceria com o médico e fisiologista Josef Breuer, (1842-1925), resultaram em inúmeras e importantes pesquisas. Assim, a psicanálise tem como marco da sua criação as pesquisas sobre a histeria. A conferência intitulada *Sobre os mecanismos dos fenômenos histéricos* e o trabalho *Estudos sobre a histeria*, de Breuer e Freud, versam sobre a patogênese dos sintomas histéricos e sugerem que as razões imediatas de seu desenvolvimento devem ser buscadas na esfera da vida psíquica. Ademais, consideram que os casos estudados se afiguram valiosos, tanto do ponto de vista teórico como do prático (FREUD, 1893).

Um aspecto importante revelado é que, teoricamente, os dados ensinaram que os fatos externos determinam a patologia da histeria em uma medida muito maior do que se sabia, ou reconhecia, naquele momento. Percebeu-se que, com grande frequência, é algum fato da infância que estabelece o sintoma mais ou menos grave que persiste durante os anos subsequentes. Freud (1893, p. 40-41) ressalta:

A desproporção entre os muitos anos de duração do sintoma histérico e a ocorrência isolada que o provocou é o que estamos invariavelmente habituados a encontrar nas neuroses traumáticas [...] De maneira análoga, nossas pesquisas revelam para muitos, se não para a maioria dos sintomas histéricos, causas desencadeadoras que só podem ser descritas como traumas psíquicos.

Tais descobertas possibilitaram a criação do método catártico, pois, nesse período, já se dava importância às lembranças e ao afeto. Dizia-se: “A lembrança sem afeto quase invariavelmente não produz nenhum resultado” (FREUD, 1893, p. 42). Considera-se que, quando uma reação é reprimida, o afeto permanece vinculado à lembrança. Daí a importância de revidar uma ofensa mesmo que apenas através de palavras, pois, quando isso ocorre, tal evento será recordado de modo diferente de outro que teve que ser aceito. Nesse momento, começa-se a verificar a importância da linguagem no processo de ab-reação, porquanto “a linguagem serve de substituta para a ação; com sua ajuda, um afeto pode ser ‘ab-reagido’ quase com a mesma eficácia” (FREUD, 1893, p. 44).

Tal evolução prepara o caminho para a criação da psicanálise e, como um termo, ela faz sua primeira aparição em 1896, em texto redigido em francês, intitulado *A*

hereditariedade e a etiologia das neuroses, no qual Freud empregou pela primeira vez a palavra “psico-análise” (ROUDINESCO; PLON, 1998, p. 604). Nele, é dito:

Devo meus resultados a um novo método de psico-análise, o procedimento exploratório de Josef Breuer; é um pouco intrincado, mas insubstituível, tal a fertilidade que tem demonstrado para lançar luz sobre os obscuros caminhos da ideação inconsciente. Por meio desse procedimento, os sintomas histéricos são investigados até sua origem, sempre encontrada em algum evento da vida sexual do sujeito, apropriado para a produção de uma emoção aflitiva. Percorrendo retrospectivamente o passado do paciente, passo a passo, e sempre guiado pelo encadeamento orgânico dos sintomas e das lembranças e representações despertadas, atingi finalmente o ponto de partida do processo patológico; e fui obrigado a verificar que, no fundo, a mesma coisa estava presente em todos os casos submetidos à análise – a ação de um agente que deve ser aceito como causa específica da histeria (FREUD, 1896, p. 152-153).

Esse agente é uma lembrança que está relacionada à vida sexual e a experiências precoces na infância, com ou sem a presença de abuso por parte de um terceiro, seja adulto ou criança com mais idade. Compreendendo a dimensão da descoberta, Freud assegurou que pôde efetuar a psicanálise em treze casos completos sobre a histeria. Em todos, afirmou, havia a presença de um desses agentes. A idade da referida experiência precoce era variável. Em dois casos foi aos dois anos, mas a mais comum em suas observações era entre o quarto e o quinto ano. Apesar de sua convicção, questionava-se acerca da veracidade de tais lembranças e de como se precaver de eventuais mentiras ou invenções atribuídas aos sujeitos histéricos. Nesse período, Freud acreditava e defendia essa concepção e sabe-se que somente mais adiante pôde avaliá-la e abandoná-la.

Na historiografia oficial, segundo Roudinesco e Plon (1998), formulou-se uma lendária versão do nascimento da psicanálise atribuída a duas mulheres, Bertha Pappenheim (Anna O.) e Fanny Moser (Emmy Von N.). À primeira, tratada por Josef Breuer, atribui-se a invenção da terapia pela fala, e à segunda, tratada por Freud, a invenção da clínica da escuta, que obrigou o médico a renunciar à observação direta e a se manter recuado, atrás do paciente. A essa lenda, na qual se mesclaram os nomes dos dois autores dos estudos sobre a histeria, veicula uma genealogia que integra os enunciados freudianos.

A psicanálise é considerada um método singular, pois, sendo um procedimento médico que visava a cura de certas formas de doença nervosas através de uma técnica psicológica constituiu-se, aponta Freud (1905 [1904]), em uma notável combinação de

método de pesquisa das neuroses e também de tratamento. A técnica, apesar de não ser fruto da especulação, mas da experiência, enfrentou a resistência dos médicos, especialmente nos círculos psiquiátricos que a contradiziam sem, no entanto, possuírem estudo e aplicação prática para tal. Freud considerava, naquele momento, que a resistência estava fundamentada tanto na notável novidade da teoria psicanalítica quanto em estar mais próxima do campo da psicologia que da medicina. Para ele, o ensinamento médico até então havia contribuído pouco para a compreensão da vida mental. Além disso, outro fator mais específico era o temor que o observador médio sentia de se ver no próprio espelho, sendo mais fácil, portanto, recusar a técnica.

Os homens das ciências tendem a enfrentar resistências emocionais com argumentos e, assim, satisfazem-se a si mesmos para sua própria satisfação! Quem quer que deseje não ignorar uma verdade fará bem em desconfiar de suas antipatias e, se quiser submeter a teoria da psicanálise a um exame crítico, que primeiro se analise a si mesmo (FREUD, 1913 [1911], p. 230).

Confiante no que tange ao conhecimento e à experiência no tocante ao método psicanalítico, Freud é categórico quanto à importância do estudo da teoria, manejo da técnica e o autoconhecimento através da autoanálise. Insiste que aquele que não se submete a sua própria análise não está preparado para analisar. Sobre essa questão e a complexidade do manejo da técnica psicanalítica, expõe em *Sobre o início do tratamento (Novas recomendações sobre a técnica da psicanálise I)*:

Todo aquele que espera aprender o nobre jogo do xadrez nos livros, cedo descobrirá que somente as aberturas e os finais de jogos admitem uma apresentação sistemática exaustiva e que a infinita variedade de jogadas que se desenvolvem após a abertura desafia qualquer descrição desse tipo. Esta lacuna na instrução só pode ser preenchida por um estudo diligente dos jogos travados pelos mestres. As regras que podem ser estabelecidas para o tratamento psicanalítico acham-se sujeitas a limitações semelhantes (FREUD, 1913, p. 139).

No entanto, no texto *As perspectivas futuras da terapêutica psicanalítica*, há um Freud que reconhece haver ainda muito a descobrir, admitindo estar ainda muito longe de saber tudo que se requer para o conhecimento do inconsciente dos seus pacientes. Considera que tal avanço poderá significar um acréscimo no poder terapêutico, pois quanto mais se compreende, mais se realiza. Analisa os avanços até aquele momento, reconhecendo que, no início, se tratava de um tratamento inexorável e exaustivo, mas que, aos poucos, foi tomando uma atmosfera mais cordial (FREUD,

1910). Dessa forma, apesar de consciente dos obstáculos, não se deixava vencer, pois confiava no futuro da psicanálise: “O tempo há de mostrar se o tratamento psicanalítico pode realizar mais” (FREUD, 1910, p. 152).

Sua coerência possibilitava-lhe perceber e expor as grandes alterações que foram ocorrendo na técnica psicanalítica ao longo do seu desenvolvimento. Da primeira fase, a da catarse de Breuer – na qual o objetivo era focalizar diretamente o momento em que o sintoma se formou a fim de reproduzir os processos mentais para dirigir-lhe a descarga ao longo da atividade consciente, porquanto “recordar e ab-reagir, com o auxílio, era o que, àquela época, se visava” (FREUD, 1914, p. 163) – ao abandono da hipnose e utilização da tarefa de associação livre, quando a técnica passou a focalizar os conteúdos que o paciente deixava de recordar. Nesse momento, a resistência deveria ser contornada através do trabalho de interpretação, dando a conhecer seus resultados ao paciente.

Embora as situações que ocasionaram a formação dos sintomas e as anteriores ao aparecimento da doença ainda fossem importantes, o trabalho da ab-reação retrocedeu a segundo plano, sendo mais importante o dispêndio de energia do paciente na tarefa de superar sua censura acerca da associação livre. A partir de então, a técnica evoluiu até o desenvolvimento da técnica sistemática, na qual o analista dá menor ênfase a um momento ou problemas específicos para estudar o que se acha presente, no momento da sessão, ou seja, na superfície da mente do paciente. Essa conduta possibilita o emprego da arte da interpretação com o intuito principal de identificar as resistências que ali aparecem para comunicá-las e torná-las conscientes ao paciente (FREUD, 1914).

A singularidade da psicanálise por ser, simultaneamente, um método de investigação, uma teoria e uma forma de tratamento, definida por Freud no ano de 1924, ainda conserva sua validade, segundo Mezan (1998), embora tenha sido atacada em todas as formas: como método de investigação é considerada pouco sólida; como teoria, mal construída; e como tratamento/terapia, inútil, custosa e fornecedora de poucos resultados. Ao apresentar tal análise, o autor é incisivo e explica que as dificuldades inerentes à psicanálise são numerosas e, em parte, podem ser atribuídas a ela mesma, mas que, apesar disso, conserva muito do seu encanto e da sua fecundidade.

Se considerarmos que toda ciência está propensa a momentos de euforia ou glória, de estabilidade, de questionamentos ou dúvidas e de declínio, com a psicanálise não poderia ser diferente (MEZAN, 1998). Sendo produto da contestação a uma atitude

niilista que dominava a psiquiatria alemã no final do século XIX, na qual se observava o doente sem escutá-lo e se classificava as doenças da alma sem procurar tratá-las (ROUDINESCO; PLON, 1998), a psicanálise é resultado do grande desejo de Freud em curar os homens de seus sofrimentos psíquicos e provar que o seu método era o mais eficaz, científico e coerente. Seu percurso foi longo e sua história é marcada por adesões e dissidências que o seu criador reconhecia como forte e implacável.

Entretanto, ao longo do tempo, de acordo com Berenstein (2001), a psicanálise tem acentuado a grandeza original do inconsciente e do mundo representacional. Sua elaboração consistiu no manejo de um procedimento terapêutico cuja investigação dos fenômenos inconscientes levou à produção de uma metapsicologia e à elaboração da teoria psicanalítica.

Essa prática inaugurou uma forma de pensamento e instituiu uma novidade real: a sessão analítica, o indivíduo como paciente, e o analista atrás e na posição de atenção flutuante para não interferir e se manter neutro pelas próprias ocorrências do seu inconsciente, o que poderia dificultar o contato com as determinações inconscientes do paciente (BERENSTEIN, 2001).

O objeto da psicanálise é o inconsciente e os seus significados emocionais. Eles se organizam segundo um fio condutor batizado de desejo, com tendência a se manifestar na consciência e no ambiente. Sua maior contribuição está na demonstração de como pensamos em vários níveis, cada um com uma lógica própria, mas sempre com a finalidade de satisfação do desejo (SILVA, 1993). Há nessa concepção uma explícita valorização do intrapsíquico e deve-se a essa hipervalorização o fortalecimento de uma corrente que, ao considerá-la paralisante e estéril, possibilitou o movimento de alguns terapeutas deixar o interior da mente para olhar o entorno e estudar os sistemas de relações nos quais os pacientes se encontravam imersos e, também, os mecanismos mediante os quais o próprio sistema estaria doente e os faria adoecer (BIGLIANI, 2011). A esse movimento se deve a criação da corrente sistêmica.

Apesar da corrente principal do pensamento psicanalítico haver se refugiado na teorização do intrapsíquico e temer as ameaças que minassem a importância teórica da realidade psíquica, fato que poderia colocar em risco a solidez e segurança do movimento psicanalítico, de acordo com Bigliani (2011), no próprio Freud pode-se encontrar proposições indicativas que possibilitam a superação dos obstáculos apresentados na limitação do tratamento das psicoses e a recomendação de que se deveria ampliar a teoria explicativa e mudar a técnica. Bigliani (2011) destaca que

muitos autores argumentam que o refúgio no intrapsíquico pode ser efeito de uma autolimitação que se manifestou na teoria devido ao clima repressivo do nazismo na cultura.

Ao reconhecer a importância do movimento sistêmico que permitiu ampliar e enriquecer o olhar crítico dos terapeutas acerca dos reducionismos intrapsíquicos, Bigliani (2011) destaca que algumas teorizações dessa corrente podem ser consideradas “peças maravilhosas”, mas ressalta que também há abusos, que denomina uma “péssima psicanálise”. Diante disso, pode-se ponderar que qualquer extremismo é desnecessário e perigosos, pois, segundo Bigliani (2011, p. 21), “alguns jogaram fora o bebê do intrapsíquico junto com a água do banho dado na psicanálise de má qualidade”.

Para efeito de compreensão da teoria psicanalítica e da aplicação do seu método terapêutico, de acordo com Mabilde (2005), todo freudismo é conceitual e fundamental, visto que continua como paradigma unificador de tudo que pode ser dito ou escrito sobre a psicanálise, mesmo quando se pretende contrapô-la. Para o autor, nada em Freud é secundário ou desprezível. Mesmo quando se equivoca, sua elaboração é estrutural. O freudismo é toda a psicanálise e só vale em sua totalidade.

Diante disso, surge o questionamento: como ler Freud? Não há um consenso sobre a maneira adequada ou indicada. Considera-se, de maneira geral, que cada um deve empreender sua forma específica. Para Mezan (2011), é possível uma leitura por meio do ângulo dos conceitos, ou seja, uma abordagem que privilegia o aspecto sistemático da obra.

Por sua vez, Jones (1989) sustenta que a obra freudiana é bem melhor compreendida se estudada cronologicamente, embora isso possa se aplicar mais a seus textos iniciais. Para seu biógrafo oficial, as obras representam muito mais um desdobramento firme de suas ideias, com ramificações das aplicações, que uma grande etapa de um novo desenvolvimento.

Há também quem considere o ato da escrita em Freud um ato de autoanálise. Mandelbaum (2016) ressalta que cada livro é único e a forma de percorrer a obra psicanalítica é muito individual, pois revela mais que uma leitura, aponta para o interior fazendo com que o sujeito se descubra e descubra Freud dentro de si. Nesse sentido, diz o autor, Freud vira um objeto através do qual se vai descobrindo e que começa a falar dentro do próprio sujeito. Sendo assim, pode-se frisar que também o ato da leitura da obra freudiana pode ser considerado uma espécie de autoanálise.

Mandelbaum (2016) também destaca que os textos freudianos lhe impuseram pensar por que gravitamos tanto em torno de nós e tentamos de diversas maneiras – alegres, desesperados, indecisos... – achar alguma saída. Pondera que não se trata de achar uma saída de si, embora possa ser, mas uma saída para se ampliar. Afirmar ser a alienação o tema central da psicanálise, pois considera que Freud construiu uma literatura a respeito da alienação através do questionamento da história do sujeito em torno do grupo familiar.

Diante da grandeza de tal obra, há que se enfatizar alguns momentos históricos importantes que antecederam e influenciaram a criação da psicanálise. Para compilar tais momentos, utilizaremos a evolução histórica elaborada por Zimmerman (2007), que descreve a assistência aos transtornos mentais e emocionais e os divide em três grandes períodos: pré-história, pródromos científicos e psicanálise como ciência. Para o autor, todo texto psicanalítico para adquirir um significado deve ser lido dentro do contexto histórico-evolutivo, social, cultural e científico no qual está inserido.

Dessa forma, é na pré-história que se evidencia os primeiros registros arqueológicos do antigo Egito que atestam a prática da trepanação craniana com o objetivo de comprovar alguma causa para a doença mental. A prática ser superada na Idade Média não significou necessariamente uma conduta mais humana, pois os doentes mentais passaram a ser presos, exibidos em circos, encarcerados em hospícios e submetidos a um arsenal de punições, visto que se acreditava, nesse período, em uma mentalidade voltada para a magia, demonologia, exorcismo, benzeduras e diversas formas de curandeirismo praticados por bruxos, xamãs, sacerdotes e faraós.

Uma modificação importante dá-se em meados do século XVIII, quando Anton Mesmer, em Viena, ao empregar um recurso que consistia na utilização da sugestibilidade, denominado “mesmerismo”, é considerado o precursor do hipnotismo. Coube, entretanto, a Pinel e seu discípulo, Esquirol, promover uma reforma hospitalar cuja base está no respeito à dignidade do enfermo mental para possibilitar o aumento de sua autoestima. Há, nesse momento, a promoção de uma humanização e reconstrução do sentimento de identidade, principalmente pelo trabalho laborativo (ZIMMERMAN, 2007).

No segundo período, batizado de pródromos da psicanálise, Sigmund Freud é o grande destaque. De sua trajetória como aluno e estagiário na sua formação médica em Viena à sua inspiração no campo da investigação, que o levou à descoberta da estrutura gonadal das enguias, e, mais tarde, no campo da fisiologia, com os seus estudos sobre o

sistema nervoso de certos peixes até sua experiência com a hipnose, culminando na criação do método da associação livre. Foi como consequência de todo esse processo que o conflito psíquico passou a ser concebido como resultante do embate entre forças instintivas e forças repressoras, sendo os sintomas a representação simbólica desse conflito inconsciente. Essa concepção inaugura a psicanálise como uma nova ciência (ZIMERMAN, 2007).

Com referenciais teórico-técnicos próprios, específicos e consistentes, a evolução histórica da psicanálise como ciência está centrada nas contribuições originais de Freud e pode ser dividida em cinco estágios: teoria do trauma, teoria topográfica, teoria estrutural, conceituações sobre o narcisismo e dissociação do ego.

Partindo da concepção de que o conflito psíquico era resultante das repressões impostas pelos traumas de sedução sexual que teriam acontecido no passado, mas que retornavam sob a forma de sintomas, Freud postulou que os neuróticos sofriam de reminiscências e que a cura consistiria em lembrar o que estava esquecido. Nessa época, relembrar visava apenas ab-reação e catarse por meio da verbalização dos fatos traumáticos e dos sentimentos contidos em tais lembranças. Não havia, ainda, a necessidade de uma ressignificação dos traumas rememorados pelo paciente na situação psicanalítica (ZIMERMAN, 2007).

Quando Freud se deu conta de que a teoria do trauma era insuficiente, que os relatos de suas pacientes histéricas não traduziam verdades, pois essas estavam contaminadas por fantasias inconscientes provenientes de desejos proibidos, ele propôs a divisão da mente em três lugares: consciente, pré-consciente e inconsciente. Lugar, do grego *topos*, denomina a teoria topográfica.

O paradigma técnico passa, então, a ser o de tornar consciente o que estiver no inconsciente e, em 1900, o autor publica *A interpretação de sonhos*, no qual comprova que o conteúdo do sonho “manifesto” pode ser visto como um modo disfarçado e “censurado” da satisfação de proibidos desejos inconscientes. Nessa fase teórica, Freud considera que todo sonho e sintoma conduz ao desconhecido do inconsciente. É a descoberta do significado simbólico dos sonhos e sintomas que inaugura a psicanálise como ciência.

Entretanto, à medida que se aprofundava na dinâmica psíquica, Freud constatava o campo restrito da teoria topográfica. Diante do fato, ampliou-a com a concepção de que a mente se comportava como uma estrutura na qual distintas demandas, funções e proibições, provindas do consciente ou do inconsciente, interagiam

de forma permanente e sistemática entre si e com a realidade externa. Foi a partir do texto *O ego e o id* (1923) que ele concebeu uma estrutura tripartite composta pelas instâncias do id (com as respectivas pulsões), do ego (com o seu conjunto de funções e de representações) e do superego (com as ameaças e castigos) (ZIMERMAN, 2007).

Embora não tenha sido formulado como uma teoria, as conceituações sobre o narcisismo, segundo Zimmerman (2007), abriram as portas para uma compreensão mais profunda do psiquismo primitivo, pois a forma como o indivíduo vivencia essa etapa do desenvolvimento influencia sua capacidade criativa, de estar consigo e de estabelecer vínculos afetivos. A descoberta freudiana acerca do narcisismo é considerada fundamental em sua obra e, para muitos estudiosos, marca um novo momento na sua produção. Assim sendo, cabe salientar que o referido estudo se constituiu como semente que continua germinando e propiciando inúmeros vértices de abordagem por parte de autores de todas correntes psicanalíticas. Em termos metapsicológicos, narcisismo significa libido investida no ego, ou melhor, amor ao ego.

No entanto, desde jovem, Freud já se mostrava perplexo ao perceber a dissociação da mente em pacientes histéricas, durante os transe hipnóticos. Em seus primeiros trabalhos com elas, segundo Zimmerman (2007), ele falava de uma cisão da qual resultam núcleos psíquicos independentes. Ao aprofundar suas pesquisas sobre esse enigma, ficou convencido de que a clivagem da mente em regiões conscientes e inconscientes não era específica e restrita às psicoses e neuroses, mas ocorria em todos os indivíduos. Assim:

É a partir de seu trabalho sobre Fetichismo (1927) e, de forma mais consistente, em Clivagem do ego no processo de defesa (1940), que escreveu ao apagar das luzes de sua imensa obra, é que Freud estudou a cisão ativa, intra sistêmica, que ocorre no próprio ego e não unicamente entre as instâncias psíquicas. Com isso, Freud lançou novas sementes que possibilitaram aos pósteros autores desenvolverem uma concepção inovadora da conflitiva intrapsíquica [...] A genialidade de Freud possibilitou que, entre avanços, recuos e sucessivas transformações construísse os alicerces da base metapsicológica e prática da psicanálise, sempre estabelecendo inter relações entre a teoria, a técnica, a ética e a prática clínica (ZIMERMAN, 2007, p. 25).

Sendo um dos marcos da produção científica do século XX e estando na origem dos grandes trabalhos sobre a loucura e sexualidade daquele século (ROUDINESCO; PLON, 1998), a psicanálise jamais se restringiu a uma técnica para curar neuroses. Prova disso, segundo Mezan (2011), são seus inúmeros textos sobre

religião, arte, literatura, etnologia. Tais textos representam as aplicações da psicanálise às diversas esferas da vida humana.

Nesse sentido, ela pode ser considerada uma sólida construção teórica fundamentada em dilemas clínicos, formulada a partir mais de incertezas do que de certezas. Piva (2016) destaca que Freud foi um investigador perseverante, uma mente inquieta e um homem bem à frente do seu tempo. Nele havia uma preocupação aguçada diante do sofrimento humano. De tal forma, ressalta a autora, sua obra está “viva” e “aberta” a novas descobertas.

Entretanto, a psicanálise não é uma unanimidade. Sua história é marcada por adesões e dissidências, e o seu criador reconhecia a forte e implacável resistência à sua criação. Em um registro de áudio datado de 1938, Freud afirma ter pago um alto preço pelo que denominou “um pequeno golpe de sorte”. Nesse áudio, ele destaca, além dos embates, o fato de ter conseguido atrair discípulos e fundar a Associação Internacional de Psicanálise, mas conclui afirmando que a luta não acabara. E não mesmo. Mais de cem anos depois da sua criação, a psicanálise, concorde ou não, se mantém em um dos cumes da nossa cultura e continua dialogando com diversas ciências (BRANCO, 2003).

Sua vida é marcada pela dedicação à elaboração e defesa da psicanálise. Em inúmeros textos, encontramos um Freud que reflete acerca do método psicanalítico. Um deles é *Conferência XXXIV - Explicações, aplicações e orientações*, no qual reconhece claramente tanto a admiração quanto a rejeição que provoca nas pessoas do meio científico. Considera que, muito frequentemente, o julgamento da psicanálise é desdenhoso, difamatório ou jocoso, e diz:

Há um ditado corrente segundo o qual deveríamos aprender com os nossos inimigos. Confesso que nunca consegui fazer isso; mas pensei que de qualquer modo, seria instrutivo para os senhores se eu empreendesse um estudo de todas as acusações e objeções que os adversários da psicanálise levantaram contra ela, e se também assinalasse as injustiças e ofensas contra a lógica que tão facilmente nelas poderiam ser reveladas. Mas, “depois de pensar bem”, disse a mim mesmo que absolutamente não seria interessante, antes, tornar-se-ia tedioso e desagradável, e seria justamente o que eu estive evitando cuidadosamente todos esses anos (FREUD, 1933 [1932], p. 148).

Assim como os contemporâneos de Freud, na atualidade, são muitos os opositores e os defensores. Conquanto não se trate de privilegiar um posicionamento ou outro, nosso enfoque destaca aqueles que reconhecem e expõem o seu valor em tempos da valorização dos objetos em detrimento do homem desejante (ROUDINESCO, 2003). Roudinesco (2003) é categórica ao afirmar que a sociedade democrática moderna quer

banir de seu horizonte a realidade do infortúnio, da morte e da violência. Disso resulta a concepção da norma e da patologia que repousa no princípio intangível de que todo indivíduo tem o direito de não manifestar seu sofrimento. E vai além, proclamando não ser surpreendente que, diante desse quadro, a infelicidade que se finge exorcizar retorne de maneira fulminante no campo das relações sociais e afetivas.

No prefácio do livro *Os progressos da psicanálise*, Jones (1982) exalta a mente fértil de Freud e descreve quão importante é a sua produção, tanto em quantidade quanto em qualidade, pois trata-se de ideias e descobertas originais. Entretanto, ele destaca que, mesmo para um trabalhador como Freud, era impossível explorar todas as ramificações face a dimensão de suas inspirações. Essa é uma tarefa, relata seu biógrafo oficial, com potencial para anos de exploração (KLEIN et al., 1982). Muitas pesquisas, segundo Jones (1982), prosseguirão tão frutíferas quanto as aspirações de Freud, pois o método por ele criado tem potencial para conduzir a novas descobertas, além das realizadas pelo próprio. A força de seu trabalho está na imensa capacidade de ampliação e ratificação, um processo que Freud aplicou sem hesitação. Em *Psicologia de grupo e a análise do ego*, ele reconhece:

Vinte e cinco anos de intenso trabalho tiveram por resultado que os objetivos imediatos da psicanálise sejam hoje inteiramente diferentes do que eram no começo. A princípio o médico que analisava não podia fazer mais do que descobrir o material inconsciente oculto para o paciente, reuni-lo e no momento oportuno comunicá-lo a este. A psicanálise era então, primeiro e acima de tudo uma arte interpretativa. Uma vez que isso não solucionava o problema terapêutico, um outro objetivo rapidamente surgiu à vista: obrigar o paciente a confirmar a construção teórica do analista com sua própria memória (FREUD, 1921, p. 28).

Nesse texto, Freud (1921, p. 34) assinala que algumas questões discutidas se tratam de especulações e pontua que “a especulação psicanalítica tem como ponto de partida a impressão derivada do exame dos processos inconscientes, de que a consciência pode ser, não o atributo mais universal dos processos mentais, mas apenas uma função especial deles”. Para o autor, com frequência especulações forçam o leitor aceitá-las ou não, de acordo com a sua predileção. Para ele, essa é mais “uma tentativa de acompanhar uma ideia sistematicamente, só por curiosidade de ver até onde ela levará” (FREUD, 1921, p. 34).

Ainda no livro *Os progressos da psicanálise*, Joan Riviere (1982, p. 11) destaca o seguinte trecho da autobiografia de Freud: “Estabeleci muitos princípios e lancei muitas sugestões... Posso esperar que tenham aberto caminho para um importante

avanço em nossos conhecimentos. Algo surgirá deles no futuro”. O trecho, segundo ela, “é apenas um de muitos em que o criador da psicanálise proclama como este saber enquanto ciência está destinada a desenvolver-se e expandir-se” (RIVIERE, 1982, p. 11). Declara ainda que nada do que Freud escreveu pode ser considerado obsoleto e não há nada que não compense o estudo intensivo, a comparação e a reflexão. Afirma não estar subestimando os trabalhos originais de outros pioneiros da psicanálise, como Sándor Ferenczi, Ernest Jones, Karl Abraham e Melanie Klein, mas que se pode encontrar o germe de todas as importantes conquistas na própria obra de Freud (KLEIN et al., 1982).

Entre algumas produções que tratam da obra psicanalítica, o livro *O prazer de ler Freud*, de Juan-David Nasio (1999), prende a atenção diante da clareza nas críticas, valorização da psicanálise e admiração por seu criador. O autor ressalta: “Perguntei-me incessantemente o que mais me impressionava em Freud, o que dele vivia em mim, no trabalho com meus analisandos, na reflexão teórica que orienta minha escuta, e no desejo que me anima de transmitir e fazer a psicanálise existir” (NASIO, 1999, p. 12).

E assinala que o que mais lhe impressiona em Freud e em sua obra é o que nesta lhe remete a si mesmo. Acentua não ser apenas a teoria nem o método, mas a loucura e genialidade de seu criador. Genial por querer captar do interior do outro as causas dos seus atos e querer sentir a fonte íntima que impulsiona um ser. Para ele, Freud é antes de mais nada a vontade e o desejo de saber. E, acrescenta, genialidade é diferente de querer ou desejar. A de Freud está na sua compreensão de que para apreender as causas secretas que movem um ser, esse outro que sofre e a quem escutamos, é preciso descobrir as causas em nós mesmos. A genialidade em Freud não reside, pois, no desejo de desvendar um enigma, mas em emprestar o próprio eu a esse desejo, emprestando-se como instrumento capaz de aproximar-se da origem velada do sofrimento daquele que fala.

Como não atribuir a Freud sua notória genialidade? É fato que ele dominava diversas áreas do saber. A complexidade e riqueza de sua formação científica e cultural abarcava desde o pensamento da antiguidade greco-romana, passando pela literatura clássica, até os referenciais literários, filosóficos e científicos de sua época (LEJARRAGA, 2002). Dessa forma, embora tenha sido elaborada há mais de um século e para responder as questões da sua época, a psicanálise em seus pressupostos e conceitos é considerada consistente e com potencial revitalizante, pois todas as mudanças dos tempos, evolução científica e produções da cultura impõem tanto à teoria

quanto à prática se revisarem, e isso a psicanálise faz, embora alguns discordem veementemente.

Desde a sua criação, a psicanálise serve de modelo para as demais teorias psicológicas, quer estas se aproximem ou se distanciem dela. O certo é que lá está ela, no âmago dos postulados das “novas teorias”. Sob esse viés, Nasio (1999, p. 11) assegura: “No decurso desses cem anos, os problemas abordados pela psicanálise foram amiúde conceituados sob diferentes pontos de vista”, e, afirma ainda que “um fio inalterável tecido pelos princípios fundamentais da psicanálise atravessa o século, ordena as singularidades do pensamento analítico e assegura o rigor da teoria”. Logo, a psicanálise é considerada um aparato teórico dos mais sólidos e alguns autores afirmam que, mesmo os que a criticam e a consideram superada, recorrem a ela para, a partir dos referenciais da mesma, elaborarem os seus.

Nasio (1999) destaca que Freud foi um trabalhador incansável e produziu uma extensa obra, sendo toda a sua doutrina marcada pelo desejo de identificar a origem do sofrimento. Para ele, a obra freudiana é, nesse aspecto, uma imensa, mas inacabada, resposta às perguntas de qual seria a causa dos nossos atos e como funciona a vida psíquica. Entretanto, admite que a psicanálise não acompanha os avanços científicos e sociais, posto que se ocupa de coisas aparentemente simples – o amor e o ódio, o desejo e a lei, o sofrimento e o prazer, atos da fala, dos sonhos e das fantasias –, mas que são também imensamente complexas e atuais. Ocupa-se não apenas do pensamento abstrato, mas de uma experiência humana e uma relação concreta: a análise entre dois parceiros em permanente interação – o analista e o analisando.

É por ser considerada uma obra inacabada que Kaës (2011) ressalta que assumir trabalhar as fronteiras dos espaços subjetivo e intersubjetivo confronta o pesquisador com novas realidades, como formas mistas, como foram para Freud a pulsão e a fantasia, nas fronteiras entre o corporal e o psíquico. Essas dúvidas, segundo Kaës (2011), podem instalar momentos de desânimo, solidão e desencorajamento, mas são, por outro lado, fecundas, pois a história da psicanálise testemunha seu potencial criativo, revolucionário e sua capacidade de cuidar.

Entretanto, fala-se em uma crise que afeta a psicanálise em todo o mundo, sinalizada através da menor demanda de pacientes e de candidatos à formação. Como consequência, a profissão de psicanalista estaria perdendo o atrativo econômico, visto que como terapia estaria sendo substituída por outras técnicas psicológicas.

Não se pode negar que o campo psicoterapêutico, de acordo com Mezan (1998), nos últimos anos, sofreu importantes modificações diante do progresso significativo da psiquiatria e o surgimento de novos métodos de cuidar do sofrimento psíquico – alguns interessantes, outros de desconcertante ingenuidade. As novas técnicas criaram alternativas ao tratamento psicanalítico, denominado por Mezan (1998), “*stricto sensu*”. O autor critica, contudo, o exagero ao que é importado ou “tendência tupiniquim de macaquear as modas internacionais, comprando como verdadeira qualquer bobagem, desde que venha assinada por um autor estrangeiro, de preferência norte-americano” (MEZAN, 1998, p. 8).

Ele postula que, para a psicanálise continuar sendo uma obra viva, é preciso continuar investigando e lutando contra a tendência de idealizar os mestres do passado e considerá-la uma prática com alguns acontecimentos seguros, mas com inúmeros pontos cegos e zonas de sombras. Em defesa à psicanálise, declara:

As dificuldades inerentes à psicanálise são numerosas, em parte devido a ela mesma, em parte às condições sociais e culturais do seu exercício; mas, nestes tempos em que proliferam as comemorações do seu centenário, ela conserva muito mais do seu encanto e da sua fecundidade. Talvez mais sóbria, menos enfatuada com seus poderes terapêuticos, mas cautelosa em algumas de suas formulações, concordo; mas daí a proclamar tonitruante de que “Freud está ultrapassado” vai uma longa distância (MEZAN, 1998, p. 9).

Em suas discussões, Mezan (1998) assinala alguns momentos que denomina como auge e declínio da psicanálise: nos Estados Unidos, o apogeu se deu após a Segunda Guerra Mundial, quando predominava, nesse país, a psiquiatria e a psicologia clínica, e o declínio teria iniciado por volta da década de 70. França e Argentina teriam tido seu apogeu nas décadas de 60 e 70, e queda nos anos 80. E, no Brasil, cujo *boom* psicanalítico ocorreu a partir dos anos 80, começaria a murchar em meados dos anos 90.

No que concerne ao Brasil, o autor discorda de um panorama sombrio e enfatiza que há um visível aumento na produção de publicações originais e traduções, proliferação de revistas e implantação de associações de psicanalistas em cidades do interior e em estados brasileiros distantes dos grandes centros. Nas universidades brasileiras, há a oferta de cursos de pós-graduação e especialização. Soma-se a isso a realização de seminários, palestras e debates.

Se, por um lado, a maior oferta de formação seja importante, culmina em uma concorrência mais acirrada e, nem sempre, com a qualidade desejada, uma vez que o psicanalista iniciante demora a equilibrar suas finanças, e o trabalho assalariado não lhe

oferece condições de atravessar esse período de forma tranquila. Por outro lado, parece ocorrer uma adequação da psicanálise às condições econômicas da classe média, sua clientela substancial, através da redução das sessões e de menores preços. Tais adequações às leis do mercado são importantes e não implicam redução da qualidade do serviço necessariamente, pois o mercado, naturalmente, excluirá os profissionais despreparados ou inaptos à atividade psicoterapêutica.

Didier Anzieu (2006), um crítico/defensor da psicanálise, ressalta que a mesma adoeceu de seu próprio sucesso ao tornar um dogma sua doutrina, sua arte uma rotina, a análise um ritual, e seu estudo uma carreira. Pontua que, tendo o mundo mudado de forma acelerada, cabe à psicanálise reaprender o que cada momento histórico representa para a humanidade ou, em suas palavras, “se for verdade que a psicanálise ensina novamente a cada um o que ele perdeu em sua história individual, ela mesma deve reaprender o que em cada virada da história coletiva a civilização perdeu” (ANZIEU, 2006, p. 270).

As mudanças são urgentes. De acordo com o autor, a psicanálise é capaz de continuar sem os psicanalistas históricos e existem psicanalistas capazes de continuar sem a psicanálise. Entretanto, para ele, se no passado os psicanalistas tinham que enfrentar a resistência do mundo à psicanálise, hoje a tarefa é oposta: sustentar a resistência da psicanálise ao mundo. O problema não consiste em repetir o modelo de intervenção que Freud elaborou ante a crise da sua época, mas encontrar uma resposta psicanalítica para o mal-estar do homem na atualidade. Posto isso, é necessário repensar alguns enquadres, diz o autor.

Para Anzieu (2006), o trabalho psicanalítico se faz em qualquer lugar no qual surja o inconsciente, seja sob quaisquer condições: em pé, sentado, deitado; individualmente, em grupo ou em uma família; durante uma sessão, na soleira da porta, ao pé de um leito de hospital etc. Ou seja, em qualquer lugar no qual o sujeito possa deixar falar suas angústias e fantasias para alguém que, supostamente, escuta-as, entende e é capaz de explicá-las.

A flexibilidade não deve ser confundida com dispensar o rigor analítico, pois, sem um enquadre de natureza simbólica que garanta ao paciente segurança interior enquanto regride, as produções do seu inconsciente não poderão ser exploradas. E Anzieu (2006) destaca também: deve haver disponibilidade, abertura, presença, apoio e receptividade. Tais condutas não invalidam uma postura analítica rigorosa, antes a fortalecem, pois rigor não deve ser sinônimo de intransigência e distanciamento.

Aqueles terapeutas que pensam e agem de forma extremamente rigorosa correm o risco, de acordo com esse autor, de “matar” o processo analítico. Tal postura, classificada por ele como extrema, está impregnada do que denomina “rigor mortífero”. Ele destaca que ser psicanalista não se resume a escutar e interpretar as demandas do paciente. Ser psicanalista é também tentar dizer de si. E é na formação e prática bem-sucedidas que o clínico encontrará a possibilidade criadora e desafiadora de fazer isso. Ao dizer de si, o analista autoriza-se a dizer do outro, parafraseando Lacan.

Anzieu (2006) ensina que a história da psicanálise é a da criatividade e das infinitas metamorfoses de resistência ao inconsciente, mas há momentos e lugares especialmente fecundos, como a Inglaterra com Winnicott, Bowlby e Balint, que souberam aperfeiçoar com maestria os sistemas de Melanie Klein, Hanna Segal, Marion Milner, Wilfred Ruprecht Bion, Elliott Jaques, Herbert Rosenfeld, Donald Meltzer, entre outros. Esses são apenas alguns nomes em uma lista de inúmeros psicanalistas dedicados ao seu aperfeiçoamento constante.

Bigliani (2011) reforça tal compreensão ressaltando que diversos autores psicanalistas dão ênfase à importância da cultura, da sociedade, da família e do outro na constituição do sujeito e na produção da sua patologia. Ilustra tal pensamento com Freud, que, segundo ele, não se detém ao sujeito, mas apresenta profundas reflexões sobre as massas, a cultura, a história; Lacan, que recupera um sujeito cuja presença do outro é fundadora através da teorização sobre a família e sua descrição das funções e lugares de cada personagem do conjunto; Bion, teórico da capacidade de *reverie* da mãe como fundamento da produção simbólica; e Piera Aulagnier, que pensa a subjetividade com base no encontro antecipatório da mãe com o filho que irá nascer. Posto isso, Bigliani (2011) considera que se passa de um pensamento estritamente intrapsíquico para adentrar os campos do interp-síquico e do transpsíquico.

Todos esses psicanalistas históricos demonstram a imensa capacidade de aprimoramento da psicanálise. E é por se aperfeiçoar que a técnica possibilita ampliações. Entre elas, a psicanálise vincular é, certamente, uma das mais relevantes dentro do corpo teórico e do trabalho clínico. Ela se refere ao que se denomina psicanálise dos vínculos, psicanálise de casal e psicanálise de família.

Inúmeros são os territórios das tramas vinculares: o casal, a família e o grupo. Embora no tratamento psicanalítico a condução do atendimento seja individual, este é, por excelência, um tratamento vincular, desde o encontro entre analista e analisando, assim como a partir do relato repleto de sujeitos. Sabe-se que os vínculos, positivos ou

negativos, são gerados a partir das relações e percepções dos sujeitos. Se eles são formados a partir do contato com pelo menos mais uma pessoa, o que possibilita pensar que podem ser solucionados em uma demanda individual? A psicanálise vincular discute diretamente essa questão ao dar destaque ao individual e ao coletivo simultaneamente e em constante inter-relação.

Embora as bases da psicanálise vincular tenham sido construídas a partir do arcabouço freudiano clássico, não se trata de uma releitura simplesmente, mas da elaboração de conceitos próprios que legitimam sua intervenção. Sua construção resulta da prática clínica com grupos, famílias e casais de diversos psicanalistas, entre os quais podem ser apontados como importantes representantes os estudiosos franceses e argentinos, mas não apenas eles.

Sabe-se que a vida psíquica está imersa no mundo dos outros, daqueles com os quais estamos ligados pela linguagem, fantasias e afetos. Assim sendo, não se pode pensar em psicanálise vincular sem sua interlocução com a clássica, pois, se foi para responder ao sofrimento psíquico do sujeito moderno que surgiu a psicanálise, foi para responder às novas questões desse mesmo sujeito face às rápidas mudanças sociais e do seu consequente sofrimento na pós-modernidade que emergiu a vincular.

Contudo, ela não pretende substituir a psicanálise clássica, pois a noção de vínculo não surgiu de forma aleatória. Sua inclusão se dá a partir do destaque do papel da família na formação do psiquismo humano. Embora na construção da psicanálise Sigmund Freud tenha priorizado os processos psíquicos, isso não significa que o familiar não estivesse representado através dos conteúdos relatados por seus pacientes.

Para Mogueillansky e Nussbaum (2011a), os pressupostos que fundamentam a psicanálise vincular foram sendo construídos a partir da psicanálise clássica e podem servir de sustentação à psicanálise ampliada. É a psicanálise vincular que traz a família e as suas tramas na concepção do sujeito e impõe a necessidade de se repensar a noção de inconsciente.

Tais teóricos destacam como os vários modelos psicanalíticos atuais e suas respectivas concepções abordam a família e o casal como os novos sujeitos da psicoterapia psicanalítica à medida em que traz para o centro da discussão seus personagens. Estes definidos como protagonistas, e não apenas coadjuvantes ou figurantes. Nessa nova abordagem, estão todos implicados, ou seja, são todos personagens principais, coadjuvantes e figurantes. Embora haja papéis e funções diferentes em grau e importância, o que define cada participação é o acontecimento e o

quanto cada um está inserido ou implicado no mesmo. Dessa forma, no vínculo, conforme Berenstein (2011), não se é falado apenas pelo inconsciente, mas também pelo familiar e pela época.

À medida que o vincular é verificado a partir das bases metapsicológicas da psicanálise, temos uma maior amplitude para o entendimento das problemáticas intersubjetivas, tomando como referência os aspectos intrapsíquicos de cada sujeito do grupo. Tal compreensão revela a permanente relação entre mecanismos intra e intersubjetivos na constituição dos sujeitos, dos pares conjugais e das famílias. Assim sendo, pode-se afirmar que, ao introduzir o paradigma da permanente vincularidade no campo analítico, a psicanálise ultrapassa seus limites e aprimora-se em complexidade e qualidade.

1.2 Psicanálise vincular – Uma ampliação

A psicanálise vincular é, segundo Tubino (2015, p. 20), uma menina dos olhos às avessas da psicanálise, pois, ao mesmo tempo em que desperta a curiosidade dos que estudam a psicanálise, também provoca desconforto, pois “altera o ponto de gravidade de alguns fundamentos da psicanálise freudiana”. Isso, segundo o autor, provoca mal-estar, distanciamento ou mesmo rechaço.

Em que pese ser considerado natural um novo conhecimento ou procedimento clínico provocar resistência ou receio, há aqueles profissionais que sentem necessidade de promovê-lo ou descobri-lo, pois percebem que lhes falta algo. Nesse contexto, ilustramos a constatação de Piva (2006) que, após alguns anos de atendimento clínico com crianças e adolescentes, admite ter se sentido limitada teórica e tecnicamente no trato de determinadas problemáticas que remetiam a considerar o contexto no qual os pacientes estavam inseridos. Ela revela que encontrou no campo da psicanálise vincular respostas para alguns dilemas, assim como uma teoria potente, posto que esta possibilita visualizar o caráter multidimensional na constituição tanto do sujeito do inconsciente quanto do sujeito social. Portanto, um sujeito da história e dos vínculos.

Piva (2006) ressalta que o foco da atenção recai sobre o sujeito que ganha existência e se dá a conhecer na presença do outro com o qual estabelece um vínculo, que não se reduz à repetição das formas de relação de objeto constituídas ao longo de sua história singular e existentes no seu mundo interno.

Considerado um dos pioneiros neste campo, Berenstein (2011) explica que a psicanálise vincular é a técnica de tratamento dos conjuntos humanos do parentesco: casal e família, e também dos grupos. Tal característica possibilita reunir conceitos diferenciados, mas derivados da psicanálise. A psicanálise vincular se coloca entre as formulações psicanalíticas individuais e as derivadas dos grupos. Disso decorre uma questão fundamental: como repensar a noção de inconsciente quando se incorpora o conceito de vínculo? Para Kaës (2014), que tem explorado o inconsciente a partir do conceito de aliança, a relação é um espaço da realidade psíquica específica e é uma das principais condições para a formação do sujeito do inconsciente.

Sob tal lógica, a psicanálise vincular percorre conceitos diferentes, elaborados a partir de como se estabelece o vínculo, pois, “numa perspectiva vincular, examina-se com profundidade não só como somos determinados pelo mundo interno, mas também como somos determinados pelo entorno e pela trama das relações às quais pertencemos e como, por sua vez, colaboramos para mantê-la” (MOGUILLANSKY; NUSSBAUM, 2011a, p. 186).

Destaca Mandelbaum (2007, p. 175):

Talvez sejamos mais exatos se situarmos a clínica vincular como um desdobramento no interior do campo da psicanálise, herdeira de ideias freudianas que seus autores souberam articular com outros campos do saber e em outros enquadres terapêuticos. A própria clínica vincular contém elementos de repetição e criação. Ela nasceu numa rede de saberes e teorizações que enlaça de formas novas e criativas, a partir de novas demandas apresentadas pela clínica psicanalítica de crianças, adolescentes, casais, famílias e grupos”.

Tendo seu berço nessa rede de saberes e teorizações apontadas por Mandelbaum (2007), um importante questionamento se faz necessário: de quem é o paciente da psicanálise vincular? Berenstein (2011) responde que após mais de cem anos da prática psicanalítica sendo sinônimo de sessões individuais, estamos habituados a considerar como paciente uma pessoa. Entretanto, no campo da clínica vincular, segundo Moguillansky e Nussbaum (2011a), movem-se maneiras de pensar e realizar uma prática que detêm a riqueza de difentes pontos de vista, pois quando se passa de uma relação diádica (terapia individual) para uma triádica (terapia de casal), tetrádica ou mais (terapia de família), a dificuldade se avoluma. Porquanto, ao se tratar um casal ou uma família, deparamo-nos com fenômenos interpessoais resultantes da interação, mas que guardam relação com os fenômenos mentais intrapessoais decorrentes da

incorporação das normas e modelos culturais de cada indivíduo no seu grupo familiar primário. Moguillansky e Nussbaum (2011a) consideram a tarefa uma necessidade, tendo em vista as mudanças socioeconômicas e culturais da sociedade atual.

Diante da questão de sua origem e de sua especificidade, aparece mais um questionamento: onde localizar a psicanálise vincular? Ao fazer essa indagação, Puget (2009) se refere ao início da psicanálise vincular como uma forma de exceção à psicanálise (ou seu parente pobre), mas que se constituiu em uma ampliação extremamente necessária quando se encontrava obstáculos na análise individual. Estes exigiram novas formas de condução, pois tratava-se de atuar em momentos e questões para as quais a psicanálise tradicional, apesar de seu extenso manancial teórico, não dava sustentação. A esses momentos, a autora dá o nome de “estados de emergência”: situações inesperadas nas quais o terapeuta se vê desafiado a criar novas formas de atuação e em sua decorrência elaborar novos referenciais teóricos.

Para Puget (2009), a capacidade das ideias serem transformadas todos os dias faz parte da diversão da vida. Entretanto, a autora admite que, ao confirmar na prática clínica que o ensinado por Freud não é suficiente para pensar a complexidade das relações entre as pessoas, algo mudou para ela. Percebeu ser necessário olhar o mundo com outros olhos, olhar para as inseguranças a que estamos expostos todos os dias a partir da seguinte questão: qualquer hipótese é transitória e deve ser repensada.

Fazendo referência aos estados de emergência nos quais novos modelos de intervenção podem surgir para responder ou dar conta de demandas clínicas inéditas, Puget (2009) ressalta que eles são necessários, pois não se pode viver sem eles e por também oferecem certos privilégios. Estes dizem respeito ao que se faz dos estados de emergência – bons ou maus usos, dependendo das circunstâncias.

Em algumas situações, os estados de emergências podem se multiplicar e se tornarem um novo espaço de atuação, com outros sinais e indicadores. Por sua vez, são eles que possibilitam estados de rastreio, uma abertura para a busca do diferente, do que ainda não é representável. Nesse sentido, os estados de emergência e de rastreio possibilitaram o surgimento da psicanálise vincular.

Para se produzir um novo saber enfrenta-se muitos obstáculos. Se, por um lado, não ter um lugar estabelecido pressupõe liberdade de pensamento e de criação, por outro, não dispor de um estatuto oficial representa estar ilegal (PUGET, 2009). No tocante à psicanálise vincular, a liberdade de pensamento, que não significava apenas estar fora teoricamente, possibilitou, partindo do corpo teórico psicanalítico, o

surgimento de novas hipóteses. Novas instituições foram sendo criadas para abrigar novos dispositivos e, simultaneamente, a família, o casal e os grupos tomaram seu lugar no mundo psicanalítico. Assim, segundo Puget (2009), a psicanálise relacional (ou vincular) deixou de ser um estado de emergência, criando vocabulário e sinais próprios, favorecendo certos termos e descrevendo ou lidando com um mundo em que as relações entre dois ou mais têm o seu próprio status.

É preciso destacar também que, segundo a autora, sob o nome de psicanálise relacional ou vincular coexistem outras teorias e modos de conceber a intersubjetividade. Isso aconteceu na atuação clínica quando psicanalistas tentaram aplicar um referencial teórico ao funcionamento da mente de um paciente ao falar de um outro na sessão, sendo este outro seu objeto, mas ele não estando no processo terapêutico. Ou seja, o outro está e não está.

Era imprescindível, nesse caso, pensar o sujeito como um grupo, pois, aponta Eiguer (1985), a família é composta por membros que têm, em grupo, modalidades de funcionamento psíquico inconsciente diferente do funcionamento individual. O funcionamento individual, por sua vez, interfere na constituição do funcionamento familiar. Desse modo, a conduta de um paciente só pode ser compreendida e interpretada em seu contexto, ou seja, na relação e com as influências dos demais membros do seu grupo.

De acordo com Moguillansky e Nussbaum (2011a), já faz algum tempo que o sofrimento vincular adquiriu cidadania, pois considerá-lo significa não apenas contemplar a complexidade da família, dos indivíduos e da doença mental, mas também os efeitos das relações familiares sobre a pessoa e a pessoa doente. Tal compreensão permite aceitar as determinações familiares para entender o humano, posto que estamos imersos em vínculos. Mas, segundo os autores, adquirir um estatuto próprio não se constitui tarefa fácil, porque:

Não é fácil interrogar os mecanismos do funcionamento inconsciente de uma família e uma teoria psicanalítica que exiba a variedade das funções e papéis familiares e que apresente uma síntese, como é comum no caso de qualquer teoria, deve superar inúmeros obstáculos. Esta teoria deve inicialmente evitar confundir psiquismo familiar com outros psiquismos: não deve derivar de uma cópia idêntica de uma psicologia individual (MOGUILLANSKY; NUSSBAUM, 2011b, p. 63).

Berenstein (2011, p. 71) - para quem quando se fala de família estamos nos referindo a “um conjunto de sujeitos em que todos, e cada um, são diferentes entre si,

dentro dessa semelhança que marca o pertencer a um parentesco” - defende a ideia de que os familiares são semelhantes naquilo em que cada um é diferente do outro. Disso resulta a capacidade de entender que a particularidade se contrapõe ao sentimento de homogeneidade que se supõe ser o familiar.

Do ponto de vista da sua constituição para o estabelecimento dos vínculos, a função da família é incontestável, entretanto, historicamente, a família sempre esteve à margem da sua importância e interferência na subjetividade dos seus integrantes. No que se refere à relação entre subjetividade e loucura, os acontecimentos são dramáticos e vão desde a expulsão do louco da sociedade (sua colocação nas naus que ficavam à deriva) até seu isolamento da família (sua internação nos hospitais gerais). Vale evidenciar que, nesse segundo momento, embora estivessem internados em hospitais gerais, seu caráter médico só se deu no curso do século XIX, após a Revolução Francesa (MOGUILLANSKY; NUSSBAUM, 2011a).

Apesar da nova postura representar um relativo avanço na forma de encarar a subjetividade e a loucura, era preciso compreender melhor as relações que se estabelecem no seio de uma família. Foram necessárias muitas mudanças na forma de considerar cada indivíduo no grupo familiar, assim como a relação destes e suas demandas isoladas e conjuntas, para que se percebesse a relação entre o individual e o coletivo. A noção de vínculo surge, então, um século depois, estando atrelada às mudanças na constituição dos casais a partir do século XX.

Essa nova forma de compreender as relações familiares a partir do individual e do coletivo, mas também a partir de como a família se institui, tem como base a maneira como o casamento passa a ser configurado. Até então negociável e concebido primordialmente como uma união de dois patrimônios familiares com o objetivo de constituir uma descendência, não requerendo dos cônjuges nada além da mútua compreensão e estima, passa a ter como alicerce o encontro entre duas pessoas baseado na paixão amorosa recíproca (SOUZA, 1999).

Ainda que a paixão amorosa existisse desde a Idade Média, através do amor cortês, e tenha sido glorificada pelo romantismo no século XIX, foi através do amor mútuo, também denominado de amor romântico, que o casamento baseado no acordo familiar começou a suscitar uma fonte de insatisfação. Há, nesse momento, a mudança no modo de formação dos casais cujo fundamento passa a ser o da ilusão do amor recíproco que inaugura o que se denominou “casal moderno” (COSTA, 1998).

O casal moderno, nascido e sustentado pela promessa do amor recíproco e de se alcançar a felicidade plena, aliava amor e sexualidade. A elevação do sentimento amoroso à condição e critério do sucesso no casamento é um acontecimento recente, datado por volta de 1930, portanto, menos de cem anos de existência (SOUZA, 1999).

Nesse período histórico considerado recente, inúmeras mudanças são importantes para a compreensão tanto da família quanto do casal moderno. Souza (1999), estudando a sociedade francesa, disserta acerca das transformações no estatuto social da família implementadas ao conjunto da população que, até então, eram reservadas à burguesia, entre elas: a separação dos espaços familiar e profissional nas classes mais desfavorecidas, até então, confundidos pela predominância do trabalho a domicílio de característica artesanal; a crescente universalização do trabalho assalariado, tendo como consequência a separação entre as vidas privada e produtiva, não só em termos geográficos como também temporais; a transferência para o Estado de funções antes desempenhadas pela família em razão do desenvolvimento das instituições escolares e de assistência social, que retiram dela a obrigação de educar a criança, e cuidar dos idosos e dos incapacitados para o trabalho; as modificações na arquitetura do espaço familiar, que passa a ser amplo e permite a cada membro desfrutar de maior intimidade pessoal; as publicações em revistas femininas que dão a palavra a médicos e psicólogos que legitimam os sentimentos e vulgarizam os principais conceitos freudianos; e, por fim, a realização de conferências que mostram o casamento como um processo de maturação afetiva que se completa com o desejo de ter filhos sendo realizado.

Outra importante mudança ocorrida nesse processo é o afastamento gradativo do casal nuclear e seus filhos da família estendida, formando um conjunto separado e estabelecendo relações mais tênues com seus antepassados. A tal afastamento concebe-se inúmeras modificações na forma de construir novas relações familiares, visto que se passa a não valorizar as influências das gerações anteriores e é como se cada família pudesse se tornar inédita. Ora, sabemos que sem passado não se constrói presente, nem se projeta futuro. Desse modo, tal desvinculamento representa ter que construir, a partir do novo, todas as referências. Do ponto de vista da subjetividade, essa tarefa é impossível.

Refletindo sobre o paradoxo entre passado, presente e futuro, Mandelbaum (2016) ressalta que o momento da história que nos é dado viver (a contemporaneidade ou pós-modernidade) é um no qual não se quer retornar. Há, segundo o autor, um

convite a parar de retornar e ir sempre para a frente. Conquanto, a dialética está justamente no retorno, pois retornar possibilita conseguir ir para a frente. A questão do retorno que o autor apresenta, e confessa implicado, possibilita pensar a extensão e as consequências das mudanças pelas quais passou a família como instituição.

Todavia, ainda que se deva valorizar o passado, uma vez que não há como negar sua implicação no presente, para a clínica vincular, quando os sujeitos se vinculam, apesar da relação estabelecida conter elementos de repetição de cada sujeito, deve-se entender que há um elemento novo, com características inéditas e específicas das subjetividades individuais. Esse é um fator que provoca modificação nos sujeitos implicados. E mais que isso: o vínculo os constitui, modifica suas subjetividades e cria um inconsciente próprio do grupo que só poderá ser examinado quando os sujeitos estão na presença. Devido a essas características, desenvolveu-se aportes teóricos que dão conta dos fenômenos de casais, famílias e grupos (MANDELBAUM, 2007). Com isso, constata-se o quanto as concepções atuais sobre a tarefa do vincular resultam de um longo processo de construção e desconstrução, no qual muitos participaram direta ou indiretamente desse importante campo de atuação.

Moguillansky e Nussbaum (2011a) elaboraram a trajetória desse percurso que iremos narrar. Os autores são coerentes ao afirmar que tentaram ser justos com o valor de cada contribuição em detrimento de suas preferências pessoais.

Eles iniciam a narrativa pela relevância da psicoterapia no trabalho vincular. É com a nova subjetividade humana instituída pela psicanálise que a psicoterapia nasce no Ocidente do século XX. Seu desempenho no decorrer do século está dividido em duas etapas distintas. Até a metade, a psicoterapia em suas diferentes concepções dispôs como centro da subjetividade a realidade psíquica ou intrassubjetiva. O que se denominava pulsão ocupava a posição determinante na concepção inicial da realidade psíquica e o entorno era desconsiderado.

Somente a partir da segunda metade do século XX, o vincular e o familiar são incluídos no campo das psicoterapias e na psicanálise. Até então, o familiar não era uma temática relevante na psiquiatria dinâmica, no campo da saúde mental, da psicanálise, nem de outras práticas psicoterápicas.

Em Freud, os autores apontam como se revela o vincular na primeira e segunda tópicas. Na *Carta 69*, de Freud a Fliess, a fantasia sexual, segundo eles, se apropria da temática parental, pois, de acordo com os relatos das pacientes, o pai era acusado de ser perverso. Quando Freud abandona a sua neurótica – “Não acredito mais em minha

neurótica” (FREUD, 1950 [1892-1899], p. 315) – para considerar a cena da sedução – “No inconsciente, não há indicações da realidade, de modo que não se consegue distinguir entre a verdade e a ficção que é catexizada com o afeto” (FREUD, 1950 [1892-1899], p. 316) –, embora permanecendo aberta a possibilidade da temática da fantasia sexual ser os pais, o que estava fazendo era reposicionar o tema do lugar do outro para a concepção do aparelho psíquico. Ou seja, “outorga à pulsão o papel central e utiliza a fantasia como uma janela através da qual irá olhar o psíquico” (MOGUILLANSKY; NUSSBAUM, 2011a, p. 22).

Contudo, nas *Cartas 75 e 84*, assim como no texto *A sexualidade na etiologia das neuroses*, Freud ainda não parecia totalmente convicto desse abandono, pois a “incerteza de Freud só parece ter chegado ao fim com a plena descoberta da dinâmica dos ímpetos pulsionais sexuais presentes na infância e com a plena compreensão de que as fantasias podem atuar com toda a força das experiências reais”³.

Para os autores, embora seja notória a ausência do papel da família na primeira tópica freudiana (1900 a 1915), seria injusto dizer que Freud estava totalmente alheio à importância do familiar no psiquismo humano. Basta lembrar da célebre frase “sua majestade, o bebê”, do texto *Uma Introdução ao Narcisismo*, de 1914, considerada o ponto de partida para o reconhecimento da importância do filho nos ideais e na corrente dos sonhos irrealizáveis dos pais. Ao filho, ideal de si mesmo, será atribuído todo êxito e felicidade possível, porquanto terá mais divertimento, não ficará sujeito às necessidades nem às doenças, morte ou renúncia do prazer. Enfim, ao filho será atribuída toda perfeição e o amor dos pais, tão comovedor e, no fundo infantil, sendo, portanto, o narcisismo destes renascido.

Moguillansky e Nussbaum (2011a) destacam que quando, na segunda tópica, Freud concebe a importância dos antepassados, o faz através da transmissão filogenética. Ele aplica em termos filogenéticos os obstáculos da repressão primária, em *Três Ensaio sobre a Teoria da Sexualidade* (1905), as fantasias originárias dos antepassados em *Homens dos Lobos* (1914b), e a proibição do parricídio em *Totem e Tabu* (1913). Incluiu, ainda, o papel dos pais, de forma parcial, em *O Homem dos Ratos* (1909), ao compreender o sintoma obsessivo do seu paciente em termos da “obrigação com o pai”, antecipando, assim, a questão da identificação, que representa uma mudança no modo de entender a herança, observam os autores.

³ Citação de nota de rodapé do editor James Strachey em Freud (1950 [1892-1899], p. 317).

A incorporação da ideia de identificação na teoria psicanalítica implicou antecipar o quanto estão contidas relações internalizadas nos conflitos intrapessoais, entendendo que somos o resultado das identificações desenvolvidas com os nossos semelhantes, porquanto nos relacionamos a partir delas e buscamos reencontrá-las em nossas relações com os outros.

A relação entre pais e filhos não é mecânica, simples ou linear, asseguram os autores, pois Freud destacou que a severidade de um superego desenvolvido por uma criança, embora não espelhe a severidade que tenha experimentado, não pode ser ignorada como sinal da forte influência dos pais na formação do seu superego. Entretanto, foi somente na segunda tópica que Freud reforçou o papel constituinte do vincular ao conceber o sujeito do inconsciente como o sujeito da herança. No entanto, tal subjetividade estava firmada por identificações obtidas no seio de uma matriz familiar que outorga lugares, estabelece ideais e pressupõe conflitos (MOGUILLANSKY; NUSSBAUM, 2011a).

Ao passo que o vincular se expande, na segunda metade do século XX, as questões social e familiar obtêm relevância nos campos da saúde e da saúde mental. É um momento profícuo, pois, a partir dos anos 50, há uma crescente preocupação com psicose, violência familiar, abuso sexual, adoção, surgimento de novas técnicas reprodutivas, disfunções na adolescência e abordagem judicial nos delitos praticados por menores. Todas essas questões, somadas à propaganda social, impõem aos organismos de saúde considerar a relevância do sofrimento vincular. É, portanto, a abordagem do sofrimento vincular que exige conhecer melhor a doença mental e questionar os efeitos das relações sociais sobre as pessoas. Esse novo entendimento possibilita colocar a família na trama e conceber que são os laços de ligações familiares que modelam as relações posteriores do sujeito e o seu entorno.

A despeito de todas as demandas, foi a saúde mental que mais se desenvolveu nesse período, devido aos esforços para conectar o psicótico ao seu meio, pois os trabalhos desenvolvidos em contexto de guerra tiveram importância fundamental na construção da clínica psicanalítica de casal e família ao valorizar a dimensão relacional através da compreensão do paciente psicótico (ALVARENGA, 1996). A ênfase na saúde mental, valorizando a dimensão relacional e o desenvolvimento das técnicas, permitiu considerar a interferência no psiquismo dos indivíduos no contexto de guerra objetivando recuperá-los para seu retorno à família e à sociedade. Assim, no que tange ao desenvolvimento da saúde mental, nos anos 50, são importantes as contribuições de

Wilfred Bion e Maxwell Jones, na Inglaterra; Franco Basaglia, na Itália; William O'Brien e Goffman, nos Estados Unidos; e Franz Fanon, na Argélia; entre outros. Já nos anos 60, reconhece-se a relevância da implantação das Primeiras Comunidades Terapêuticas na Espanha, na Argentina e em outros países da América Latina. As referências aos citados retratam suas contribuições ao estudo da perspectiva vincular e refletem uma preocupação com os vínculos.

Considerado por muitos o pioneiro no trabalho com os vínculos, Wilfred Bion, em sua atuação com grupos de soldados afetados psiquicamente durante a Segunda Guerra Mundial, postulou que indivíduos reunidos em grupo se combinam de forma instantânea e involuntária para atuar segundo estados afetivos dominados de “supostos básicos”. Estes operam na mente dos indivíduos, que se submetem alternativamente sem reconhecê-los através de dependência, luta e fuga, e acasalamento. Esses três pressupostos não aparecem ao mesmo tempo, um predomina ocultando os outros (MOGUILLANSKY; NUSSBAUM, 2011a).

A teorização de Bion, segundo Eiguer (1995), se refere ao vínculo interno de uma mesma pessoa (intrapsíquico – entre pulsão e representação, entre diferentes representações, entre pensamento e afeto, entre sujeito e sua capacidade de pensar) e o vínculo entre duas pessoas (interpessoal). Embora os dois campos sejam distintos, Bion remete todo o trabalho do vínculo ao vínculo precoce mãe-bebê. São vínculos inspirados pelo amor e, portanto, pelo investimento libidinal. Ele considera que o vínculo se realiza plenamente quando a mãe sente o afeto que a criança tenta lhe transmitir sem rejeitá-lo, ficando serena e desejando encontrar o sentido do chamado da criança. A dinâmica do movimento poderia ser assim exemplificada: o bebê sente desespero ou desprazer, recorre à mãe, esta percebe e, se sente o mesmo afeto, transforma-o e age atendendo a criança. Para Eiguer (1995), a teoria de Bion sobre o vínculo permite pensar em uma relação em que o encontro entre dois psiquismos tem como consequência tensões e forças contraditórias.

Algumas contribuições mais específicas ao tratamento dos soldados buscavam minimizar os efeitos da guerra a fim de favorecer uma melhor readaptação dos soldados a suas famílias no retorno. Na Inglaterra, Maxwell Jones desenvolveu um programa para tratar soldados que sofriam da “síndrome do esforço”, uma disfunção psicossomática relacionada à fadiga no combate. Sua abordagem centrava-se no ajuste do indivíduo à atmosfera do grupo. Seu sistema consistia em nivelá-los hierarquicamente e promovia a interação entre pacientes, enfermeiras e médicos. O clima grupal antecipava a vivência

de tensões em grupo a fim de favorecer uma readaptação ao contexto social e familiar (MOGUILLANSKY; NUSSBAUM, 2011a).

Nos Estados Unidos, uma importante contribuição na ampliação ao social adveio da implantação por William O'Brien, nos anos de 1963 e 1964, da primeira Comunidade Terapêutica para Dependentes, em Nova York. Nos EUA, a maioria das comunidades terapêuticas para drogados são descendentes do Programa Synanon, implantado por Charles Dederich, um alcoólatra reabilitado dos Alcoólicos Anônimos que substituiu os embasamentos religiosos de grupo por ideologias mais seculares, embora baseadas no carisma do seu fundador. Diferentemente do modelo de Maxwell, o estadunidense consiste em um modelo hierarquizado com uma pirâmide de autoridade e define como conceitos básicos a mudança de vida baseada no encontro pessoal com os ensinamentos de Jesus, atribuído como referência para se obter a mudança. Originando-se com elas um forte movimento evangélico direcionado à cura das dependências, essas comunidades tiveram sólida inserção em alguns países latino-americanos (MOGUILLANSKY; NUSSBAUM, 2011a).

Contudo, foi na Itália que Franco Basaglia, com o apoio da Organização Mundial de Saúde (OMS), desenvolveu um dos mais valorosos processos de integração de pacientes psiquiátricos ao propor sua inserção no ambiente social, transformando os antigos manicômios em espaços de regime aberto, no qual era possível uma relação direta entre pacientes e membros da sociedade. O esforço resultou em trazer a família para participar na reinserção do seu integrante considerado doente. Segundo Berenstein (1988), quando aparece uma crise no funcionamento mental do membro de uma família, geralmente, os demais se definem como “sadios” em oposição ao integrante designado “doente”. Critérios de saúde/doença, normalidade/anormalidade, adaptação/desadaptação passam a constituir categorias absolutas e naturais, e o grupo familiar não consegue perceber o código de valores e sua percepção distorcida a partir dele.

A pesquisa sobre o grupo familiar tem permitido modificar o conceito de doença mental propondo considerá-lo uma expressão de intercâmbio complexo que leva em conta a família como causa do sofrimento do integrante. Embora não se deva pensar em uma causalidade linear, segundo o autor, no tratamento do doente mental, quando há o isolamento deste do seu grupo psicossocial, há uma imposição de receber as mesmas respostas fixas e repetitivas. Assim, no grupo familiar, o paciente e os demais membros têm a oportunidade de vivenciar questões que vão muito além do que culminou no

adoecimento. Tais modificações no contexto da psiquiatria não foram facilmente implantadas: enfrentaram inúmeras resistências dos setores mais conservadores, liderados pelos representantes da psiquiatria tradicional.

Franz Fanon é outro importante expoente da perspectiva vincular. Autor e ator emblemático dos anos 70, foi imprescindível no esforço de incorporar a dimensão social na compreensão do humano. Tendo lutado pela libertação da Argélia, publicou a obra *Pele Negra, Máscaras Brancas*, em Paris, em 1952. A obra visa entender o que leva os negros a adotar valores dos conquistadores brancos e situa os conceitos de raça, classe, corpo, linguagem e cultura no centro de questões de marginalidade, desigualdade social, desprezo de si, insegurança e servilismo, atribuindo a esses tópicos a patologização de si, porquanto a aceitação de valores e conceitos do opressor por parte do oprimido implica aceitar a condição de sua inferioridade.

No entanto, Fanon insiste na relação complementar entre branco/negro, pois um não existe sem o outro. Sendo um processo dialético, poderia levar a uma nova relação e uma sociedade que não se baseasse na discriminação. Para ele, somente o confronto violento poderia libertar os oprimidos do seu sentimento de inferioridade, produzindo a consciência do controle sobre o próprio destino e liberando-os da subjugação. Considerar o valor do entorno na constituição do sujeito não implica desprezar o valor do intrapsíquico, mas compreender as relações partindo da perspectiva da interação, que implica considerar que nunca somos apenas um, mas um plural.

Esse período de expressivo desenvolvimento de novas condutas acerca da doença mental possibilita compreender o sujeito e suas relações sob outro prisma. Segundo Moguillansky e Nussbaum (2011a), desde a década de 60, a psicanálise vem prestando mais atenção ao papel da interação entre os indivíduos, suas relações com os outros e com o imaginário social. Como consequência, o cuidado com o vínculo e o sofrimento vincular amplia-se e permite à atual clínica psicanalítica de casal se expandir. Para o referido autor, um marco desse desenvolvimento é o tratamento dos grupos. Criou-se, em Paris, o CEFRAP (Centro de Estudos Franceses para a Formação e Investigação Ativa em Psicologia Dinâmica da Personalidade e Grupos Humanos), sob a liderança de Didier Auzieu. O suporte teórico do projeto foi oferecido por Jean-Bertrand Lefebvre Pontalis, que, em 1963, publicou seu representativo livro *O pequeno grupo como objeto*. Coube, entretanto, a René Kaës prosseguir e aprimorar o projeto iniciado por Pontalis e Auzieu, os primeiros a questionar na França a possibilidade do grupo constituir-se, ou não, um objeto para a psicanálise.

Em diferentes lugares do mundo no pós-guerra, o atendimento ao vincular é conferido através de instituições e profissionais. Em Londres, Inglaterra, no ano de 1948, é fundado um instituto dedicado ao estudo da conjugalidade com bases psicanalíticas, mais especificamente na teoria das relações objetais de Melanie Klein. Denominado *Family Discussion Bureau*, ou *Tavistock Clinic*, recebia importantes analistas individuais, oriundos dos principais institutos ingleses da época – Instituto de Psicanálise de Londres, Sociedade de Psicanálise Analítica, Associação Britânica de Psicoterapeutas e Instituto de Psicoterapia, entre outros (GOMES; LEVY, 2009). Classificado como um valoroso *staff*, os analistas integraram a instituição pioneira dedicada a aplicar conceitos da psicanálise individual ao estudo e entendimento da família e casal, que, duas décadas após sua criação, em 1968, mais consolidado, passou a ser chamado *Tavistock Institute of Marital Studies* (TIMS). Seu foco de interesse, a partir da nova nomenclatura, tem sido “a relação conjugal e interação entre os parceiros, mais do que o mundo interno dos indivíduos considerados separadamente” (ALVARENGA, 1996, p. 61).

Tendo sido liderado por Enid Balint, sua proposta visava aplicar a psicanálise para além do campo individual, no campo comunitário. Para tal, foram recrutados Michael Balint e Sutherland cuja tarefa era “compreender as forças emocionais subjacentes à conjugalidade e de aumentar o insight dos pacientes sobre suas motivações inconscientes” (ALVARENGA, 1996, p. 66). Enid Balint é reconhecida como a pioneira no trabalho com casais, no Departamento de Estudo de Famílias, quando ainda havia poucos estudos e pesquisas empreendidas por psicanalistas sobre a dinâmica das interações conjugais. Em 1970, destaca-se Henry Dicks ao fundar a Unidade de Casais e Famílias, sendo sucedido por Ronald Laing e Esterson, entre outros.

A França, outro importante expoente na área, a partir dos anos 70 e, sobretudo, na década de 80, expande suas contribuições para uma teoria e uma clínica do casal. Jean Lemaire, André Ruffiot e Alberto Eiguer, denominados “psicanalistas grupais”, são nomes relevantes que produziram muito e fundamentaram uma “clínica da relação”, defendendo ultrapassar a perspectiva intrapsíquica sempre que se trate de trabalhar a relação (ALVARENGA, 1996).

Grandes contribuições, pontua Alvarenga (1996), resultam dos estudos desse grupo. Algumas delas podem ser explanadas sucintamente, começando por Lemaire, cujo ponto de vista discorda de uma proposta clínica de casal em termos rigorosamente

psicanalíticos e rejeita a oposição entre a psicanálise e a noção de sistemas, por considerar que as especificidades da dimensão conjugal não permite ser objeto apenas das indagações psicanalíticas. Ele argumenta que a transferência não ocorre nas terapias conjugais, pois nelas o movimento transferencial maior se dá entre os cônjuges, e não com o terapeuta.

Por sua vez, Ruffiot pressupõe ser necessário, para a compreensão psicanalítica do casal e da família, repensar a psicanálise freudiana partindo dos trabalhos dos psicanalistas que se dedicaram a sua ampliação para nela incluir uma clínica da psicose. Em seus estudos metapsicológicos, ele procurou demonstrar que um novo regime econômico se instala a partir de uma relação amorosa recíproca. Enquanto Freud considerava o princípio da homeostase estritamente individual, Ruffiot defende que o casal, desde sua constituição, estabelece uma troca e uma regulação de energia psíquica que não se trata de uma soma de dois potenciais energéticos, cuja consequência seria o empobrecimento de ambos, mas a formação de um “psiquismo diádico”, entendido como uma nova fonte comum e que abastece os eus individuais. Assim, embora o casal se forme a partir de dois psiquismos, o que o caracteriza é um aparelho psíquico comum que transcende aos dois (ALVARENGA, 1996).

O ponto de vista de Eiguer encontra seus fundamentos em Freud, Bion, Rivière e Bleger, entre outros, salienta Alvarenga (1996). Em sua proposta, o vínculo é definido como uma superposição gestáltica entre duas relações de objeto que refletem o vínculo protótipo entre mãe-bebê e as experiências infantis, quando o objeto externo materno funcionava como um suporte necessário à criação do eu e dos objetos internos. A tipologia elaborada por Eiguer (1985) toma como referência distintas modalidades de conflitos inconscientes e fantasias coletivas específicas. As fixações de cada parceiro e suas tendências pulsionais convergem criando uma tensão e um campo psíquico comum. Eiguer (1985) demarca três tipos de estrutura conjugal: a primeira, denominada “normal ou neurótica”, consiste em um casal produto de uma estrutura caracterizada pela escolha edípica – orientada pela diferença sexual e busca de complementaridade –, cuja dinâmica implica a identificação com o progenitor do mesmo sexo; a segunda, “anaclítica”, organiza-se em torno da ansiedade de uma perda e um sentimento de nostalgia. É considerada uma escolha regressiva, pois leva à procura de um parceiro que represente um apoio, tal como o pai ou a mãe; e a terceira é a “estrutura perversa”, na qual há características semelhantes ao casal anaclítico, porém podem ser casais neuróticos que apresentam comportamentos perversos como defesa frente à castração.

Há nessa tipologia, ainda, o casal denominado narcísico ou com parceiros psicóticos, que aspira a fusão total ante a dificuldade de suportar as diferenças. Nesse casal, o parceiro é usado como defesa e somente a complementaridade fantasmática obtém o apaziguamento recíproco.

Tais tipologias são criticadas por decorrerem de uma compreensão que privilegia posições relacionais para um ideal de relação e favorece um caráter normativo. Alvarenga (1996) enfatiza sua opinião acerca da inutilidade dessas classificações, visto que afirma ser possível obter uma relação fusional em qualquer um dos tipos descritos por Eiguer (1985).

Nos Estados Unidos, Natan Ackerman, ao desenvolver a linha de pensamento que denominou psicodinâmica, entrelaçou conceitos de psicanálise, contribuições das teorias de campo de Lewin, psicologia social e antropologia cultural. Essa linha correlacionava conhecimentos intrapsíquicos e interpessoais, consciente e inconsciente, transferência e realidade, e indivíduo e grupo. O casal, concebido como uma estrutura com características e interações que o definem, é considerado uma nova entidade com propriedades específicas, sem desconsiderar as particularidades de seus membros. Defendendo um ponto de vista da psicanálise culturalista, considerava faltar à psicanálise freudiana uma teoria que contemplasse o amor como uma força positiva, capaz de favorecer o crescimento mútuo.

Na Suíça, o médico Jurg Willi, especializado em relacionamentos de casal, valorizando as primeiras relações de objeto e vivências edípicas, mas também as condutas dos parceiros na relação, propõe integrar conceitos da psicanálise e da teoria das comunicações a fim de compreender a relação bipessoal e a conduta do indivíduo no casamento. Para esse autor, a relação conjugal é determinada pela história pessoal de cada cônjuge e não há na psicanálise uma preocupação com o cônjuge sobre como este se apresenta na realidade externa, priorizando apenas o inconsciente, as relações de objeto e o plano da fantasia (ALVARENGA, 1996).

A Argentina, pioneira no trabalho do vincular na América Latina, tem sua história marcada pela integração entre psicanalistas franceses e argentinos, e destaca-se por, através desse importante intercâmbio, na década de 70, elaborar um referencial próprio denominado psicanálise das configurações vinculares ou psicanálise vincular. A Argentina realiza também grandes mudanças no campo da saúde mental, entre as quais se evidencia a experiência implementada por Maurício Goldenberg, em 1956, com a criação do Serviço de Psicopatologia no Hospital Arraóz Alfaro (atualmente, Hospital

Evita), um hospital geral localizado em Lanús, situada nos arredores da cidade de Buenos Aires, na província de Buenos Aires. Semelhante ao que aconteceu na Itália, a iniciativa objetivava não separar o paciente psiquiátrico de sua comunidade, nem de sua família.

Outras iniciativas são relevantes na Argentina, como a criação do primeiro Hospital-Dia, por Garcia Badaracco, em 1967. E se elas já representavam um importante avanço na área da psiquiatria, não se limitou à especialidade da medicina. A pediatria sentiu seus reflexos através de Florencio Escardó, um reconhecido e inovador pediatra que, na década de 70, no Hospital Infantil Gutierrez, possibilitou que, ao se internar uma criança, a mãe deveria ficar internada junto. A mudança de paradigma foi fundamental para a pediatria, pois implicou considerar a importância da família na recuperação da criança ao não a separar de sua mãe.

Sobre a psicanálise das configurações vinculares ou psicanálise vincular, cabe pontuar importantes momentos fundantes que contribuíram para sua implementação e consolidação. Na década de 70, conforme já fora pontuado, fortaleceu na Argentina um movimento dentro e fora da psicanálise que se ocupou dos vínculos familiares. No ano de 1970, realizou-se, na Faculdade de Medicina da Universidade de Buenos Aires, o Primeiro Congresso de Patologia Terapêutica do Grupo Familiar. Tal evento foi tão bem-sucedido que impulsionou a área, e os temas discutidos e apresentados naquele congresso ainda continuam vigentes, frisam Moguillansky e Nussbaum (2011a).

O vínculo passa, então, a ser um conceito amplamente estudado na Argentina, embora tenha lugar estabelecido na psicanálise argentina desde a década de 50. Suas sucessivas reformulações sempre foram pautadas nas vicissitudes da clínica e nas contribuições de outros campos do conhecimento, adquirindo maior especificidade no tratamento psicanalítico de famílias, casais e grupos ao nomear o que ligava as pessoas fora da ordem do parentesco ou de outros sistemas de pertença.

Ilustrar o panorama da noção de vincularidade naquele país implica destacar momentos, o uso de palavras e conceitos vinculares utilizados em diferentes épocas definidas como marcos para a sua concepção. Dessa forma, são nas décadas de 50 e 60 que os marcos da Identificação Projetiva e do pensamento kleiniano são difundidos na Buenos Aires psicanalítica. A esse momento são incorporados dois importantes autores pós-kleinianos: Bion, na primeira década (com as experiências de grupo e trabalhos sobre psicose), e Meltzer, na segunda década. O pós-guerra é marcado pela oposição guerra-paz, crença na possibilidade de uma estabilidade social e política e em um futuro

seguro. Entretanto, o final da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) não assegurou a paz e não cicatrizou as feridas, possibilitando que vinte e um anos depois estourasse a Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

Tal panorama de destrutividade ocupou o lugar nas reflexões de Freud sobre a guerra (1933 [1932]) através do conceito de pulsão de morte, que foi retomado e ampliado por Melanie Klein em seu conceito de identificação projetiva. A época em questão é, portanto, marcada pelos conceitos da escola kleiniana da identificação projetiva para a constituição do vínculo. Entretanto, a partir desse momento a mente já não se circunscreve somente ao individual, posto que podia habitar outra e outras mentes em um tipo de distribuição geográfica entre as pessoas. Nasce, portanto, as primeiras percepções do entre. Entre os inúmeros avanços da época, cabe destacar os clássicos de Liberman, *Identificação projetiva e conflito matrimonial*, e de Teruel, *Nuevas tendencias en el diagnóstico y tratamiento del conflicto matrimonial*. Este último ressalta ser a constituição de um casal um evento cujo significado depende da maneira com que cada integrante recorta a significação do vínculo.

O segundo momento, nas décadas de 1970 e 1980, é denominado Época da Estruturação Familiar Inconsciente. A marca do período é a Paris de 1968, embora a concepção de parentesco desenvolvida por Lévi-Strauss em suas investigações etnológicas seja do final da década de 1930 e início de 1940, portanto, anterior ao período das investigações projetivas.

Nessa época, estavam envolvidos Lacan, Greimas, Althusser e, mais tarde, Foucault, Deleuze e Derrida. O pensamento desenvolvido por todos é heterogêneo e as formulações deles e de outros europeus chegavam com atraso à Argentina. A palavra que marcava o momento é estrutura, que acompanhava a ideia de parentesco, poupando-lhes o percurso entre estrutura familiar e formações inconscientes da estrutura social. Entre várias questões implicadas, explica-se que na estrutura há um elemento que pressupõe o conjunto, é o sistema. Este pode ser deduzido a partir de poucas ideias lógicas e se torna econômico e sedutor. São as leis de oposição, contradição e implicação que possibilitaram armar o quadrado lógico da estrutura de parentesco, e criar a Estrutura Familiar Inconsciente e a base inconsciente do casal, matrizes de posições ou lugares doadores de sentido para quem os ocupa.

A década de 1990 é considerada a Época do Acontecimento e sua marca é o esgotamento do termo estrutura e o início de uma nova crise. Os fatos começam a dar lugar ao seguinte questionamento: em que lugar se coloca o que se apresenta como novo

e o que não tem lugar por que não se prevê? O modo habitual de pensá-lo era o trauma, pois compreende que o que se apresenta como trauma desestrutura o que está vigente. O trauma considerado como um acidente mostra um imprevisto e como uma catástrofe implica um elemento alterador da ordem. É o trauma que desestrutura o que está vigente e não pode dar conta da quantidade de excitação produzida. Os termos acidente e catástrofe confrontam a ideia de continuidade que será mantida se não houver uma ruptura, uma ausência ou um excesso.

O último período apresentado por Berenstein (2011) é denominado a Época da Alienidade e corresponde ao período de 2000 a 2011 (ano do seu falecimento). Para o autor, uma época é sempre uma incógnita na qual nunca se pode prever o que revelará. O período é descrito como um momento difícil de caracterizar como um ponto no tempo e no espaço, pois constata-se mudanças em si e nos outros que possibilitam novas concepções, conceitos e formas de descrever os fatos clínicos. Entretanto, o autor destaca que não se tratam de novas formas de pensar, pois as mudanças temporais apenas possibilitam novas denominações para o que já existia, ou seja, para Berenstein (2011), o que mudou foi que se começou a observar o que já existia e surgiram novas denominações.

Aparece nesse período a palavra e o conceito de alienidade, que consiste na relação entre a existência e a atribuição. O outro da tarefa da alienidade deverá ser internalizado e representado a partir de um registro prévio para que haja a possibilidade de constituição de um vínculo. É o vínculo que possibilita o eu aceitar o outro e, quando isso acontece, ambos se modificam. Assim, no caso do encontro amoroso, haverá sempre a necessidade de internalizar o diferente do outro para possibilitar a constituição de um vínculo.

Alienidade não implica a semelhança, mas a diferença que há entre o eu e o outro. O alheio é aquilo que a diferença não modifica. E é justamente essa diferença que possibilita produzir o encontro e o vínculo, que é diferente da identificação e da identificação projetiva. O eu nunca irá encontrar um outro igual a si, visto que o outro representa um símbolo que fará com que o eu se complete. Destarte, o vínculo é inaugurado por dois outros mesmo que, defensivamente, se considerem separados. Quando o eu encontra o outro, o eu é diferente de quando está sozinho, e este, por sua vez, modifica o outro, pois o que não é passível de identificação está destinado a permanecer alheio e, no entanto, modifica porque o outro se impõe a mim (BERENSTEIN, 2011).

Entre as inúmeras questões do período da produção sobre vincularidade na Argentina, surge a questão de quem autoriza que a emergência do outro tenha lugar. Berenstein (2011) considera que as relações de amor nunca estão isentas de certa violência e, assim como nas revoluções, parecem autorizar-se. Posto isso, impôs caracterizar o evento que emergia referente a percepção de um sucedido exterior, sem registro na memória e sem a concepção de uma origem anterior.

Na América Latina, é o grupo argentino que elaborou os principais referenciais teóricos da psicanálise vincular até o presente. Naquele país, institutos foram criados e produção bibliográfica difundida por toda América do Sul. Seus expoentes são Isidoro Berenstein e Janine Puget, que, embora tenham sido parceiros em diversas publicações, se dedicaram a campos diferentes – Berenstein mais ao familiar e Puget ao conjugal (GOMES; LEVY, 2009).

De acordo com Gomes e Levy (2009), a psicanálise de família e casal, no Brasil, vem se desenvolvendo seguindo duas tendências: os referenciais da psicanálise individual, tendo como base o tipo de formação clínica e teórica oferecido pela Tavistock e da psicanálise vincular, desenvolvida por psicanalistas argentinos. No entanto, se na Argentina o desenvolvimento da psicanálise vincular destaca-se na América Latina, a realidade brasileira é de uma evolução incipiente, pois não se conseguiu “formar instituições psicanalíticas brasileiras capazes de promover intercâmbio entre profissionais da área e de proporcionar formação clínica e teórica nos moldes dos nossos vizinhos” (GOMES; LEVY, 2009, p. 156).

Entre os muitos obstáculos, as autoras interrogam se seria devido à característica geopolítica de nosso país, onde o conhecimento psicanalítico é setorizado, ocorrendo principalmente na região Sudeste e Sul. E apontam, ainda, algumas peculiaridades que podem explicar em parte tal atraso: profissionais com atuações e vivências solitárias se reunindo apenas em pequenos grupos, alguns dentro das universidades e outros pertencentes a sociedades de psicanálise de São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, sem uma organização que permita e facilite a troca de experiências.

As autoras são categóricas, também, ao reconhecer não termos revistas (ou periódicos) específicos na área, embora a produção bibliográfica tenha aumentado, mas se mostram otimistas ao afirmar que, “se por um lado, fazemos apenas a aplicação de constructos teóricos criados por outros, nossa diversidade clínica nos permite inovar no manejo técnico empregado, com diferentes populações, em culturas diversas” (GOMES;

LEVY, 2009, p. 159) . Em que pese a incipiente produção brasileira nessa área, cabe relativizar a existência de uma revista específica, denominada Vínculo, uma criação do Núcleo de Estudos em Saúde Mental e Psicanálise das Configurações Vinculares (NESME).

Aos adeptos da psicanálise vincular, algumas iniciativas são destacadas por Gomes e Levy (2009), e entre elas a criação de alguns núcleos e sociedades para difusão e formação de terapeutas. São eles:

Núcleo de Estudos em Saúde Mental e Psicanálise das Configurações Vinculares (NESME), Sociedade de Psicoterapias Analíticas Grupais do Estado de São Paulo (SPAGESP), Associação Brasileira de Psicoterapia Analítica de Grupo (ABPAG) e Federação Latino-Americana de Psicoterapia Analítica de Grupo (FLAPAG); com exceção da última, todos sediados em São Paulo, sendo dirigidos por analistas paulistas, mas não se detendo especificamente no trabalho com famílias e casais, e sim com grupos em geral (GOMES; LEVY, 2009, p. 157).

A psicanálise vincular – embora seja objeto de estudo e desenvolvimento teórico por ser uma ampliação do campo da psicanálise da família, do casal e de outros grupos – não parece envolver psicanalistas tradicionais, mais voltados ao modelo da clínica psicanalítica tradicional. Em contrapartida, segundo Gomes e Levy (2009), essa conjuntura proporciona o crescimento do referencial sistêmico que, de forma bem organizada, fundou a Associação Brasileira de Terapia Familiar (ABTF) e, nos últimos eventos realizados, aceitou a apresentação de trabalhos de orientação psicanalítica. A postura da ABTF, que representa abertura ao diálogo, pode reverter a passividade dos psicanalistas vinculares em não criar uma associação própria, que possa promover o estudo e a divulgação em território nacional da referida abordagem.

Ao reconhecer que, no Brasil, o desenvolvimento da psicanálise vincular é embrionário, cabe-nos, diante desse panorama, complexidade e amplitude, admitir que a psicanálise vincular tem um campo extenso a explorar, pois o vínculo, sendo um conceito elaborado de forma paulatina e consistente, tem em sua trajetória histórica um rico desenvolvimento que abarca saberes e culturas diversas.

Que a psicanálise vincular nasceu da necessidade de se criar novos referenciais, de uma forma modesta e tendo que enfrentar muitos obstáculos para elaborar conceitos próprios, é fato. Entretanto, trata-se de uma ampliação consolidada, que não nega sua base de sustentação na psicanálise, mas que, ao elaborar seus próprios conceitos, pode dialogar com sua antecessora.

2 O VÍNCULO

*Reparei desde pequena que as pessoas
vivem muito em casais.
Mesmo que nem sempre sejam óbvios [...]
Gostarmos de alguém,
mesmo quando estamos parados
durante o tempo de dormir,
é como fazer prédios ou cozinhar
para mesas de mil lugares.
(Valter Hugo Mãe)*

O que é? Como se constitui e qual a sua estrutura? Quais tarefas são exigidas para sua construção e manutenção? É algo de que se pode prescindir? Mas, afinal, o que significa vínculo? O vínculo, segundo Berenstein (2011), gera inconsciente e convoca a um paradoxo que é compartilhar o incompartilhável que se dá entre duas pessoas. Permitindo ser traduzido por “relação” e “estar com o outro”, será a partir dessa noção que o presente capítulo, baseado no referencial psicanalítico, discorrerá acerca da vincularidade enquanto uma capacidade individual e da vincularidade no casal enquanto uma tarefa partilhada.

O ser humano é relacional e necessita construir vínculos. Em todas as fases da vida humana, do nascimento à morte, essa necessidade é experienciada. A dependência do bebê ao nascer o dota de uma disposição inata para a vinculação, entretanto, para que o vínculo se origine, é preciso encontrar um ambiente que ampare e acolha o bebê. Assim sendo, o vínculo é inaugurado, pois, como tarefa capaz de dotar a vida de consistência e sentido, ele se estabelece no contato entre mãe/filho e se materializa pelo dar e receber alimento através da amamentação. Esta simboliza o momento em que se produz um encontro no qual a mãe, que satisfaz a fome do filho, se torna seu primeiro objeto amoroso e sua primeira proteção contra os perigos. Denominado por Berenstein (2011) “o encontro essencial”, o momento é considerado fundante e responsável por tornar cada sujeito específico e único. A marca do encontro produzirá os sentimentos que influenciarão os posteriores, pois, embora a ligação biológica se apresente como condição primeira e necessária à sobrevivência, ela, gradativamente, perde importância em favor do seu caráter estruturante para a formação da vida singular.

Na obra freudiana, ainda que o termo vínculo não conste explicitamente, a noção de objeto remete ao registro psíquico das primeiras experiências nas quais aproximação e afastamento são movimentos primordiais para a construção do eu. Em *Romance familiar*, Freud (1909 [1908]) assinala que, no curso do desenvolvimento, os

pais representam para a criança seu modelo e fonte de autoridade e conhecimento. Nos primeiros anos, o desejo da criança é ser grande como seu pai e sua mãe e se igualar a eles, mais especificamente ao progenitor do mesmo sexo. Entretanto, libertar-se dessa autoridade constitui uma das mais necessárias tarefas existenciais, ainda que seja doloroso o resultado, pois tal libertação “é primordial e presume-se que todos os que atingiram a normalidade lograram-na pelo menos em parte [...], pois todo progresso da sociedade repousa na oposição entre gerações sucessivas” (FREUD, 1909 [1908], p. 219).

Ainda que a importância do relacionamento infantil com os pais para a escolha do objeto sexual seja facilmente compreendida, o vínculo é o inconsciente em sua maior densidade, visto que outorga pertença e estabelece uma descontinuidade contínua, ou uma continuidade descontínua, entre os eus. De tal modo, casais, pais e filhos lutam para afirmar suas diferenças por temerem ficar presos na continuidade, uma vez que pensar a partir do vincular implica reconhecer o outro real, externo, como suporte do vínculo. O *partner* dificilmente não se envolverá na tarefa da sua construção e dissolução (BERENSTEIN, 2011), sendo um trabalho que consiste em estar junto na diferença e produzir um encontro.

Produzir tal encontro impõe perceber a marca que fica de cada um na vida do outro. Nesse sentido, o texto de Ana Joaquina Freire, intitulado *A raposa lembra ao príncipe a importância dos vínculos*, ilustra bem a dimensão do vínculo, do amor que engloba empatia, respeito e responsabilidade (FREIRE, 2015, p. 1), ao se referir à passagem na qual a raposa revela ao príncipe que os passos dele a farão sair da toca – saindo de seu interior por saber que são passos seguros, de alguém que cativou e se deixou cativar – pois o vínculo é uma ligação alicerçada pelo afeto:

[...] - Minha vida é monótona. Eu caço as galinhas e os homens me caçam. Todas as galinhas se parecem e todos os homens se parecem também. E por isso eu me aborreço um pouco. Mas se tu me cativas, minha vida será como que cheia de sol. Conhecerei um barulho de passos que será diferente dos outros. Os outros passos me fazem entrar debaixo da terra. O teu me chamará para fora da toca, como se fosse música (SAINT-EXUPÉRY, 2015, p. 68-69).

Partindo desse trecho da obra *O pequeno príncipe*, de Antoine de Saint-Exupéry, escrito e publicado em contexto de guerra, em 1943, Freire (2015) declara a legitimidade que soa como uma denúncia aos tempos difíceis vividos pelas relações entre as pessoas. É como se permanecessem em uma guerra silenciosa na relação do

humano com o humano, e deste com o mundo. Vivemos em um tempo de paradoxos, que vão da rapidez e facilidade nas comunicações e acesso direto a tudo e a todos ao receio do envolvimento afetivo, que parece inibir a construção da intimidade e, portanto, dos vínculos. Fuks (2010, p. 38) contextualiza esse cenário:

A contemporaneidade abre espaço para um posicionamento que um primeiro olhar nos mostra como de menor compromisso frente à vida: surge um sujeito mais indiferente em matéria de afetos, com uma modalidade menos densa, sem paixões intensas, o que o conduz a uma existência que “não comporta tragédias”. Vive exatamente o oposto à tragédia: um ar leve, carente de dramaticidade. Falta-lhe uma disposição de passagem para o estabelecimento de projetos individuais ou coletivos, inclusive em se tratando da família.

Há que se reconhecer que vivemos um “momento onde os vínculos parecem rompidos, inexistentes, como se predominasse na sociedade um funcionamento, no mínimo, narcísico. Uma assustadora indiferença apresentando-se no desenrolar das vidas em um viver de desencontros” (FREIRE, 2015, p. 1), em um limite imposto ao/pelo sujeito que, nas relações interpessoais, substitui o diálogo pela imagem. Dessa forma,

A palavra perde relevância como suporte do pensamento e da subjetividade, e também da intersubjetividade e do vínculo. [...] Há prevalência da aparência, em detrimento de qualquer profundidade; talvez haja, também, mais intercâmbio de imagens que de pensamentos, emoções e palavras. [...] Quando isso adquire uma intensidade maior, pode virar patológico, levando-o ao vazio da existência, talvez a um sentimento, insuportável já, de não existir mais (FUKS, 2010, p. 38).

Nesse contexto, o sujeito passa a existir através das suas idealizações, em diálogos cada vez mais impessoais que fala de um outro (que se supõe ser ele mesmo), mas não fala de si; em uma vida marcada pelo isolamento, solidão, desassossego, embotamento e tédio, posto que tanto a vivência de si como o sentimento de continuidade estão condicionados ao sentimento de pertinência ao conjunto das relações humanas (FUKS, 2010). Posto isso, a vincularidade se revela uma oportunidade de inscrição em novas marcas pessoais e constituição da subjetividade ao possibilitar o questionamento das realidades intrasubjetivas, diferenciando-as das intersubjetivas (BERENSTEIN, 2011), e potencializar a capacidade de transformação que o vínculo institui às pessoas (ALMEIDA, 2014), por se constituir como uma experiência intransferível (BERENSTEIN, 2011), visto que somente o próprio sujeito pode construí-la:

– Não – Disse o príncipe. – Eu procuro amigos. Que quer dizer cativar?
 – É algo quase sempre esquecido – Disse a raposa. – Significa “criar laços”...
 – Criar laços? – Exatamente – Disse a raposa. – Tu não és ainda para mim senão um garoto inteiramente igual a cem mil outros garotos. E eu não tenho necessidade de ti. E tu também não tens necessidade de mim. Não passo a teus olhos de uma raposa igual a cem mil outras raposas. Mas, se tu me cativas, nós temos necessidade um do outro. Serás para mim único no mundo. E eu serei para ti única no mundo.
 (SAINT-EXUPÉRY, 2015, p. 68).

O vínculo revigora. Em sua constituição, promove-se um estado de bem-estar que é concebido como um novo momento da constituição subjetiva. No encontro da raposa com o príncipe, uma despedida e um momento de crise se apresentam como propícios para pensar o vínculo e destacam o quanto os personagens estão implicados após um ter cativado o outro. Isso faz meditar sobre a potência do encontro e suas consequências. O diálogo se dá a partir de sentimentos mútuos, seu temores e alegrias. É de conteúdo profundo, pois revela o afeto construído, a dor da separação e o quanto este encontro modificou um ao outro – já não são os mesmos de antes dele. Sentem-se diferentes e sabem que, apesar da partida que dói, fica a cor do trigo; referência simbólica da vida, que sempre esteve no horizonte da raposa, mas não era percebida, pois ela só poderia visualizá-la após ser cativada pelo príncipe e seus lindos cachos amarelos – cor do trigo, do sol, da vida.

Assim se dá o diálogo entre eles:

[...] O principezinho cativou a raposa. Mas, quando chegou a hora da partida, a raposa disse: – Ah! Eu vou chorar.
 – A culpa é tua, disse o principezinho, eu não te queria fazer mal; mas tu quiseste que eu te cativasse...
 – Quis, disse a raposa. – Mas tu vais chorar! Disse o principezinho.
 – Vou, disse a raposa.
 – Então, não saís lucrando nada!
 – Eu lucro, disse a raposa, por causa da cor do trigo.
 (SAINT-EXUPÉRY, 2015, p. 70).

O encontro descrito realça a inquestionável necessidade humana de estar com o outro para constituir-se enquanto sujeito e promover a formação de vínculos. É o vínculo que faculta a pertença, a continuidade e descontinuidade entre os eus, de acordo com Berenstein e Puget (2004-2005). Disso resulta sua importância na vida do sujeito, posto que tal ação “declara a inconsistência do individual, possibilita conhecer outro panorama do mundo humano” (BERENSTEIN, 2011, p. 8), e promove a importância do “cuidado da relação com o outro” (BERENSTEIN, 2011, p. 89).

Não há como esquivar-se do vínculo, todo ser humano está inevitavelmente vinculado a objetos, quer no plano intra, inter ou transpessoal (ZIMERMAN, 2007). Esse sentimento universal aparece na literatura psicanalítica de seus primórdios até a atualidade, entre diversos autores e correntes, com denominações, abordagens e contextos diferentes. Segundo Zimerman (2007), o vínculo representa uma ligação que favorece e promove a manutenção da autoestima, não sendo possível conceber relação humana alguma em que não esteja presente essa necessidade, exceto nos casos de profunda patologia.

A tarefa natural no estabelecimento dos vínculos explica-se pela capacidade do ser humano durante seu desenvolvimento distanciar-se dos objetos familiares à medida que investe por deslocamento em outros objetos, a partir da fantasia inconsciente do objeto infantil que se liga à lembrança do pai ou da mãe (EIGUER, 1995, p. 66), posto que sobrevive também nos sonhos de adultos normais a valorização dos pais pela criança (FREUD, 1909 [1908], p. 222).

De tal modo, como tarefa existencial, a noção de vínculo funda-se na marca dos primeiros encontros e, como área de atuação, surge a partir da necessidade de conceber o sujeito do inconsciente como o sujeito da herança, através da crescente importância em considerar o intersubjetivo na constituição do sujeito, a partir das suas relações familiares (MOGUILLANSKY, 1999). Essa área de atuação adquiriu maior especificidade com o tratamento de famílias, casais e grupos ao nomear o que ligava várias pessoas fora da ordem de parentesco ou outros sistemas de pertença (BERENSTEIN, 2011). No que concerne à família, há uma variedade de relações familiares:

No entanto, em princípio, dois tipos de relações devem ser consideradas: as percebidas de forma clara e distinta como a família de origem e as que temos em nossa consciência num limite mais ou menos aberto e difuso, compreendendo uma família, frequentemente de características imaginárias do ponto de vista dos vínculos intrapsíquicos, mas nem por isso menos fortes (BERENSTEIN, 1988, p. 28).

Há na construção da noção de vínculo toda uma trajetória histórica acerca de como ele nos constitui através das relações que estabelecemos, primeiro com a família, depois com os demais. Na clínica vincular, o sofrimento emocional de uma pessoa transcorre, mesmo que de forma diferente, também na sua família. Em *Psicologia de grupo e análise do ego*, Freud (1921) reconhece que raramente a psicologia individual

pode desprezar a relação do indivíduo com os outros, porque algo mais está envolvido na vida mental, como um modelo, um objeto, um auxiliar, um oponente. Assim, desde o início, a psicologia individual amplia-se para uma psicologia social. Isso, entretanto, não significa que a família reconhecerá sua condição e, quase sempre, atribui o sintoma apenas ao membro doente, porque a terapia é vivida, de certa forma, como uma humilhação onde o sofrer é experimentado na vergonha (EIGUER, 1995).

Para Eiguer (1985), toda situação de terapia inclui uma relação de dominação e um desequilíbrio entre os que sabem e os que não sabem. Nesse contexto, a família se vivencia em situação de assimetria cuja intervenção procurará aproximar ou tornar simétricas as relações e influências. Os limites afetivos de um grupo familiar no contexto clínico, algumas vezes, não coincidem com seus limites descritivos, pois a variedade de relações familiares é grande e ocorre de acordo com algum ou vários modelos de organização.

Segundo Berenstein (1988), pode-se considerar, do ponto de vista das relações, uma família de origem e uma imaginária; no plano psicológico, uma cristalizada e obrigatória, com normas que regulamentam o convívio, e uma difusa e não cristalizada, com membros com os quais se tem pouco contato; e, do ponto de vista da percepção, uma mais próxima da consciência e uma estrutural, de natureza inconscientes e que só podem ser percebidas nas configurações conscientes. Dadas tais especificidades, é compreensível que a família designe um elemento como portador do seu sintoma, permanecendo inconsciente o suporte oferecido pelo grupo familiar, uma vez que a dimensão vincular é produto de um processo de formulação, ajustamento e evolução, e consiste em uma tarefa que permite diversas definições.

Entretanto, apesar de sua polifonia, há no vínculo algo que lhe caracteriza, podendo ser traduzido por “relação”. No entanto, “relação” não explica em toda sua amplitude o significado de “vínculo”, pois apesar de serem sinônimos, o contexto da vivência em uma relação nem sempre implicará o estabelecimento de um vínculo, por mais que a construção deste esteja condicionado ao estabelecimento de uma relação. Assim, a palavra vínculo impõe pensar que há uma relação para além desta que une, no mínimo, duas pessoas.

Para Berenstein (2011), as palavras têm uma lógica própria, são criadas no processo de interação e pertencem ao acervo comunitário através da sua produção e uso. O contato com a língua é estabelecido pelo ser humano muito antes do uso da linguagem e do entendimento do seu significado. Entretanto, é a partir da linguagem

que o sujeito é instituído no seu meio, porque é através desta que se dá sentido às coisas, às ações, aos sentimentos. É por isso que as palavras têm sentidos diferentes e, ao falante, não parece haver a necessidade de explicitar ou especificar o seu sentido para o outro. A fisionomia, o timbre da voz e a emoção denotam qual significado cada sujeito atribui para uma mesma palavra. As palavras integram uma cena, uma figura.

Diz-se que só as palavras têm utilização, as frases não. Mas no fundo de cada figura jaz uma frase, muitas vezes desconhecidas (inconsciente?) [...] (BARTHES, 1977, p. 14).

[...] Dis-cursus é, originalmente, a acção de correr para aqui e para ali, são as idas e vindas, as <<tarefas>>, as <<intrigas>> [...] (BARTHES, 1977, p. 11-12).

O seu discurso existe apenas em rajadas de linguagem que lhe brotam graças a circunstâncias íntimas, aleatórias. Estas quebras do discurso podem ser designadas por figuras [...] (BARTHES, 1977, p. 12).

Diversos são os sinônimos para a palavra vínculo: enlear, ligar, atar, amarrar, apertar, acorrentar, laçar, cingir, prender (ação de prender com laços ou nós); aliar, ajoujar, unir, ligar, aproximar (ação de ligar emocionalmente); incorporar, filiar, conectar, relacionar, associar (relativo a associar); juntar, apensar, acoplar, apender, anexar (relativo a juntar); assujeitar, sujeitar, subordinar, subjugar, forçar, obrigar, submeter (ação de sujeitar a um domínio); onerar, sobrecarregar (relativo a impor encargo); eternizar, immortalizar, perpetuar (relativo a eternizar) (DICIONÁRIO MICHAELIS, 1998; 2008).

Diante da polissemia da palavra vínculo, constata-se que a mesma perpassa desde atividades da vida diária, como amarrar algum objeto ou colar e relações que se estabelecem entre os sujeitos, sejam constituídas de afeto ou domínio, até a dimensão do eterno ou imortalidade. Nesse sentido, Berenstein (2011) assinala que os recortes subjetivos de uma palavra variam em razão de estarem relacionados à pertença social, familiar, econômica, teórica ou mesmo pela experiência clínica.

Para o autor, na intervenção clínica, pode haver uso autoritário das palavras através das relações entre sujeitos e dos termos utilizados ao impor aos outros o que acreditamos. Tal imposição inclui uma dose de violência. Ademais, quando duas pessoas usam a mesma palavra, correm o risco de supor que têm o mesmo significado. Nesses equívocos, observam-se certos fenômenos sociais, porquanto “alguns usos supõem maior prestígio que outros, de acordo com a sua procedência, do lugar de origem das palavras ou de seu autor” (BERENSTEIN, 2011, p. 53). Algumas origens e

abrangências da palavra vínculo são apresentadas considerando-se características e especificidades.

Segundo Berenstein (2011), a palavra vínculo – tendo sua gênese do étimo latino *vinculum*, de *vincire*, que significa atar, uma atadura ou união duradoura – refere-se a uma ligação com “nós” de um feixe de ramos utilizado para mantê-los juntos, mas que logo foi sendo empregado para designar a união de uma pessoa ou coisa com outra. Ligar refere-se a unir, juntar ou sujeitar com ligações ou nós. Supõe-se que os nós liguem de forma duradoura. Conforme o autor, em sentido correlativo, vínculo como união ou ligação também se usa no francês *lien*, cuja origem remonta ao latim *ligare*, de onde deriva *ligâmen*, que sugere uma ligação duradoura. Em inglês, corresponde a *link*, palavra que significa elo, vínculo ou ligação e provém, em sua raiz anglo-nórdica, do termo *linke*. Essa definição pressupõe uma relação estável, ou à fantasia de estabilidade, no tempo e espaço, sobretudo nas relações matrimoniais e familiares.

Em todas as línguas existem palavras que possibilitam denominar as relações quanto às suas qualidades e formas, ressalta Kaës (2014). A palavra “aliança” soa bem, pois permite pensar em uma união. O autor, que estuda as “alianças inconscientes”, examina a conexão entre as palavras “aliança” e “relação”, e apresenta uma aprofundada pesquisa dos termos em diversos idiomas e culturas. Em que pese redundante ou desnecessário, apresentar tais relações implica ilustrar suas equivalências e disparidades, embora, em todos os seus significados, está implícito haver pelo menos duas pessoas interagindo entre si.

Nas línguas românicas, “aliança” e “relação” têm a mesma raiz etimológica, vêm do verbo latino *ligare*, amarrar. Aliança forma-se a partir do verbo “aliar”, *aligare* (*ad-ligare*): ligar a, vincular a. A língua italiana apresenta *alleanza* para “aliança” e *legamo* para “relação”, e esses dois substantivos são formados a partir do verbo *legare* (ligar). Outra palavra em italiano que designa “relação” é *vincolo*, que qualifica uma relação de constrangimento, aprisionamento ou de exigências de um segredo ou de um juramento. Já a língua espanhola utiliza a palavra *lazo*, (do verbo ligar, amarrar) para qualificar uma relação (de amizade) e vincular com uma conotação de envolvimento, compromisso mais forte nas relações (*configuraciones vinculares*) (KAËS, 2014).

As línguas anglo-saxônicas dispõem também de palavras diferentes quando se referem à dimensão da relação ou a uma característica mais afetiva da relação. Assim, em inglês, temos *link* para ligar, *bond* para vínculo e *tie* para laço, este aplicado à

relação entre pais e filhos. Em alemão, *bindung* pode ser traduzido por ligação, vínculo, compromisso ou obrigação (KAËS, 2014, p. 23-24).

E podemos ir além. No hebraico, a palavra “aliança” (*berith*), em seu sentido primeiro, significa fatiar, separar. Ela inscreve o rito que separa, fatia o animal sacrificado – dois homens selam uma aliança passando entre as duas partes/metades do animal sacrificado. A Bíblia diz que a aliança sela uma união sobre a separação. O termo hebreu para circuncisão (*moul*) significa também cortar, separar. Pela circuncisão, o circuncidado entra em Aliança (KAËS, 2014).

Diversos sentidos para a palavra aliança são apresentados pelos léxicos árabes. O mais amplo é dado pela palavra *raba Ta*, que significa vincular, colar. Em seus desdobramentos, há *ribaa T*, utilizada para as relações de amor, casamento e de associação, ou seja, sempre que designar uma relação entre duas coisas ou pessoas (KAËS, 2014).

Como foi apresentado no capítulo anterior, há na construção da psicanálise vincular um percurso histórico e conceitual que acompanha um tipo de atuação baseado em referenciais teóricos e demandas do momento em que se configura. Berenstein (2011) intitula “vincular” uma ideia que, embora possa ser um conjunto, iniciou como um agregado ou uma aplicação na prática clínica, mas se tornou uma ampliação à medida que os psicanalistas perceberam a impossibilidade de tratar o sujeito sem considerar sua história pessoal, visto que todo vínculo tem uma historicização por ser um produto da história de vida do sujeito. Por conseguinte, o conceito de vincular na psicanálise foi uma formulação que “transformou não apenas a prática e a teoria, mas também a subjetividade” (BERENSTEIN, 2011, p. 29).

A discussão acerca do estudo do vínculo na psicanálise, afirma Berenstein (2011), apresenta-se como ponto fundamental, uma vez que foi a sua inserção nesse âmbito que possibilitou ampliar a perspectivas do atendimento psicanalítico. Dentre as diversas concepções para o estudo do vínculo, aquela que argumenta que somos constituídos pelos vínculos figura como ponto de partida para a discussão do vínculo do casal.

Entretanto, para entender um vínculo tão específico quanto o do casal, há que se explorar seu significado e o que representa na vida humana, uma vez que uma situação vincular tem conteúdos imprevisíveis, e cada um enfrentará suas vicissitudes:

– As pessoas veem estrelas de maneiras diferentes. Para aquelas que viajam, as estrelas são guias. Para outros, elas não passam de pequenas luzes. Para os sábios, elas são problemas. Para o empresário, eram ouro. Mas todas essas estrelas se calam. Tu, porém, terás estrelas como ninguém as teve... (SAINT-EXUPÉRY, 2015, p. 87)

Metaforicamente, as estrelas são como vínculos: cada um percebe-os e os constrói à sua maneira, de acordo com suas demandas e histórias pessoais, como se fossem tarefas da vida que promovem o estar com o outro para aceitá-los, ou não, em suas semelhanças e diferenças, respeitando sua alteridade. Para o desenvolvimento do potencial pessoal, os seres humanos necessitam estabelecer relações construtivas entre si (MOGUILLANSKY; NUSSBAUM, 2011a), uma vez que, quando os sujeitos entram em relação, o vínculo que se estabelece, ainda que contenha elementos de repetição, representa um acontecimento novo, com características inéditas e irreduzíveis às subjetividades, modificando os sujeitos implicados, de acordo com Mandelbaum (2007). Para essa autora, as reflexões desenvolvidas nesse campo de atuação enfatizam o caráter multidimensional do sujeito: inconsciente, social, histórico e vincular. O sujeito ganha existência e se dá a conhecer na presença do outro com quem estabelece uma relação.

Posto isso, como um termo específico, um novo campo de conhecimento e uma ferramenta teórica, o vínculo é considerado recente. No entanto, como uma tarefa existencial sempre esteve presente em todos os tempos e culturas. Sua evolução consistiu em um longo processo de elaboração que não se esgota, visto que haverá sempre novas formas de apreender e operar sobre a subjetividade humana.

2.1 O vínculo na psicanálise – De que se trata?

O termo vínculo enquanto conceito não figura na obra freudiana, pois tendo a psicanálise crescido em um campo considerado restrito, cujo objetivo era superar a impotência do tratamento médico das doenças nervosas funcionais (FREUD, 1924 [1923]), ainda que se possa identificar o uso do termo de forma indireta, não se pode atribuir sua existência relacionada a uma preocupação acerca da constituição do vínculo. A noção de vínculo no texto psicanalítico é utilizada para designar diferentes relações associadas à noção de objeto. Na clínica, sua utilização descreve a relação analista/analizando, assim como a relação analisando e seus objetos internos. Considerando sua amplitude, Puget e Berenstein (1993) indicam que o termo será

encontrado em expressões como: vínculo com o objeto externo, vínculo com o objeto interno, vínculo transferencial, vínculo familiar, relação de objeto interno, relação de objeto externo, entre outras.

A todo momento, Puget e Berenstein (1993) ressaltam que os conceitos de vínculo e de relação evidenciam uma problemática teórica na medida que abrangem tanto a noção de eu e objeto, como a delimitação entre mundo interno, ou intrasubjetivo, e externo, ou intersubjetivo, e ressaltam que haverá maior complexidade se a eles for acrescentado o nível transubjetivo, mediante a inscrição dos modelos socioculturais. Diversos autores, entre os quais Berenstein, (2011), Puget (1993) e Kaës (2011, 2014), ao analisar a problemática, propõem um aparato mental pensado em termos de uma estrutura vincular que se manifesta nos espaços intrasubjetivo, intersubjetivo e transubjetivo. Espaços que se relacionam e influenciam mutuamente, mas com um inconsciente próprio em cada um.

Esses três espaços constituem o mundo interno, o mundo vincular e o mundo sociocultural, respectivamente. São diferentes, diferenciados e se reúnem no sujeito, que por sua vez é produto deles. Cada um deles produz um inconsciente: o inconsciente do mundo interno ou intrasubjetivo, formado pela articulação entre representações reprimidas e afetos; o inconsciente do mundo vincular ou intersubjetivo, no qual os sujeitos deverão suprimir, suspender ou deixar de fora o que for incompatível com a relação ou o que lhe pareça alheio à mesma; e o inconsciente do mundo sociocultural ou transubjetivo, que será instituído tomando como referência o que já fora suprimido ou excluído anteriormente, a partir daquilo que determina a pertinência dos sujeitos ao conjunto social frente às incertezas e ameaças de dissolução do conjunto (BIGLIANI, 2011).

Para tanto, é necessário compreender a diferença entre: relação de objeto, vínculo e estrutura vincular, uma vez que a distinção permite o reconhecimento desses diferentes espaços mentais no aparelho psíquico. Por relação de objeto, entende-se a formação intrasubjetiva e intraterritorial em relação ao aparelho psíquico e está diretamente ligada à forma como o bebê introjeta os cuidados desde os primeiros contatos com sua mãe ou outro cuidador.

A relação mãe-bebê retém um firme apoio na sobrevivência do corpo deste, e mesmo que o seio possa ser substituído por uma mamadeira ou por comida artificial, o contato emocional parece ser para a mente tão necessário e consistente como o alimento material para o corpo (BERENSTEIN, 2011, p. 101).

Tal relação marca a forma como esse novo sujeito internaliza o mundo e servirá de modelo para suas futuras relações. Será esse modelo que influenciará suas escolhas de objeto. Em Freud (1921), a escolha do objeto dá-se pelo processo de identificação, pois esta é a mais remota expressão de um laço emocional com outra pessoa e desempenha um papel primitivo na história do complexo de Édipo. Ele diz:

Um menino mostrará interesse especial pelo pai; gostaria de crescer como ele, ser como ele e tomar o seu lugar em tudo. Podemos simplesmente dizer que toma o pai como seu ideal. [...] Ao mesmo tempo que essa identificação com o pai, ou pouco depois, o menino começa a desenvolver uma catexia de objeto verdadeira em relação à mãe, de acordo com o tipo [anaclítico] de ligação (FREUD, 1921, p. 109).

Esses dois laços psicologicamente distintos – catexia de objeto sexual com a mãe e identificação com o pai – serão tomados como modelo para as futuras relações. Entretanto, o processo não é tão linear ou simples. Subsistindo pareados durante certo tempo, sem que haja influência ou interferência entre eles, culminam na unificação da vida mental. O complexo de Édipo origina-se dessa confluência. Assim, o menino percebe o pai como um impeditivo para a sua relação com a mãe, e a identificação assume sua face hostil, que é o desejo de substituí-lo em relação à mãe. Freud (1921, p. 109) afirma que “a identificação é ambivalente desde o início, podendo tornar-se expressão de ternura com tanta facilidade quanto um desejo de afastamento de alguém”.

Por consequência, o objeto em psicanálise é o habitante do mundo interno que consiste na marca da interioridade, cuja existência se faz conhecer como um personagem que permeia a vida do sujeito. A relação vincular, tanto quanto o processo terapêutico, refere-se a uma ausência, uma representação de algo ocorrido em outro tempo-espço, mas que se faz presente e se vale, nesse processo, da identificação e da projeção.

Desde a origem da vida psíquica e, posteriormente, na formação de um casal, para viver em família e em comunidade, os seres humanos necessitam se associar entre si e com um objetivo comum. Os acordos e trocas produzem-se tendo como base as identificações mútuas. Kaës (2014) ressalta que, através das diversas modalidades de identificação – especulares, narcísicas, adesivas, projetivas e interjetivas –, os sujeitos vinculam-se uns aos outros. Destaca:

Os sujeitos pactuam uma aliança segundo um duplo movimento: identifica-se no outro aquilo que pode servir aos próprios interesses e os de outrem. [...] Sobre essa base, eles se identificam entre si por um traço comum, ou seja, por um empréstimo mútuo de um traço diferente, mas capaz de ter um valor de prazer em seus respectivos espaços psíquicos (KAËS, 2011, p. 47-48).

O segundo espaço, o do vínculo, deve ser compreendido na interseção do intra e do intersubjetivo. De acordo com Berenstein (2011), através do tratamento psicanalítico de famílias, casais e grupos, o termo “vínculo” adquiriu maior especificidade, passando a representar o que liga as pessoas, ou seja, expandindo-se para a relação de um eu e outro, ou entre um eu e outros, diferenciando o familiar do social. Evidencia, ainda, que a mudança originou consequências técnicas metapsicológicas e abriu caminho para outra ética, pois possibilitou pensar de outra maneira a relação com o paciente individual.

No contexto grupal e no campo da psicanálise contemporânea, segundo Kaës (2011), a questão reside em compreender como o sujeito singular, o do divã, é um sujeito cujo inconsciente foi moldado e é mantido nos vínculos intersubjetivos, nas alianças inconscientes que o precedem, que este admite por contra própria, e nos espaços psíquicos inconscientes que partilha com os outros. O autor ainda destaca: “Uma das questões que interessam hoje aos psicanalistas é a da subjetivação. [...] processo de formação do sujeito, mas mais precisamente sua transformação em um Eu capaz de pensar seu lugar e sua condição de sujeito do inconsciente” (KAËS, 2011, p. 220). Ele ressalta que a subjetivação se produz em um duplo processo psíquico entre determinantes internos e o espaço psíquico intersubjetivo, e esclarece que o eu, termo do processo de subjetivação, origina-se através de um conjunto intersubjetivo do qual é tributário, mas do qual deverá se libertar. Então, prossegue apresentando os conceitos de sujeito, sujeição e intersubjetividade.

Embora o de sujeito seja pós-freudiano, suas premissas são fornecidas por Freud (1915), em *Os instintos e suas vicissitudes*, quando:

Qualifica o sujeito pelo duplo movimento que o constitui: pela inversão das polaridades pulsionais ativas/passivas e pelo retorno das posições correlativas do objeto e do sujeito, do ego e do outro. De objeto passivo das pulsões do outro, o sujeito se torna tal impondo a seu próprio ego uma passividade que o transforma em objeto das suas próprias pulsões (KAËS, 2011, p. 221).

O sujeito, aponta Kaës (2011), não é apenas dividido a partir do seu interior, mas também em seus vínculos com o (s) outro (s). Entretanto, o conceito de sujeito

impõe o de sujeição, que não se refere à alienação⁴, mas a uma ideia convergente da relação entre sujeito e objeto comandada pela exigência da pulsão, dos cenários fantasmáticos e pelo abandono das identificações. Somente a partir de tal submissão o sujeito adotará novas identificações e o processo de subjetivação será possível.

O processo de subjetivação é descrito como a libertação do “Nós” e do “Um”, e o acesso ao “Eu”. Ele resulta de dois fatores – o trabalho interno do sujeito e a intersubjetividade – que sustentam o sujeito em sua libertação das identificações alienantes e das alianças inconscientes que o mantêm na sujeição. Todavia, seria ilusório pensar na subjetivação como uma transformação total, rápida e sem vestígios. A vida psíquica está em um constante movimento de tornar-se eu, e o sujeito em constante devir. Destarte, o trabalho da intersubjetividade é o trabalho psíquico do inconsciente do outro, ou de mais de um outro, na psique do sujeito do inconsciente (KAËS, 2011), por conseguinte, qualifica-se de espaço psíquico intersubjetivo aquele que vincula cada sujeito a outros sujeitos do inconsciente, de tal modo que o conceito de intersubjetivo relaciona-se com o de espaço psíquico transubjetivo (KAËS, 2014).

Na relação entre a singularidade de cada um e a particularidade de todos, pode-se afirmar que nos grupos dos quais faz parte, o vínculo está sempre ao nível intersubjetivo ou exterritorial de um eu e outro eu, mas também transubjetivo, pois articula-se entre os diferentes espaços de relação.

De acordo com Pichon-Rivière (1998), o vínculo inclui a conduta e materializa-se a partir de uma relação particular com o objeto. Dessa forma, a noção de relações de objeto utilizada em psicanálise é bem mais concreta: trata-se da estrutura interna do vínculo, sendo este um tipo particular de relação de objeto. O teórico, em seus estudos com grupos, concluiu que a relação de objeto se constitui por uma estrutura dinâmica em contínuo movimento. Acrescenta:

A psicanálise ao estudar as relações de objeto ou relações objetais tomou como material de trabalho e observação a maneira particular com que cada indivíduo se relaciona com o outro e com os outros, criando uma estrutura particular a cada caso e momento que denominamos vínculo (PICHON-RIVIÈRE, 1998, p. 3).

Essa forma de conceber o vínculo vai de encontro ao pensamento de Berenstein (2011), para o qual o vínculo só existe na relação através de sua

⁴ Abandono ou sacrifício de uma parte de si em prol do poder de um outro interno ou externo (instância, pessoa, ideia...) (KAËS, 2011).

materialização, sendo uma tarefa que, apesar de poder ser transmitida, só se realiza a partir da ação. Portanto, não existe vínculo em intenção, é necessário passar pela experiência e, por isso, é uma experiência intransferível.

O terceiro espaço é denominado estrutura vincular e compreende a relação transubjetiva ou que se estabelece entre um ego e o seu macrocontexto social. O vínculo, segundo Pichon-Rivière (1998), em sua constituição dialética – de dentro para fora e de fora para dentro –, reflete a interseção do sujeito e seu meio, uma vez que não se pode pensar o indivíduo distinto de seu meio social. Para o autor, uma distinção entre indivíduo e sociedade não passa de uma mera abstração:

Temos a sociedade dentro de nós. Nossos pensamentos, nossas ideias, nosso contexto geral é, na realidade, uma representação particular e individual de como captamos o mundo de acordo com uma fórmula pessoal, de acordo com nossa história pessoal e de acordo com o modo pelo qual esse meio atua sobre nós e nós sobre ele (PICHON-RIVIÈRE, 1998, p. 43).

A noção do vínculo está diretamente ligada ao partilhamento de significados que o sujeito estabelece com todos os grupos dos quais participa. O vínculo, portanto, é sempre social, mesmo sendo com uma única pessoa, pois, através da relação com essa pessoa, repete-se a história de vínculos anteriores. Por conseguinte, é preciso sempre olhar para o sujeito em situação, ou seja, contextualizado em seus aspectos social, cultural, econômico e afetivo.

Todavia, o mundo vincular não representa um lugar de fácil acesso. Ultrapassar o “um” para com o “outro”, construir um “nós” que seja produto de “dois”, sem deixar de ser “dois uns”, é uma tarefa complexa, sujeita a encobrimentos, pois, segundo Berenstein (2011, p. 8), “o que vincula um ao outro declara a inconsistência do individual, do identitário e dá a perceber outro panorama do mundo humano. [...] mas uma vez entrevisto este mundo marcado por inconsistências que abrem para o novo, não há volta”. E nisso reside a fabulosa capacidade do vincular: é uma tarefa transformadora. Os sujeitos que se autorizam à construção e participação em um vínculo estabelecem trocas mútuas e satisfatórias, sujeitas a ataques internos e externos, mas em sua essência transformadora.

Refletir sobre a capacidade de vincularidade impõe considerar como ela se forja desde o nascimento, pois cada sujeito produz sua subjetividade no marco de uma família. É na família que serão geradas, a partir das vivências, as lembranças. E o fenômeno da memória que regula o que é ausente e o que é existente na ordem da

representação. Ao se tornar sujeito daquela família, o que ali é produzido fica como marca na subjetividade, que será transferida para a nova família. Contudo, embora o sujeito leve as marcas da família de origem, ao instituir uma nova família, ele tem a possibilidade de renovar e construir uma estrutura inédita. Trata-se de uma tarefa instigante, mas complexa, pois representa construir uma estrutura desconhecida e nem todos os sujeitos suportam tal tarefa.

É certo que, mesmo em tempos de retraimento nas relações, o ser humano, inacabado por excelência, não se basta e necessita do outro para sua sobrevivência. Desse modo, sendo o vínculo uma necessidade da vida humana, atravessa a existência da concepção à morte. Diante de sua importância e de estar implícito em todas as condutas humanas, o vínculo constitui-se em uma temática amplamente estudada e não há como desconsiderar sua importância na capacidade de vincularidade que cada sujeito apresenta durante a vida. Por tal capacidade, pode-se entender uma maior ou menor disposição às experiências vinculares.

Passar pela experiência do vínculo representa “estar, entrar” no vínculo e trata-se de uma experiência complexa que implica, além de sua construção, sua conservação e o cuidado no trato com o outro (BERENSTEIN, 2011). Ou seja, embora a vida humana exija a formação de vínculos necessários desde o nascimento, estar vinculado não significa apenas estar junto, uma vez que se constitui como tarefa e exige investimento emocional e comprometimento. Implica um duplo movimento: sair de si para ingressar no fora, ou no outro, e sair do fora para ingressar em si, havendo, portanto, uma relação dialética onde se produz uma passagem do que está dentro para fora e do que está fora para dentro.

É no duplo movimento da convergência entre semelhanças e diferenças que o vínculo se produz. Construído na relação e operando no sentido de favorecer a descoberta de novas oportunidades subjetivas, promove o crescimento e o desencadeamento de outras possibilidades, pois declara a inconsistência do individual.

Uma vez exigindo investimento e comprometimento, o vínculo, ou a sua experiência, de acordo com Berenstein (2011), só se concretiza na relação, pois é possível transmitir uma noção dessa relação, mas não o que cabe a cada um fazer para construir um vínculo com o outro. O autor enfatiza que a tentativa de transmitir experiência é sempre difícil e questiona se é possível transmitir ao outro a maneira singular, seja de resolver um problema, seja de enfrentar uma situação, embora um dos traços distintivos da modernidade seja a destruição.

Diante dessa destruição, qual seria a circunstância do homem contemporâneo e dos vínculos em uma temporalidade que é fugaz, na qual a brevidade das relações circunscreve o encontro e o desencontro, visto que o amor só pode acontecer porque não vai durar? (HERZOG, 2009). Pode-se responder à questão pontuando que a destruição da experiência e a prevalência do atual reduzem a capacidade de apropriação do passado, que é o sentido da herança. É a herança que possibilita antecipar obstáculos, não no sentido de evitá-los, mas de sobreaviso. Assim, sem passado e sem futuro, o homem contemporâneo vive o presente e, uma vez fixado neste, tem mais dificuldade em construir relações estáveis.

2.2 O vínculo do casal – De quem se trata?

O tema do casal é inspirador. Na poesia, literatura, artes plásticas, cotidiano, consultórios, em diversos locais, pode-se constatar sua presença, direta ou indiretamente. Ainda que se modifiquem as formas de relação a dois, estarão pelo menos dois partilhando uma convivência. Contudo, viver a dois é uma experiência complexa que demanda compromisso mútuo e para a qual não há fórmulas. Entre as complexidades que se podem destacar, está a ideia de uma unidade de um lado e a da diversidade, ou multiplicidade, de outro (SEVERO, 2010), pois a constituição de um casal passa por uma série de acordos relacionais que lhe confere um estilo, uma singularidade que o define enquanto sistema, mas que reivindica como condição fundamental ao seu dinamismo a diferenciação entre seus membros (ALVARENGA, 1996).

O comum é o que nos une. Essa frase poderia ser o principal destaque da discussão acerca do vínculo do casal, posto que o comum, ou as supostas semelhanças, funciona no momento do enamoramento como um sinal de que se encontrou a pessoa certa e, portanto, nada poderá abalar o relacionamento. Na teoria psicanalítica vincular, o enamoramento consiste na fase do descobrimento de uma série de afinidades ou complementaridades que fazem do eleito um duplo especular de si mesmo, ou melhor, um ideal. Suporte de um recobrimento fantasmático, cada um é ao mesmo tempo sujeito e objeto desejante, pontua Severo (2014). Em que pese ser uma fase turbulenta, repleta de ansiedades e desejos, visto que o enamorado reivindica a presença do outro o tempo todo, o enamoramento é, também, o momento do encantamento, pois “como enamorado souro com delicadeza” (SEVERO, 2014, p. 42).

Sendo considerado uma fase de desenvolvimento dos relacionamentos, o enamoramento é entendido como uma etapa que terminará, mas que se funda na passagem de um vínculo único, ilusório, para um unificado. A transformação é muito importante ao marcar o percurso do casal, desde a fase inicial até as posteriores, de mais complexidade vincular, como a constituição da conjugalidade em suas inúmeras especificidades, o estabelecimento da intimidade sexual, as tarefas de constituição da família, como o nascimento e criação dos filhos, entre outras.

O conceito de enamoramento na psicanálise vincular consiste no descobrimento de uma série de afinidades, ou complementaridade, que faz com que o eleito seja um duplo especular, um ideal. Há no enamoramento um toque de idealização e essa “ilusão romântica” tem razão de ser e importância, posto que cada um é objeto e sujeito do desejo do outro. É justamente nessa dinâmica do sujeito que deseja e é objeto do desejo do outro que se estruturam os acordos básicos que sustentarão os vínculos da relação. Funciona como um alicerce, um momento ilusório, cujo intento é preparar o casal para a dor provocada pela descoberta das diferenças e do alheio do outro, posto que consiste em tentar anular o inacessível, o que não é passível de representação no outro (PUGET; BERENSTEIN, 1993). É o resultado do investimento mútuo com forte sentimento de prazer que, para alguns, irá transformar-se em amor e permanecer em certo grau favorecendo a consolidação da relação (SEVERO, 2014).

Para todo vínculo, uma condição necessária é a presença de um referencial externo (PUGET; BERENSTEIN, 1993). O casal pode ser definido como um sistema interpessoal cujas sequências interacionais são marcadas por um conjunto de regras que funcionam tanto de forma estável quanto com capacidade de transformação. Sistemas interpessoais como o casal são circuitos de retroalimentação nos quais o comportamento de cada um afeta e é afetado pelo comportamento do outro, assim como o contexto no qual as interações ocorrem influencia e é influenciado pelos seus integrantes. É, portanto, uma união que incorpora tanto as autoimagens de cada um quanto o potencial para desenvolver aspectos novos e únicos (ALVARENGA, 1996).

Devendo compatibilizar exigências que vão desde a administração e economia doméstica até a partilha do gozo sexual, o casal está exposto a graves conflitos, pois, segundo Liberman (1994), no casamento é onde se põe à prova a capacidade de adaptação adquirida ao longo da evolução. Assim sendo, compreende-se o vínculo do casal como uma construção com inúmeros detalhes, executada a dois e sujeita a alguns reparos, sem nunca ser completamente concluída. Essa característica de ser

inconclusivo, antes de ser considerada negativa, é um fator de reestruturação, pois possibilita ao vínculo se refazer e, assim, transformar seus sujeitos incessantemente, sendo “este trabalho constante do vínculo que permite o frescor e o escape do enfadonho” na relação do casal (SEVERO, 2010, p. 23).

Destarte, vincular-se leva a “detectar o que se produz juntos, no entre-dois” (BERENSTEIN, 2011, p. 9). Essa proposição delimita o vínculo como resultado do encontro entre duas pessoas, independentemente do local e da intenção, posto que não se constitui pelo estabelecimento de um acordo jurídico, mas por uma sintonia que implica haver dois envolvidos/comprometidos na relação. Assim, a construção de um vínculo de casal exige um trabalho com a diferença e com o alheio do outro, pois a vida a dois oferece inúmeros desafios, posto que é imprevisível, turbulenta, fragmentada, descontinua e com rupturas diárias (SEVERO, 2010).

No vínculo, destaca Severo (2010), faz-se necessário aceitar que o outro não é um prolongamento de si e sempre será um desconhecido que resiste a ser anulado no seu alheio e em sua alteridade. Aqueles casais que esperam uma completa concordância e nenhuma diferença estarão fadados ao fracasso, posto que isso não é possível. Desse modo, é necessário pensar o vincular como uma tarefa que cria e marca um território, uma borda entre os sujeitos. O limite tanto une quanto separa, pois em um casal configura-se uma relação na qual não há como considerar um suposto todo, visto que não há lugar para todo o amor, todo contato, toda gratificação.

Uma borda é um limite entre o interior e o exterior, mas deve ser assimilada como um limite fluído, no qual o exterior se faz interior e vice-versa. É como se, metaforicamente, houvesse uma fronteira na qual cada território subjetivo se separa e se une. No vínculo, a fronteira impõe o discernimento entre três limites: um eminentemente individual e que jamais será partilhado; um que se pode denominar de singular ao casal, pois foi construído no interior do vínculo; e um terceiro, também construído no vínculo, partilhável e individual, concomitantemente. Compreender essa fronteira é muito importante, pois permite uma dinâmica do casal baseada no respeito ao alheio do outro sem, no entanto, afastar-se do mesmo, o que poderia ser sentido como indiferença. É a partir dos limites que se estabelece o clima vincular de um casal.

O clima vincular forma-se e resulta dos acordos entre as zonas de encontro (onde há compartilhamento) e as zonas de desencontros (onde não há compartilhamento), visto que é apresentado como o resultado do cruzamento de dois elementos que, ao convergirem, formam um terceiro partilhado. Quando isso ocorre,

mesmo estando em diferentes planos, de tão próximos, parecem sobrepostos. Da confluência, resulta o que é de um e do outro separadamente e o que é dos dois. Assim sendo, tem-se dois setores: o compartilhável e o compartilhado. O dois inicial, portanto, inclui a diferença como uma marca de origem e o dois compartilhado pode ser a somatória que tende a negar a diferença.

Um vínculo de casal é constituído por uma ligação cujo relacionamento promove uma semelhança, mas inclui uma diferença, já que cada sujeito é único e a ação vincular complexa, invisível, para a qual não se tem a certeza de quando, onde e como se produzirá. Logo, inúmeros podem ser os motivos para duas pessoas se unirem e produzirem um vínculo de casal: ser amado, buscar seguridade afetiva, formar uma família, ter filhos, estar juntos para enfrentar a solidão etc. (SEVERO, 2014). Em que pese as diversas formas de constituição de um casal em pleno século XXI, em sua maioria fundamentadas no vínculo que duas pessoas compartilham, o casal objeto desse estudo é o designado por Puget e Berenstein (1993, p. 3) como “matrimonial”, o qual descrevem como “uma estrutura vincular entre duas pessoas de sexos diferentes que a partir de um dado momento estabelecem o compromisso de fazerem parte de uma relação em toda a sua amplitude, possam cumpri-lo ou não”.

E é por se constituir em uma tarefa tão complexa que se vincular pressupõe amadurecimento, pois significa tornar-se outro na relação sem, contudo, deixar de ser o que se é. Assim, compreende-se que na tarefa vincular está estabelecida uma partilha altamente democrática onde cada um coloca um pouco de si e constrói um outro. Destaca-se, então, a premissa de Berenstein (2011) que aponta ser diferente vincular-se e estar unido, embora essas se sobreponham e possam ser consideradas a mesma coisa. Vincular-se, para o autor, é mais que estar unido, é estar comprometido, e não apenas junto.

A constituição de um casal, no entanto, não se funda aleatoriamente, pois os sujeitos precisam passar por etapas. A primeira delas é a do enamoramento, também denominada apaixonamento. Todo casal necessita passar pela experiência do enamoramento, pois é ela que inaugura a relação a partir da atração que se supõe autônoma. O enamoramento é considerado o momento inicial de encantamento mútuo que possibilita aos sujeitos a aproximação. Oferece “o marco para dispor de um modelo ilusório, a fim de superar a dor mental surgida de entrar em contato com a descontinuidade” (PUGET; BERENSTEIN, 1993, p. 5). É tal experiência inicial que os leva a se colocarem e serem colocados em uma estrutura vincular chamada casal.

Os membros do casal enamorado sentem a necessidade de compartilhar seu mundo interno e há uma suposta reciprocidade que os obriga a essa troca. As diferenças parecem não contar nessa fase. A sensação de unicidade ilude os enamorados sobre o apagamento dos detalhes do conjunto, ou seja, esse estado emocional subjetivo que tende a anular a presença do outro, o alheio, o não possível de representar (BERENSTEIN, 2011). Berenstein (2004) define a fase do enamoramento como o intento extremo de anular o inacessível do outro, podendo ser compreendido como aquele momento em que o casal enamorado cede a tudo que o diferencia e tende a ver e compartilhar somente aquilo que os une. O estar apaixonado, acentua Freud (1914, p. 107):

Consiste num fluir da libido do ego em direção ao objeto. Tem o poder de remover as repressões e de reinstalar as perversões. Exalta o objeto sexual transformando-o num ideal sexual. Visto que, com o tipo objetal (ou tipo de ligação), o estar apaixonado ocorre em virtude da realização das condições infantis para amar, podemos dizer que qualquer coisa que satisfaça essa condição é idealizada.

Posto isso, o estado de enamoramento também é definido como o momento de intensa paixão que impede a consciência de ver o outro tal como é. De acordo com Severo (2014, p. 41-42), o casal enamorado é detentor de um forte senso estético, no qual toda imaginação “converge para uma imagem valorizada do bem-viver, bem-querer, ternura, romantismo e sensualidade. [...] conversão total da imaginação no que é adorável e admirável”. Para a autora, há nos casais enamorados o impulso criativo intrínseco ao viver e pode-se enamorar sem perder-se no outro, unindo-se ao outro também no sofrimento, mas sofrendo com delicadeza, porque o amado o autoriza a viver.

Tal forma de conceber o enamoramento é recusada por aqueles que o consideram uma fase intensa que tende ao limite do estar junto, do querer e do sofrer. Costa (1998) ressalta que esse momento não pode se prolongar indefinidamente em face do risco de transformar a vida dos envolvidos em um estado de angústia perene, posto que o enamorado cobra a presença constante do outro. O autor reflete acerca de uma ideia que nos foi imposta pelo romantismo amoroso de conceber o amor como uma pintura dessa emoção, que não é falsa, tampouco necessária. Uma visão mais realista dessa emoção, ou desse mito, para o autor, tem duas consequências: a primeira será vivenciada por aqueles muito convertidos ao sentimento, que é a desorientação, e a

segunda, considerada mais adequada, é a da reaproximação, pois uma vez que se toma distância, pode-se reaproximar do sentimento de uma maneira mais saudável, que nos faça menos frágeis.

Interrogar-nos acerca dos impasses da vida afetiva, independentemente do sentimento que se dê destaque (amor, paixão, ternura ou vínculo), nos faz refletir sobre o que tem valor na vida. Costa (1998) diz que, como tudo que tem valor na vida, o amor não é fácil. Para consegui-lo, mantê-lo e renová-lo, é pedido que se faça um trabalho psíquico, mental.

Lejarraga (2002), que estudou a paixão e a ternura na obra freudiana, aponta a “esperança” como o ingrediente fundamental ao amor-paixão, pois, através da fantasia, se pode fazer corresponder à fantasia amorosa do amante. Ademais, para a autora, se o apaixonado não nutre a fantasia ou a esperança de ser amado e correspondido no seu amor, não haveria como se intensificar a idealização e o próprio sentimento amoroso.

Por conseguinte, a tarefa de passar do estado de enamoramento ao do amor, segundo Puget e Berenstein (1993), não se constitui uma tarefa fácil para o ego, pois implica um fundamental e árduo trabalho psíquico. Somente após a transição do enamoramento para o amor ocorre a capacidade de aceitar, ou não, o outro. A psicanálise vincular busca a compreensão de quais fatores inconscientes são determinantes para as múltiplas vicissitudes desse vínculo. Para os autores, essa busca de compreensão tem um sentido maior na medida em que poderá ajudar a transformar um espaço de sofrimento repetitivo e esterilizante em um espaço de criação e fertilidade.

Ao ingressar em uma relação, cada sujeito traz consigo seus conhecimentos, valores, ideais etc. Nesse sentido, Puget e Berenstein (1993) sustentam que a primeira tarefa na constituição de um casal consiste na fusão de dois mundos psíquicos. É uma resolução trabalhosa, complexa e nem sempre concluída, pois implica um corte com seus vínculos familiares anteriores. Nessa construção, existem dois tipos de casais: os que alimentam a ideia de pertença a um *continuum* das suas famílias de origem e delas têm dificuldade de se separar, pois tal possibilidade provoca angústia, e os que desejam construir uma nova unidade familiar, livre da interferência das suas famílias originárias, fixando o começo neles próprios ao recusar as representações e modelos parentais. As duas composições são extremamente problemáticas e causam sofrimento. Tanto o desprendimento dos vínculos parentais de cada um quanto o desejo e a dificuldade de criar uma estrutura inédita são momentos fundadores e, portanto, desafiadores.

Para os autores, propor a família como anterior ao casal possibilita considerar a representação mental de si até a realização do seu próprio projeto familiar. E atestam: “a questão do anterior e do posterior, o antes e o depois, obedece uma necessidade do espírito de marcar em algum lugar um começo, um momento originário” (PUGET; BERENSTEIN, 1993, p. 4). A marca de um momento originário pode ser entendida como a fundação de uma família específica. Assim, o casal vê-se diante do grande desafio de conciliar a construção de uma estrutura inédita sem, no entanto, romper com seus vínculos familiares de origem.

Os vínculos denominados “familiares” estão classificados em dois tipos: os de sangue e os de aliança. Os primeiros remetem à ascendência e à transmissão genética, circunscrevendo-se ao parentesco biológico (pais/filhos/irmãos). Já os de aliança são os que se baseiam no compromisso recíproco entre as pessoas, entre os quais estão os de amigos, amantes e o do casal.

O vínculo do casal é diferenciado dos demais vínculos de aliança por pressupor um contrato fundamentado no direito. Embora este não exima a relação de uma dissolução, pode ser considerado mais consistente, pois pressupõe uma longa duração. Outra característica crucial é que, embora não fundamentado nos vínculos sanguíneos, pressupõe a fundação de um parentesco.

Nesse deslocamento, há o estabelecimento de um contrato inconsciente, cujo teor implica na existência de acordos e pactos inconscientes que se constituem em maneiras de integração, tanto dos aspectos compartilháveis quanto dos não compartilháveis da relação. Eles abrangem desde questões triviais da rotina do casal, como a divisão das tarefas domésticas, até a criação de hábitos ou prazeres partilhados na relação, como a troca ou compra de um bem móvel ou imóvel, uma viagem, uma poupança etc. São os acordos e pactos que sinalizam as semelhanças e diferenças entre as partes e, quanto mais difíceis forem seus estabelecimentos, mais denotam a dificuldade em aceitar e administrar as diferenças existentes.

Para Kaës (2014), o acordo corresponde simultaneamente ao grau zero da aliança e ao seu resultado. Seria o “pôr-se de acordo, ancorar-se naquilo que é comum ou sobre o que seja o resultado: estar de acordo implica consentimento” (KAËS, 2014, p. 25). Os acordos funcionam como unificadores do funcionamento mental e vincular, para que, dessa forma, o casal possa inaugurar uma nova unidade que não se caracterize como a mera soma de ambos. São eles que sustentam o crescimento vincular objetivando não repetirem os modelos primitivos. Em suma, os acordos servem para,

mediante suas transações, o casal ser capaz de implementar uma nova unidade familiar. Há neles uma espécie de identificação na qual o sujeito incorpora um traço do outro, passando a funcionar como próprio.

Os pactos, por sua vez, são criados para manter e proteger o vínculo da tendência de um parceiro tentar anular o outro naquilo que tem de diferente. Embora sirvam para fortalecer os acordos, eles dizem respeito ao espaço mental incompartilhável de cada ego. Segundo Kaës (2014), um pacto contém a ideia de uma convenção submetida a uma obrigação. A partir dessa característica, diante de uma situação, o pacto poderá comportar riscos de conflitos violentos e divisões. Por ser o resultado de um arranjo ou compromisso, é obtido por transação, consentimento mútuo ou por imposição unilateral. Trata-se de uma operação que busca efetuar inúmeras concessões para que se possa satisfazer o desejo do outro e, ao mesmo tempo, colocar-se em situação favorável. Havendo uma parte do ego incompartilhável, a única maneira de manter o vínculo é através da criação de pactos que representam a tolerância aos aspectos indesejáveis do outro.

Todos os vínculos humanos necessitam de uma estrutura que funcione como um enquadre delimitador das suas possibilidades e limites. Os acordos e pactos estão a serviço dessa organização, mas não são os únicos, pois em uma relação tão específica como a do casal inúmeras características são basais para sua estrutura.

Por vínculo do casal, Puget e Berenstein (1993) designam um tipo de relação diática dentro de um modelo sociocultural prescrito para casais, intitulado “casal matrimonial”. A definição “matrimonial”, segundo os autores, serve para situar tal relação das não-matrimônias, a saber: pais e filhos, irmãos, amigos, colegas, entre outras. A demarcação é considerada importante, uma vez que há necessidade científica de apresentar critérios que distingam um objeto de estudo de outro. Em psicanálise vincular, essa estrutura foi denominada “parâmetros definitórios”.

Tratam-se de atribuições específicas encontradas em todos os tipos de vínculos e, segundo Puget e Berenstein (1993), embora amparados em modelos socioculturais, implicam certos elementos constantes e presumidos. No caso do vínculo do casal, constituem: cotidianidade, modalidade de relações sexuais, projeto vital compartilhado e tendência monogâmica. Assim, toda pessoa disposta a constituir esse vínculo sabe, consciente ou inconscientemente, da existência de tais fundamentos. Tais parâmetros são atribuições que cada sujeito deverá cumprir para a manutenção da relação e, embora não garantam a longevidade da mesma, visam integrar o casal. Há que se pontuar,

entretanto, que tais parâmetros, mesmo presentes na atualidade, ganham novas configurações permanentemente.

O primeiro parâmetro, da cotidianidade, refere-se à convivência diária, hábitos, valores etc. Envolve o enquadramento e a estabilidade do vínculo funcionando como um organizador dos ritmos de encontros e desencontros do casal, pois pressupõe um tipo de estabilidade cujas delimitações são consideradas costumes formados espontaneamente e para os quais não há necessidade de redefinição no dia a dia.

Sendo um organizador dos ritmos de encontros e desencontros do casal em sua dinâmica, os não-encontros possibilitam transformarem-se em desencontros. A cotidianidade ativa modalidades primárias de relação e provém de marcas impressas no sujeito e incorporadas à sua identidade (SEVERO, 2010), porquanto sua base metapsicológica implica a manifestação das relações estabelecidas com as figuras parentais, que introduz o ego em uma estabilidade que serve como o marco para a identidade.

A despeito da vivência de cada um, a experiência da cotidianidade implica intimidade e segurança, designa uma relação diária no lugar simbólico do vínculo, e está baseada em uma unidade temporal e espacial que possibilita certas formas fixas de comportamentos instituídos. Por exemplo, os locais à mesa, à cama, no armário etc., ou quando um dos parceiros gosta de dormir em determinado horário, fazer uma atividade física ou de lazer, assistir a um programa ou ir ao teatro. Ou seja, o modo de ser de cada um está contido na forma que executa cada tarefa corriqueira e em cada preferência, dessa forma, o vínculo do casal funda uma nova rotina.

Embora a cotidianidade seja instituída para oferecer ao casal sua maneira própria e reconhecida de convivência, ela pode ser vivida como negativa, se for imposta como algo cerceante, culminando em atribuições severas, convenções. Há que se reconhecer a necessidade esporádica de espaço para o não cumprimento de todas as regras, senão pode representar submetimento e transformar o casal em cumpridores de tarefas, limitando ou extinguindo o espaço para relaxamento e diversão.

Denominado projeto vital compartilhado, o segundo parâmetro relaciona-se aos desejos em comum e consiste na ação que une o casal frente às realizações e conquistas situadas na dimensão do futuro. Baseia-se nas tarefas do casal que serão empreendidas: formar uma família, adquirir um imóvel e bens móveis, educar os filhos, viajar, ou seja, tudo que o casal planeja realizar a dois e a partir da relação.

O primeiro projeto vital de um casal é o compartilhamento da presença/pertença em um espaço-tempo constituído no vínculo através da aquisição de uma linguagem que os representa. Cada casal elaborará seu código linguístico específico, que representa a maneira de se conhecer e entender um ao outro. Ele diferencia cada casal e será reconhecido apenas por seus membros.

É o projeto vital que organiza um trajeto de futuro e passa, inicialmente, pela criação de filhos reais ou simbólicos, como animais de estimação, sobrinhos ou parentes. Não obstante, a realização desse projeto não é tarefa fácil e exige do casal, além de um enquadramento para realizá-lo, uma estabilidade para suportar sua concretização, visto que, ao concretizá-lo, o casal vivencia uma crise. Dela será possível identificar a capacidade de renovação e/ou reformulação de um novo projeto, pois, quando o casal realiza um projeto, este passa a ser incorporado e dará lugar a um novo. Isso implica considerar que, ao longo do relacionamento, novas demandas obrigarão rever o projeto vital para adequá-lo à realidade e readequá-lo, se necessário.

É preciso destacar que para elaborar projetos vitais, o casal precisa estar em sintonia, pois o projeto é do “casal” e cumprido pelos dois, e não apenas de um de seus membros. Casais distanciados afetivamente podem elaborar projetos distintos e não conseguem planejar algo em comum para o futuro. E, quando se fala em projeto, não se está apresentando apenas grandes tarefas. Projetos são todas as ações que um casal compartilha, desde estar junto em datas comemorativas, passar finais de semanas e férias na companhia do outro, ou seja, momentos nos quais a presença do outro é importante ou necessária (SEVERO, 2010).

Isso implica relacionar o projeto vital compartilhado à cotidianidade. Casais cujos compromissos profissionais inviabilizam planejar uma vida em comum comprometem tanto a cotidianidade quanto o projeto vital. É fato que alguns casais podem se adequar a determinados estilos de vida, mas, para outros, isso pode ser motivo de intenso sofrimento, pois o projeto vital compartilhado pode representar o não compartilhamento de rotinas e momentos importantes.

O terceiro parâmetro concerne à sexualidade. Experimentada através das relações sexuais, tal como os parâmetros anteriores, tem a função de aproximar e fortalecer a intimidade do casal. O erotismo contém intimidade e dá lugar à cadeia erótica vincular através de gestos, olhares, cheiros, silêncios, une os parceiros e representa uma forma de comunicação na qual o lugar mais erótico não está no corpo, pois o desejo sexual não é a manifestação de um instinto natural apenas, mas direciona

para o que é artificialmente ou culturalmente aprendido. Poder e sexualidade se inter cruzaram, e a erótica sexual foi cuidadosamente encerrada dentro da casa e confiscada pela família tradicional, para a qual servia apenas à procriação.

Thorstensen e Pennacchi (2014) aludem que todo casamento contém, obrigatoriamente, algo da ordem da frustração e insatisfação, cabendo refletir como se cria uma aliança conjugal, qual sua lei e ordem e qual o lugar da mulher nessa construção, posto que o masculino e o feminino possuem modalidades distintas quanto ao amor, ao desejo e ao gozo. O fato de existirem aspectos descritivos associados à feminilidade e à masculinidade não define uma estrutura, pois sempre se baseará em uma relação particular. Assim, na relação, cada homem e cada mulher são únicos e precisam inventar-se, tanto individualmente quanto na relação com o outro.

O espaço do íntimo pode, então, ser entendido como aquele que se desenvolve através do contato entre objetos internos e externos. Segundo Passos (2013), é através da intimidade partilhada que o sujeito qualifica seus laços com os objetos internos. Isso equivale a dizer que a *performance* do íntimo está diretamente ligada ao que associa a pessoa a si mesma e aos outros, pois a intimidade “contém uma versão que criamos da nossa própria história, mas também uma síntese da história de cada sujeito com quem nos relacionamos” (PASSOS, 2013, p. 134).

É oportuno refletir acerca do significado da relação sexual para cada um dos parceiros e qual o seu significado para o vínculo, pois o casal pode atribuir a dificuldade a um ou a outro, não percebendo a determinação de ambos. Nessa trama, ressentimentos derivados das decepções e frustrações relativas ao outro idealizado operam de forma marcante no tipo de trocas sexuais estabelecidas pelo casal (THROSTENSEN; PENNACCHI, 2014).

A necessidade de um outro está ligada à aceitação da incompletude e ao modo como se processa o encontro sexual – neurótico, perverso ou psicótico. Depende da estrutura de cada um, assim como das influências sociais e ideológicas que determinarão suas atitudes sexuais (SEVERO, 2010), pois a sexualidade deve ser compreendida de forma mais ampla, incluindo toda atividade libidinal organizadora do psiquismo, a partir do corpo erógeno e das manifestações e expressões da vida do casal, como o amor, a ternura e o ato sexual.

As dificuldades sexuais demandam atenção, visto que são queixas constantes e podem provocar a redução da intimidade. Throstensen e Pennacchi (2014), em suas experiências, declaram a queixa acerca da disponibilidade sexual da mulher como um

dado relativamente comum na clínica de casais e motivador da procura de ajuda. Para as autoras, a escuta do sofrimento conjugal relativo a essa indisponibilidade é delicada e implica a consideração de uma complexa gama de fatores, desde os culturais até as características intrapsíquicas e intersubjetivas de cada parceiro. Entre os fatores levantados, estão:

Dupla jornada de trabalho, falta de desejo, questões edípicas, sentimentos de injustiça, identificação com a mãe, modelos diferentes quanto as famílias de origem, não transmissão do saber sexual, alianças inconscientes com a família de origem, diferenças sexuais e diferenças nos papéis sociais e ausência de uma mãe libidinosa com o vínculo erótico com o pai (THROSTENSEN; PENNACCHI, 2014, p. 162).

No mundo animal, o desencadeador da mecânica sexual não é um indivíduo, mas uma forma, um fetiche, pois, na imagem fascinante que impressiona, não é a soma dos detalhes, mas a inflexão, o que vem tocar, seduzir. É a voz e o movimento dos ombros, a finura do perfil, a forma de um sorriso (BARTHES, 1977).

Sendo, portanto, o casal o inter cruzamento entre desejo e amor, a relação sexual não pode ser considerada apenas como um contato físico, uma vez que exige de ambos aceitação da diferença e do papel do outro. Somente dessa forma, a experiência do contato sexual possibilitará a obtenção de uma fonte doadora de prazer renovada.

Throstensen e Pennacchi (2014) ressaltam que os poucos estudos psicanalíticos sobre a escuta da queixa sexual conjugal têm consequências para o analista de casal, que vive em uma espécie de limbo conceitual a respeito da sexualidade conjugal. Esta tem sido objeto de consideração por parte de alguns, posto que as poucas pesquisas, reflexões, conceitualizações, exceto as propiciadas pela teoria da psicosexualidade, denunciam que se avançou pouquíssimo nessa área depois de Freud. Destacam as autoras que “pensar o relacionamento sexual no século XXI é refletir sobre novas formas de reencontro, hoje contingente, entre sexos e as consequências clínicas desse real” (THROSTENSEN; PENNACCHI, 2014, p. 164).

O quarto parâmetro vincular é denominado tendência monogâmica ou ligação matrimonial com um só cônjuge, que pressupõe a fidelidade. É considerada uma marca simbólica, pois, mesmo nas sociedades que prescrevem vários esposos ou esposas, a um sempre será concedida a qualidade de primeiro (a) esposo (a).

Entre as muitas faces da família monogâmica, há a desigualdade entre os sexos, visto que havia autorização do homem ao adultério, enquanto a mulher era castigada

rigorosamente. Em uma conjuntura de retrocesso, na qual o bem-estar e desenvolvimento de uns às custas da dor e repressão de outros, o contrato de casamento, não sendo livremente firmado por ambas as partes e nem com igualdade, possibilitava ao adultério ser um eterno companheiro da monogamia (SEVERO, 2010). Nesse contexto, as mudanças no tocante à monogamia podem ser consideradas um progresso histórico.

Os casamentos definem-se a partir da monogamia, que presume, em sua base, a estrutura do “objeto único”. Este impõe a exigência de fidelidade mútua, que marca o percurso de um casal, desde a etapa do enamoramento até as fases de maior complexidade vincular. A fidelidade, além de representar um pacto narcísico exclusivista – “tu és único” –, está atrelada ao compromisso da preservação do grupo familiar e mantém a ilusão de que estarão juntos para sempre, sendo um para outro e do outro. O futuro sendo igual ao passado, o tempo e a mudança serão ludibriados (SEVERO, 2010).

Na infidelidade, um dos cônjuges é excluído da cena primária. A infidelidade apaga a ilusão da continuidade narcísica, pois:

Cada situação de infidelidade é única, particular e cumpre diferentes funções, podendo enriquecer a vida do casal e, em alguns casos gera ansiedade, distanciamento e alteridade não tolerada. [...] Nesses doze anos de clínica, observei que o tema da infidelidade atravessa praticamente todos os casais, de maneira real ou imaginária e, na maioria das vezes, é uma tentativa falida de resolver o intenso sofrimento vincular, que se apresenta muitas vezes silencioso (SEVERO, 2010, p. 94).

Ressalta-se, ainda, que a infidelidade revela características peculiares do vínculo de um casal, podendo, para alguns, representar a intenção de recuperar um vínculo baseado na idealização, sem que se perca a segurança proveniente da cotidianidade e da estabilidade, e, para outros casais, uma forma de negar a impossibilidade de modificar o vínculo que produz mal-estar.

A infidelidade é um sinal de alerta de que algo precisa ser resgatado ou enfrentado no vínculo, visto que muitas questões são apontadas como dilemas para serem superados em uma relação pautada pela infidelidade. Essas questões vão desde a capacidade de superação do evento, posto que, de acordo com Severo (2010), este marca uma nova origem na relação. Trata-se de um acontecimento com capacidade de romper ou promover a revisão dos parâmetros definitórios do casal.

Em suma, são os parâmetros definitórios que fornecem o matiz⁵ específico que liga emocionalmente dois egos no espaço definido como sociocultural. Entretanto, o termo vínculo equivale a uma estrutura mais complexa que implica na relação entre os modelos socioculturais e os modelos identificatórios infantis. Em uma relação harmônica de casal, haverá a coesão dos dois. Por isso, limitar o conceito de vínculo ao da relação objetal sem incorporar a representação social provém da formação psicanalítica e da dificuldade em considerar essa inter-relação (PUGET; BERENSTEIN, 1993).

Diante desses critérios ou parâmetros apresentados, pode-se afirmar que outra exigência do vínculo está na presença. Não há a possibilidade de um vínculo sem a existência de uma presença, pois é a relação que mantém o sentido de pertencimento, visto que o seu trabalho é estar junto na diferença e produzir um encontro.

A atualidade oferece novas formas de se relacionar que, muitas vezes, representam uma presença na ausência. São modalidades denominadas por Berenstein (2011, p. 22) de “relacionamentos à distância”, que vão desde casais que vivem em lugares diferentes, seja por questões profissionais, seja por escolha, até os relacionamentos virtuais. O autor ressalta que se pode descrevê-las como uma relação não presencial mesmo que não ausente, pois a ausência de uma relação de casal se dá por duas condições: divórcio ou morte de um dos cônjuges.

Contudo, ainda para o autor, a pulsão sempre reclama o cumprimento da representação e uma relação não se sustenta por muito tempo através da ausência. Ele afirma que, por mais que se consiga sustentar o desejo durante um tempo mais ou menos longo, não poderá fazê-lo indefinidamente, e o sujeito buscará a presença como forma de aproximá-la de sua imagem interior. Essas são características dos relacionamentos *on-line* ou por *e-mail*, porque:

As pessoas experimentam um enamoramento *online* ou por *e-mail*. Apesar da intensidade de sua comunicação e a despeito dos traços conscientemente encobridores com os quais com frequência se estabelecem, em algum momento elas se sentem pressionadas pela demanda da presença do outro, ou seja, não conseguem a representação do objeto e sua virtualidade. [...] Os apaixonados online registram um *plus* de ansiedade ante o encontro com este sujeito que aparecerá presencialmente e que não coincidirá com o do *chat*” (BERENSTEIN, 2011, p. 23, grifos do autor).

⁵ Variação, diferença ou gradação.

Pondera-se que a relação *on-line* se assemelha à relação de objeto, na qual a tela do computador permite o estabelecimento do mecanismo de projeção e, do outro lado, o objeto projetado sustenta-se em virtude de subtrair-lhe uma presença. Para o autor, essa modalidade pode ser caracterizada como sustentada por uma não presença, que seria uma situação intermediária entre uma presença e uma não ausência. Conquanto, define que a presença é o que está, mas não somente sob o império da percepção. Implica continuar sendo, mesmo na ausência, pois refere-se ao efeito de quem faz conosco e com quem nós fazemos o que chamamos de vincular (BERENSTEIN, 2011).

Levinsky (2014), após analisar vários enfoques sobre o efeito da internet na mente das pessoas na contemporaneidade, define que prefere chamar de “conexão” em vez de “relação” os relacionamentos que acontecem no ambiente virtual. Busca com isso diferenciar da relação presencial, que denomina de vínculo. A autora define como relacionamento virtual a conexão entre um ser humano que, mesmo estando concretamente ausente, está presente gerando estímulos sensoriais. Os artifícios tecnológicos, cada vez mais, interferem na plasticidade da mente e na subjetividade (LEVINSKY, 2010). Ela compara o espaço virtual ao transicional:

Penso que o espaço virtual seria semelhante ao espaço transicional, ou seja, a um estado da mente que se forma entre a realidade concreta e a psíquica, entre o sujeito e o objeto, que pode levar o usuário a criar idealizações em relação a esse outro virtual, com maior liberdade, menor censura e com um afrouxamento de outros tipos de defesas (LEVINSKY, 2014, p. 64).

Mesmo nas relações *on-line*, pode-se estabelecer diferenças entre as que possibilitam a visualização através da tela do computador das que se dão apenas através da escrita. No segundo caso, pode-se equiparar à escrita de uma carta:

Vejamos a diferença entre ausência e presença, usando o modelo de escrever uma carta ou conversar com o outro. O primeiro requer um ausente [...]. Em uma carta posso reproduzir minha representação e me dirigir a ela, a esse que é o meu objeto interno instalado, nessa lembrança de quem atualmente não está, cujo corpo não está, o que me permite me dirigir a ele bastante livremente, já que conto que não serei interrompido. [...] Ao escrever uma carta, o espaço entre o ausente e o presente é o que haverá entre o eu e a representação (BERENSTEIN, 2011, p. 149).

As relações *on-line* através de *chat*, embora constituídas através de ausência, possibilitam visualmente o que se pode reclamar como uma presença. Se há uma

presença em tempo real, mesmo através de uma tela de computador, tudo se transforma, uma vez que “falar com o outro sempre bordejia a desilusão de não entender; na realidade não vamos nos entender completamente” (BERENSTEIN, 2011, p. 150). O não entender completamente implica aceitar que nenhuma relação é tão coesa ou simbiótica o suficiente para só haver semelhanças, logo “como cada um aplica um significado ao que diz, cada um está fora do lugar que lhe atribui o outro” (BERENSTEIN, 2011, p. 150).

Para Levinsky (2014), o limite entre o real e o virtual na comunicação *on-line*, local em que a intimidade passou a ser pública, impõe discriminar os limites entre as realidades objetiva, subjetiva e virtual. A autora considera que os objetos virtuais têm a potência de viabilizar a manifestação de sentimentos, encurtando distâncias e facilitando o entrosamento. Ressalta que há casos em que, após algum tempo de contato virtual, ao se encontrarem pessoalmente, as pessoas já têm maior facilidade para desenvolver afetos.

As relações virtuais nos colocam frente a novas maneiras de vinculações (LEVINSKY, 2014) e, como sempre, haverá novos e velhos formatos de vínculos de casal. Entretanto, o objeto da obrigação no campo das questões humanas sempre será o ser humano como tal (BERENSTEIN, 2011), pois uma configuração de casal deve ser compreendida a partir do sistema de crenças que a subjaz. Para compreender e analisar, faz-se necessário entender como funciona; qual seu imaginário e seu sistema de crenças; como se instituíram esses sistemas de crenças familiares; e quais os mitos constitutivos que deram origem a essa organização (MOGUILLANSKY; NUSSBAUM, 2011b, p. 166).

Por isso, constituir um vínculo, e um tão complexo quanto o do casal, implica a intervenção dos objetos internos de ambos e seu funcionamento em uma relação pensada na ausência do outro. Destarte, alguns aspectos na relação do casal são especialmente importantes e referem-se às diferentes modalidades de vínculos que cada um consegue estabelecer ao longo da vida nos relacionamentos que estabelece. E, no caso do vínculo de casal, estão impregnadas de marcas pessoais, inconscientes. São estas que determinam a escolha do objeto ou do parceiro amoroso. As modalidades mentais dão forma à contradição entre o passado arcaico da cultura e o presente da estrutura do casal. Na contradição, encontra-se subentendida a tarefa de solucionar o conflito entre os vínculos familiares anteriores e os do novo casal (PUGET; BERENSTEIN, 1993, p. 27).

As modalidades estudadas são: de sangue e de aliança, adesivo (aderido-buscador de aderência) ou narcisista dual, de posse (possuído-possessivo), de controle (controlado-controlador) ou de terceiridade limitada e o amoroso (ser amado-amar) ou de terceiridade ampliada.

É o formato do vínculo que especifica a dinâmica do casal, pois, como afirma Kaës (2014), em todas as formas de alianças coexistem duas faces, ou dois componentes: um positivo e outro negativo. Uma vez que todas as alianças visam estabelecer e selar um acordo, para manter um compromisso é preciso haver na relação o intercâmbio entre partes iguais e desiguais. As modalidades de vínculos apresentadas por Puget e Berenstein (1993) realçam essa dupla face.

Embora as marcas inconscientes sejam conteúdos internos consolidados, há que se flexibilizar sempre para não incorrer no risco de considerar as formas de vínculos, e os papéis desempenhados por cada sujeito, como estáticos, visto que há, no vínculo, sujeitos em constante devir.

A primeira classificação é considerada a mais antiga e baseia-se no vínculo de sangue e no de aliança. São definidos de sangue (ou consanguíneos) os vínculos nos quais a relação funda-se na transmissão através do fator biológico. No outro extremo da modalidade está o vínculo de aliança, que se baseia no compromisso recíproco, e o seu paradigma é a relação matrimonial. De acordo com Puget e Berenstein (1993), coube à cultura entrecruzar esses dois vínculos, sendo a maneira de reformular a tensão entre endogamia e exogamia, e nas oposições permitido-proibido. O tabu do incesto é fundador da passagem das relações de sangue para as relações de aliança.

Quando há o predomínio das fantasias relativas ao medo da separação e à excessiva necessidade do outro, o vínculo estabelecido é o denominado adesivo ou narcisista dual. Nesse tipo de vinculação, toda e qualquer separação, mesmo as mais corriqueiras (ir ao trabalho, demorar a telefonar ou responder uma mensagem etc.), será registrada como falta de contato e despertará desespero. Os casais que estabelecem esse tipo de vínculo tendem a idealizar quantitativamente os momentos fisicamente juntos ou mesmo em contatos permanentes, sejam telefônicos ou através das redes sociais. Há, assim, uma excessiva necessidade da presença do outro. Nesse vínculo, há prevalência da relação de objeto anaclítica ou assimétrica⁶. Sendo, evidentemente, um tipo de

⁶ Relações anaclíticas ou assimétricas são relações baseadas na insegurança e na necessidade de suprir a falta do objeto. Esse tipo de relação será melhor explicitado no capítulo seguinte, *A escolha do parceiro amoroso*.

relação adoecida, é geradora de angústia. Sua constituição está fundamentada em uma estrutura em que os egos se sentem submergidos na solidão objetal e cuja defesa dá-se através da criação desse vínculo dual. É, portanto, uma relação construída a partir da necessidade de um objeto de apoio.

Na modalidade do vínculo de posse (possuído-possuidor), também há o predomínio do contato corporal. Uma importante característica desse modelo é a necessidade de reduzir a distância, que se fundamenta no desejo de neutralizar as angústias relacionadas ao reconhecimento das diferenças. Procura-se reduzir as distâncias através do controle visual e, depois, auditivo. É uma modalidade vincular resultante do enamoramento denominado amor à primeira vista, no qual há a valorização da imagem visual, e uma variedade é o amor à primeira escuta, quando o enamoramento foi estabelecido através da voz. Há, ainda, a necessidade de exercer um controle, seja através do dinheiro, dos horários, da limpeza dos filhos ou qualquer outra situação da casa. Tais controles também servem ao vínculo como resultantes de intensos sofrimentos de perseguição. Outra característica refere-se ao predomínio do ciúme possessivo.

O vínculo de controle (controlado-controlador) ou de terceira limitada é semelhante ao anterior, sendo sua diferença tolerar uma maior dessemelhança entre os egos. Nesse, o controle é exercido por parâmetros que tanto podem ser o econômico quanto o sexual, mas não será exercido necessariamente por todos. O controle econômico tem a função de evitar o descontrole e, no nível das relações sexuais, há o controle do prazer tanto sentido quanto dado ao outro. O correlato direto dessa necessidade é a pulsão de domínio, exercida para garantir-se da solidão e do desemparo através da ação direta sobre o outro que, não sendo manipulado, poderia não estar suscetível de ser amparado pelo outro. Assim sendo, o controlado sempre insatisfeito ficará à mercê do ego controlador.

É na modalidade do vínculo amoroso (ser amado-amar) ou de terceira ampliada que se encontra a aceitação plena da inclusão. Nesse, as emoções circulantes pertencem à resolução do Édipo e à série ternura e carinho. Há, em tal vivência, um real interesse pelo outro, e esse interesse é compartilhado. Nessa modalidade, os quatro parâmetros definitórios do casal funcionam de forma equilibrada.

Independentemente do bom funcionamento e de quanta estabilidade uma relação de casal contenha, ao longo do tempo, ocorrerão momentos de crises. Os casais em crise, pontua Severo (2014), costumam questionar sua escolha de parceiro. Não o

reconhecem e alegam que este se tornou um outro, um estranho. Não percebem, ou não aceitam, que a alteridade permite compartilhar, sentir com o outro. Segundo Sluzki (1994), geralmente, os casais recorrem ao tratamento quando os elementos constantes e próprios deles encontram-se afetados ou alterados. As crises representam formas de sair de um estado de cronicidade da relação. Trata-se, segundo Turkenicz (1995, p. 59-60), daqueles momentos em que os casais percebem tanto a possibilidade de permanecerem juntos quanto de separarem-se:

A crise dá notícia de um movimento rico, e também tenso, dentro do casal, que é o de reacomodar desejos. Os desejos que, algumas vezes, propiciaram que se criasse o casal podem ter, ao longo do tempo, experimentado modificações. Tanto as pessoas quanto seus desejos se transformam. [...] São mudanças que implicam, no casal, renovar cláusulas do acordo de estar juntos. [...] A crise implicará suportar tensão, já que nenhum dos dois sabe a priori que lugar o outro ocupará no seu desejo, nem que lugar ele ocupará no desejo do outro.

Diante das especificidades na dinâmica do vínculo de casal, convém refletir sobre quais demandas são reclamadas na clínica por esse grupo tão singular. Magalhães, Féres-Carneiro e Gorin (2013), em suas experiências com esse público, ressaltam que os casais apresentam, frequentemente, queixas individualizadas, atribuindo a busca por atendimento ao cuidado com o outro, preferindo cuidar primeiro do outro para depois cuidar de si. Outra modalidade de queixa na clínica de casais foi denominada por Berenstein (2011) de não “entrar no vínculo”, atribuindo o impedimento sempre ao outro. Nessa modalidade, há a reclamação da não participação do parceiro no vínculo.

Em ambas modalidades de queixas vinculares, percebe-se dois movimentos antagônicos, mas que podem sinalizar a resistência em aceitar a participação no fracasso do vínculo. Na primeira, aparentemente generosa, o parceiro opera como continente privilegiado para os sofrimentos não elaborados de cada um e do casal. Nesse caso, coloca-se em questão a discriminação entre as demandas individuais e conjugais, sendo que as questões que envolvem cuidar do outro mascaram as necessidades de cuidado com o casal. O membro que se designa cuidador tende a projetar sua fragilidade e tomar para si a função de cuidador para manter uma ilusão de onipotência (MAGALHÃES; FÉRES-CARNEIRO; GORIN, 2013).

A segunda modalidade expõe a dificuldade em entrar no vínculo. Isso não se constitui tarefa fácil e somente o próprio sujeito pode autorizar-se e arriscar-se, visto que é mais que atravessar um limite entre si e o outro. Entrar no vínculo representa

entrar em si, para, a partir do autorreconhecimento, ser capaz de reconhecer o outro, pois sem o reconhecimento de si e do outro não é possível atravessar o limite entre o eu e o outro, e empreender um vínculo. Posto isso, considera-se que no vínculo há uma porta aberta que cabe a cada indivíduo empreender entrar ou não, sabendo que não há garantias de estabilidade ou inalterabilidade da relação (BERENSTEIN, 2011).

Alvarenga (1996) ressalta haver casos em que a conjugalidade está a serviço das necessidades defensivas. Em situações como essas, alega-se que a relação está adoecida, mas não se consegue distinguir o que de cada um está ali colocado. Os impasses quase sempre se referem à incapacidade dos sujeitos em retomar e elaborar seus conteúdos internos projetados no outro. Segundo a autora, a problemática da fusionalidade encontra-se presente em grande parte dos casos que chegam ao consultório. São casos nos quais o cônjuge toma o parceiro como uma parte de si.

O campo da psicoterapia de casal desafia a possibilidade de uma revisão simples. Muitas correntes, tendências e diferentes abordagens e perspectivas afloraram e conviveram em períodos históricos e em diferentes gerações de psicoterapeutas. A evolução das abordagens, metodologias e teorias tampouco foi linear, o que impede uma descrição simples da história do campo (FÉRES-CARNEIRO; DINIZ-NETO, 2008). O estudo e a elaboração da técnica de atendimento do casal foram concebidos como uma estrutura com características próprias e interações peculiares, cuja dinâmica deve ser explicada pelo desejo de cada participante individualmente e dos dois conjuntamente.

Então, para apresentar as especificidades da técnica, a ênfase será na modalidade do atendimento clínico em psicanálise de família e casal, que surge como uma ampliação da técnica psicanalítica individual, a partir do atendimento a pacientes esquizofrênicos e suas famílias, apoiados nos conceitos desenvolvidos por Freud, Bion, Klein, Winnicott, Bleger, Pichon-Rivière, entre outros. Trata-se da clínica no contexto da psicanálise, cujas teorizações destacam o funcionamento fantasmático inconsciente partilhado entre os membros do grupo, a grupalidade como estrutura permanente do ser humano, a existência de um psiquismo familiar e ampliam o conceito de transferência para designar tanto aquela que ocorre entre os membros do casal e da família quanto a com o terapeuta. Essa influência e outros momentos fundantes da trajetória da elaboração da psicanálise vincular foram traçadas no capítulo anterior e demonstram a importância dessa modalidade de intervenção.

O essencial na intervenção vincular, segundo Spivacow (2005), não está na sua forma ou no seu conteúdo. O essencial diz respeito a sua perspectiva subjacente através

da consideração do vínculo como um produto eficiente do que está em jogo, de modo que a intenção de mudar aponta para o funcionamento intersubjetivo, para ali se realizar um trabalho elaborativo. A intervenção vincular é complexa, fala de dois e se diz muitas e diferentes coisas de forma direta, indireta ou por omissão. Para Severo (2014), quando os casais chegam ao divã, tudo funciona como indicador importante do que acontecerá: os olhares, a acomodação nas poltronas, quem inicia a locução. No começo, diz a autora, o casal fala em uma modalidade narcísica, como se estivesse em casa, aumentando o tom da voz. Nesse momento, a preocupação do terapeuta deve estar no olhar, observar, deixar mostrarem o sofrimento. A escuta promoverá as condições para o estabelecimento do enquadre psicanalítico vincular e, somente após seu estabelecimento, emergirão as formações inconscientes. Assim, “a intervenção vincular deve levar o casal a um *insight* que produza uma elaboração da incompletude narcísica, para que ambos possam experienciar a responsabilidade pelo vínculo” (SEVERO, 2010, p. 89, grifo da autora), e desse modo, tentar levá-lo a viver experiências de conhecimento das diferenças, complementaridade e momentos de encontro para que consigam dissolver conteúdos que não promovem uma mudança construtiva (SEVERO, 2010).

Quando termina um tratamento de casal? Interroga-se Severo (2010). O trabalho vincular é interminável, mas a finalização do tratamento pode ser por interrupção, que transmite um sentido de resistência e, nessas situações, pode-se falar em fracasso do tratamento, mas pode dar-se através da alta ou através do acordo com o analista para a finalização.

Para Puget e Berenstein (1993), o trabalho analítico termina a partir do momento em que o casal adquire potencial criativo que lhe permite criar seus espaços de pensamento e interação. Nesse espaço, dá-se a vigência do mundo intrassubjetivo, intersubjetivo e transubjetivo e suas vicissitudes, o que significa ao cônjuge não ocupar apenas o lugar de projeção do mundo interno do outro.

Um tratamento de casal é um caminho que se empreende, mas que se pode dar por concluído a qualquer momento, pois sempre haverá coisas por trabalhar e, por essa ótica, o tratamento é interminável. Se o trajeto é bem construído e não há interrupção prematura, deve-se realizar uma avaliação entre o analista e os membros do casal no momento do término (SPIVACOW, 2005).

Tanto na análise individual quanto na de casal, pode-se destacar a afirmativa de Freud (1937, p. 229), em seu texto *Análise terminável e interminável*: “a experiência

ensinou que a terapia psicanalítica é um assunto que consome tempo”. O fim de uma análise é uma incumbência extremamente complexa, para não dizer contraditória, pois, partindo do ponto de vista de que por mais que venham à tona os conteúdos inconscientes, sempre restará algum fragmento.

3 A ESCOLHA DO PARCEIRO AMOROSO

*Um dia, eu e essa pessoa desconhecida
vamos nos encontrar por algum motivo,
e uma intuição talvez nos diga que chegamos
à vida um do outro.
Eu não acredito sempre nisso.
Mas não posso deixar de estar atenta.
(Valter Hugo Mãe)*

No início dos tempos, os homens eram seres completos. Andróginos, símbolo da perfeição, traziam consigo as formas masculina e feminina fundidas. Todavia, considerando-se seres tão bem desenvolvidos, resolveram subir aos céus e desafiar os deuses para destroná-los e ocuparem seus lugares. Os deuses, porém, venceram a batalha, e Zeus resolveu castigar os homens por sua rebeldia. Tomou na mão uma espada e cindiu todos, dividindo-os ao meio. Depois, pediu ao deus Apolo que cicatrizasse o ferimento (o umbigo) e virasse a face dos homens para o lado da fenda para que observassem o poder de Zeus. Desde então, os homens procuram sua outra metade (SANTOS, 2012).

Essa lenda de Aristófanes, contida no livro *O Banquete* (Platão, 2012), ilustra a procura dos seres humanos pela sua própria metade, pois, segundo ela, após ter sua natureza mutilada em duas, ao encontrarem-se, poderiam envolver-se e, através de um abraço, fundirem-se novamente. A partir de então:

Ser cindido passa a simbolizar a carência humana, na busca incessante pelo outro que o completa. Há a busca pela perfeição, pela reconstituição daquela totalidade primordial que seria possível apenas com a união das partes divididas, permitindo, assim, a unidade do ser e o retorno à completude. [...] Para Platão, o elemento capaz de aproximar e ligar as duas partes perdidas na multidão de seres cindidos é o amor (SANTOS, 2012, p. 166).

O encontro implica sucessivas aproximações, cuja finalidade é concluir o quadro fantasmático de cada um, que contém cada metade que se perdeu e que se anseia encontrar. O encontro é a descoberta progressiva das afinidades, cumplicidades e intimidades que se poderá sustentar com o outro e, assim, ser capaz de torná-lo o meu outro, pois, nesse encontro, “maravilha-me ter encontrado alguém” (BARTHES, 1977, p. 121). Ademais:

Na sua metade, colo a minha metade. [...] Dir-se-ia que todos conhecem o truque das duas metades que procuram colar-se – a que se junta agora a história do ovo, da lâmina que voa (o desejo é sentir a falta do que se tem – e dar o que não se tem: questão de suplemento e não de complemento). [...]

Esta união seria sem limites, não pela amplitude da sua expansão, mas pela indiferença das suas permutas (BARTHES, 1977, p. 249-250).

Haver o encontro, entretanto, não garante a formação de um casal, e isso explica ser o encontro uma questão de suplemento, e não de complemento. Suplemento é aquilo que supre, que se acrescenta a um todo para ampliá-lo ou aperfeiçoá-lo, e não simplesmente completá-lo. Nesse sentido, para a constituição de um casal, dois elementos são fundamentais e interagem mutuamente: a autoestima de si e o reconhecimento do outro. No momento da formação do casal e durante o convívio, a autoestima eleva-se com o reconhecimento positivo e diminui com o rechaço ou o desprezo (PONSI et al., 2015). Embora o vincular possibilite a renovação através da redefinição da experiência, com momentos de fusão através do reconhecimento da importância do outro e de cisão, quando não há a valorização, a influência de um parceiro na autoestima do outro depende da importância que cada um atribui ao casal enquanto instituição.

Sendo a díade-casal uma unidade complexa, regulada por laços, com estrutura, organização e funcionamento psíquico próprio, a escolha do parceiro amoroso, bem como o manejo dessa relação, estão intimamente ligados às etapas evolutivas do desenvolvimento emocional dos membros do casal. Cada indivíduo, segundo Freud (1912), através da ação combinada entre suas disposições inatas e as influências sofridas nos primeiros anos de vida, elabora uma forma específica que determina como se conduzirá na vida erótica, ou seja, na forma de enamorar-se, nos instintos que o satisfazem e nos objetivos que determina para si.

Este capítulo versará sobre a escolha do parceiro amoroso, partindo da premissa de que se trata de uma solução de compromisso inconsciente, cuja complexidade não nos é dada compreender em sua totalidade, face suas inúmeras especificidades. Entre as várias questões que poderiam ser abordadas, optamos pelas relações entre escolha e objeto, identificação e sintoma, sendo cada tópico discutido separadamente. E um quarto, referente à questão entre intersubjetividade e relação amorosa.

Iniciamos a discussão partindo de duas afirmativas. Primeira, “a escolha do par amoroso é um fenômeno específico e complexo”, pois “em nossa cultura o casal se constitui a partir de um ato psíquico primordial, a eleição mútua, que responde a determinações inconscientes e opera como um corte que exclui a possibilidade de pertencer à outra configuração desde o mesmo lugar” (SEVERO, 2014, p. 79). Segunda,

“concebe-se o casal como uma entidade que pressupõe um trabalho e elaboração psíquica”, porque “cada membro é um ator que coonstrói o espaço psíquico próprio para esse casal” (KAËS, 2014, p. 161).

Considerando a complexidade dessa construção e, no seu reverso, a possibilidade de uma permanente reconstrução, pleiteamos retratar a importância do estudo da relação do casal. Este traz as marcas de pelo menos duas famílias anteriores e deverá ou poderá constituir uma nova família. Diante disso, argumentamos que a instituição “casal”, enquanto grupo, requer atenção especial que atravessa a teoria e a prática clínica.

Gomes e Levy (2013), duas psicanalistas brasileiras com produção de pesquisa e atuação clínica na área da conjugalidade, afirmam que, apesar do casal conjugal ganhar visibilidade a partir do mundo moderno e com o amor romântico, seu estudo dá-se através do enfoque do exercício parental e dos legados geracional, social e cultura. Muitas queixas específicas do casal acabam refletindo na dinâmica familiar, desenvolvimento dos filhos e nas relações parentais. Tomando tal afirmativa como referência, postulamos que a dinâmica do casal não é priorizada. Na pesquisa nacional e no acervo literário referente à temática, pontuamos que se produz pouco no Brasil sobre o vínculo do casal.

A afirmativa, em hipótese alguma, atesta não haver estudos sobre a dinâmica do casal, mas que os existentes exploram as vicissitudes desse tipo de vínculo priorizando temáticas relativas ao contexto das demandas externas em detrimento das internas, porque somos seres da falta. Incompletos, buscamos um outro que (se supõe) nos completará. Entretanto, apesar da necessidade, nada pode garantir que uma relação dará certo. O segredo pode ser admitir isso e, ainda assim, apostar na relação (HERZOG, 2009). Diante disso, destaca-se a famosa frase de Freud (1905, p. 210) que representa um consenso nas obras de base psicanalítica acerca do encontro do objeto ou da escolha do parceiro amoroso: “O encontro do objeto é, na verdade, um reencontro”, porque:

O outro parece responder, em sua realidade, às exigências fantasmáticas porque possui determinado traço que, representando o objeto perdido, provoca o movimento pulsional do sujeito em sua direção. Ele será objeto de amor quando a relação estabelecida inclui a alteridade, ou objeto de paixão, quando pouco importa a sua existência como sujeito (ALVARENGA, 1996, p. 32).

Compreende-se que um encontro inclui alteridade quando há compreensão, valorização das subjetividades e transformação. A existência do outro importa. Não se trata de um completar o outro, mas de um e outro estarem em uma sintonia que implique consideração mútua. Somos seres incompletos, assim o seremos por toda existência. De acordo com Koltai (2014), a incompletude do sujeito é um fato e nos é dado. Embora passemos a vida buscando nos completar, isso não é possível.

Algumas vezes, diz a autora, temos a ilusão de haver encontrado, mas logo percebemos que não. Ou seja, o encontro não tem o poder da complementariedade e disso reside a capacidade de estar com o outro ou amar, pois uma relação de alteridade é aquela que compreende que o outro é um outro e não está ali para nos completar. Na relação, para que se possa produzir o encontro, é indispensável que cada um abdique um pouco de si para torná-la possível.

Na formação de um casal, o sentimento de ter sido desejado pelos pais opera como uma identificação. Nossa identidade nos é dada pelo outro e é nele que buscamos o reflexo do que somos. O mamífero humano, ressalta Herzog (2009), é o único da sua espécie cuja sobrevivência não é possível sem o cuidado de um outro e funda-se a partir da relação com a mãe ou quem a representa. A mãe ou seu representante, na categoria de um objeto externo, é fundamental para assegurar a sobrevivência, o bem-estar físico e a constituição da realidade psíquica. São essas primeiras experiências incorporadas psiquicamente que configurarão a matriz das ligações amorosas futuras, porque, quando nascemos, mais que ser alimentados, precisamos de alguém que nos deseje, que se implique nesse desejo e que nos ofereça esse desejo para que possamos nele nos implicar (IACONELLI, 2016). Havendo em todos os vínculos humanos uma necessidade de enquadre que funciona como um delimitador de suas potencialidades e impedimentos, será a partir do encontro do sujeito (bebê) com este outro que o deseja (mãe) que será inaugurada toda a trama futura do encontro do objeto de amor.

No texto *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*, Freud (1905, p. 210) diz: “Não é sem boas razões que, para a criança, a amamentação no seio materno toma-se modelar para todos os relacionamentos amorosos”. Considerando a importância desse encontro, Magalhães, Féres-Carneiro e Gorin (2013) argumentam haver, na busca do objeto amoroso, uma tendência de atualização das relações subjetivas primordiais com o seio da mãe e com ela própria.

Na psicanálise, o “amor”, avalia Fuks (2010), representado pela relação mãe-filho é um conceito substancial. A primeira relação amorosa dá-se entre mãe e filho e

será suporte e potência à existência biológica e psíquica da criança, constituindo-se no modelo de base para seus amores ulteriores. Contudo, Menezes (2012) esclarece que é elementar o enfrentamento da condição de ausência de ajuda e de solidão para o desenvolvimento infantil. Isso se constitui na maneira como a função materna é exercida e é o alicerce básico para o funcionamento psíquico. Esse fato implica e explica o quanto o sujeito pode suportar que não há proteção absoluta na vida nem um ser onipotente que lhe garanta estabilidade para sempre. Trata-se, portanto, de auxiliar a criança na incorporação da capacidade de suportar e enfrentar as adversidades e suas frustrações.

Tal enfrentamento é definido por Lebrun (2012) como a separação do filho de sua mãe. Para o autor, a mãe é a metáfora do que o filho deve deixar para se inscrever na vida, porquanto cada criança tem um trajeto que será a sua existência. Amanhã não será o mesmo de hoje e é preciso que encontre um caminho que lhe seja próprio. É o separar da mamãe que possibilita o que denomina “ponto zero”, o momento correspondente à perda da mãe e sua inscrição na existência.

Sendo a relação com a mãe ou seu substituto definida como estruturante do sujeito, e a escolha amorosa sua reedição, não é de estranhar que, ao escolher, haja inúmeras idealizações e projeções (positivas e negativas), características que dificultam a percepção do outro diferente do eu e vice-versa. Sendo assim, toda escolha amorosa é sintomática, vem com a marca da história pessoal. O padrão desse encontro marca um percurso que determina como cada um encontrará alguém e, por consequência, o que esse encontro possibilitará (HERZOG, 2009).

O sintoma⁷ de um casal é discutido por Titan (1999) ao frisar que, embora, muitas vezes, o terapeuta possa supor que determinada situação conflitiva só ocorra por serem aquelas pessoas envolvidas, isso não corresponde à verdade. Caso os membros do casal se separem e achem novos parceiros, o elemento que potencializa o conflito continuará presente em cada um deles. Entretanto:

Pode acontecer que o novo parceiro ofereça uma resposta emocional diferente e a convivência terá outro feitiço. Mas isto não determina que os mesmos aspectos não estejam em jogo [...] Numa segunda escolha, ela pode, ou encontrar um parceiro mais passivo que se submeta ou alguém capaz de confrontar-se [...] A generalização desta maneira de entender ficaria assim: a darmos crédito à veracidade do aspecto envolvido, ele sempre estará presente em todas as relações da vida do indivíduo. E seu modo de arranjo dependerá

⁷ Um sintoma é um sinal e um substituto de uma satisfação instintual que permaneceu em estado jacente; é uma consequência do processo de repressão (FREUD, 1996 [1925-1926]).

das qualidades ou características que o objeto ponha ao dispor da relação (TITAN, 1999, p. 14).

O autor ressalta que não se pode isentar o objeto de um interesse pelo aspecto do sujeito envolvido. Dessa forma, meditando sobre “o padrão do encontro” apontado por Herzog (2009), pode-se reiterar que cada encontro representa o encontro do sujeito, do objeto e do seu sintoma. Nesse sentido, o encontro com o desejo do outro é sempre uma situação inusitada, pois nunca se sabe ao certo o que pode advir.

Kaës (2014, p. 161) atesta essa relação ao afirmar que “o casal é ao mesmo tempo uma cena e um meio para a realização inconsciente de desejos que nenhum dos dois poderia realizar sozinho” e “uma potência mobilizadora de defesas do Ego de cada um dos parceiros”.

Alvarenga (1996, p. 19) legitima a afirmação e diz que o texto freudiano possibilita encontrar “uma psicologia da vida amorosa que determina as condições do amor a partir da seguinte questão: será amado o objeto que parecer responder as exigências fantasmáticas, ou seja, o objeto de amor sempre remete ao objeto perdido, ao objeto de desejo”.

Em *Contribuições à Psicologia do Amor I*, Freud (1910) assinala que as condições necessárias ao amor e a maneira que determina a escolha do objeto ficaram, durante muito tempo, a cargo do escritor de ficção. Embora reconheça a capacidade deste tratar o assunto, diz:

O escritor pode, realmente, valer-se de certas qualidades que o habilitam a realizar esta tarefa: sobretudo, de sensibilidade que lhe permite perceber os impulsos ocultos nas mentes de outras pessoas e de coragem para deixar que a sua própria, inconsciente, se manifeste. Há, entretanto, uma circunstância que diminui o valor comprobatório do que ele tem a dizer. Os escritos estão submetidos à necessidade de criar prazer intelectual e estético, bem como certos efeitos emocionais (FREUD, 1910, p. 173).

Segundo Freud (1910), aos escritores não é exigido reproduzir a essência da realidade tal como é. A eles cabe a “licença poética”. E, diante disso, podem demonstrar apenas ligeiro interesse pela origem e desenvolvimento dos estados psíquicos que envolvem o amor. Ele reitera que cabe à ciência preocupar-se também com essas matérias, pois com sua racionalidade oferecerá um tratamento diferenciado que denomina de “tosco”. Esse tratamento, salienta, proporcionará menos “prazer”, porquanto a ciência é a renúncia mais completa ao princípio de prazer que é capaz a atividade mental.

Entretanto, assinala que o tratamento psicanalítico possibilita colher impressões sobre como os neuróticos se comportam em relação ao amor, pois já teria ouvido falar de comportamentos semelhantes em pessoas de saúde normal e de qualidades excepcionais. Partindo dessa constatação, Freud (1910) inicia uma descrição acerca dos tipos de escolha de objeto pela escolha dos homens. São elas: a primeira, considerada positivamente específica, diz respeito a haver uma terceira pessoa prejudicada na relação. Ou seja, uma mulher torna-se desejável tão logo estabeleça um relacionamento com outro homem. Antes disso, ela provavelmente passará despercebida. A segunda refere-se à mulher casta e de reputação não exercer atração que possa levá-la à condição de objeto amoroso. A terceira ressalta que mulheres com características semelhantes a prostitutas são consideradas objeto de alto valor amoroso. E a quarta diz respeito ao desejo do homem diante de mulheres desse tipo sentirem-se na condição de salvá-las. Em todas essas condições, Freud (1910) acentua decorrerem da constelação psíquica relacionada à mãe, situação de rivalidade com o pai.

Neste capítulo, a confluência entre os tipos de escolha de objeto, o objeto internalizado e as consequências desse encontro parece muito óbvia. E, de tão óbvia, parece simplista e sem responder a uma questão importante deste estudo: é possível redimensionar o objeto interno para conseguir fazer escolhas amorosas mais assertivas? Pleiteamos que sim. Embasamos essa crença na constatação de Titan (1999) que assegura: embora o sujeito não se modifique, pois suas características são estáveis, o que pode ocorrer é o novo parceiro apresentar outra forma de lidar com determinadas características ou mesmo enfrentá-las. Isso, certamente, não implica uma mudança no sujeito a curto prazo, entretanto, cremos que a longo prazo poderá modificar (mesmo que sutilmente) alguns de seus comportamentos ou formas de lidar consigo e com as situações.

Para Almeida (2014), ainda que observemos a grande fragilidade da satisfação entre os pares, que pode ou não se traduzir em durabilidade para os relacionamentos amorosos contemporâneos, pode-se constatar que cada pessoa passará pelo processo de escolha de parceiros poucas vezes na vida. A escolha e os vínculos dela resultantes podem ser altamente destrutivos ou terapêuticos, no sentido de poder impulsionar mudanças em direção à saúde ou estimular um funcionamento psicológico mais adequado.

No casal, o diferente dá lugar à produção da subjetividade, enfatiza Severo (2014). Nesse lugar, no qual as subjetividades têm a chance de serem reconstruídas,

reinventadas, não existe uma fórmula mágica, um ponto de vista que poderia explicar como um casal consegue viver e expandir-se a ponto de ser reconhecido como tal. Não se trata de integrar os contrários apenas, mas do esforço em compreender e descobrir um ao outro, de um modo que, até então, ninguém os percebia. Escapar do enfadonho, virar o avesso, embora desdobrando-se em uma realidade paralela. Enfim, conviver no mundo que os circunda sabendo-se que estão no entre dois, uma realidade paralela que só existe ali.

Em sua análise quase poética sobre a dinâmica do casal, Severo (2014) interroga-se se não nos restou nada da infância. Assegura que sim, mas que é preciso ter calma e seguir tentando, porque, para amar, é necessário ter um pouco da infância internalizada e manter as ilusões intactas. Não se trata de romancear os encontros ou a vida a dois, mas de oferecer o olhar ameno de que é possível construir algo novo a partir do velho. Como diz a autora, “tocar como um clarinetista exige do ouvinte. Ele precisa apreciar a façanha” (SEVERO, 2014, p. 32).

Assim sendo, que as pontuações sobre o objeto, a identificação, o sintoma e a intersubjetividade possibilitem novas (a partir de velhas) formas de perceber o entre dois.

3.1 Escolha e Objeto – Nas marcas da fugacidade: estar presente pela ausência e não pela posse⁸

Para discutir sobre a escolha do parceiro amoroso, tomamos como primeira referência a noção de objeto e suas implicações nessa dinâmica, concebendo que esse conceito perpassa e respalda a escolha. Na concepção metapsicológica, a noção de objeto foi introduzida a partir do conceito de pulsão, sendo o objeto considerado um aspecto secundário (COELHO JÚNIOR, 2001). Falar de objeto na clínica psicanalítica é paradoxal por haver divergências teóricas de uma escola para outra, por isso, a noção de objeto adotada neste estudo é a da obra freudiana.

Explorar um conceito da obra freudiana situando-o em um período determinado da evolução da teoria é problemático, afirma Quinodoz (2007, p. 12), pois, “quando se faz uma leitura retrospectiva, descobre-se que Freud descreveu fenômenos que correspondem a um conceito psicanalítico muitas vezes e em momentos diferentes”.

⁸ Expressão cunhada por Alexandre Simões no vídeo *O objeto na psicanálise: uma introdução*. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=dd51cPAomyw>>. Acesso em: 15 jul. 2016.

Menezes (2012) corrobora tal posição ao ressaltar que, no percurso teórico freudiano, há a hegemonia de um ponto de vista sobre outro e uma série de ideias, hipóteses e temas que não foram construídos linearmente. Ao estudar o conceito de objeto, essas afirmativas confirmam-se, de forma que não há neste estudo um tratamento cronológico, mas de sentido à medida que um texto levava a outro e, assim, sucessivamente. Para estabelecer esse percurso, foram importantes muitos autores, entre os quais seu biógrafo oficial Ernest Jones, assim como os índices contidos no exemplar XXIV das *Obras Completas de Sigmund Freud*.

Entre os estudos sobre a noção de objeto na obra freudiana, destaca-se o de Coelho Júnior (2001) que, respeitando a abrangência da teoria em termos da quantidade de conceitos e no tempo de sua execução, cerca de quarenta anos, efetuou uma compilação de como esse termo está presente em toda a extensão face sua complexidade, posto que não se define como um, mas vários, ao longo de toda a obra. O autor ressalta:

O complexo uso que faz Freud da noção de objeto em suas formulações teóricas exige que tratemos com máxima cautela a proposta de uma apresentação sistemática e “enciclopédica” dos termos e definições estabelecidos no decorrer de uma obra muito vasta, escrita em um período de mais de quarenta anos. André Green, em texto recente, chegou a afirmar que o objeto para Freud é “polissêmico, existe sempre mais que um objeto e, como um todo, eles cobrem vários campos e realizam funções que não podem ser abarcadas por um só conceito” (GREEN, 2000, p. 9). Assim como acontece com outras noções centrais do ponto de vista epistemológico, também com relação à noção de objeto Freud não chegou a estabelecer uma definição única e final em termos conceituais (COELHO JÚNIOR, 2001, p. 38-39).

Partindo desse repertório, percorremos as noções de objeto, buscando erigir um caminho próprio, visto que não se faz necessário para o estudo da temática, neste momento, percorrer todas as noções propostas ao conceito, embora possam, no futuro, serem retomadas. Posto isso, eis o que nos oferece Coelho Júnior (2001, p. 39):

Utilizando-se dos recursos próprios da língua alemã para a formação de palavras, Freud apresenta em suas obras uma série de noções que anunciam a riqueza e a variedade do uso do objeto na construção de sua teoria. Assim, encontramos, numa lista não exaustiva, noções como Objektwahl (escolha de objeto), Determinierung des Objektwahl (determinação da escolha de objeto), Identifizierung als Vorstufe der Objektwahl (identificação como grau elementar da escolha de objeto), infantile Objektwahl (escolha de objeto infantil), inzestuöse Objektwahl (escolha de objeto incestuosa), homosexuelle Objektwahl (escolha de objeto homossexual), Anlehnungstypus der Objektwahl (escolha anaclítica de objeto), narzisstische Objektwahl (escolha narcísica de objeto), Objektfindung

(encontro do objeto), Objektbesetzung (investimento de objeto), Objekt-Libido (objeto de libido), Objekttriebe (objeto de pulsões), Objektliebe (objeto de amor), Objektwechsel (troca de objeto), Objektwerbung (recrutamento do objeto), Objektverzicht (renúncia do objeto), Objektverlust (perda do objeto), Objektvermeidung (ato de evitar o objeto) e Mutterbrust als erstes Objekt (seio materno como primeiro objeto).

Como se pode constatar, na obra freudiana, o termo objeto aparece contido em inúmeras expressões, ricas em detalhes e oferecendo um amplo material para análise. No entanto, coube-nos priorizar: escolha, encontro, investimento, troca, perda e renúncia. Termos que acompanham a noção de objeto e que estão diretamente relacionados ao estabelecimento do relacionamento amoroso.

A princípio, decidir entre os termos escolha e encontro para definir uma proposição acerca do “entre dois” ou “estar diante do parceiro amoroso” sinalizou ser uma questão importante, para a qual surgiram duas proposições: a primeira refere-se a “acontecendo o encontro é necessário haver uma escolha” (nesse sentido, entendida como aceitação), e a segunda que “uma escolha só se materializa a partir do encontro”. Entendendo os termos como complementares, visto que um não se realiza independentemente do outro, mas priorizando o aspecto da aceitação, optou-se pelo termo escolha.

Tendo sido designado o termo escolha e havendo na pesquisa de Costa Júnior (2001) sua visível preponderância, será a partir dele que embasaremos nossas reflexões no presente capítulo. Destarte, os termos “encontro e investimento” também serão discutidos por se associarem diretamente à “escolha”, e os termos “troca, perda e renúncia” serão abordados no próximo capítulo, que tratará da separação e do desvinculamento do casal.

Ao iniciar pela expressão “seio materno como primeiro objeto”, constata-se a importância do vínculo que o bebê estabelece com sua mãe ou quem a representa, seu cuidador primário. A relação que se instaura no seio materno ou de quem cumpre a função, seja amamentando ao seio ou através da mamadeira, consiste em um ato que cumpre a função primordial de acolhimento, amparo, e mantém grande importância psíquica ao longo da vida, porque “a mãe, que satisfaz a fome da criança, torna-se seu primeiro objeto amoroso e, certamente, também sua primeira proteção contra todos os perigos indefinidos que a ameaçam no mundo externo – sua primeira proteção contra a ansiedade, podemos dizer” (FREUD, 1927, p. 33). A pulsão sexual dessa primeira fase está fundamentada na necessidade da autoconservação através do ajuste na relação entre

mãe e bebê. Porquanto a mãe, ao ajustar-se ao impulso do filho, permite que ele tenha a ilusão de que a criou, e essa não é apenas uma experiência física da satisfação pulsional, mas a união emocional que dá início à crença de uma realidade na qual se pode ter ilusões (SEVERO, 2014).

A evidência do quão importante é para o bebê a relação com o seio materno aparece também na *Conferência XX – A vida sexual dos seres humanos*, na qual Freud (1916-1917 [1915-1917]) assegura que, se o bebê pudesse falar, afirmaria que o ato de sugar o seio materno é o mais importante de sua vida e atribui ao bebê a capacidade de reconhecer essa importante função, ao destacar que “sugar ao seio materno é o ponto de partida de toda a vida sexual, o protótipo inigualável de toda satisfação sexual ulterior, ao qual a fantasia retorna muitíssimas vezes, em épocas de necessidade” (FREUD, 1916-1917 [1915-1917], p. 319). Disso resulta a grande importância atribuída pela psicanálise ao ato de sugar.

No contexto dessa relação primitiva, segundo Passos (2013), é possível verificar a amamentação como uma experiência íntima cujos desdobramentos sensoriais e psíquicos são importantes no processo de amadurecimento, porque, ao mamar, a criança vivencia os primórdios de uma sensorialidade para a criação de uma estética que seguirá sendo recriada ao longo da vida. Para que o bebê possa viver uma ilusão criadora, a mãe precisa estar destituída de angústia e oferecer conforto, de modo que se deem as transformações afetivas e perceptivas indispensáveis ao seu amadurecimento. Na confiança que adquire com a mãe, o bebê faz seus primeiros ensaios relacionais (PASSOS, 2013).

Uma vez que sugar o seio materno representa o primeiro objeto do instinto sexual, pois os lábios da criança têm o papel de zona erógena, fonte da sensação de prazer, essa sensação, mais tarde, estará ligada à sexualidade. Há, de acordo com Freud (1905), uma relação entre esse primeiro objeto e as escolhas dos objetos subsequentes, dos efeitos que têm em suas transformações e substituições, até nas mais remotas regiões da vida sexual. É a relação com o seio materno que prepara o humano para as relações amorosas que se estabelecerão ao longo da vida, porquanto desse primeiro contato depende a crença de que se é desejado e de que se pode desejar. Tal processo culmina na capacidade de investimento vincular que uma pessoa empreende nas suas relações ao longo da vida, considerada uma atualização de encontro com o objeto, porque:

Na conjugalidade, há uma tendência a buscar que o parceiro atualize as relações subjetivas primordiais, com o seio da mãe e com a própria mãe. Em momentos remotos, essas relações incluem ódio e amor direcionados ao mesmo objeto, gerando grande ambivalência emocional. Nesse sentido, o cônjuge, uma vez eleito, será alvo de inúmeras projeções arcaicas (GOMES; LEVY, 2013, p. 23).

De acordo com Quinodoz (2007), Freud evoca a relação de objeto parcial através do seio materno, tomado pelo bebê como substituto de sua mãe, e descreve como o bebê, ao renunciar ao seio, descobre a pessoa da mãe em sua totalidade. Descreve, assim, a passagem de um objeto parcial a uma relação de objeto total. Na vida adulta, essa fantasia infantil possibilita que os membros do casal comecem a distinguir na relação entre seio vazio que se deixa sugar, mas não alimenta (objeto idealizado), e o seio que nutre (LIBERMAN, 1994).

Passada a fase da amamentação, o bebê vivenciará nova descoberta, abandonando o seio materno, e encontrando o prazer da sucção em novas partes do seu corpo, tais como a língua, o polegar. Essa descoberta corporal expande-se e, logo, lhe proporcionará a descoberta dos genitais, passando da sucção para a masturbação. Com isso, torna-se independente do consentimento do mundo externo, no que tange a obtenção do prazer.

Durante a infância, o conjunto de componentes da sexualidade atravessa a criança. Satisfação autoerótica e direta com o objeto e impulsos hetero e homossexuais realizam-se, embora possam parecer contraditórios. Trata-se do impulso sexual da criança dirigido aos seus progenitores, quase sempre diferenciado pela atração pelo sexo oposto (MIGUELEZ, 2012). Vivência denominada por Freud de complexo de Édipo, consiste em um conjunto de desejos incestuosos e hostis que, embora não tenha representado um valor central por ocasião da sua elaboração, será mais tarde considerado o "complexo nuclear das neuroses ou importantes desejos de um conjunto mais amplos deles", afirma Miguelez (2012, p. 44-45).

Em 1905, a escolha do objeto é apresentada como uma tarefa que se realiza em dois tempos: o primeiro caracterizado pela natureza infantil dos alvos sexuais, retrocedendo ou sendo retido pelo período de latência, e o segundo aparecendo com a puberdade, determinando a configuração definitiva da vida sexual. Diz Freud (1905, p. 189):

Os resultados da escolha objetal infantil prolongam-se pelas épocas posteriores; ou se conservam como tal ou passam por uma renovação na

época da puberdade. [...] Seus alvos sexuais foram amenizados e agora representam o que se pode descrever como a corrente de ternura da vida sexual. [...] A escolha de objeto da época da puberdade tem de renunciar aos objetos infantis e recomeçar como uma corrente sensual. A não confluência dessas duas correntes tem como consequência, muitas vezes, a impossibilidade de se alcançar um dos ideais da vida sexual – a conjugação de todos os desejos num único objeto.

Será durante a puberdade, através do primado das zonas genitais e da ereção, que um novo alvo sexual que excite sua zona genital será procurado. Nesse momento, consuma-se no lado psíquico esse encontro que foi preparado desde a mais tenra infância. Entretanto, os processos de desenvolvimento somático e psíquico prosseguem sem uma ligação direta até que ocorra uma invasão brusca de um movimento interno de amor (FREUD, 1905). Partindo do estabelecimento desse novo momento na busca do objeto amoroso, abordaremos como se apresenta na obra freudiana as expressões: “escolha de objeto”, “determinação da escolha de objeto”, “escolha anaclítica de objeto” e “escolha narcísica de objeto”.

A escolha de objeto ou escolha objetal é definida por Laplanche e Pontalis (1995) como o ato de eleger uma pessoa ou um tipo de pessoa como um objeto de amor. Distingue-se de uma escolha de objeto infantil e de uma de objeto pubertária, sendo que a primeira prepara o caminho da segunda. O termo “escolha” não deve ser tomado no sentido intelectualista, evoca o que há de irreversível e de determinante na eleição do sujeito, em um momento decisivo da sua história, que é o encontro do seu objeto de amor.

Considerada o primeiro dos três organizadores da vida familiar inconsciente, ocorre no momento da instalação da relação amorosa. No plano inconsciente, representa a criação de um mundo interior grupal no qual o Édipo de cada parceiro intervém e os objetos parentais internalizados constituem o núcleo do inconsciente familiar que os aproxima. Uma fórmula ideal do objeto, segundo Alvarenga (1996, p. 22), “fica inscrita no inconsciente e orienta o sujeito na tentativa de reencontrar o objeto”. Será a fixação da libido a determinados traços do objeto que o torna fonte de desejo e referencial para os futuros objetos de amor e de desejo.

Não nos deteremos no exame das questões familiares que contribuem para o enredo desse encontro minuciosamente, embora, direta ou indiretamente, ao logo de todas as pontuações, a família (ou as famílias de ambos) se faz presente, pois, entre os vínculos da família atual e a família de origem, vê-se um conjunto de representações da segunda influenciando a primeira através do efeito da presença e dos objetos internos,

cujas marcas operam no mundo interno do sujeito, apesar da sua ausência. Posto isso, há que se considerar que o efeito da herança se constitui em uma marca que opera no sujeito e este deverá promover mudanças ou ajustes.

Na teoria psicanalítica, a escolha amorosa é sempre condicional, porquanto através dela ambos os parceiros reeditam seus romances familiares infantis e reatualizam a resolução edípica de modo inconsciente (GOMES; LEVY, 2013). Segundo Eiguer (1985, p. 32), é também organizadora na medida que “ao evitar o desprazer, o indivíduo obtém uma vantagem: um amor possível; não é a sua mãe, mas parece com ela; não é o amor total, mas é intenso [...] e a ameaça de castração é, então, afastada”.

A posição de objeto na relação de casal, segundo Titan (1999), é singular e de difícil visualização devido a densa massa conflitante que reveste o par. Dessa forma, o objeto está em uma posição de confiança, pois a ele são confiadas projeções reações mais íntimas. Freud (1914) distingue duas modalidades de escolha de objeto: anaclítica e narcísica. A primeira funda-se pelo amor de objeto reconhecido como distinto de si (QUINODOZ, 2007). Nessa escolha, tanto o homem quanto a mulher buscam um parceiro que representa um apoio. Já a escolha narcísica é fundada no amor que o indivíduo dirige especialmente a si mesmo (QUINODOZ, 2007). Nela, busca-se um parceiro que se assemelhe ao que se é, ao que se foi, ao que se gostaria de ser ou à pessoa que foi uma parte de si próprio.

Entretanto, ainda que se estabeleçam esses dois tipos de escolha objetal, Freud (1914) assinala não haver concluído que os seres humanos estão divididos em dois grupos. Para ele, os dois tipos estão abertos a cada indivíduo, embora se possa mostrar preferência por um ou outro. E continua: “dizemos que um ser humano tem originalmente dois objetos sexuais – ele próprio e a mulher que cuida dele” (FREUD, 1914, p. 95). Isso porque as pulsões sexuais dos primeiros anos de vida, estando apoiadas na satisfação das pulsões de autoconservação, mesmo quando a criança se torna independente delas, conservam suas metas e objetos. Nesse contexto, os pais (a mãe que nutre e o pai que protege) ou seus substitutos constituirão, através da via do apoio, seus primeiros objetos sexuais. A escolha objetal anaclítica funda-se nesse cenário (MIGUELEZ, 2012).

Ela, também denominada de ligação ou assimétrica, é considerada regressiva em relação à etapa de dissolução do complexo de Édipo e retrata a busca de um parceiro que represente segurança, um apoio. Está, portanto, apoiada na pulsão de

autoconservação e corresponde aos amores paternos e/ou maternos originários. É uma escolha relacionada à mulher que alimenta, ao homem que protege e aos substitutos que ocupam o seu lugar.

Representando uma escolha regressiva e complementar, caracteriza-se por ser infantilizante para um dos membros do casal e acentuar o papel parental (ou de protetor) do outro. O ideal dessa escolha está no outro. Entretanto, apesar de ser uma escolha regressiva, sua dinâmica é progressiva, uma vez que como o sujeito não é seu próprio objeto de amor, ela faz com que ele se movimente, vá além de si, e possibilita o reconhecimento do outro. Outra característica importante dessa escolha é que, por ser permeada pela insegurança, torna o sujeito um eterno subordinado, alguém que está sempre preocupado com a demanda do outro, esquecendo-se da sua.

Além da característica referente à necessidade de apoio, que é o atributo principal do tipo de escolha anaclítica, Eiguer (1985) enfatiza que ela está relacionada a outras formas complementares. Identifica e apresenta quatro formas, são elas: de perda ou luto; de idealização; perversa; e de prestígio ou promoção social. Todas são sustentadas na falta ou falha do primeiro objeto e representam a tentativa de restabelecer ou (talvez) estabelecer a segurança em uma relação afetiva.

Na vivência de perda ou estar vivendo um luto após abandono ou falecimento, um dos dois pode estar propenso a querer ajudar o outro, renunciando às suas necessidades pessoais, porquanto:

O afeto que seduz é o da tristeza. Ama-se no outro sua confusão e até mesmo sua dor, considerando-a como emoções sinceras, puras, nobres e ficando fascinado diante da sensibilidade exprimida [...]. O estado amoroso, alimentando-se da dor psíquica, permite ultrapassar a perda por um encontro que deveria, então, substituir fantasmaticamente o objeto perdido (EIGUER, 1985, p. 35).

Na segunda, predomina a idealização. Cada parceiro idealizou um personagem que representou um papel central em sua vida infantil e tem uma função de reparação. Quando o encontro se dá, o personagem idealizado desencadeia uma atração recíproca muito forte entre os parceiros. Nesses casos, de acordo com Eiguer (1985, p. 35-36), ambos se assemelham quanto ao objeto interno dominante, porque:

O objeto idealizado é um personagem bastante generoso, protetor e dominador, substituto de uma carência afetiva como a de uma mãe ou dos pais. É um personagem que preenche o sentimento de abandono infantil, o

casal acaba perpetuando, como numa dramatização, o duplo movimento de desolação e seu apaziguamento.

Na terceira forma, há uma atuação perversa de um dos parceiros com a anuência do outro. Convém assinalar que a busca do outro está fundamentada nas falhas, com o intuito de explorar suas dificuldades e, conseqüentemente, dominá-lo. Trata-se de uma relação predominantemente abusiva com componente sadomasoquista claramente presente. De acordo com Levy (2013), em uma relação, há a possibilidade de cada um negar ou reafirmar a imagem que o outro faz de si, minimizando ou potencializando aspectos conflitivos. Dessa forma, “conflitos intrapsíquicos podem encontrar no parceiro um terreno fértil para sua absorção ou para a atuação” (LEVY, 2013, p. 30). Atuações perversas estão fundamentadas na incapacidade de um dos parceiros, podendo não se sentirem merecedores de consideração e estando suscetíveis à dominação do outro.

A quarta forma está relacionada à busca de prestígio ou promoção social através do outro. Não obstante, está explícito que o tipo de escolha anaclítica é fundamentada na perda e no temor da solidão, e que as maneiras de busca/encontro do objeto representam a fragilidade do sujeito que, diante da falta, busca a quem proteger, idealizar, maltratar ou manipular. Aponta-se que nesse movimento de complementaridade, embora explícita a necessidade de suporte do sujeito, esta nem sempre faz uso de meios aparentemente positivos (a carência e a idealização), fazendo uso, também, de meios negativos (o maltrato e a manipulação). É bem verdade que o que separa um comportamento entre positivo ou negativo pode ser a sua intensidade.

No outro extremo, está a escolha de objeto narcísica. Nesse modelo, a onipotência é central tanto no homem quanto na mulher e a escolha não se faz para resolver uma incompletude bissexual, mas porque o outro “se ama fortemente” e é isso que “o torna atraente”. A arrogância é o que desperta a atração (EIGUER, 1985). É uma relação marcada pela onipotência, na qual as limitações, enganos e erros são vividos como ofensas pessoais.

Sendo a escolha de objeto narcísica o modelo de relação do indivíduo consigo mesmo, o narcisismo primário é intensificado e daí decorre a supervalorização sexual do objeto, pois esses objetos, de alguma forma, representam o próprio sujeito ou algum de seus aspectos (COELHO JÚNIOR, 2001). Esse tipo de escolha, embora pareça autossuficiente, configura uma necessidade de ser amado pela via de que o sujeito é o

seu próprio ideal. E, sendo assim, trata-se de um movimento regressivo na medida que se volta para o próprio sujeito.

Também para esse tipo de escolha objetal, Eiguer (1985) apresenta o que denomina de “variação na escolha objetal narcisista”. Refere-se à constatação de que a estrutura interativa de famílias de psicóticos estava fundada em um tipo de relação de objeto individual específica: uma relação objetal narcisista em espelho. Pontua:

No que concerne aos pais daqueles que um dia podem vir a ser um paciente psicótico, parece-nos que a escolha do parceiro estabelece-se através de um jogo especular narcisista. M. Selvini-Palazzoli (e col., 1975) escreve: o casal parental se constitui, desde a origem do vínculo, sobre uma ideia de poder (orgulho, onipotência e ambição desmedida): um busca, para parceiro, alguém que seja difícil, a fim de se comparar com ele em força e em capacidade manipuladora. O outro raramente é alguém susceptível de conscientização, ou de fantasmática: ele busca antes o combate e gosta de ocultar seu próprio jogo e de “definir” a relação (isto é: explicar-se com franqueza sobre seu modo de agir para com o outro, seus desejos, seus projetos, sobre o prazer que ele tem com a presença do outro (EIGUER, 1985, p. 37).

Nessa dinâmica parece haver um jogo de exaltação do ego mútua, mas que de salutar nada tem, pois Eiguer (1985, p. 37) considera que, por “serem pouco gratificadores, incapazes de reconhecimento para com o outrem, incapazes de aceitar que eles possam se enganar, os dois parceiros se excitam numa luta sadomasoquista, a fim de negar incessantemente seu valor pessoal”. Esse jogo de hipervalorização ratifica que um privado do outro não é mais funcional, pois a relação sustenta-se no competitivo jogo travado entre ambos.

Há uma terceira escolha, mais adulta, própria das estruturas neuróticas e normais, denominada edípica. No plano individual, diz Eiguer (1985), a escolha de um objeto sexual exogâmico permite uma saída conveniente para o complexo de Édipo e a proibição do incesto. No texto *A dissolução do complexo de Édipo*, Freud (1924) considera a angústia de castração como a primeira capaz de apaziguar o desejo da criança, porque, embora possa contribuir para sua dissolução, somente a partir da identificação ao pai será possível uma saída. Dessa forma:

É dado livre curso a um desejo que determina a autonomia e o investimento do exogrupo pela criança. Ela perdeu sua mãe (como parceira), mas ganhou sua liberdade (condicional) de escolher uma outra mulher. [...] Liberdade condicional, porque ela procurará outra mulher como sua mãe. Para encontrar uma solução ao dilema colocado pelo superego, o ego da criança vai, então, identificar-se a seu pai. Mais tarde, ela partirá em busca de um objeto de

amor que se pareça com a mãe, o que lhe vai permitir, por sua vez, conciliar desejo, angústia de castração e identificação (EIGUER, 1985, p. 31).

Há mais a pesquisar, descobrir e explorar acerca do complexo encontro do sujeito e seu (s) objeto (s), pois, como preceitua Coelho Júnior (2001), a fonte primária das ações e escolhas é sempre interna ao sujeito e seu movimento pulsional. Entretanto, ao menos potencialmente, ao escolher, o sujeito entra em contato com a diferença e percebe, ainda que parcialmente, a existência de um outro.

3.2 Escolha e Identificação – Como em um show de espelhos: capturar e ser capturado pelo outro⁹

A identificação é a marca do outro (objeto) em nós, sendo um termo empregado em psicanálise para designar “o processo pelo qual o sujeito se constitui e se transforma, assimilando ou se apropriando, em momentos decisivos da sua evolução, dos aspectos, atributos ou traços dos que o cercam” (ROUDINESCO; PLON, 1998, p. 363). É tomado no sentido de que algo foi internalizado do semelhante, do pai, de um amigo etc., podendo até ser de alguém com quem se tem uma relação de conflito, não sendo, nesse sentido, apenas uma relação com o outro idealizado.

Na identificação, há um empenho em moldar o próprio ego de acordo com a característica do indivíduo que foi designado como o modelo. Não representa ser uma cópia, mas ser capturado pelo outro nos seus traços. Por isso, consiste em uma espécie de localização, na qual através dos traços do outro, encontra-se a si. Identificar-se é tomar posse, assumir uma determinada imagem, embora essa nunca seja total. Assim, não é a imagem do outro que afeta, mas o que o outro simboliza. Dessa forma, o sujeito pode passar a vida apresentando-se/sentindo-se a partir desse traço, que pode ser tanto positivo quanto negativo (o eficiente, o incompetente, o sortudo, o azarado, o belo, o feio, o bom, o ruim etc.). Essa identificação, por sua vez, reflete haver uma falta de identidade que precisa ser adquirida a partir dos traços copiados do outro.

Tais pontuações remetem à questão da escolha do parceiro amoroso e sugerem refletir se escolhemos porque nos identificamos. Ora, o tópico anterior, em que se discute escolha e objeto, prepara para a noção de escolha e identificação, visto que a ligação é considerada o princípio de ligação entre o eu e o outro. De acordo com

⁹ Expressão cunhada por Alexandre Simões no vídeo *O que é a identificação?* Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=CblvRPbw1o>>. Acesso em: 15 jul. 2016.

Quinodoz (2007), ao examinar a noção de identificação sob seus diversos aspectos, transpõe-se o microcosmo do espaço psíquico individual ao macrocosmo das interações entre os indivíduos e o líder do grupo. Ao fazer isso, esboça uma nova concepção das relações intrapsicanalíticas que se reproduzem em um novo espaço: o interior do ego. O ideal do ego – podendo tomar o lugar do ego, ressalta o autor – permite descrever tanto as vicissitudes do estado amoroso quanto os processos de identificação normal e patológico. *Narcisismo: uma introdução* e *Luto e melancolia* são os textos freudianos nos quais o conceito de identificação mais se aproxima do fenômeno da escolha amorosa. Entretanto, não se pode dizer que ponderações acerca dessa vivência estejam contidas nessas duas produções. A obra freudiana, como disse certa vez um colega, permite muitas incursões e cada um deve guiar-se à sua maneira individual, intransferível. Por conseguinte, optamos pela inclusão por ordem cronológica, dos textos identificados no índice organizado pelas palavras-chave, volume XXIV, das obras completas.

Em 1900, no texto *A interpretação dos sonhos – a distorção nos sonhos*, a identificação é examinada no âmbito da interpretação do sonho da bela açougueira, baseado no receio que o desejo de uma amiga em engordar se realize, pois poderia representar um risco de vir a seduzir seu esposo, uma vez que o mesmo teria um fraco por mulheres de carnes fartas e elogiava, frequentemente, esta amiga. O sonho é analisado por Freud (1900) como um caso de identificação histérica, que consiste em apropriações do objeto do desejo do outro devido a uma etiologia comum, ligando duas ou mais pessoas em uma comunidade fantasmática (KAËS, 2014), e exige uma explicação mais extensa por ser considerada um fator importante no mecanismo dos sintomas histéricos, uma vez que permite ao paciente expressar não apenas suas experiências, mas as de outras pessoas. Isso equivale, segundo Freud (1900), a sofrer em nome de uma multidão, é como encenar sozinho todos os papéis de uma peça.

Diferenciando identificação histérica de imitação, Freud (1900) destaca o caso dos contágios tão frequentemente observados nos grupos, nos quais o sintoma é facilmente sentido por todos. A identificação não se constitui uma imitação, mas uma assimilação que expressa uma semelhança e decorre de um elemento comum que permanece no inconsciente.

A identificação é o tema do texto *Sobre o narcisismo: uma introdução*, de 1914, através da escolha de objeto por apoio na qual o sujeito se constitui a partir do modelo parental ou no substituto dos pais. O narcisismo, enfatiza Quinodoz (2007), baseia-se na

onipotência e idealização obtidas através da identificação introjetiva e projetiva com o objeto idealizado. Isso é o que leva a negar a diferença e a fronteira entre o eu e o objeto.

No ano seguinte, no texto *Luto e melancolia*, Freud (1915) passa a dar mais ênfase à importância dos objetos de identificação na constituição do sujeito, pois, na experiência melancólica, há a introjeção de uma relação ambivalente entre o ego e o objeto (inconsciente) perdido, que resulta em um processo destrutivo para o ego, na medida em que este não consegue igualar o objeto introjetado e, assim, partir em busca de novos objetos (COELHO JÚNIOR, 2001). O amor regride à identificação narcísica e o ódio se volta contra o próprio sujeito.

Trata-se de uma forte tendência autodestrutiva que resulta da ambivalência amor/ódio dirigida ao objeto e ao eu. De um lado, o sujeito continua amando o objeto, mas à custa do retorno a uma forma primitiva de amor, que é a identificação, na qual amar o objeto é ser o objeto (QUINODOZ, 2007), porque “a identificação narcísica com o objeto se torna, então, um substituto da catexia erótica, e, em consequência, apesar do conflito com a pessoa amada não é preciso renunciar a relação amorosa” (FREUD, 1915, p. 255). Trata-se, resalta Quinodoz (2007), de uma regressão da libido à fase oral canibalesca na qual o sujeito incorpora o objeto em razão da identificação narcísica do eu com o objeto amado.

Freud (1921) pontua, no texto *Psicologia de grupo e a análise do ego*, que na psicanálise existem outros mecanismos para a compreensão da formação dos laços emocionais entre as pessoas. Ele assinala que a formação desses laços não se limita à catexia de objeto e que as chamadas identificações, sendo processos não suficientemente conhecidos até aquele momento, dificultavam uma descrição mais aprofundada que pudesse ser transferida para os laços existentes nos grupos. Todavia, é nesse texto que Freud (1921, p. 109) dedica um tópico exclusivo à discussão da identificação, que inicia-se assim: “A identificação é conhecida pela psicanálise como a mais remota expressão de um laço emocional com outras pessoas”, representa a relação desde a base, no modo como se é afetado pelo outro e desempenha um papel na história primitiva do complexo de Édipo, pois o menino, ao mostrar interesse especial pelo pai através do desejo de crescer, ser e tomar o seu lugar, transforma o pai no seu ideal.

Nesse momento, a identificação prepara o menino para o desenvolvimento de uma catexia de objeto verdadeira em relação à mãe, apresentando dois traços psicologicamente distintos: uma catexia de objeto direta com a mãe e uma identificação

com o pai, a quem toma como modelo. Esses traços sobrevivem paralelamente, durante certo tempo, sem influência ou interferência mútua, mas serão unificados originando o complexo de Édipo. Nesse ínterim, a identificação assume uma nuance hostil quando o menino detecta o desejo de substituir o pai em relação à mãe. Nesse sentido, constata-se que a identificação é ambivalente desde o início: expressão de ternura e desejo de afastamento. Outrossim, comporta-se também como um derivado da fase oral, em que o objeto apreciado e ansiado é aniquilado pela ingestão.

Vários destinos para a identificação ocorrem nesse momento. Um deles dá-se quando se toma o alvo enquanto objeto em termos de posse em uma inversão do complexo de Édipo, caso em que o pai/mãe é tomado como objeto de uma atitude feminina/masculina pelo qual os instintos sexuais buscam satisfação. Nessa trama, o menino/menina deseja possuir, e não ser o pai/mãe.

Noutro contexto, pode-se gerar uma formação neurótica de sintomas, quando há o desenvolvimento de condutas ou doenças semelhantes ao objeto da identificação. Ao apresentar um sintoma idêntico ao da mãe, como expressão do desejo inconsciente de substituí-la, expressa o amor objetual pelo pai. Como não pode substituí-la, copia seu sofrimento e, assim, assume seu lugar através do sofrimento.

Tornar-se seu genitor em vez de identificar-se com ele consiste em outra forma de identificação. Nesse caso, “a identificação apareceu no lugar da escolha de objeto e a escolha de objeto regrediu para a identificação” (FREUD, 1921, p. 110). Existe uma modalidade na qual a identificação dá-se na ausência de qualquer investimento sexual, produto da capacidade de colocar-se em uma situação semelhante. A formação de sintoma, nesse caso, exclui a relação com o objeto, dá-se por contágio, quando uma pessoa é copiada. O mecanismo baseia-se no desejo de colocar-se na mesma situação e produz-se, preferencialmente, no contexto das comunidades, por ter a característica de ligar entre si os membros (FREUD, 1921).

O que se aprendeu nessas três fontes, ressalta Freud (1921), é que a identificação é uma forma de laço emocional com o objeto, que, de maneira regressiva, torna-se sucedâneo para uma vinculação de objeto libidinal e pode surgir de qualquer nova percepção de uma qualidade comum com alguma outra pessoa. Postula o autor que o laço mútuo entre os membros de um grupo é da natureza de uma identificação e, desse modo, baseado em uma importante qualidade comum.

De acordo com Quinodoz (2007), nesse momento, Freud começa a acreditar que a personalidade de um indivíduo e o seu caráter resultam de uma sequência de

identificações, pois o ego não representa apenas o mundo externo real, mas contém uma parte do id modificada pela influência do sistema perceptivo, acentua Freud (1923) no texto *O ego e o id*. As considerações que levam a presumir a existência dessa gradação do ego, significando uma diferenciação dentro dele, é denominada ideal do ego ou superego. Uma instância ao qual o ego aspira por ser a imagem idealizada de si, mas que, quando se concretiza, constitui-se no aparelho psíquico como uma instância separada: o superego. O fato de haver uma parte do ego menos vinculada à consciência exige explicação referente à catexia do objeto.

Na fase oral primitiva, a catexia do objeto e a identificação são indiscrimináveis uma da outra, posto que o ego, que no início é fraco, dá-se conta das catexias do objeto e sujeita-se a elas ou tenta desviá-las pelo processo de repressão. Seja qual for o funcionamento do ego quanto às influências das catexias libidinais de objeto abandonadas, as primeiras identificações são gerais e duradouras, não havendo nenhuma modificação quanto aos seus efeitos, afirma Freud (1923). A identificação com os pais é apontada como a primeira e mais importante das identificações, não sendo consequência ou resultado de nenhuma catexia de objeto, mas uma identificação direta e imediata que precede qualquer catexia de objeto. A melancolia é explicada através da identificação com a instalação do objeto perdido e introjetado no ego. O desligamento na melancolia é impossível devido ao ego estar identificado com o objeto perdido.

No texto *A dissolução do complexo de Édipo*, Freud (1924) estabelece a distinção entre o investimento do objeto e a identificação, ressaltando que as catexias de objeto são substituídas por identificações mediante a autoridade do pai ou dos pais, são introjetadas no ego e formam o superego, que, ao assumir a severidade do pai, perpetua a proibição do incesto e defende o ego do retorno à catexia libidinal. O autor fala em dissolução, e não destruição do complexo de Édipo, ressaltando que tal vivência aponta para sucessivas experiências de desapontamentos, embora não explicadas claramente, que oferecem à criança duas possibilidades de satisfação: a ativa, que permite colocar-se no lugar do pai e ter relações com a mãe, e a passiva, que implica tomar o lugar da mãe e ser amada pelo pai. As tendências libidinais nesse caso são dessexualizadas e sublimadas, e a saída do Édipo dá-se por uma identificação.

Na *Conferência XXXIII – A dissecação da personalidade psíquica*, Freud (1933 [1932]), após longa discussão acerca da divisão do ego e suas nuances, ressalta não poder dizer tanto quanto gostaria sobre a transformação do relacionamento parental em superego. Para ele, o papel – mais tarde assumido pelo superego – tem seu início pelo

poder externo, a autoridade dos pais. São os pais e sua influência que governam a criança, lhe concedem provas de amor e a ameaçam com castigos, provocando uma ansiedade realística precursora da ansiedade moral, diante dos sinais da perda do amor. Posteriormente, o superego assume esse poder, sua função e os métodos da instância parental, sendo não apenas seu sucessor, mas seu legítimo herdeiro.

A base desse processo, acrescenta Freud (1933 [1932]), é o que se chama identificação – ação de assemelhar um e outro ego, uma vez que o primeiro se comporta como o segundo, imita-o e assimila-o dentro de si. Não se trata de uma incorporação oral canibalística de outra pessoa, mas de uma forma de vinculação a outra pessoa que não é a mesma de escolha objetal, pois identificação e escolha objetal são, em grande parte, independentes uma da outra. Ao término dessa discussão, Freud (1933 [1932]) confessa não estar satisfeito com essas reflexões sobre identificação, mas que tais colocações serão suficientes se assegurarem aos ouvintes que a instalação do superego pode ser classificada como um exemplo bem-sucedido de identificação com a instância parental. Identificações desse tipo, cristalizadas de catexias objetais renunciadas, serão frequentes na vida da criança, ele complementa.

O estabelecimento de padrões de identificação é imprescindível ao longo da vida. Isso equivale a considerar que a identificação em si não é uma patologia, mas apenas a introjeção dos modelos, muitos deles indispensáveis. Entretanto, não se pode negar que uma forte identificação pode ser indicativa do ocultamento de algo faltoso. Tomando uma coisa por outra, a identificação, em certa medida, tem uma função preenchedora e, ao mesmo tempo, é um engodo, somente enfrentado através do processo analítico, que promove o abalo e decaimento das identificações. À medida que avança, percebe-se um declínio dos processos identificatórios. Essa deterioração pode gerar, inicialmente, um processo de desorientação uma vez que há muitos sujeitos agarrados aos seus processos identificatórios.

Na *Conferência XXIII – Os caminhos da formação dos sintomas*, Freud (1917 [1916-17]) ressalta que os sintomas criam um substituto da satisfação frustrada, realizando uma regressão da libido a estágios de desenvolvimento anteriores de escolha objetal ou de organização.

O desaparego da identificação pode produzir certa desorientação, entretanto, o abalo permite reordenar a relação do sujeito com a falta. É isso que o agarramento com as identificações não possibilita, pois, muitas vezes, o sujeito se agarra a uma posição e tem um dispêndio de energia para não se envolver com o seu reordenamento, com a

falta. A análise produz um efeito de corte em relação às nossas identificações. Quando há esse reordenamento, o sujeito pode reorganizar sua relação com o desamparo. Os objetos vão sendo substituídos e o sucesso ou o fracasso nas substituições determina as formações de sintomas ou seu equilíbrio e possibilidades criativas.

3.3 Escolha e Sintoma – Um teatro espontâneo entre a história do sujeito e seu encontro amoroso¹⁰

Para os leigos, um sintoma constitui a essência de uma doença e sua cura consiste na remoção. No entanto, eliminar os sintomas não equivale a curar a doença, ressalta Freud (1917 [1916-17]), na *Conferência XXIII – Os caminhos da formação dos sintomas*. Nela, o psicanalista destaca que os médicos reconhecem a necessidade de se fazer uma distinção entre sintoma e doença, porque a única coisa tangível que resta da doença, após eliminados os sintomas, é a capacidade de formar outros. Por esse motivo, Freud (1917 [1916-1917]) adotou a posição de leigo para compreender a doença, supondo que, ao decifrar os sintomas, a compreenderia. Para ele, os sintomas – e, naturalmente, os sintomas psíquicos (ou psicogênicos) e de doença psíquica – são atos prejudiciais, indesejados, causadores de desprazer e sofrimento ou, pelo menos, inúteis à vida de uma pessoa.

No texto *Sobre o mecanismo psíquico dos fenômenos histéricos - Comunicação preliminar*, Freud (1893, p. 42) expõe que, com grande frequência, algum fato da infância estabelece um sintoma, mais ou menos, grave que persiste durante os anos subsequentes e relaciona uma lembrança a um afeto na ocorrência do sintoma, afirmando: “a lembrança sem afeto quase invariavelmente não produz nenhum resultado”. Dessa forma, para entender o conceito de sintoma, é necessário considerá-lo a partir de duas dimensões: mnemônica, ligado à linguagem, e do gozo, ligado à satisfação pulsional (FUKS, 2010). E nisso reside ser considerado um produto do recalque, um retorno do recalcado que, durante certo tempo, emerge simplesmente como um sentimento de culpa sem qualquer conteúdo, mas que passa a reclamar um enfrentamento.

Semelhante ao conceito de objeto, o de sintoma perpassa a obra freudiana, pois é apontado como uma manifestação do inconsciente e pode ser reinserido em uma trama

¹⁰ Expressão cunhada por Christian Dunker no vídeo *O que é sintoma para a psicanálise?*. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=bGqyJhQDyMM>>. Acesso em: 29 maio 2016.

que lhe dá sentido da mesma forma que os sonhos, os atos falhos e os chistes (FUKS, 2010). Por ser uma formação de compromisso, produto da transação entre os conteúdos do inconsciente e as ações do recalque, serve de via de expressão tanto para o recalcado quanto para a defesa, e pode ser considerado uma elaboração que permite uma ação propositiva. Nesse sentido, pode ser compreendido e elaborado.

O sintoma, considerado um conceito fundamental na psicanálise, marca o início de sua ruptura com a psiquiatria, pois a medicina, ao trabalhar com sinais e sintomas, de acordo com Ocariz (2003), coloca-se entre duas dimensões: uma objetiva e mensurável, a dos sinais, e outra subjetiva e individual, a dos sintomas. Sinais podem ser identificados e medidos de acordo com sua apresentação fisiológica: temperatura, manchas, dores, secreções anormais etc.; sintomas são relatos expressos pelos pacientes e, como tais, sujeitos a equívocos, enganos, simulações, mentiras etc. É nesse campo que atua a psicanálise, visto que considera todas as variáveis como elementos importantes no tratamento, posto que são a causa da moléstia do paciente.

Havendo uma diferença importante ao ser comparado nos âmbitos da psiquiatria e da psicanálise, Dunker (2016) ressalta que, para a primeira, o sintoma é uma espécie de comportamento objetivável, enquanto, para a segunda, não se define somente pelo comportamento, mas pela relação que o sujeito estabelece com ele. Nesse sentido, o sintoma poderia ser uma proteção ou defesa, pois, na obra freudiana, está explícita a ideia de que o humano é um ser de conflito (OCARIZ, 2003). Sendo assim, a diferença entre normalidade e patologia é o modo como se constitui seu aparelho psíquico e quanto consegue utilizar suas defesas, possibilitando administrar o complexo universo pulsional e desejante, visto que “todos os sintomas têm um sentido e se relacionam com as experiências do paciente” (FREUD, (1917 [1916-17], p. 265).

Freud (1893) considerava extraordinária a capacidade de retenção e de esmaecimento de uma lembrança ao agir de forma tão intensa, por tanto tempo na memória, sem sofrer um processo de desgaste e transformar-se em recordação. Em suas pesquisas sobre o esmaecimento das lembranças ou perda de um afeto, ele indica como estratégias de liberação vários fatores, desde a classe de reflexos voluntários e involuntários, das lágrimas aos atos de vingança, até o uso da linguagem, e ressalta que, quando uma reação ocorre em grau suficientemente elevado, grande parte do afeto tende a desaparecer, pois, quando uma reação é reprimida, o afeto continua vinculado à lembrança.

Os sintomas psíquicos e da doença psíquica são prejudiciais. Entre seus danos estão o dispêndio mental que o acarreta e o adicional utilizado na luta para combatê-lo. Como consequência, onde existe uma extensa formação de sintomas pode haver um extraordinário empobrecimento da pessoa e paralisação para todas as tarefas da vida (FREUD, (1917 [1916-17], p. 361). Em diversos momentos, Freud enfatiza a capacidade de defesa do ser humano frente ao sintoma. Em *Rascunho K – As neuroses de defesa*, ele afirma que “existe uma tendência normal à defesa – uma aversão contra dirigir a energia psíquica de tal maneira que daí resulte algum desprazer” (FREUD, 1896, p. 274).

É por ser o que molesta, incomoda e provoca dor que o sintoma se coloca no campo da clínica psicanalítica, de acordo com Ocariz (2003). Essa é a razão pela qual uma pessoa procura um analista: o sintoma sinaliza que algo não está funcionando bem. Entretanto, não deve ser considerado apenas patológico e fonte de sofrimento, porquanto pode ser a única possibilidade do sujeito resgatar certa ordem em sua constituição psíquica e se estruturar, visto que consiste no trabalho de todo sujeito para dar conta do real. Assim, não deve ser dissociado do sujeito algo que apenas deve ser modificado por ser fundamental em sua estrutura (OCARIZ, 2003). O sintoma é considerado uma operação de defesa, pois é uma mensagem portadora de um saber inconsciente recalcado e uma defesa frente às ansiedades pulsionais na dimensão do traumático e, enquanto defesa, é fundamental para a reestruturação do sujeito.

Em *Inibição, sintomas e ansiedade*, Freud (1926 [1925], p. 103) ressalta a importância da formação dos sintomas, enquanto proteção ou defesa, e assegura:

As formas que os sintomas assumem tornam-se muito valiosas para o ego porque obtêm para este, não certas vantagens, mas uma satisfação narcísica sem a qual, de outra forma poderia passar. Os sistemas que o neurótico obsessivo constrói lisonjeiam seu amor próprio, fazendo-o sentir que ele é melhor que outras pessoas, porque é especialmente limpo ou especialmente consciencioso. As construções delirantes do paranoico oferecem aos seus agudos poderes perceptivos e imaginativos um campo de atividade que ele não poderia encontrar facilmente em outra parte. Tudo isto resulta no que nos é familiar como o “ganho (secundário) proveniente da doença” que se segue a uma neurose. Essa recuperação vem em ajuda do ego no seu esforço para incorporar o sintoma, e aumenta a fixação deste último.

O sintoma é de importância crucial na psicanálise, uma vez que orienta sua práxis ao demarcar limites terapêuticos e, portanto, oferecer ao analista subsídios para identificar a forma de como conduzir o processo, segundo Ocariz (2003). O tratamento psicanalítico, para a autora, visa oportunizar o resgate da autonomia para facilitar a

descoberta e enfrentamento do seu sintoma. Entretanto, a tarefa não é simples, uma vez que o analista, ao tentar auxiliar o ego do paciente na sua luta contra o sintoma, verifica que os laços entre estes atuam ao lado das resistências e, devido a isso, não são fáceis de afrouxar (FREUD, 1926 [1925]), porquanto são as vicissitudes da constituição do aparelho psíquico e do repertório de mecanismos e recursos defensivos que possibilitam a construção de sintomas, mais ou menos, saudáveis ou doentios, ensina Ocariz (2003).

Para a psicanálise, explica a autora, o sintoma é um fenômeno subjetivo que se constitui não como sinal de uma doença, mas como expressão de um conflito inconsciente. Tal característica gera uma clínica inovadora, na qual o eixo é o sujeito, o sintoma é o que este reconhece, a doença é aquela que relata e, para que o tratamento psicanalítico possa acontecer, é necessário que deseje alguma transformação e parar de sofrer com seu sintoma. Essa atitude exigirá uma posição ativa de compromisso e responsabilidade com seus atos.

Uma análise só se concretiza a partir do sintoma, afirma Ocariz (2003). Embora os sonhos e os atos falhos sejam analisáveis, os pacientes só consultam os psicanalistas quando vivenciam algum tipo de quebra da harmonia, da homeostase ou uma ruptura que produz sofrimento. A procura seria, portanto, um pedido de ajuda ao analista.

Em *Inibição, sintomas e ansiedade*, Freud (1926 [1925]) assinala que um sintoma consiste em um sinal e substituto de uma satisfação instintual que permaneceu paralisada pelo processo de repressão e denota a presença de um processo patológico. O sintoma denuncia que algo necessita ser compreendido e pode ser considerado uma formação de compromisso na medida em que estabelece um arranjo entre desejos inconscientes, normas e permissões culturais e suas reais possibilidades de satisfação (HERZOG, 2009), pois:

O ego passa agora a comportar-se como se reconhecesse que o sintoma chegara para ficar e que a única coisa a fazer era aceitar a situação de bom grado, e tirar dela o máximo proveito possível. Ele faz uma adaptação ao sintoma – a essa peça do mundo interno que é estranha a ele – assim como normalmente faz em relação ao mundo externo real. Ele sempre pode encontrar grande número de oportunidades para fazer isto. [...] Dessa forma, o sintoma gradativamente vem a ser representante de interesses importantes; verifica-se útil na afirmação da posição do eu (self) e se funde cada vez mais estreitamente com o ego, tornando-se cada vez mais indispensável a ele (FREUD, 1926, p. 102).

Entre as inúmeras questões relevantes nesse texto freudiano sobre o sintoma, destaca-se a capacidade de adaptação do sujeito a seu sintoma. Ela pode explicar a manutenção de relações de casal extremamente destrutivas e doentias. Encontramos em Freud (1926 [1925], p. 102-103) a seguinte fundamentação:

A presença de um sintoma pode impor uma certa diminuição de capacidade, e isto pode ser explorado para apaziguar alguma exigência da parte do superego ou para recusar alguma reivindicação proveniente do mundo externo. Só muito raramente é que o processo físico de "cura" em torno de um corpo estranho segue um curso como este. Há também o perigo de exagerar a importância de uma adaptação secundária dessa espécie a um sintoma, e de afirmar que o ego criou o sintoma simplesmente a fim de fruir suas vantagens.

Foi a partir da psicanálise que o sintoma se tornou inteligível no contexto da pessoa que sofre, ressaltava Berenstein (2011). Para tanto, de acordo com o autor, ao terapeuta é exigido que se observe tanto a estrutura familiar quanto o contexto social, pois "a clínica parece nos levar a pensar que o que se refere ao sofrimento emocional de uma pessoa que sofre transcorre nela e, também, mesmo que de modo diferente, na família" (BERENSTEIN, 2011, p. 31). Fica, então, cada vez mais explícito que a história familiar se encontra na estrutura do sujeito e vice-versa. A relação entre sintoma individual e familiar é indissociável, porque o psiquismo é individual, mas contém todos com quem o indivíduo se relacionou.

Mas, afinal, o que retratar como "sintoma" no vínculo de casal? Poderiam ser apontados sintomas específicos para cada par? Ciúmes, insegurança, autoritarismo, subserviência, indiferença, entre outros conflitos, podem ser apontados como sintomas de uma relação? Herzog (2009), para quem toda escolha amorosa é sintomática, afirma que, em cada casal, é possível identificar o sintoma que os une. Cada casal possui no seu sintoma uma espécie de liga que é o que une as partes. Retirar esse sintoma implica colocar em risco a relação. Muitas vezes, de acordo com Ocariz (2003), apenas na estrutura do casal alguns sujeitos são capazes de metabolizar suas tendências arcaicas e regressivas, podendo se exprimir apenas de maneira patológica ou associal. A terapia de casal, nesse contexto, possibilita a reedição das demandas infantis ao oferecer o confronto com esses sintomas através da identificação das tendências infantis que vêm à tona (GOMES; LEVY, 2013).

O compromisso dessa modalidade de terapia é com a promoção da saúde dos membros do casal, e não com a manutenção ou ruptura da relação. Rigidez e

estereotipia, quase sempre, caracterizam uma patologia, enquanto flexibilidade e possibilidade de mudança apontam para a saúde (FÉRES-CARNEIRO, 1994). O atendimento possibilita ao casal ambas as alternativas, qual delas será a adotada depende da disponibilidade de cada um em particular e de ambos enquanto casal.

Na terapia de casal de abordagem psicanalítica é dada ênfase ao passado ou história do sujeito, de acordo com Féres-Carneiro (1994). O passado é apontado tanto como causa de um sintoma quanto como meio de modificá-lo, pois será a partir do resgate que se identifica as especificidades de cada par. A terapia de casal consiste no tratamento que, ao cuidar do “nós”, cuida-se do “outro” e de “si” (MAGALHÃES; FÉRES-CARNEIRO; GORIN, 2013), visto que está fundamentada na construção da alteridade e no crescimento conjugal, pois promove a subjetividade e o reconhecimento mútuo.

No entanto, construir uma demanda nessa modalidade terapêutica é uma tarefa complexa, pois os parceiros de uma relação costumam, segundo Levy (2013, p. 33), chegar ao consultório com uma solicitação ambivalente: “conscientemente pedem ajuda para efetuarem as mudanças as quais, inconscientemente, irão se opor durante o processo terapêutico”. Em geral, enfatizam Sluzki e Beichmar (1994), o casal recorre ao tratamento quando alguns fatores percebidos como estáveis e próprios da dinâmica encontram-se afetados ou alterados, por exemplo, a iminência de separação. Esse fenômeno ou qualquer outro já se faz acompanhar por atuações ou é um campo propício para que acarrete novas alterações na relação do casal.

Em uma relação, é comum a problemática de um dos cônjuges ser apresentada pelo outro para justificar o conflito manifesto, principalmente quando os limites individuais pouco claros e o imaginário atravessam e distorcem a realidade (LEVY, 2013). Nesses casos, o conflito subjacente provoca resistência e o sintoma individual será projetado no outro. Magalhães, Féres-Carneiro e Gorin (2013) subscrevem ao afirmar que, na clínica com casais, são, frequentemente, confrontadas com situações nas quais a demanda conjugal permanece submersa em inúmeras queixas individuais projetadas no parceiro. E destacam também que, muitas vezes, a justificativa de cada parceiro é o desejo de oferecer um cuidado para o outro, não para si. Em situações como essas, dizem as autoras, “um dos parceiros/cônjuges opera como o continente privilegiado para os sofrimentos não elaborados de cada um e do próprio casal” (MAGALHÃES; FÉRES-CARNEIRO; GORIN, 2013, p. 15).

Dessa forma, o impasse (individual/grupal) coloca-se como uma questão preponderante na discriminação entre demandas individuais e conjugais na clínica de casal. O impasse entre o que é individual e o que é conjugal, de acordo com diversos autores, constitui-se em uma importante implicação nessa área de atuação, posto que alguns analistas consideram que há a possibilidade de uma intervenção na conjugalidade através do atendimento individual; outros discordam e afirmam que somente pode ser considerado “tratamento de casal” aquele no qual comparecem e estão comprometidos os dois.

Uma terapia de casal realiza-se em um momento de crise no qual os conflitos vivenciados durante a convivência fazem emergir queixas que necessitam ser intermediadas, pois durante essa experiência pode haver o perecimento do laço afetivo construído e, conseqüentemente, o desinvestimento na relação.

Entretanto, essa modalidade terapêutica não deve ser considerada um tratamento que visa apenas a manutenção de um relacionamento, mas um processo cuja função é ajudar cada um a sair do lugar que está, enfrentar as diferenças e seus fantasmas interiores para, ao adquirirem autonomia, tomarem a decisão em manter o casamento ou optar pela separação.

Então, em uma terapia de casal, há o que é próprio dessa estrutura, mas há o que é de cada uma das partes. Desse modo, pode-se sugerir que a terapia de casal é uma modalidade de tripla atuação: o casal e os dois. Assim sendo, há que se destacar a capacidade do terapeuta em conduzir o processo, sabendo convidá-los a se colocarem francamente com a verdade de cada um e dos dois.

Preferências de enquadre à parte, Levy (2013) ressalta que, quando um sujeito está mobilizado a fazer uma terapia e busca um atendimento individual, mas suas demandas evidenciam dificuldades vividas na relação de casal em função de dependência, conflito ou agressividade recorrentes, poderá haver a indicação e a oportunidade do terapeuta oferecer a modalidade de entrevistas conjuntas, que visa favorecer trabalhar tais questões a partir da presença do parceiro na sessão. As entrevistas conjuntas, segundo a autora, mobilizam os membros do casal a substituírem as passagens ao ato por pensamentos, pois “as possibilidades de encontrarem palavras e imagens para expressar seus sentimentos na presença do outro ajudam a reconfigurar o laço que os une” (LEVY, 2013, p. 41).

A queixa manifesta alguma insatisfação com a relação, mas sua causa pode ser necessária ao equilíbrio do casal. E nisso reside a incapacidade de alguns casais não

suportarem uma terapia ou até mesmo a modalidade de entrevistas conjuntas. Quando, na dinâmica de um casal, um dos parceiros é investido como suporte do eu ou do sistema defensivo do outro, há a expectativa de que continue imobilizado na condição na qual foi colocado ou que se colocou, pois qualquer mudança pode ser sentida como uma ruptura.

Ao falar sobre a terapia de casal e a noção de exclusividade do conflito em uma estrutura conjugal, Titan (1999) ressalta que os elementos conflitivos em dado casal são os mesmos que cada membro, separadamente, levaria para compor em outras relações e nas relações com seus terapeutas, embora a dinâmica dessas novas relações (conjugais ou terapêuticas) possam ser diferentes.

Com base nessa constatação, o autor interroga se é o caso de haver uma terapia de casal ou terapia individual para os dois sujeitos. Ele entende que o que se passa com o casal na relação com o analista é a mesma coisa que ocorreria se cada membro estivesse em atendimento individual. Porém, explicita que a forma e o curso dos acontecimentos relacionais não são os mesmos, pois os acontecimentos que os cônjuges partilham criam uma atmosfera particular que os deixa com a sensação de um universo privado para o qual tentam levar o analista. E, no seu oposto, por vezes, um dos membros tenta forjar com o terapeuta uma relação diferente, na qual busca a negação dos aspectos maus atribuídos pelo outro (TITAN, 1999).

Não obstante, essa tentativa de coação de adesão ao analista por um membro do casal, denominada por Titan (1999) “conluio narcisista”, representa uma face não manifesta autoritária e premente que caracteriza uma necessidade de coagir o terapeuta a uma adesão que o favoreça. E o autor pontua ser esse momento extremamente delicado na condução do processo, pois, ao contrariar tal demanda, poderá se instalar um clima tenso, conflitivo e próximo à ruptura, uma vez que um alto grau de intolerância à frustração pode significar o fim do processo terapêutico.

Tais dificuldades não devem ser entendidas como limitação da técnica ou condução inadequada do terapeuta, pois podem representar uma reação à ameaça implícita de comprometimento da aparente estabilidade do casal. A resistência certifica algo que o casal subentende, mas não tem coragem de enfrentar individual ou conjuntamente em terapia. Alguns casais, assegura Levy (2013), acomodam-se a essa condição por temerem a dissolução de uma aparente estabilidade adquirida.

Segundo Levy (2013) e Fagundes (1999), uma relação de casal tem o poder de reativar etapas evolutivas do desenvolvimento emocional de cada parceiro. Embora tal

característica regressiva seja apontada como natural, posto que se trata de uma reedição das relações mais arcaicas, promove uma fusionalidade que não implica apenas em repetição, podendo ser renovação. Nesse sentido, sublinha Levy (2013, p. 29), “não se trata de supor que a conjugalidade limita a individualidade, ao contrário, a relação conjugal pode ganhar em dinamismo quando se transforma em espaço de articulação de diferenças e permite um questionamento constante do seu equilíbrio”.

Todavia, para Fagundes (1999), se o casal não for capaz de lidar com esse fenômeno regressivo, poderá haver muito sofrimento na relação e dificuldade de ambos experimentarem um relacionamento sexual e emocionalmente maduro. Entre as relações objetais primitivas mais frequentemente reeditadas, o autor destaca a “ilusão de fusão”. Se esta não favorecer uma integração e permitir o crescimento apontado por Levy (2013), poderá, de acordo com Fagundes (1999, p. 72):

Gerar distorções na percepção um do outro, levando ambos a uma relação efetivamente pobre, sem capacidade de contenção da possessividade, inveja e ciúmes, sem capacidade de empatia, doação e amor de um pelo outro e sem a capacidade de transcender as barreiras do self (necessária para haver a união de um com o outro). Assim sendo, um vai se utilizar do outro para descarga de sua destrutividade e dos seus conflitos edipianos e pré-edipianos.

E sobre as características do fenômeno da ilusão de fusão, o autor destaca que, se um casal não viveu uma satisfatória união com o seu objeto primário, irá repetir a relação primária de forma compulsiva, levando para a relação uma necessidade de seduzir e envolver o outro com o intuito de recriar a cena primitiva. Isso impossibilitará a vivência de uma relação real entre duas pessoas adultas. Haverá, nesses casos, apenas uma relação entre os objetos fantasmas de cada um projetados no outro, com características fusionais. E enfatiza que “um não precisa do outro, não necessariamente pelo outro, mas pelo que ele representa no mundo dos desejos e fantasias fusionais” (FAGUNDES, 1999, p. 89).

Nesses casos, expõe Fagundes (1999), não se consegue ter um contato real com o outro ou com o outro real, pois a relação que se estabelece é com objetos parciais. Por sua vez, realça que “a vivência de unicidade do sujeito só pode ser mantida através do outro, alucinado ou não, que o sujeito irá buscar para refazer sua unicidade” (FAGUNDES, 1999, p. 77). A unicidade do sujeito, acentua, existe desde o nascimento como uma possibilidade do vir-a-ser que se consolidará a partir de suas experiências emocionais e, dessa forma, proporciona ao sujeito adquirir as noções de si e do outro

como entidades separadas e a noção da sua integração com o outro. E conclui: apenas quando desfeitas as ilusões fusionais e tendo coragem de expressar seus sentimentos mútuos que o casal poderá desenvolver uma capacidade de respeito mútuo.

É importante destacar que os avanços teóricos obtidos na atividade de pesquisa da área constituíram-se uma necessidade premente no início do século XX, visto que as intervenções naquele período, não possuindo um corpo teórico adequado, submetiam os casais a terapêuticas precárias. Havendo o predomínio de uma visão individualista, culminava-se no modelo de atendimento terapêutico de aconselhamento matrimonial. Tal modelo incipiente de psicoterapia de casal psicanalítica possuía limitações teórico-metodológicas. Posto isso, a psicanálise de casal consiste em um importante avanço e o estudo da conjugalidade tem produzido, de acordo com Féres-Carneiro e Diniz Neto (2010), uma literatura relevante para sua compreensão e de suas interfaces, pois o material, ao se constituir em referencial teórico, contribui tanto para as abordagens quanto para os modelos terapêuticos.

Diante da constatação a partir de todo referencial apropriado e do reconhecimento da potência da intervenção psicanalítica aos casais em crise ou não, entendemos relevante apresentar algumas questões neste capítulo acerca da intersubjetividade.

3.4 Intersubjetividade e relação amorosa – Ver o mundo juntos

É nas relações com os outros que a vida se veste de humanidade e adquire maior variedade, enfatiza Berenstein (2011). Na relação amorosa, a presença do outro gera um novo sentido, uma nova produção simbólica a partir da qual cada um se reformula, porque há no vínculo um duplo apoio proveniente do psiquismo individual e da presença do outro. Nessa presença, o intersubjetivo e o intrapsíquico mobilizam-se e articulam-se reciprocamente (SEVERO, 2014). Berenstein (2004) desenvolve a concepção de que a relação do sujeito com os outros, e do sujeito com o mundo social, implica em duas tarefas: inscrever sua pertença e optar pela forma de pertencer. Tal situação modela a subjetividade, fortalece a relação com os outros e altera o mundo que o rodeia a partir da ideia de um aparelho psíquico que se organiza em três espaços: intra, trans e intersubjetivo. Espaços distintos e complementares, o intersubjetivo é o do encontro e das trocas de amor, ódio, ternura, onde a presença do outro é imprescindível.

O que garante a relação entre dois sujeitos é a ordem simbólica implicada no complexo de Édipo, organizador da subjetividade, na qual as condições do encontro têm sua sustentação na castração e o objeto é reencontrado no lugar de uma perda originária. (ALVARENGA, 1996).

Um tópico que objetiva discutir a relação amorosa enquanto um processo de intersubjetividade possibilita apresentar questões tipificadas pelos psicanalistas na atualidade, posto que, para muitos desses, não se concebe o sujeito do inconsciente uma unidade apenas, mas o resultado das múltiplas relações que se estabelecem ao longo da vida. Oferecer um panorama que possa produzir reflexões, dúvidas, ponderações, é o que se almeja. Diante disso, serão relacionados posicionamentos tanto de psicanalistas da clínica individual quanto de psicanalistas vinculares. Não se trata de diferenciar o trabalho de ambos, mas de fazer ver que os dois não são apenas uma coisa ou outra, na medida em que o sujeito não é apenas individual ou grupal, mas essas duas faces.

O ponto de vista vincular trata “o que se faz”, “o que se produz entre dois sujeitos”, concebendo a construção da subjetividade desde a infância, como desde “fazer agora” com o outro, não como uma derivação do infantil, mas colocando o passado como atual e central. Nesse sentido, o trabalho clínico do analista vincular, acentua Severo (2014), propõe instigar os casais a experimentar a responsabilidade pelo vínculo em um processo de revisão dos estereótipos com o efeito de ressignificar e promover novas trocas, conhecimento e respeito pela singularidade. Esse trabalho somente é possível no entre dois, pois os casais, algumas vezes, não compreendem o mundo do intersubjetivo e necessitam de uma intervenção que os faça perceber suas peculiaridades.

No campo dos processos conjugais, convergem-se fenômenos derivados da psicologia individual e da grupal. O casal, considerado uma área fronteiriça, resguarda “a capacidade de autorreflexão do homem, que se aprende sobretudo a partir da experiência reiterada de haver sido refletido pelas condutas do outro, no processo de socialização”, aponta Sluzki (1994, p. 7).

Entretanto, para o autor, se for aprofundado o complexo problema da clivagem entre individual e grupal, encontrar-se-á pontos que carecem de sentido, se destituídos de sua referência explícita (individual ou grupal). Por exemplo, a identificação projetiva, cuja presença reclama a existência de um sujeito (objeto) externo, é considerada um mecanismo de defesa a serviço da homeostase intrapsíquica, mas sua vinculação estável entre sujeito e destinatário da projeção faz o foco deslizar para o

processo interativo, intersubjetivo. Nesse mecanismo, cada membro de um casal é para o outro, em maior ou menor grau, um destinatário a exercer essa função, sendo possível identificar em cada casal “um quociente entre processos inconscientes de cobertura das necessidades recíprocas nesse nível e os processos de comunicação intelectual e afetiva que cobrem as expectativas conscientes” (SLUZKI, 1994, p. 8).

O sujeito do inconsciente é o sujeito do vínculo, pleiteia Kaës (2011). Estabelecendo que o grupo é o lugar de uma experiência original do inconsciente e de certas formas de subjetividade, o autor interroga-se quanto a como responder se o sujeito que a psicanálise se interessou deve ser entendido apenas por suas determinações intrapsíquicas ou se pode admitir que se forme conjuntamente na intersubjetividade. O grupo o sustenta em sua libertação das identificações alienantes e das alianças inconscientes que o mantêm na sujeição. Dessa forma, para encontrar seu caminho na subjetivação, o sujeito deverá se libertar da posição que ocupa na fantasia do outro.

Abordar a vivência conjugal pelo ângulo da intersubjetividade implica considerar duas subjetividades e a ordem simbólica que as articula, apontando para um sujeito descentrado como resposta ao fantasma do outro (ALVARENGA, 1996). A intersubjetividade, considerada um dos importantes temas da atualidade, configura-se em uma trama de conceitos que inclui o corpo erógeno, o outro como sujeito, a constituição psíquica, as relações de poder, os vínculos e seus efeitos na subjetividade e em suas transformações, tanto na análise quanto na vida de cada um. Nesse contexto, procura-se abarcar o campo do entre dois, onde cada sujeito produz e se produz como outro, pela ação da relação que estabelece com o outro (SEVERO, 2014), porque a dimensão intersubjetiva considera o psiquismo um sistema aberto que constitui uma unidade de funcionamento com os outros. Nesse sentido, dá-se no enlace com o outro e marca os parceiros em um constante processo de subjetivação.

Por subjetivação, afirma Kaës (2011), deve-se entender não apenas o processo de formação do sujeito, mas sua transformação em um eu capaz de pensar seu lugar e condição de sujeito do inconsciente, porque o eu só pode advir em um conjunto intersubjetivo do qual é tributário, devendo afastar-se sem, todavia, libertar-se radicalmente.

A condição do processo de subjetivação é a intersubjetividade, porque “o processo intersubjetivo e o trabalho interno do sujeito abrem caminho para o processo de subjetivação” (KAËS, 2011, p. 223), e, nesse processo, interessa saber como se forma, se transforma ou se aliena a psique do sujeito singular através das modalidades

de vínculos intersubjetivos que o precedem, que estabelece e que o constituem como sujeito do inconsciente (KAËS, 2011).

Uma vez a intersubjetividade incluindo compreender o que ocorre na mente do outro através da imersão empática, ressaltam Piva et al. (2010), volta-se aos processos mais conscientes do não verbal, com vistas a evitar haver apenas um entendimento neutro ou reduzido da experiência subjetiva do outro, porquanto seria ilusório pensar que a subjetivação se estabelece de uma vez e que a superação não deixa vestígio, pontua Kaës (2011).

Assim, subjetivar-se implica sofrimento e oscilação entre movimentos contrários em um processo de vir-a-ser, tornar-se um eu. É nesse processo de mudanças efetivas que o sujeito recompõe sua história incessantemente à medida que se subjetiva. A intersubjetividade pode ser considerada um processo de metamorfose, um fazer-se outro com o outro através de um ponto de vista dinâmico, posto que “impõe à psique uma exigência de trabalho psíquico em função da necessária situação intersubjetiva do sujeito” (KAËS, 2011, p. 224-225).

Segundo Coelho Júnior (2001), embora Freud não tenha desenvolvido uma concepção de sujeito na teoria psicanalítica, é possível sugerir que suas diferentes acepções são determinantes para uma definição do que vem a ser o sujeito na psicanálise freudiana. Por isso, alerta o autor, parece ser urgente e necessário esclarecer quem é esse sujeito, uma vez que “emerge com força renovada a proposição de uma teoria e uma prática psicanalítica intersubjetiva, em oposição à tradicional perspectiva intrapsíquica” (COELHO JÚNIOR, 2001, p. 38). A constatação leva-o a indagar se o objeto, para Freud, deve ser entendido sempre como um objeto psíquico ou é também um objeto real, externo. E se, quando os defensores de uma psicanálise intersubjetiva ao referirem-se aos objetos e aos sujeitos, esses devem ser entendidos em termos de entidades concretas, ou de representações psíquicas, ou, ainda, nos dois níveis simultaneamente.

Responder a essa questão não é simples. De acordo com Kaës (2011), o desenvolvimento das problemáticas não psicanalíticas da intersubjetividade contrasta com a fraqueza da elaboração dessa noção pela psicanálise, com algumas exceções no campo da psicanálise pós-freudiana, onde coexistem várias teorias da intersubjetividade: Ferenczi, Lacan, Winnicott, Aulagnier e o próprio Kaës são alguns dos que contribuíram para o conceito de intersubjetividade.

Apesar do conceito de sujeito ser pós-freudiano, suas premissas foram oferecidas por Freud, em 1915, no texto *Pulsões e os destinos das pulsões*, no qual qualifica o sujeito pelo duplo movimento das polaridades ativas/passivas e pelo retorno das posições do objeto e do sujeito, do ego e do outro (KAËS, 2011). Assim, de objeto passivo das pulsões do outro, o sujeito torna-se tal impondo a seu próprio ego uma passividade que o transforma em objeto de suas próprias pulsões. Daí não ser apenas dividido a partir do seu interior, mas também em seus vínculos com os outros e com mais de um outro. Nesse texto, diz Kaës (2011, p. 221), “Freud sugere a articulação entre os conceitos de sujeito, de pulsional e de vínculo com o outro”.

Também Severo (2010) assegura que, embora a discussão da intersubjetividade seja considerada uma conquista atual, seus fundamentos estão no texto freudiano. Ela ressalta que, ao fazermos uma visita a Freud, principalmente em seus textos clínicos, encontraremos o lugar do outro ou do grande outro (a família) na base da constituição da subjetividade. Em *Alguns tipos de caráter descobertos no trabalho psicanalítico – os arruinados pelo êxito*, Freud (1916, p. 339) discorre sobre Macbeth e a técnica de Shakespeare comentando haver um impedimento para sua compreensão em unidades separadas, pois os personagens só são compreendidos a partir da fusão dos seus traços:

Ludwig Jekels, em estudo recente shakespeariano, pensa ter descoberto uma técnica particular do poeta, e isso poderia se aplicar a Macbeth. Ele crê que Shakespeare muitas vezes divide um tipo em duas personagens, as quais, tomadas isoladamente, não são inteiramente compreensíveis e somente vêm a sê-lo quando reunidas mais uma vez em uma unidade. Macbeth e Lady Macbeth poderiam estar nesse caso.

Severo (2014), diante dessa questão, faz alusão aos casais cujas subjetividades nunca se completam nas antinomias que se dissolvem. A referência faz pensar acerca da produção constante dos membros do casal, em um entre que se deixa formar uma dupla, pois a presença, como nos coloca Severo (2010), não é apenas da ordem da percepção, mas se refere à ocupação de um lugar. Ocupar um lugar é estar em presença, que significa estar em contato com o alheio do outro. Na relação do casal, esse movimento é uma constante e representa a capacidade de gerar uma nova ordem simbólica que a ressignifique. Sobre isso, Berenstein (2011) ressalta que uma subjetividade vincular reconhece que o sujeito vem a ser outro a partir do vínculo, onde nenhum deles é o centro de si, nem da relação. Ou seja, ambos se produzem na relação.

Piva et al. (2010) ressaltam que Kaës, apoiando-se em Freud em suas elaborações, apresenta uma concepção na qual pleiteia que o intrapsíquico ou espaço individual não é mais concebido como o lugar exclusivo do inconsciente e reconhece que a ideia de uma tópica intersubjetiva foi introduzida por Freud no momento em que a questão da transmissão psíquica colocava-se não apenas na escala de várias gerações, mas também em uma sincronia do sujeito, quer formasse um casal, uma família ou um grupo. Destacam também que os princípios constitutivos dessa metapsicologia são de que o inconsciente se manifesta na realidade psíquica do agrupamento; trabalha e é trabalhado nessa mesma realidade psíquica, conforme uma lógica própria; e certas formações e processos psíquicos são; preferencialmente; trabalhados por e no agrupamento.

Embora a teoria psicanalítica seja considerada predominantemente intrapsíquica, há em Freud fundamentos nos quais se concebe um viés intersubjetivo, um caminho em que o sujeito é apresentado em suas intrincadas formas de constituição, oscilando entre as dimensões intrapsíquicas e intersubjetivas. Na obra freudiana, conforme o avanço de seus escritos, o sujeito é apresentado:

Inicialmente vinculado ao objeto pelo trauma da sedução; depois surge em seu isolamento intrapsíquico, absolutamente vinculado à proposição da primeira tópica e ao modelo pulsional de Freud; em seguida vai novamente “nascendo” como um ser em interdependência com seu meio, principalmente a partir do desenvolvimento do conceito de identificação e o consequente surgimento da segunda tópica (MADUENHO, 2006, p. 17).

Conceitos importantes para o entendimento posterior da intersubjetividade, como objeto, identificação, introjeção, projeção e cisão do ego, são encontrados em seus textos e revelam as bases do que seria postulado em termos da interdependência analista/analizando, atingindo o ego em sua unidade. Ademais, em outros conceitos, atingiu o sujeito psicanalítico a partir da sua definição identitária com o recalque, o inconsciente e a transferência. Tais conceitos abriram a psicanálise para sua dimensão intersubjetiva (MADUENHO, 2006) e para o reconhecimento das formas de relação do ser humano com seu ambiente e de como se constitui a partir delas.

Em *O ego e o id*, Freud (1923) ressalta que, sendo o superego resultado de fatores de natureza biológica e histórica, sua diferenciação a partir do ego não se faz ao acaso, pois representa as características mais importantes do desenvolvimento do indivíduo e da espécie ao dar importância permanente aos pais, perpetuando a existência

dos fatores da origem. A psicanálise, reclama Freud (1923), foi, muitas vezes, censurada por ignorar o lado mais moral, elevado e suprapessoal da natureza humana. Ele discorda de tal censura e considera-a injusta tanto histórica quanto metodologicamente, porque, desde o início, coube às tendências morais e estéticas do ego a função de incentivar a repressão e, em segundo lugar, pela complexidade da pesquisa psicanalítica produzir uma estrutura teórica completa, pronta, tendo que responder à compreensão das complexidades da mente, efetuando uma dissecação analítica tanto dos fenômenos normais quanto dos anormais de forma gradativa.

Em *Psicologia de grupo e análise do ego*, Freud (1921) destaca que o contraste entre a psicologia individual e a social ou de grupo, que, em um primeiro momento, pode parecer pleno de significação, perde grande parte de sua nitidez se examinado minuciosamente. Embora a psicologia individual relacione o homem tomado individualmente explorando os caminhos pelos quais busca satisfação para seus impulsos instintuais, apenas sob raras condições essa psicologia pode desprezar as relações do indivíduo com os outros. Considerando que está envolvido na vida mental um modelo, um objeto auxiliar, um oponente, portanto, desde o início, a psicologia individual é também uma psicologia social.

Todas as relações do indivíduo – com seus pais, irmãos e irmãs, com o objeto de amor, com seu médico –, assinala Freud (1921), constituíam-se o principal tema da pesquisa psicanalítica até aquele momento, sendo consideradas fenômenos sociais, pois podiam ser contrapostas a processos descritos como narcisistas, nos quais a satisfação dos instintos era considerada parcial ou retirada da influência de outras pessoas. Os indivíduos em suas relações estão sob a influência de uma ou de um número reduzido de pessoas, cada uma delas tornando-se importantes para ele.

E como era da sua postura coesa, nesse texto, Freud (1921) reconhece a limitação do seu relato sobre a psicologia de grupo por reconhecê-la como uma área abrangente em temas independentes e, portanto, oferecendo aos investigadores incontáveis problemas a serem diferenciados uns dos outros.

Kaës (2011) considera que a oposição entre o indivíduo e o grupo, ainda que retorne regularmente, é um falso problema e, entre as várias fontes, estão a história e a cultura do pensamento ocidental com a ascensão das massas urbanizadas e industriais na segunda metade do século XIX. Nesse momento, de acordo com o autor, vários pensadores europeus desenvolveram concepções que explicavam a força e a forma específicas de organização das massas e, com base nisso, as instituições determinaram a

loucura e o desvio. Sem entrar em pormenores dessa composição, a frase “a massa é louca e torna louco o indivíduo” talvez explique o predomínio da psicanálise individual em detrimento da grupal.

Nessas circunstâncias, segundo Kaës (2011), ainda que tenha sido o primeiro a introduzir a noção de psique de grupo, Freud não se interessou por esse nível de organização psicossocial, cabendo a Kurt Lewin e alguns outros explicar a dinâmica dos grupos. Mas há algo singular nesse momento; se, por um lado, as preocupações com as massas começavam a se constituir objeto de preocupação e estudo, por outro, firmavam-se os mitos e as ideologias individualistas. Com o modelo de cura freudiano fundando-se no sonho, paradigma do espaço intrapsíquico e seus objetos, ainda que se descubra que o campo teórico da psicanálise se estende além desse espaço, os trabalhos de psicologia aplicada dos primeiros psicanalistas testemunham a necessidade de salvaguardar a prática de cura e transmissão da psicanálise com o uso exclusivo do divã contra as práticas temidas e desviantes.

Em que pese as especificidades dos diferentes modelos, o trabalho psíquico da intersubjetividade é o trabalho psíquico de um com o outro ou mais de um outro e, no caso do casal, a noção de intersubjetividade impõe pensar a constituição do psiquismo, a relação analítica e, em especial, a psicanálise vincular.

4 ESTADOS DE IRRITAÇÃO, DESVINCULAMENTO E SEPARAÇÃO – GRADAÇÕES DE FINITUDE NA RELAÇÃO AMOROSA

*Eu te buscava no sono
onde os encontros são mais fáceis
– ficamos parados numa esquina, o outro chega rapidamente
– Mas não vinhas – Lautréamont
– nem por trás de meus olhos fechados.
(Jules Supervielle)*

Inerentes à condição humana e ao longo da vida, vivências de perda, separação e morte obrigam o ser humano a passar por momentos de dor, ruptura e tristeza, sentimentos cujas consequências impõem elaborações contínuas (KOVÁCS, 1992). Durante o curso do desenvolvimento, cada etapa retrata uma perda genuína, símbolo da potência tanto do crescimento quanto das mudanças na vida. Mudanças, apesar de necessárias, geram insegurança.

Estados de irritação, desvinculamento e separação são experiências presentes em momentos de desenvolvimento e atravessam a vida pelas ligações que se estabelecem, de uma forma ou de outra. Isso não significa que as relações estejam predestinadas à agressividade e ao fracasso, mas que se refazem ou se desfazem, dependendo do esforço e capacidade de enfrentamento de cada um.

Contudo, é imperativo perceber que não é porque um relacionamento chegou ao fim que perdeu sua importância e beleza, pois “a transitoriedade do que é belo não implica uma perda do seu valor” (FREUD, 1916 [1915]), tampouco impossibilita aos ex-cônjuges refazerem suas vidas amorosas. Isso porque também as relações amorosas podem ser concebidas com potencial de renovação, tal como a natureza que, sendo destruída no inverno, retorna mais bela no ano seguinte.

Semelhante à beleza da forma e face humana que desaparece no decorrer da própria vida, mas ganha em evanescência, que lhe empresta renovado encanto (FREUD, 1916 [1915]), também a relação do casal se modifica ao longo do tempo, transformando-se em uma parceria serena e sólida, alterando-se em termos de êxtase ou furor sexual, o que não representa qualidade menor ou inferior. O grande legado do texto *Sobre a transitoriedade* é a reflexão acerca da importância do tempo e do transitório, do quanto algo é importante não por sua permanência ou longevidade, mas pela qualidade que oferece em termos de beleza, e sugere que se contemple e sinta a natureza, a arte, a vida, o tempo, pois “o valor da transitoriedade é o valor da escassez no tempo” (FREUD, 1916 [1915], p. 317). A finitude de um relacionamento amoroso

possibilita ao casal, em meio a todos os conflitos que possam estar vivenciando, refletir acerca do valor e da potência do fim que, embora seja um momento de ruptura e dor, também pode representar impulso à vida. Cabe ao casal perceber, se não no momento do rompimento, *a posteriori*.

O fim do relacionamento amoroso pode ser confrontado com o seu início. Dois momentos decisivos e de expectativas que prometem mudanças. Mãe (2014, p. 14) diz que “os casais se formam para serem o paraíso”, conquanto “há casais que vivem num inferno, mas isso está errado”, porque “pertencer a um casal tem de ser uma coisa boa”. Assim, o encontro entre duas pessoas, independentemente dos entraves ou desencontros, deve ser compreendido como “uma solução, não um problema” (MÃE, 2014, p.15). Solução porque pode-se inventar “a felicidade para compor todas as coisas e não haver preocupações desnecessárias” (MÃE, 2014, p. 10). Não se trata de fantasiar apenas, mas de apostar em uma relação e, se não for bem-sucedida, mesmo assim, perceber e valorizar tanto os momentos felizes quanto os infelizes – todos contribuem para o amadurecimento emocional.

O início de um relacionamento, em tese, representa a ilusão de completude através do enamoramento. Passada essa fase, já mais consolidada, uma relação necessita de investimento. Para isso, é necessário existir expectativas que se renovem ou pereçam, a depender da dinâmica do casal. Tais expectativas contemplam a manutenção dos parâmetros definitórios, uma vez que cada membro do casal carece de estabelecer com o outro uma sintonia para que mantenha o vínculo construído.

Mas construir e desconstruir uma relação tão específica quanto a do casal é complexo, porque pressupõe-se que se elegeram mutuamente, têm expectativas semelhantes e estão dispostos a investir na relação. Havendo tais pressuposições, pode-se ilustrar que se apresentam duas formas, aparentemente contraditórias, de construção e desconstrução. A primeira privilegia a fantasia ou crença de que as relações são concebidas para durar; a segunda, o seu inverso, que as relações têm um tempo para acabar. Entre os dois extremos, encontra-se o casal.

As expressões “até que a morte os separe” e “viveram felizes para sempre”, do sacramento do casamento e dos contos de fadas, respectivamente, dizem muito pouco do que representa a vida de um casal, mas, culturalmente, constroem fórmulas e mitos. O mito representa um modo privilegiado da expressão humana para dar conta do real que o interroga. Tenha ele ou não teor de verdade, isso não importa, pois o que vale é a inscrição simbólica que realiza (SOUZA, 1999).

Contradizendo o mito, tem-se a realidade de um tempo e sociedade voltados para o sucesso e a alegria desmedidos, em que não há espaço para as diferenças nem tempo para a sua compreensão, em que os amores duram o tempo das paixões, quando duram. Nesse contexto, sofrer pelo término de um relacionamento é inconcebível, considerado um fracasso e, portanto, ignorado e rejeitado. Dessa forma, a quem confiar essa dor? Diante de um sentimento que não encontra suporte para dar vazão, o sujeito sofre solitário, e a separação, vivida nesses moldes, reforça na pessoa que sofre a sensação de inadequação. Esta pode, inclusive, vir a manifestar um julgamento rigoroso de si, não se permitindo exprimir sua tristeza publicamente. Embora, no processo de luto profundo, uma das características seja encerrar um estado de espírito penoso com perda de interesse pelo mundo externo (FREUD, 1917 [1915]), a interdição do sofrimento diante da perda pode acentuar a angústia de separação, tornando a resolução do luto mais difícil.

O trabalho do luto é necessário, pois consiste no teste de realidade ao revelar que o objeto amado não existe mais e passa a exigir que a libido seja retirada das ligações com esse objeto para ser, gradativamente, redirecionada. Esse é um processo natural, saudável e gradual, portanto, sua interdição é um dos grandes equívocos da atualidade. Ademais, como ressalta Carone (2011, p. 49), contra a prova de realidade, levanta-se uma compreensível oposição, pois “em geral se observa que o homem não abandona de bom grado uma posição da libido, nem mesmo quando um substituto lhe acena”. Por conseguinte, “essa oposição pode ser tão intensa que ocorre um afastamento da realidade e uma adesão ao objeto por meio de uma psicose alucinatória do desejo” (CARONE, 2011, p. 49). Sendo normal que o apego do enlutado diminua aos poucos, não há necessidade de apressá-la, visto que, aos poucos, a ausência do objeto vai impondo o desligamento do ego até que este se veja novamente livre para novos investimentos e pronto para voltar a viver, ressalta Kehl (2011).

Ao pontuar que “inventar algo bom é melhor que aceitar como definitiva uma realidade má”, Mãe (2014, p. 10) pode apresentar o que seria uma explicação para o encapsulamento da dor do luto na atualidade. Mas não se trata apenas de trocar o foco do sofrimento para a superação deste, porque parece haver um empobrecimento na maneira com que as pessoas estão implicadas e estabelecem seus laços, enfatiza Passos (2013) ao estudar a intimidade na família e suas repercussões na clínica. A autora declara haver posturas ambivalentes: por um lado, observa-se ausência de compaixão e cumplicidade nas relações, dificultando a expressão dos sentimentos, e, por outro,

excesso desmedido das vivências das paixões. Para Passos (2013), esta contradição revela duas faces da mesma moeda, e, na clínica, aparecem como sintomas, adoecimento, dificuldade no contato consigo e um grande vazio interior.

A separação é uma perda e, como tal, uma vivência de intenso sofrimento, portanto, não há como vivê-la de forma indiferente. Entre as perdas da vida, a separação, de acordo com Caruso (1986), pode ser considerada a pior, porque simboliza a morte na consciência do outro ainda em vida. Refletir sobre a finitude da relação amorosa não se traduz tarefa simples ou fácil, pois semelhante ao início do relacionamento amoroso, que representa o reencontro do primeiro objeto, seu fim é vivido como a perda desse mesmo objeto. E, como tal, se o primeiro suscita vida, o segundo desperta morte.

Nesse estudo, que privilegia o vínculo e o encontro entre as pessoas na tarefa de compor um casal, este capítulo objetiva descrever algumas formas de produzir o final de uma relação. Para tanto, muitas são as possibilidades, todavia, cada tópico representa um exame da ausência – seja na ausência que irrita, na que desvincula ou na que põe em ato e culmina na separação. Em todas essas etapas, percebe-se uma ausência reclamada, se não da presença do parceiro, do seu compromisso com a relação. Assim, a ausência pode atravessar uma relação pela rotina e comodismo entre os cônjuges, sendo possível ser sentida (bem mais sentida) na presença, vindo a ser um dos motivos sutis da separação dos casais.

De acordo com Barthes (1977), a ausência é melhor suportada pela mulher que pelo homem, pois esta lhe dá forma e elabora sua ficção. A ausência bem suportada é o esquecimento, e este é a condição da sua sobrevivência, pois, se não se esquecesse, morre-se. O apaixonado que não se esquece algumas vezes morre por excesso, fadiga e tensão de memória, segundo o autor. Dessa forma, é do discurso da ausência – ora sentida pela partida (separação), ora sentida na presença (desvinculamento) – que este capítulo tratará. Ausência esta que é o modelo da condição de incompletude, fundamental para o reconhecimento da existência e importância do outro. Isso implica dizer que só se reconhece e valoriza o outro quem se reconhece incompleto. Caso contrário, o parceiro é tratado como objeto, e não em sua condição de alteridade.

Mãe (2014, p. 1) diz reparar que “as pessoas vivem em casais, mesmo quando isso não parece óbvio”. Esse é um trabalho bom, destaca, porque “todas as pessoas são a felicidade de alguém” (MÃE, 2014, p. 13), no entanto, muitos casais, sem reconhecerem a importância mútua ou por qualquer outro motivo, vivem durante anos o vazio da

relação até conseguirem optar pela separação, acrescentam Puget e Berenstein (1993). Esse vazio da relação, também considerado uma ausência, representa uma vivência interior de extremo sofrimento, porquanto:

A ausência apaixonada dirige-se apenas num sentido e não pode exprimir-se senão a partir de quem fica – e não de quem parte: o eu, sempre presente, não se constitui senão em face de ti, sempre ausente. Exprimir a ausência é admitir de imediato que não se pode trocar o lugar do sujeito com o lugar do outro; é dizer “sou menos amado do que amo” (BARTHES, 1977, p. 52).

Discutir separação e desvinculação requer cautela para não serem consideradas as únicas alternativas ao vínculo do casal que se manifesta desagregado, para não privilegiar o sofrimento vivenciado no rompimento, tampouco a euforia que essa liberdade oferece. Entre os limites do ficar fixado na dor de uma perda pela separação e gozar de uma euforia pela possibilidade de renovação, há que se ter cuidado com os membros de um casal nesse momento de mudança, pois a relação conjugal pode ser comparada a um palco no qual o mundo interno de cada parceiro é reencenado, descrevem Gomes e Levy (2011). Nesse sentido, perceber os sinais apresentados funciona como uma profilaxia cujo intento é, simplesmente, dar suporte.

Separação e desvinculação são experiências diferenciadas, embora possam se assemelhar e serem vividas simultaneamente, durante a transformação do sentimento de um casal. Ansiedades se expressam na expectativa de resultados e soluções, fantasias inconscientes são elaboradas a respeito da conjugalidade, e defesas compartilhadas ocasionam a composição de um laço através do qual possam partilhar trocas favoráveis e equitativamente atendidas. Essa paridade ilustra a exaltação ao amor que Kristeva (1988) considera ser impossível falar, até onde é possível lembrar os amores, pois para além do erotismo sendo extrema felicidade e extremo sofrimento, ambos explicam a paixão. Posto isso, a vulnerabilidade diante do amor possibilita tanto o recuo pelo medo de sofrer quanto o desenfreio, que pode chegar a atitudes mais drásticas contra o amado ou contra si mesmo. Portanto, a separação de um casal implica o enfrentamento de algo que já foi e não é mais; pelo menos, não para os dois. A separação representa o fim de inúmeras tentativas de manutenção da relação, o último estágio.

Separar, romper, abandonar, acabar, desinvestir, desvincular, entre outros, são verbos utilizados para designar a ação que compreende o fim de uma união, seja na esfera acadêmica, seja no cotidiano. Visando delimitar nosso enfoque e considerando “vínculo” o termo principal desse estudo, e “separação” o mais empregado nas

pesquisas e livros utilizados, optamos pelos dois. Começamos por seus significados gramaticais. No Dicionário Michaelis (1998; 2008), desvincular é um verbo transitivo direto, verbo transitivo direto e indireto e um verbo pronominal que significa: livrar (-se) de vínculos; desatar (-se), desligar (-se), desatar ou desligar; separar, também é um verbo transitivo direto, verbo transitivo direto e indireto e um verbo pronominal e seu significado é: fazer a disjunção do que estava junto ou unido; pôr(-se) à parte; apartar(-se), desagregar(-se); desunir(-se), isolar(-se), criar barreira entre, divorciar (se), dividir (se), partir (se). Exigências gramaticais à parte, percebe-se a proximidade do significado dos referidos termos. Na teoria e intervenção psicológica, são termos ora utilizados com o mesmo sentido, ora com sentidos diferenciados. Em algumas áreas de atuação, pode haver a prevalência de um em detrimento do outro, como na área jurídica, na qual a prevalência é do termo separação.

Essa característica terminológica na psicologia demanda cuidado em sua aplicação, face à necessidade de identificar a que se refere o que nos é dado dizer. Ainda que pese tais pontuações, cabe destacar que Berenstein (2011), ao definir a ação de desvincular, discute-a enquanto o oposto do vincular. Dessa forma, muitas questões serão exploradas a partir desse viés.

Desvincular consiste em uma ação silenciosa, algumas vezes imperceptível em sua instalação, mas que poderá vir a ser definitiva. Separar é, por sua vez, uma ação externa, pois, ao optar pela separação, o casal expõe socialmente o seu conflito. Como o desvinculamento, também a separação pode resultar do desejo de ambos ou de apenas um, mas qualquer que seja a decisão, envolve inúmeras transformações pessoais que se materializam em sentimentos de fracasso, desamparo, abandono, entre outros, mais ou menos intensos ou grupais, pois poderá comprometer a vida de outras pessoas, principalmente se o casal tiver constituído família.

O tema é o casal, mas não se pode distanciá-lo das influências familiares, sociais e culturais que, por mais que não sejam discutidas, estarão sempre presentes. Cada formação de casal tem em sua base inúmeras atuações em sua constituição. A verdade é que as relações familiares integram um universo de possibilidades tão extenso que o casal é apenas mais um, permitindo ser abordado de inúmeras maneiras. A relação do casal, de acordo com Turkenicz (1995, p. 5), mostra-se “um grande concentrado da vida psíquica familiar em qualidade e intensidade de emoções que é capaz de mobilizar”. Entre essas intensas emoções, encontra-se a capacidade de revitalização e consolidação dos sentimentos que, independentemente de qual nome seja atribuído

(amor, vínculo, apego, desejo etc.) em suas especificidades e gradações, algumas vezes considerados anormais, será reflexo da forma como se constrói, em quais bases se mantêm e, no seu oposto, na sua finitude, de que forma se desfaz e quais são seus padrões.

4.1 Estados de irritação – Lucro secundário da impaciência¹¹

O acúmulo de sofrimentos provocados pelo amor explode em um grito insuportável de que “isto não pode continuar” (BARTHES, 1977, p. 179). Constatar o insuportável tem sua vantagem: significa que é preciso sair, atesta Barthes (1977). Na vincularidade, esse grito vem acompanhado de estados de irritação que podem ser demonstrados através de gritos, mas também de impaciência, indiferença e até dos silêncios. Entender tais sinais possibilita intervir não somente para manter ou romper uma relação, mas, nas duas situações, para a reflexão de cada parceiro.

Quando um casal procura atendimento, atribui sua queixa aos acontecimentos vividos no mundo intersubjetivo, embora haja projeções de objetos internos de ambos interferindo na dinâmica do relacionamento. É que há na vivência do casal, frequentemente, um conflito entre o intra e intersubjetivo, o individual e o grupal, o que cada um trouxe para a relação e o que construíram conjuntamente, uma experiência de comunidade e outra de separatividade, uma capacidade de sentir-se crescendo, mas, ao mesmo tempo, sentir-se estagnado. Esses polos opostos refletem que o vincular tem um caráter tanto instituinte quanto defensivo, de estar com o outro e estar separado.

Para discutir os estados de irritação, alguns conceitos serão apresentados. Sua relevância neste capítulo remete ao fato de retratar a intolerância apresentada na relação por um dos parceiros ou pelos dois, porquanto, à medida que os estados de irritação se exacerbam, há um indicativo de que a vincularidade corre risco. O casal em conflito investe na agressividade e muito pouco no diálogo. Descuidam da comunicação e a palavra parece ter se tornado instrumento a serviço das projeções agressivas. Vivem de forma provocativa e aos gritos, pois perderam a ternura (SEVERO, 2015). Semelhante ao desejo de separar, que não se instala de uma hora para outra, mas a cada desencontro e desavença do casal, também os estados de irritação iniciam silenciosamente e podem sinalizar um desvinculamento sendo empreendido.

¹¹ Expressão cunhada por Roland Barthes (1977) no texto *Isto não pode continuar*, da obra *Fragmentos de um discurso amoroso*.

Berenstein (2011) apresenta os estados de irritação em suas características mais específicas, visando contribuir para a elaboração de um panorama que possibilite visualizar momentos que exigem intervenção, pois, quando se deseja a manutenção do vínculo, faz-se necessário cuidado e zelo ao perceber irritabilidade ou tranquilidade excessiva se instalando. Há, na contextualização desse autor, a presença de polos opostos, nem sempre tão perceptíveis, mas que possibilitam supor que havia uma normalidade que os estados de irritação modificaram. Começamos pela relação entre separatividade e descentramento.

Vincular-se é estar junto e, ao mesmo tempo, separado. Por separatividade não se atribui um estado de diferenciação ou discriminação, mas aquilo que faz os sujeitos não serem unos ou idênticos. Separatividade implica apropriar-se de algo do outro e, paralelamente, estar em contato com o que irremediavelmente não poderá incorporar dele, apesar de seu desejo. Assim, trata-se de um outro significativo que se especifica e singulariza a partir da relação.

O descentramento, por sua vez, pode ser considerado uma contribuição original da psicanálise, visto que o primeiro descentramento é verificado mediante a identificação primária ou originária com o pai ou com os pais, que aproxima e centra o eu no sujeito até aquele momento considerado parcial e assim o é em relação aos momentos posteriores (BERENSTEIN, 2011). O bebê tem no corpo através da boca sua primeira conexão com o mundo, isso é o todo e o singular para ele. Nesse momento, tudo é unificado no oral, mas logo será transferido, desunificado e fragmentado. Isso faz com que se perceba que não há totalidades. Há somente um estado no qual parece não haver uma delimitação entre esses limites. Este estado é o do enamoramento (FREUD, 1930 [1929]), pois, no auge do amor, a fronteira entre o eu e o objeto parecem desaparecer. Que o sujeito nunca é completo, estável, é um fato e constitui uma crença ilusória produzida pela saudade do que foi perdido, por isso não é fácil aceitar a perda do sentimento de centramento, ressalta Berenstein (2011). Descentramento é uma vivência, não um lugar cujas experiências de ruptura produzem dessubjetivação, com vivências de despersonalização e desrealização, e sinaliza que não pertencer a um vínculo é “estar fora do eu e de si mesmo, que se constituem em modalidades de descentramento” (BERENSTEIN, 2011, p. 108).

O trabalho do vínculo, para o autor, apresenta uma fragilidade constitutiva que está na base das ansiedades que desperta, porquanto, algumas vezes, estar no vínculo pode ser vivido como estar fechado. Essa ansiedade, denominada por ele como

“claustrofóbica”, pode dar lugar a uma relação pensada em que dois sujeitos estão separados e discriminados. É desde essa defesa que os sujeitos se constituem como próprios ou sujeitos em si mesmo, pois o vínculo tanto é uma relação com característica de fechamento quanto com característica de abertura.

Berenstein (2011) alerta que entre as inúmeras vivências do casal, uma frequente e negligenciada por ser de difícil solução nos estados de irritação é a dificuldade em aceitar a existência da diferença do outro em decorrência de um forte sentimento de intolerância ao que provém deste e que não coincide com o que é do próprio sujeito. Nessas ocasiões, a relação fica invadida por um estado paranoide, uma vivência de perseguição diante do que é sentido como um ataque do outro a quem se atribui o desconhecimento da própria existência. Assim, um sujeito que me desconhece me leva a desconhecê-lo. O desconhecimento do outro se manifesta e surge durante as brigas, transportando uma violência que desorganiza o sujeito à medida que, ao se declarar ofendido e prejudicado, atribui ao outro o motivo de sua ofensa. É como se o sujeito se apresentasse como intocável, em uma vivência onipotente e megalomaniaca. Entretanto, essa irritação resulta de como está estabelecido o clima vincular e, mesmo que encarnada e verbalizada por um ou vários sujeitos, ninguém fica isento a ela (BERENSTEIN, 2011), posto que não é possível o seu inverso, a calma.

Tendo os estados de irritação autorizado as brigas, nos protestos uma expressão frequente é o “não é assim”, que denuncia uma recusa entre o que o outro vê e o que o sujeito não aceita como tal. É como se cada um desejasse que o outro percebesse o conflito da sua forma e atribui ao outro um novo entendimento, via de regra contrário ao seu. Esse clima, de acordo com Severo (2014), pode produzir o mal-entendido vincular, uma disfunção do processo de comunicação, sendo o equivalente ao lapso para o paciente singular, ocorrendo quando dois ou mais sujeitos não supõem mais compartilhar significados e sentidos, desconhecendo a existência de interpretações.

Entre os motivos que figuram no estado de irritação, a infidelidade, recente ou remota, representa uma autorização para o sujeito ou os sujeitos reclamarem. A infidelidade, segundo Berenstein (2011), de todos os modos, funciona como uma mensagem que seria deixada à vista como uma carta comprometedora, pois reflete claramente que algo mudou. É como se houvesse sempre um terceiro na relação, como se algo compromettesse a unidade do casal. Nesse contexto, dois não representa um agregado numérico e temporal, porque se esse dois produz uma alteração, terá que ser em separado, e o produzido pela infidelidade será caracterizado como um terceiro. Para

falar em infidelidade é necessário discutir fidelidade, ressalta Haddad (2014), visto que esta aponta para o sentimento de exclusividade na idealização amorosa vivida na relação originária com a mãe, mostrando que tanto a perda amorosa originária quanto a edipiana são responsáveis pelo sentimento de ciúme e rivalidade na luta pela exclusividade. Entretanto, para Turkenicz (1995), infidelidade e separação seriam um mito, posto que o que poderia ser motivo de separação nesse contexto é o fato de um dos dois não encontrar no outro alguém por quem se interessar e, sendo assim, a infidelidade atende aquele parceiro que se sente sobrecarregado na relação, oferecendo-lhe uma possibilidade de alívio.

Se o estado de irritação tem sua base no distanciamento entre os parceiros de um casal, também representa uma solicitação clara de um desejo de restabelecimento da unidade da relação, embora seu formato indique certa intransigência, um sentimento do óbvio e das crenças tornadas convicções, pois quem reclama se autoriza a exigir. Nesse sentido, ao que parece óbvio, entende-se a elaboração mental do que se pensa e acredita atribuindo como idêntico à concepção do outro. Óbvio, segundo Berenstein (2011), opõe-se a singular ao retratar uma composição conservadora que se sustenta em uma posição de supremacia de uns sobre outros. É como se o sujeito acreditasse que o outro ou os outros pensam e são como ele. “A construção do óbvio baseia-se na negação do outro e na sua elienidade” (BERENSTEIN, 2011, p. 119), daí ser difícil se opor às crenças do sujeito e de sua comunidade e aceitar suas inconsistências, com profundas implicações no plano individual e social.

Em cada época, há crenças que transformam determinadas modalidades de intervenção ou posicionamentos em algo óbvio, do qual não se deve duvidar. Isso tem profundas implicações no plano individual e social, declara Berenstein (2011), posto que transforma determinados comportamentos em regras, por exemplo, a virgindade que, em tempos remotos, era obrigatória e exigida, cabendo ao homem o direito de devolução da mulher à sua família – na atualidade, é considerado incomum mantê-la. Tais crenças podem servir de enquadramento às relações, sendo necessário ficar atento às crenças atuais de rapidez nos contatos e na construção e desconstrução – algumas vezes, de forma intempestiva ou prematura – da vida a dois, não possibilitando aos membros do casal se conhecerem melhor e implementarem formas de tolerância frente às diferenças ou divergências, durante a fase do namoro. Daí, algumas vezes, entrarem em uma relação de conjugalidade com pensamentos e convicções desconhecidas pelo outro e vice-versa.

Por convicções, entende-se as formações rígidas do pensamento, impenetráveis, que impedem a aceitação de outras formas de pensar e lidar com algo que lhe seja diferente. Tendo caráter de verdades absolutas, são sustentadas por uma única pessoa que se impõe à outra. Nas relações, mesmo que pareçam acatadas, quando se tratam de convicções compartilhadas por sujeitos carismáticos, consistem na formação do pensamento que não admite o estranho. Mantendo-se contra qualquer reconhecimento do vínculo, quando a ação do vincular fracassa, sua responsabilidade será atribuída ao outro ou à comunidade, não ao sujeito.

Sendo assim, o reconhecimento e a elaboração bidirecional com que cada um promove ou paralisa o crescimento do outro costumam ser dolorosos e provocam comportamentos defensivos. Será através das ressonâncias subjetivas e intercâmbios manifestos e latentes que os sujeitos permitirão uma produção recíproca de subjetividade. Isso implica considerar uma relação de sujeitos que altera a ambos constantemente como efeito da ressignificação do mundo infantil e das novas inscrições, exalta Severo (2010). Por conseguinte, segundo Berenstein (2011), o outro é um desafio permanente, não é uma entidade única, mas múltipla, e, portanto, a situação vincular se relaciona com a identidade de cada sujeito em situação de complementaridade.

4.2 Desvincular-se – Sair de um lugar seguro?

O rompimento de um vínculo, denominado aqui desvincular, não se dá repentinamente. É um processo lento, gradual, no qual contribuem cada um dos parceiros com suas dificuldades pessoais. Algumas vezes, são incidentes, rotinas, pequenos acontecimentos, contingências, enfim, todo um núcleo que acaba por manchar a visão da felicidade do sujeito apaixonado (BARTHES, 1977) e que, se não percebido e reconhecido, pode provocar estados de irritação que culminarão em um gradativo processo de desinvestimento ou desvinculamento. Desvincular-se permite prever uma separação silenciosa ao longo de um desencantamento.

Em sua prática na clínica de casais, Berenstein (2011) identificou atitudes cotidianas que correspondem a esse processo, são elas: estados de irritação, violência, silêncio, tom de voz, entre outras. Atitudes aparentemente rotineiras, mas que podem sinalizar o distanciamento de um casal, embora, ainda, possam ser consideradas constituintes de um vínculo. No relacionamento, o dito e o não dito são marcantes: o primeiro pode machucar, o segundo é eterno. Em decorrência disso, a discussão da

relação ou “DR” é um diálogo muito importante, pois permite perceber pequenas rugas que podem ser sanadas, se percebidas a tempo.

Ao interrogar se desvincular é sair de um local seguro, busca-se examinar quais significados têm a segurança de uma relação, pois o vínculo ou estar vinculado, independentemente da sua forma¹², traz a noção de uma relação estável. Sobre sua estrutura, Berenstein (2011) expõe a importância de se perguntar se o vínculo é um lugar, uma porção de espaço em que se entra ou de onde se sai, porque uma fonte de angústia e dor nos casais que se separam está na ideia de sair do lugar representado pela casa, suposto espaço de estabilidade e de direito à propriedade.

No campo teórico da imagem do corpo e seu benefício na configuração do vínculo com o habitat, de acordo com Eiguer (2014), o lugar onde se mora é muito mais que um teto que protege, é refúgio do amor e da família, personifica o passado e as memórias. É também o local onde se vive as emoções mais íntimas, pois a casa simboliza as duas capas do eu-pele do vínculo. Por isso é tão difícil sair da casa no momento da separação. Além do mais, o sair representa um fim consumado, porque uma vez não estando mais sob o mesmo teto, não há nada mais a fazer, ou melhor, não há como restaurar o vínculo.

Em que pese a importância da casa, o vínculo não se materializa em um lugar, posto que é um espaço indefinido para além dos modelos sociais de relação. Estar no vínculo implica um dentro e um fora, tanto materializado como subjetivado, uma vez que:

Vínculo é uma noção que, como analistas, nos fica cada vez mais enigmática, apesar das teorizações. [...] A estrutura e a forma, que por sua vez estão sujeitas a estruturação e a desestruturação, são uma maneira de ordenar uma relação ou a vida de dois ou mais sujeitos que se propõem unir-se sem saber que isto, de alguma forma, é impossível (BERENSTEIN, 2011, p. 124).

O vínculo é produto do encontro entre duas pessoas que se transformam em um outro sem, no entanto, deixar de ser o que se é. Vincular-se é estar junto e, ao mesmo tempo, separado. Um separado que não representa diferenciação e discriminação, mas apenas não faz do outro uno ou idêntico. Isso implica destacar que há um Dois que é diferente do Um mais Um. Tal diferença é fundamental para entender os processos de vincular-se e desvincular-se, visto que o último não ocorre apenas quando há uma

¹² Casamento, relação estável, amizade, empregabilidade etc.

separação, pois na relação pode-se produzir um “vazio” que já representa o desvinculamento.

Inúmeras são as formas de produzir o vazio na relação, embora se possa estar ali representado um casal. O vazio de uma relação ocorre quando o vínculo, ao perder sua condição de instituinte, fica à espera de ser preenchido de significados e ações próprias e, por consequência, impede o outro de se fazer sujeito de uma situação vincular. Apesar da vivência do vazio não anular o vínculo, ela impede o outro de entrar nele, pois se transforma em um lugar inatingível, uma vez que está sempre à espera de ser desafiado em suas limitações internas e externas e apenas o sujeito poderá fazê-lo. Esvaziar uma relação é considerado uma forma máxima de abandono ao vínculo e de agressão, pois pode-se estar junto do outro e não estar vinculado (BERENSTEIN, 2011). Assim, quando na relação do casal não se produz um vínculo que fala do “nós”, verifica-se uma situação de desigualdade que mantém um discurso vincular de subjetividade individual e no qual um recebe e o outro dá, sem, contudo, haver uma troca de papéis.

Embora na relação com o outro nunca se saiba onde se está – se dentro ou fora, à espera de entrar ou não no seu interior –, os esforços declarados verbalmente pelos sujeitos evidenciam seu fracasso, já que se trata de experiências e vivências que se dão espontaneamente, sem busca ou quase sem desejo, pois “o amor está ali na esquina” (BERENSTEIN, 2011, p. 130) e não se trata de ir buscá-lo, mas de estar disponível e disposto a aceitá-lo, posto que consiste em uma ação conjunta resultante de uma regulação individual. Entretanto, quando o individual se impõe ou a violência predomina, há abandono ou privação e, mesmo que a relação possa continuar vigente, perderá sua significação.

Havendo na relação do casal, como em qualquer outra, uma série de ocultamentos e, uma vez estando os sujeitos submetidos às falhas e aos encobrimentos, algumas vezes, mascaram as inconsistências, pois, segundo Berenstein (2011, p. 8), “o que vincula um ao outro declara a inconsistência do individual, do identitário, e dá a conhecer outro panorama do mundo humano”. Entretanto, uma vez reveladas tais inconsistências, não há retorno, visto que pensar torna-se desejável e poderá levar ao desejo da separação.

Diante dessas questões, há que se considerar o vínculo a forma máxima de aproximação; estar junto na autonomia e diferenciados em direitos, desejos, receios, anseios, dúvidas e certezas. Por sua vez, desvincular-se, embora seja desatar, romper,

pode ser percebido como uma possibilidade de crescimento diante da adversidade, porque o valor das coisas está no seu caráter transitório que em vez de retirar valor da finitude, agrega-lhe, uma vez que “o valor da transitoriedade é o valor da escassez no tempo” (FREUD, 1916 [1915], p. 317). O valor da imortalidade foi criado pelo desejo humano. No entanto, a natureza e as belezas da forma humana e da vida não podem ser medidas em tempo, pois o valor de toda beleza e perfeição é determinado pelo significado atribuído à vida emocional e, nesse sentido, não precisa ser perene, mas emocionar (FREUD, 1916 [1915]).

Diante da possibilidade de rompimento dos vínculos, o que estraga sua fruição é a antecipação do fim e a vivência antecipada do luto, pois, frente ao que a dor da perda pode provocar, a mente instintivamente recua.

4.3 Separação – Uma catástrofe para o ego?¹³

A dor mais intensa sofrida por um indivíduo, de acordo com Parisi (2012, p. 49), está contida no mundo das paixões, porque “as penas de amor envolvem a pessoa inteira que fica exposta às faltas, à distância e à perda”. Semelhante a um composto químico, o encontro amoroso une duas pessoas que, ao se misturarem quimicamente, formariam um novo. Quando há o rompimento amoroso, a operação realizada é denominada *separatio*, que compreende a separação dos componentes misturados em uma matéria-prima. Na relação amorosa, representa a separação entre sujeito e objeto, que se dá através da separação entre pares de opostos. Porém, o *separatio* relaciona-se a outra operação, a *mortificatio*, que pode ser experimentada como morte.

Caruso (1986) relaciona separação e morte ao afirmar que a separação amorosa significa a presença da morte na vida, porque representa ter a vivência da própria morte na consciência do outro. Narcisicamente, representa uma das experiências mais dolorosas para quem sofre, posto que é um momento de sentimentos ambivalentes e, por vezes, autodestrutivos. Para Maldonado (2000), uma separação quase sempre vem acompanhada de agressividade, revolta, euforia, desespero, alívio e até uma aparente indiferença. São raros os casais que conseguem se separar de forma civilizada e sem sentimentos violentos, parecendo, de acordo com a autora, haver grande intensidade e

¹³ Catástrofe do ego – termo cunhado por Igor Caruso (1986) para designar o intenso sofrimento dos cônjuges pela separação, na sua obra *A separação dos amantes*.

necessidade de recriminação e culpabilização do outro como forma de não perceber ou aceitar a responsabilidade pelo fim da relação.

A separação transforma a vida ao acarretar uma mudança de hábitos, rotinas, estilos de vida e de relacionamento com parentes próximos e amigos. Com isso, demarca a passagem para um lugar virtual, que pode tanto levar muito tempo como ser um processo interminável, afirmam Puget e Berenstein (1993). Esse tempo pode sofrer a interferência do meio social quando este continua vendo-os como um casal, mas também dos próprios membros dessa díade quando estão demasiadamente preocupados com a manutenção da instituição casamento e se negam a qualquer esforço que possa levá-los a repensar a relação (SEVERO, 2010; PUGET; BERENSTEIN, 1993).

Uma separação não se constitui de um momento para o outro, mas se constrói paulatinamente, a cada discordância não resolvida, a cada projeto de vida não partilhado ou compartilhado, a cada conflito não enfrentado. Tudo que abala a relação dual, de acordo com Severo (2010), altera a cumplicidade, e podem ser mínimos os acontecimentos que se transformam em rugas na existência amorosa, pois, em cada momento de conflito, todo distanciamento, discordâncias e incômodos tornam-se comuns, o clima fica denso e tudo leva a crer que, na memória, só resta o ressentimento, pois:

Este casal, que pensa em separação, não sabe que ambos estão implicados ativamente na forma como funcionam, que um influi e condiciona o modo de agir do outro e que seu sofrimento é sustentado e gerado por ambos. A separação é o produto de um vínculo, é o resultado do que articularam juntos (SEVERO, 2010, p. 87).

Viver essas rugas amorosas, no seu inverso, também pode promover uma luta interna de restituição do equilíbrio perdido, na qual ensaiam-se tentativas de reconciliação: dar um tempo para sentirem a falta um do outro, viajar, mudar de residência, uma eventual gravidez. Tudo serve como possibilidade de reavivar os primeiros tempos da paixão. Entretanto, quando essas desavenças na existência amorosa aparecem:

As imagens são frias, aborrecem. O toque arrepia, gela, as palavras contestam, discutem. Um se deprecia ao olhar do outro. Um está ligado ao outro pelo mau humor. O mau humor aparece como uma mensagem, o indício do descontentamento, um signo grosseiro. Nas rugas da existência amorosa há falta de paciência e o desaparecimento de qualquer delicadeza (SEVERO, 2010, p. 83).

Puget (2006) compreende bem essa vivência. Para a autora, pode-se entender a separação como uma doença com diferentes sintomas ou queixas. Tal constatação foi sendo percebida em sua prática como analista de casal a partir da verbalização dos casais sobre o desejo de separação. Outras vezes, a queixa não é formalizada no início do tratamento, mas, ao longo do processo, ambos ou apenas um formula a proposta. Via de regra, tais desejos estão permeados de descrença na relação e seus relatos são: não dá mais, é impossível viverem juntos, que não se pode mais continuar, nada os une, entre eles nada acontece, sentem-se sozinhos quando estão juntos etc. Cada uma dessas frases retrata que o clima de separação concebe ao vínculo características violentas sob as formas de crítica, desqualificação e agressões verbais. As falas anunciam as batalhas e denunciam alguma qualidade atribuível ao vínculo, ressalta Puget (2006), através da condição de um desconforto que oculta a ideia de que algo não está mais produzindo uma ligação vital e estimulante entre os cônjuges e, em decorrência dessa desilusão, a única decisão possível é romper o vínculo e parar de viver enquanto casal. É a separação, legalizada ou não, que expõe o desencontro do casal e o desejo individual ou partilhado de romper com o laço conjugal.

Ao optar pela separação, o casal estabelece uma nova configuração familiar na qual a conjugalidade é rompida e preconiza-se a dissolução do afeto, podendo, inclusive, haver uma deterioração dos afetos positivos transformando-os em negativos, pois, ao optar pela separação, um casal não apenas modifica suas vidas, mas a dinâmica dos grupos que integram. Entre as muitas dissoluções que podem ser apontadas como a transformação desses afetos, destaca-se: litígios conjugais intermináveis, alienação parental, sentimentos de menos valia ou abandono, tentativas de suicídio, incapacidade de superar a perda. Essas reações denunciam a dificuldade em redefinir os papéis, pois passar da condição de membro de um casal para a de separado não representa tarefa de imediata resolução, uma vez que ambos contribuíram para a formação do casal e, estando implicados, contribuem para a exacerbação ou não dos desacordos (PUGET; BERENSTEIN, 1993).

Além das questões que dizem respeito ao casal e a cada um separadamente, existem os fatores sociais que repercutem na dinâmica dos grupos que integram: famílias de origem, amigos e, mais diretamente, filhos. As mudanças referem-se à assunção de novos papéis (conduta, finanças, emocionais, entre outros) cujas funções os membros do casal podem apresentar dificuldade em enfrentar, não se sentindo capaz de se readaptar aos novos tempos.

Alguns indícios acerca da maior ou menor dificuldade na condução da vida após a separação podem ser sinalizados mediante a história do casal, pois, segundo Antunes, Magalhães e Féres-Carneiro (2010), em casais que protagonizam litígios de longa duração, alguns aspectos comportamentais comuns são: alto grau de agressividade, postura refratária às intervenções, discurso baseado na lógica do adversário que transmite muito ressentimento e desejo de vingança. Diante de sentimentos tão nocivos, interna e externamente, o manejo terapêutico adequado das vivências de ambos se faz indispensável durante o processo.

A fase do divórcio, segundo as autoras, representa um ritual de passagem cujas repercussões psíquicas auxiliam no redimensionamento dos afetos e pactos do ex-casal, possibilitando a passagem do vínculo da conjugalidade para o da parentalidade, nos casos em que existem filhos. Entretanto, há situações em que o divórcio psíquico não é alcançado e um dos membros permanece fixado na relação, negando-se a superá-la. Em que pese o reconhecido abalo que uma separação provoca através das vivências de sentimentos de perda, fracassos pessoal e da relação, desamparo, abandono, rejeição, medo, insegurança e incertezas (SCHABEL, 2005), tais dificuldades necessitam ser encaradas em sua sintomatologia como uma reminiscência da vivência da separação da mãe, sentida pelo bebê como uma perda definitiva – a perda do primeiro objeto amoroso. Em estudo realizado com pessoas que formavam vínculos amorosos ansiosos e ambivalentes com os pais na infância, Parkers (2009) identificou maior prevalência a formarem vínculos dependentes na vida adulta. Relacionamentos ambivalentes ou dependentes, segundo o autor, podem ser um fator de risco para o enfrentamento da perda e instalação de um luto complicado, posto que o vínculo com o parceiro amoroso representa o amor desejado na infância, disso resulta o melancólico sofrer ânsia de amor e, diante da perda do objeto, seu sentimento se converter em uma oportunidade para que entre em vigor a ambivalência nas relações amorosas. Será o conflito da ambivalência que conferirá ao luto uma conformação patológica, de autorrecriminação e de culpabilização pela perda do objeto de amor (CARONE, 2011).

No processo de separação, as angústias primárias retornam à consciência provocando sentimentos ambivalentes de aceitação e de desejo de fusão com o objeto de amor, por isso, a forma como se dá o rompimento influencia na expressão dos sentimentos. Algumas situações de extrema agressividade, desamor, infidelidade, podem se apresentar como mais difíceis de superar, exigindo da pessoa enlutada maior

capacidade para utilizar seus recursos, às vezes, necessitando recorrer ao aprendizado de novos recursos adaptativos ao tipo de perda (BROMBERG, 1995).

Ante a utilização desses recursos, é importante averiguar a intensidade da angústia para perceber traços patológicos de um quadro melancólico, pois, enquanto no luto é o mundo que se torna pobre e vazio, na melancolia é o próprio ego. Atributo importante e que transforma a vivência da separação em um enredo cujo fim o sujeito não consegue empreender, e para o qual seria infrutífero, do ponto de vista científico e terapêutico, contradizê-lo nas acusações ao seu ego, ressalta Freud (1917 [1915]), pois, de alguma forma, ele deve ter razão. Entre os sinais que indicam a existência de melancolia está a insatisfação com o ego, autoacusação, recriminação, perda da autoestima e uma insistente comunicabilidade, parecendo encontrar satisfação no desmascaramento de si. Diante de um quadro de autopunição e sentimento de culpa, o ponto essencial

Não consiste em saber se a autodifamação aflitiva do melancólico é correta, no sentido de que sua autocrítica esteja de acordo com a opinião das outras pessoas. O ponto consiste, antes, em saber se ele está apresentando uma descrição correta de sua situação psicológica. Ele perdeu seu amor-próprio e deve ter tido boas razões para tanto. [...] o que o paciente nos diz aponta para uma perda relativa ao seu ego. [...] uma parte do ego se coloca contra a outra, julga-a criticamente, e, por assim dizer, toma-a como seu objeto (FREUD, 1917 [1915], p. 253).

Considerada um estado, e não um processo, a melancolia sugere uma posição estática, cuja perda do objeto é característico do tipo de vínculo narcisista, porque no formato em que um espelha o outro, ao ver-se sozinho, o sujeito não se reconhece e a libido livre não consegue ligar-se a outro objeto, sendo retida para o ego. No próprio ego, contudo, não consegue ser utilizada, mas serve para estabelecer uma identificação do ego com o objeto abandonado. Dessa forma, uma perda objetual se transforma em uma perda do ego (FREUD, 1917 [1915]). Em um processo de separação, o desencadeamento da melancolia está relacionado à capacidade de enfrentamento, uma vez que não se consegue perceber conscientemente o que foi perdido. Sua causa é bem mais primária, posto que, segundo Freud (1917 [1915]), as autoacusações do depressivo têm mais a dizer de um outro perdido, geralmente próximo e importante, do que do próprio sujeito. Isso pressupõe uma queixa e um pedido de ajuda, muito embora as autoagressões do melancólico também sejam um meio de agredir seu objeto e exercer uma vingança sobre ele (QUINODOZ, 2007).

Mas não são apenas as dores da separação a grande implicação que acomete os sujeitos envolvidos em um rompimento amoroso. Há reações psicossomáticas e enfermidades cardíacas atribuídas ao estresse ocasionado pelo rompimento amoroso, embora não sejam específicas dessa vivência. Perante a intensa dor psicológica e sofrimento da perda de um amor, seja por morte, divórcio, fim de relacionamento, separação, traição ou amor não correspondido, utiliza-se, frequentemente, a metáfora “coração partido”. No entanto, não se trata apenas de uma figura de linguagem, pois a medicina já identificou uma cardiopatia induzida por estresse (precipitada por estresse emocional), também chamada de balonamento apical transitório do ventrículo esquerdo – “síndrome do coração partido” – e, no Japão, “síndrome de takotsubo”. É caracterizada pela presença de movimento discinético transitório da parede anterior do ventrículo esquerdo, com acentuação da cinética da base ventricular (LEMOS et al., 2008). Dessa forma, em que pese o coração partido ser comumente explorado como tema de romances e músicas que servem de enredo aos momentos de intenso sofrimento, é também uma grave cardiopatia que a dor da separação pode precipitar.

Barthes (1977) define catástrofe como uma crise violenta em cujo decurso o sujeito sente-se em um impasse ou armadilha da qual nunca poderá sair, pois se vê condenado à destruição de si próprio, e vai além: diz que a catástrofe de amor está próxima do que se denomina no campo psicológico de “uma situação extrema”, posto que é vivida pelo sujeito como potencialmente capaz de destruí-lo. O autor compara a situação do sujeito que sofre por amor ao preso no campo de concentração de Dachau. Pergunta-se se será indecente fazer tal comparação e se é possível encontrar semelhança entre uma das injúrias mais inimagináveis da história e um incidente fútil e infantil de um sujeito que é apenas vítima do seu imaginário. Responde que essas situações têm algo que as aproxima: são literalmente pântanos, situações sem continuação, sem regresso, posto que ao projetar-se no outro com tamanha força, sua falta representa não conseguir deter-se, recuperar-se, estando perdido para sempre.

As nuances da angústia da separação são exploradas por Caruso (1986), em sua obra *A separação dos amantes*, diante da atribuição do quão dolorosa é essa experiência na vida humana ao impor a vivência de um luto e a reelaboração da subjetividade. Para o autor, “a separação chega a ser pior que a morte porque significa em vida, uma capitulação diante da morte” (CARUSO, 1986, p. 20). Assim, estudar a separação significa estudar a presença da morte na vida ou da morte na consciência e da consciência.

Na obra citada, a separação discutida tem a especificidade dos amantes como aqueles que mantêm relações extraconjugais, mas utilizaremos suas descobertas relacionando-as com o casal conjugal. E, nesse sentido, daremos ênfase à palavra amante como aquele que ama.

Há na literatura psicanalítica, evidencia Caruso (1986), uma ausência de estudos sobre a separação quando se trata de rompimento entre vivos, pois os estudos concentram-se na perda por morte física. A ausência desses referenciais pode ser apontada como um fator agravante na resolução do conflito, pois não há nas instâncias jurídicas suporte para sua escuta e encaminhamento especializado. Dessa forma, ao sujeito que sofre, impõe-se a capacidade de perceber sua real necessidade de atendimento psicológico, nem sempre perceptível no momento do evento. Ademais, em uma sociedade hedonista, que exige de todos o permanente estado de felicidade, o sofrimento pode ser encarado como fracasso e dificultar a busca por ajuda profissional.

A separação deixa marcas que podem ser superficiais ou profundas. Em pesquisas realizadas no Brasil, Féres-Carneiro (2003) constatou que o processo de separação foi descrito por homens e mulheres, com idades variando de 25 a 35 anos (primeira faixa etária) e de 45 a 55 anos (segunda faixa etária), como muito difícil e sofrido. Segundo a autora, nas falas femininas, a desilusão foi muito ressaltada e, apesar da separação parecer algumas vezes a melhor solução para um casal que se considera incapaz de enfrentar as dificuldades, ela sempre é vivenciada como extremamente dolorosa, havendo um luto a ser elaborado. A diferença, entretanto, encontra-se no enfrentamento, pois, enquanto para homens a sensação é de fracasso e frustração, para as mulheres é de mágoa e solidão. Tais sentimentos, de acordo com pesquisas da autora, podem ser explicados a partir das formas de conceber o casamento, pois, enquanto as mulheres concebem como uma “relação amorosa”, os homens o fazem como “constituição de família” (FÉRES-CARNEIRO, 2003). Se na constituição de um casal são necessárias capacidade de interação e identidade conjugal, para desconstruir uma conjugalidade pós-separação e reconstruir uma identidade individual, há um longo processo, vivenciado com dificuldade por ambos, pois

A vivência de uma maior liberdade se mistura com o sentimento de solidão, tornando os primeiros tempos após a separação, particularmente, difíceis para homens e mulheres. Mais acostumadas a falar sobre os sentimentos e mais motivadas a explicar e discutir os relacionamentos, as mulheres parecem conseguir com mais facilidade descrever o gratificante, mas também penoso processo de

reconstrução da identidade individual, após a dissolução do casamento (FÉRES-CARNEIRO, 2003, p. 372-373).

Para entender a dor resultante do rompimento amoroso é necessário ressaltar que, segundo a psicanálise, as escolhas amorosas representam uma atualização da relação primária e a busca pelo objeto de amor representa a tentativa de recuperação do narcisismo infantil. Sobre isso, Caruso (1986) sugere que a dor produzida pela separação é uma dor eminentemente narcísica. A base para tal afirmação encontra-se em Freud (1917 [1915]), no texto *Luto e melancolia*, pois refere-se que a escolha objetal é realizada em uma base narcísica, de modo que a catexia objetal, ao se defrontar com obstáculos, nesse caso a separação, pode retroceder para o narcisismo, dessa forma:

A identificação narcísica com o objeto se torna, então, um substituto da catexia erótica, e, em consequência, apesar do conflito com a pessoa amada, não é preciso renunciar à relação amorosa. Essa substituição da identificação pelo amor objetal constitui importante mecanismo nas afecções narcísticas (FREUD, 1917 [1915], p. 255).

Na separação de um casal, as emoções se acentuam e atingem a ambos, embora de forma e intensidade diferentes. Frente a perda, alguns sujeitos buscam manter o modelo fusional das etapas precoces da vida, receosos da ruptura e da incapacidade de elaborar o luto. Esse contexto provoca a dor de uma ferida narcísica; com sentimento de rejeição e duvidando do seu valor, sente-se incapaz de ser amado. Essa é a dor da separação entre vivos.

Havendo uma diferença entre a separação por morte e a separação entre vivos, e sendo a segunda o objeto desta pesquisa, torna-se necessário esboçar alguns aspectos específicos da mesma. Na separação das pessoas que ainda estão vivas, o trabalho do ego visa recuperar o equilíbrio perdido e consiste na presença da morte recíproca, pois representa a sentença de morte do outro dentro de si, mas também a morte de si no outro. Trata-se da eclosão da morte psíquica na vida dos seres humanos. Sendo considerado um processo de luto, o rompimento amoroso impõe a vivência de mecanismos de defesa, entre eles, a agressividade, a indiferença, fuga para adiante e a ideologização (CARUSO, 1986). Estes serão, resumidamente, explicados para fins de contextualização da dinâmica do sofrimento psíquico vivenciado após a separação amorosa.

Na etapa inicial, anterior à utilização dos mecanismos de defesa, há a fragilização do ego, denominada Catástrofe do Ego. Nessa etapa, produz-se uma morte

na consciência e, dessa morte, surge o desespero, pois duas pessoas estavam fundidas em uma união semelhante ao modelo mãe-filho. A perda desse objeto de amor é, simultaneamente, elemento de identificação e de mutilação do ego. Sobre tal tarefa, Fagundes (1999, p. 71) ressalta que a experiência em psicoterapia de casal levou-o a perceber que

A relação íntima de um casal tem o poder de reativar intensamente as etapas evolutivas do desenvolvimento emocional de cada um dos parceiros [...] o casal, ao ativar reciprocamente o mundo das relações objetais internas, reativa também relações objetais primitivas.

Entre as relações objetais primitivas, o autor destaca a “ilusão de fusão” por considerar que se trata de uma fantasia muito frequente entre os casais. Esclarece que se tal fantasia não for vivenciada satisfatoriamente pelo casal ao longo do relacionamento ou durante a análise individual ou de casal, um poderá usar o outro continuamente e abusivamente para dar vazão à sua fantasia, porquanto

O resultado será uma regressão na relação para um estado psíquico primitivo do tipo narcísico. No narcisismo, o indivíduo recorre à união total com o objeto idealizado, como forma de manter sua onipotência narcísica por temer a perda do objeto ideal, experimentar inveja e cair no desespero, abandono e desintegração mental, sente-se dono do objeto e, assim, poderoso (FAGUNDES, 1999, p. 72).

A “ilusão de fusão” implica na tarefa desesperada do ego em evitar a perda do objeto. O que o sujeito não percebe é que, ao tentar não o perder, perde a si mesmo. A catástrofe do ego ocorre, portanto, devido à perda da identidade e regressão que ameaça o ego. Contudo, a psique tem mecanismos de preservação e, nesse momento, os mecanismos de defesa são acionados, visando a proteção para que a morte não se torne absoluta e aniquile a consciência pela via da psicose ou da extinção física, através do morrer psicossomático ou do suicídio.

O primeiro mecanismo de defesa identificado por Caruso (1986), mesmo no luto considerado não egoísta, é a Agressividade. Há uma dose de agressividade mesmo em acusações aparentemente sem revolta, do tipo: como você foi capaz de me abandonar? De acordo com o autor, esse sentimento é vital para originar a desvalorização do ausente, pois, mesmo que a consciência registrasse aspectos negativos do outro, o certo é que ele correspondia ao ideal do Ego, portanto, agora, o Ego profundamente ferido necessita reconciliar-se com o ideal do Ego abalado para

continuar vivendo. É a agressividade que transforma o amor em ódio e permite a desidentificação com o objeto. Tal dinâmica é identificada como a forma mais segura de extinção do ausente na consciência para torná-la aceitável ao Ego.

O segundo mecanismo de defesa é o da Indiferença, considerado importante durante a separação, mesmo quando incompatível com outros estratos da personalidade, pois sua dinâmica consiste em reprimir e rejeitar as circunstâncias por parte da consciência. Assim, atua na diminuição do ideal do Ego, enfraquecendo o Ego com desidentificação para a recuperação do narcisismo.

Quando a indiferença não é suficiente para matar dentro de si o outro, aciona-se mais uma defesa, a Fuga para Adiante. Diretamente condicionada ao Superego, tem como função conservar o ideal do Ego e pode manifestar-se de duas formas: a primeira, denominada fuga na atividade, é uma característica das pessoas conformistas e obcecadas pelo dever; já a segunda está diretamente condicionada ao Id e é denominada busca de prazeres, que representa a tentativa do Ego sofredor restabelecer-se através da via do prazer.

É, porém, a Ideologização que legitima a morte através das máscaras da ideologia. Essa última racionalização é considerada uma virtude e pode variar desde uma filosofia estoica ou uma autoconsciência heroica a um ceticismo moderado ou uma devoção religiosa.

Segundo Caruso (1986), embora seja pouco provável o enriquecimento da vida através da ideologia mistificante ou de uma falsa consciência, esta significará a afirmação de uma certa rebelião e constituirá uma vitória parcial sobre a morte sofrida.

Importante destacar que, como em outras vivências que fazem uso dos mecanismos de defesa, também na separação, estes não têm uma ordem cronológica fixa, nem estão claramente separados, podendo ocorrer entrelaçados ou, ocasionalmente, chocarem-se. Também são considerados relativamente conscientes e caminham lentamente para seu objetivo. O problema da separação é, segundo Caruso (1986), um dos que mais expressam o mal-estar na cultura, pois a sociedade é um instrumento de alienação humana, embora também o seja de superação.

E superação, reinvenção, novas formas de cuidar do outro e de si é o que se pode oferecer de mais singular. Assim, segundo Peres (2011), ao prosseguir sem Freud, a psicanálise – depositária da dor da existência de cada um em cujas palavras não se permite tudo significar, pois a vida necessita ser permanentemente reconstruída – nos mostra que a luta do seu criador contra a dor da existência é um legado.

À GUIA DE UMA CONCLUSÃO – PARA CONCLUIR, MAS NÃO PARA ENCERRAR

Assim sendo, minha tentativa de dar fechamento a este trabalho acaba se transformando em abertura para novas questões, que mostram a necessidade de outros estudos e pesquisas, que forneçam maiores esclarecimentos [...].
(Francisco Hashimoto)

A escrita de uma tese implica uma construção cuja temática, via de regra, objetiva aperfeiçoar uma prática e oferecer algo à sociedade. É uma construção na qual, ao se empreender, revela tanto do tema quanto do próprio autor, pois, antes de servir ao mundo, serve a seu autor que se apropria de saberes e elabora novas formas de ser.

Para concluir, mas não para encerrar, porque diante da abrangência do conhecimento o que se pode considerar fechamento dará lugar a novas questões, como em uma espiral na qual um saber leva a outro e a outro, sucessivamente. É assim que me sinto. Todavia, no sentido de pontuar algumas questões, pode-se dividir esse estudo em três momentos: o primeiro, que corresponde à contextualização da psicanálise e seu aporte na criação da psicanálise vincular; o segundo, central nessa pesquisa, cujo objetivo é examinar a relação entre a construção do vínculo com o primeiro objeto e o padrão dos encontros amorosos subsequentes; e o terceiro, complementar ao segundo, uma vez que certifica haver um padrão de rompimento amoroso, seja pela via do desvinculamento ou da separação – nos dois casos perpassados pelos estados de irritação. Em outras palavras, os sujeitos aproximam-se e afastam-se nos relacionamentos amorosos sempre da mesma forma, seguindo um padrão que foi aprendido e apreendido nas primeiras relações objetais.

Ainda que cada um desses tópicos represente um tema vasto, eles permitem ser condesados na seguinte questão: a construção do vínculo do casal se faz no entre dois. Embora o mundo vincular não represente um lugar de fácil acesso, é rico em possibilidades e permite que duas pessoas, independentemente de suas histórias, possam aspirar elaborar uma nova história e autorizar-se a estabelecer trocas que, mesmo sujeitas a ataques internos e externos, são em sua essência transformadoras.

E, como todo vínculo oferece tal transformação, ao iniciar minha trajetória no doutoramento, ouvi a seguinte frase: “A psicanálise é uma obra aberta, cada um percorre-a à sua maneira”. Essa afirmação de um colega do doutorado, nos primeiros encontros de orientação, marcou-me. Ressoava a cada dúvida, incerteza, busca de

padrões de assertividade, modelos científicos valorizados, ou seja, receios ponderáveis e imponderáveis.

Segui ouvindo-a, direta ou indiretamente, através de todos os autores que me ofereceram subsídios teóricos, durante a construção desse estudo. Todavia, foi somente ao compreender a afirmação de Puget e Berenstein (1993) sobre o estatuto da psicanálise vincular – um conhecimento novo que, por um lado, carece de subsídios para ancorá-lo, por outro, oferece maior liberdade de exploração – que compreendi: por mais que haja modelos, cada um elabora e sustenta o seu à sua maneira. Tal compreensão serviu para iniciar a construção desse caminho, apreciando as nuances do texto freudiano que, embora não contenha o conceito de vínculo, pode ser inferido a todo momento, porque no cerne dos conflitos psíquicos está a relação com o outro e o sintoma de cada um.

Diante disso, percorrer a obra para identificar subsídios que dessem sustentação ao entendimento de como se estabelece o vínculo do casal consistiu em uma tarefa empreendida de forma gradativa. À medida que os textos possibilitavam conhecer com mais atenção o pensamento freudiano, foi possível apreciar a vastidão da obra e as características da personalidade do seu autor. Sobre a obra, chama a atenção: a amplitude e diversidade de temas, a retomada de conceitos em fases diversas a fim de aprimorá-los, a atenção ao cotidiano e às vivências dos pacientes, e a magnitude de uma obra elaborada há mais de cem anos que se mantém tão atual. Já sobre Freud, destaca-se: o entusiasmo e a genialidade na criação e na defesa da psicanálise, o texto construído a partir da linguagem dos pacientes e da sua autoanálise, a vida marcada por vínculos sólidos e delicados com seus pares, e o hábito da correspondência com inúmeros amigos, que retrata uma forma nítida de aproximação e criação de laços profissionais e afetivos.

Há na construção da psicanálise uma capacidade de reformulação constante. Diante do vigor na elaboração e na defesa de uma ideia, Freud não se limitou a construir teorias, mas atraiu seguidores com os quais trocou experiências durante anos, seja pessoalmente ou através das correspondências. A obra freudiana retrata a vida do seu autor à medida que este viveu, elaborou e avaliou conceitos. Isso se deve ao rigor, capacidade criativa e desejo de superar obstáculos para ampliar a teoria e a técnica psicanalítica.

Na defesa de ambos, Freud reconheceu que a teoria fora exitosa e era prestigiada, entretanto, o mesmo não acontecia com o método terapêutico, que lutava

por reconhecimento. Na busca disso, o psicanalista realizou conferências nas quais pleiteava demonstrar a seriedade do estudo, tentando vencer a resistência dos profissionais da época. Atribuía-a ao fato da técnica do procedimento não estar, naquele momento, plenamente desenvolvida e ser impossível fornecer ao leitor médico um livro de instruções que o habilitasse a conduzir o tratamento na sua íntegra. Ao final de sua vida, no único vídeo que apresenta um relato do criador da psicanálise, este mostra-se tranquilo, reconhecendo que o saldo fora positivo, mas muito havia ainda a fazer. Nesse sentido, destaca-se que a psicanálise vincular pode ser considerada um produto desse muito a fazer.

A psicanálise é a marca de um tempo e de seu criador, pois representa um descentramento na forma de compreender o homem ao descobrir o inconsciente e postular que o sujeito não é dono sequer de sua consciência, produzindo uma nova referência para o que se compreendia, até então, por subjetividade. Ao formalizar tal descoberta, Freud naturalmente enfrentou muita resistência, porque a noção de inconsciente questionava uma subjetividade na qual a verdade habitava a consciência. Além do mais, ao estudar outros fenômenos, aprofundando-se nas questões individuais e no modo como as pessoas lidavam com a verdade, apontava para outro tipo de lógica, a da interioridade. Essa lógica, instrumento de exploração da psicanálise, impõe lidar com as formas de elaboração dos vínculos, desde o início da vida humana, e considera que a relação do sujeito com o outro é constitutiva.

Do nascimento à morte, o ser humano é relacional e necessita construir vínculos. Na espécie humana, a necessidade da formação de laços, em um primeiro momento, favorece a sobrevivência física, mas, logo, se expande para a capacidade de estabelecer vínculos afetivos. A dependência do ser humano, por um tempo mais longo ao nascer, revela a necessidade e disposição da espécie para a vinculação. Entretanto, o vínculo não se constitui apenas no contato e no estar com o outro, mas na sua qualidade, uma vez que para se originar é imperativo a existência de um ambiente que o ampare e o acolha.

Inaugurando e dotando a vida de consistência e sentido, o vínculo tem como seu primeiro modelo a relação mãe-filho, materializando-se através da amamentação. Esta simboliza o encontro no qual se estabelece uma relação única: um satisfaz a fome (de leite e de afeto) do outro e, através desse encontro, mais que nutrir organicamente o bebê, ambos nutrem-se de amor; e o bebê de amor e confiança. Desse modo, o encontro representa mais que assegurar a sobrevivência, mas o bem-estar físico e a constituição

da realidade psíquica, oferecendo as bases para a formação de cada sujeito e o enredo para suas relações, tendo essa marca a capacidade de produzir os sentimentos que influenciarão os encontros posteriores. Posto isso, pontua-se que cada um estabelece com o outro ou com os outros uma forma específica de vínculo que implica sua maneira de ser no mundo: afetuoso, exigente, perverso, melancólico, reservado, exaltado etc. – muitas são as formas de se vincular e nenhuma é melhor ou pior, apenas revela os sujeitos e suas vinculações.

Na escolha do parceiro amoroso, está contido o sentimento de ter sido desejado pelos pais, marca de uma interioridade que permeia a vida tanto do sujeito que escolhe quanto do que é escolhido. Como se fossem as duas metades do mito de Andrógino, de Aristófanes, o encontro não se dá ao acaso, há uma ausência a ser preenchida, mas que nunca será totalmente. E nisso reside a capacidade de, ao encontrar o outro, perceber que esse nunca preencherá a falta. Dessa forma, semelhante a um código de barras interno, cada um, ao fazer determinada leitura do outro, estipula um formato predeterminado de relação. Esse emblema, que pode supor uma limitação na relação do casal, deve ser entendido como uma evidência de um sistema interpessoal com regras estáveis, mas com capacidade de transformação ou circuitos de retroalimentação. O potencial favorece o manejo na intervenção clínica em psicanálise vincular pondo à prova a capacidade de adaptação de cada membro e refletindo que a vincularidade é uma construção.

E, por ser uma construção, implica uma decisão em executá-lo. Apesar de sua complexidade, pois um vínculo de aliança pressupõe um parentesco e demanda o estabelecimento de uma série de acordos e pactos, nem sempre fáceis de serem estabelecidos e cumpridos, deve ser compreendido em sua especificidade de ser uma tarefa inconclusiva e partilhada, sempre sujeita a reparos. Essa característica, antes de ser classificada como negativa, deve ser percebida como potencial de restauração, pois, embora possa conter aspectos destrutivos, são altamente terapêuticos, visto que impulsionam mudanças em direção à saúde e estimulam um funcionamento de relação mais coeso. É disso que se encarrega a psicanálise vincular.

Sendo considerada a técnica de tratamento dos conjuntos humanos do parentesco (casal e família), assim como dos grupos, a psicanálise vincular oferece conceitos diferenciados, embora derivados da psicanálise. Entre seus inúmeros desafios está o de como repensar a noção de inconsciente, quando se incorpora o conceito de vínculo. Uma possibilidade de explorar essa questão é a partir do conceito de aliança, no qual a

relação se dá no espaço de uma realidade psíquica específica, sendo uma das principais condições para a formação do sujeito do inconsciente. Por isso, entende-se o vínculo como resultado da conjunção de três espaços diferenciados e interpostos: o intra, o inter e o transpsíquico. Isso equivale a compreender que nos formamos a partir de inúmeras interações, internas e externas, sempre em constante relação.

É relevante destacar a tarefa a ser realizada no encontro amoroso e o quanto essa percepção contribui para o analista, ao assimilar a dinâmica do casal, buscar clarificar e descronificar os papéis de cada integrante. Uma vez alcançado esse objetivo, cada membro poderá avaliar sua postura para modificá-la ou não. Ciente de que não se pode impor a aceitação de qualquer objetivo para implementar mudanças na dinâmica do casal, ultrapassar o sentimento de uma unidade para construir um nós que reconheça a alteridade de cada individualidade é vital para a qualidade da relação. Destarte, através da compreensão das relações de objeto, do processo de identificação e da formação dos sintomas, o encontro amoroso pode ser declarado contendo potencial de mudança através da intervenção.

Acerca do objetivo da intervenção, é preciso que fique claro para os membros do casal que o compromisso desse procedimento é com a promoção da saúde dos membros, e não com a manutenção ou rompimento da relação. Em outros termos, não se pode determinar uma meta, por mais que o casal exprima uma propensão a qualquer dessas possibilidades, porquanto o casal consciente dos limites da análise deverá responsabilizar-se pela alternativa adotada, sabendo que essa depende da disponibilidade individual de cada um e grupal, enquanto casal.

Por isso, construir uma demanda de casal reveste-se de extrema complexidade diante das demandas conjugais que, algumas vezes, encontram-se imersas em um emaranhado de queixas individuais atribuídas ao parceiro. Nesse sentido, resistentes e com demandas ambivalentes de pedido de ajuda e oposição ao processo, costumam não reconhecer sua implicação no conflito, sendo uma forma de desinteresse pela relação e pouco compromisso com sua manutenção.

Fundamentada na construção da alteridade e reconhecimento mútuo, a psicanálise de casal utiliza um manejo semelhante ao da análise individual no tocante ao passado que será realçado, surgindo tanto como sintoma quanto como meio para modificá-lo, posto que será alicerçado nesse lugar e tempo que se iniciará a busca por entendimento objetivando identificar as particularidades de cada casal. Entretanto, nesse

processo é necessário não perder de vista o que é de cada um e o que é do casal. Essa singularidade é vital para a manutenção da autonomia e redimensionamento da relação.

Sendo a iminência da separação um dos principais motivos para a procura desse tipo de intervenção, nada mais protelado, pois, embora a separação signifique a última tentativa de um casal para manter seu laço, até chegar a essa decisão, a relação já passou por fases de desgaste que podem ser tanto agressivas, através dos estados de irritação, quanto mais passivas, através do desvinculamento. Diante de tais impasses, faz-se imperativo compreender o desvinculamento como um processo gradativo e silencioso de desinvestimento de uma relação. Pode-se, portanto, nesses casos, atribuir a casais com relações tumultuadas pela irritabilidade um potencial maior de interação que casais cujo investimento foi sendo retirado paulatinamente, sem que um ou ambos percebessem. Em psicanálise vincular, mais que o entendimento dos motivos que levaram à separação, há que buscar como esse processo se instala, quais demandas podem ser priorizadas, como contribuir para sua expansão. Há que destacar que a psicanálise vincular consolida um processo de atuação psicanalítico e, como tal, muito já foi realizado, mas muito há a construir.

Dessa forma, o presente estudo objetivou contribuir para uma nova elaboração no pensar e sentir, nas formas de perceber e se colocar frente ao enigma do vínculo, uma tarefa aparentemente fácil, contudo que impõe disposição e aposta na sua execução. Não coube a esse texto formalizar modelos ou formatos, apenas ilustrar possibilidades, visto que cada pessoa realiza seus vínculos a partir de suas limitações e vicissitudes. No entanto, há que se perceber o vínculo como uma tarefa explícita, exposta, desejosa de se realizar. Compreender suas nuances e os entraves de cada um é a única forma de, apesar dos empecilhos, apostar nele. Então, parafraseando Montero (2008), que possamos nos reinventar permanentemente, fazendo de nossas lembranças mais que um relato de nossa biografia, podendo deduzir que o humano é, acima de tudo, um romancista, o autor do seu romance único, dura escrita da existência na qual cabe a cada um se assumir protagonista.

Diante do muito que foi vivido e refletido durante o processo de construção dessa tese, de todas as mudanças internas e externas que possibilitaram perceber a determinação da inconsistência do individual como propulsora para o entendimento de um outro parorama do mundo humano, que reclama a capacidade de vincularidade, mas que só a elabora a partir do entre dois, é chegada a hora de consolidar os vínculos construídos com o texto elaborado e com as pessoas com as quais foi possível a

aproximação. Os desvinculamentos, evidentemente, ocorreram, mas também eles foram cruciais.

Com ou como efeito, cabe ressaltar que esse estudo não se encerra, posto que representa o reinício de uma busca de novos conhecimentos nessa e em outras temáticas nas quais o vínculo possa vislumbrar. E, para não me prolongar, porque vivo o luto bom de quatro anos desejados e vividos na intensidade de uma metamorfose, só me resta frisar que o que se produz em um estudo é resultado de uma vida inteira e não cansa, porque, como diz Mãe (2014, p. 16) sobre o encontro entre duas pessoas, “nunca se torna tarde. Tarde é a metade do meio dos dias”.

Sendo assim, mais que compreender os vínculos, possamos vivê-los.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, T. O Processo da Escolha Conjugal sob a Perspectiva da Psicanálise Vincular. **Pensando Famílias**, ano 2, n. 1, v. 18, p. 3-18, jun. 2014. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/penf/v18n1/v18n1a02.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2016.
- ALVARENGA, L. L. **Na escuta do laço conjugal**. Rio de Janeiro: UAPÊ, 1996.
- ANTUNES, A. L. M. de P; MAGALHÃES, A. S.; FÉRES-CARNEIRO, T. Litígios intermináveis: uma perpetuação do vínculo conjugal? **Aletheia**, n. 31, p. 199-211, jan./abr. 2010. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/aletheia/n31/n31a16.pdf>>. Acesso em: 18 jul. 2015.
- AUZIEU, D. **Psicanalisar**. Aparecida: Ideias & Letras, 2006.
- BARTHES, R. **Fragmentos de um discurso amoroso**. São Paulo: Edições 70, 1977.
- BERENSTEIN, I. **Do ser ao fazer**: curso sobre vincularidade. São Paulo: Via Lettera, 2011.
- _____. **Denevir otro com Otro(s)**: Ajenidad, presencia, interferencia. Bueno Aires: Paidós, 2004.
- _____. **Família e doença mental**. São Paulo: Escuta, 1988.
- BERENSTEIN, I.; PUGET, J. **Curso de psicoanálisis de família**, Nível I e II, promovido pelo Campus Virtual da APDEBA. Disponível em: <<http://www.apdeba.org>>. Acesso em: 08 jun. 2016.
- BIGLIANI, C. G. Humilhação e vergonha: dinâmicas e destinos. In: BIGLIANI, C. G.; MOGUILLANSKY, R.; SLUZKI, C. E. (Orgs.). **Humilhação e vergonha**: um diálogo entre enfoques sistêmicos e psicanalíticos. São Paulo: Zangodoni, 2011, p. 19-44.
- BRANCO, N. **Freud e a psicanálise**. YouTube, Café Filosófico, 2003, 48m34s. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=KDW-UqTwmoY>>. Acesso em: 05 fev. 2016.
- BROMBERG, M. H. P. F. **Psicoterapia em situação de perda e luto**. Campinas: Editorial Psy, 1995.
- CARONE, M. Luto e melancolia. In: KERL, M. R. (Org.). **Luto e melancolia**: Sigmund Freud. São Paulo: Cosac Naify, 2011, p. 44-97.
- CARUSO, I. A. **A separação dos amantes**: uma fenomenologia da morte. São Paulo: Cortez Editora, 1986.
- COELHO JÚNIOR, N. E. A noção de objeto na psicanálise freudiana. **Ágora**, v. IV, n. 2, p. 37-49, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/agora/v4n2/v4n2a03.pdf>>. Acesso em: 13 out. 2015.

CORREA, M. R. **Ensaio sobre a relação do homem com a morte**. 2011. 141 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2011.

COSTA, J. F. **Sem fraude nem favor**: estudos sobre o amor romântico. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

DUNKER, C. **O que é “sintoma” para a psicanálise?**. YouTube, Falando Nisso, 2016, 4m45s. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=bGqyJhQDyMM>>. Acesso em: 29 maio 2016.

EIGUER, A. As duas peles da casa. In: LEVISKY, R. B.; GOMES, I. C.; FERNANDES, M. I. A. (Orgs.). **Diálogos psicanalíticos sobre família e casal**: as vicissitudes da família atual, v. 2. São Paulo: Zagadoni Editora, p. 19-32.

_____. **Um divã para a família**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.

FAGUNDES, J. O. Ilusão de fusão na relação do casal. In: RAMOS, M. **Casal e família como paciente**. 2 ed. São Paulo: Editora Escuta, 1999. p. 69-94.

FÉRES-CARNEIRO, T. Diferentes abordagens em terapia de casal: uma articulação possível? **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 2, n. 2, p. 53-63, ago. 1994. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X1994000200006>. Acesso em: 23 out. 2014.

_____. Separação: o doloroso processo de dissolução da conjugalidade. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 8, n. 3, p. 367-374, set./dez. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2003000300003>. Acesso em 16 dez. 2013.

FÉRES-CARNEIRO, T.; DINIZ NETO, O. Construção e dissolução da conjugalidade: padrões relacionais. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v. 20, n. 46, p. 269-278, maio/ago. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-863X2010000200014&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 16 dez. 2013.

FREIRES, A. J. **A Raposa lembra ao Príncipe a importância do vínculo**. Site do Núcleo Psicanalítico de Aracaju. Disponível em: <<http://www.psicanalisearacaju.org.br/?pag=textos&idtexto=270&idcoluna=25>>. Acesso em: 16 dez. 2015.

FREUD, S. (1950 [1892-1899]). Extratos dos documentos dirigidos a Fliess. In: FREUD, S. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas completas de Sigmund Freud**. v. I. Tradução de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 223-338.

_____. (1893). Charcot. In: FREUD, S. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas completas de Sigmund Freud**. v. III. Tradução de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 21-32.

_____. (1893). Sobre o mecanismo psíquico dos fenômenos histéricos - Comunicação preliminar. In: FREUD, S. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas completas de Sigmund Freud**. v. II. Tradução de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 39-53.

_____. (1896). A hereditariedade e a etiologia das neuroses. In: FREUD, S. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas completas de Sigmund Freud**. v. III. Tradução de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 145-157.

_____. (1896). Rascunho K – As neuroses de defesa. In: FREUD, S. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas completas de Sigmund Freud**. v. I. Tradução de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 273-276.

_____. (1900). A distorção nos sonhos. In: FREUD, S. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas completas de Sigmund Freud**. v. IV. Tradução de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 169-195.

_____. (1905 [1904]). Sobre a psicoterapia. In: FREUD, S. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas completas de Sigmund Freud**. v. VII. Tradução de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 247-257.

_____. (1905). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In: FREUD, S. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas completas de Sigmund Freud**. v. VII. Tradução de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 119-231.

_____. (1909 [1908]). Romances familiares. In: FREUD, S. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas completas de Sigmund Freud**. v. IX. Tradução de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 219-222.

_____. (1910). As perspectivas futuras da terapêutica psicanalítica. In: FREUD, S. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas completas de Sigmund Freud**. v. XI. Tradução de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 147-156.

_____. (1910). Um tipo especial de escolha de objeto feita pelos homens (Contribuições à psicologia do amor I). In: FREUD, S. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas completas de Sigmund Freud**. v. XI. Tradução de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 173-182.

_____. (1912) A dinâmica da transferência. In: FREUD, S. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas completas de Sigmund Freud**. v. XII. Tradução de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 111-119.

_____. (1913 [1911]). Sobre a psicanálise. In: FREUD, S. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas completas de Sigmund Freud**. v. XII. Tradução de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 227-231.

_____. (1913 [1912-13]). Totem e tabu. In: FREUD, S. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas completas de Sigmund Freud**. v. XIII. Tradução de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 21-167.

_____. (1913). O interesse científico da psicanálise. In: FREUD, S. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas completas de Sigmund Freud**. v. XIII. Tradução de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 175-198.

_____. (1913). Sobre o início do tratamento. In: FREUD, S. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas completas de Sigmund Freud**. v. XII. Tradução de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 139-158.

_____. (1914). Recordar, repetir e elaborar (Novas recomendações sobre a técnica da psicanálise). In: FREUD, S. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas completas de Sigmund Freud**. v. XII. Tradução de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 163-171.

_____. (1914). Sobre o narcisismo: uma introdução. In: FREUD, S. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas completas de Sigmund Freud**. v. XIV. Tradução de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 81-108.

_____. (1915). Os instintos e suas vicissitudes. In: FREUD, S. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas completas de Sigmund Freud**. v. XIV. Tradução de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 123-144.

_____. (1916 [1915]). Sobre a transitoriedade. In: FREUD, S. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas completas de Sigmund Freud**. v. XIV. Tradução de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 317-319.

_____. (1916). Alguns tipos de caráter descobertos no trabalho psicanalítico – os arruinados pelo êxito. In: FREUD, S. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas completas de Sigmund Freud**. v. XIV. Tradução de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 331-346.

_____. (1916-1917 [1915-1917]). Conferência XX. A vida sexual dos seres humanos. In: FREUD, S. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas completas de Sigmund Freud**. v. XVI. Tradução de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 309-324.

_____. (1917 [1915]). Luto e melancolia. In: FREUD, S. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas completas de Sigmund Freud**. v. XIV. Tradução de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 249-263.

_____. (1917 [1916-1917]). Conferência XXIII. Os caminhos da formação dos sintomas. In: FREUD, S. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas completas de Sigmund Freud**. v. XVI. Tradução de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 361-378.

_____. (1921). Psicologia de grupo e análise do ego. In: FREUD, S. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas completas de Sigmund Freud**. v. XVIII. Tradução de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 77-146.

_____. (1923). O ego e o id. In: FREUD, S. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas completas de Sigmund Freud**. v. XIX. Tradução de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 33-41.

_____. (1924 [1923]). Uma breve descrição da psicanálise. In: FREUD, S. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas completas de Sigmund Freud**. v. XIX. Tradução de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 217-236.

_____. (1924). A dissolução do complexo de Édipo. In: FREUD, S. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas completas de Sigmund Freud**. v. XIX. Tradução de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 195-201.

_____. (1925[1924]). As resistências à psicanálise. In: FREUD, S. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas completas de Sigmund Freud**. v. XIX. Tradução de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 241-249.

_____. (1926 [1925]). Inibição, sintomas e ansiedade. In: FREUD, S. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas completas de Sigmund Freud**. v. XX. Tradução de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 81-172.

_____. (1927). O futuro de uma ilusão. In: FREUD, S. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas completas de Sigmund Freud**. v. XXI. Tradução de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 15-64.

_____. (1930 [1929]). O mal-estar na civilização. In: FREUD, S. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas completas de Sigmund Freud**. v. XXI. Tradução de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 73-151.

_____. (1933 [1932]). Conferência XXXI – A dissecação da personalidade psíquica. In: FREUD, S. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas completas de Sigmund Freud**. v. XXII. Tradução de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 67-89.

_____. (1933 [1932]). Conferência XXXIV – Explicações, aplicações e orientações. In: FREUD, S. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas completas de Sigmund Freud**. V. XXII. Tradução de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 145-165.

_____. (1933 [1932]). Por que a guerra? (Einstein e Freud). In: FREUD, S. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas completas de Sigmund Freud**. v. XXII. Tradução de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 205-220.

_____. (1937). Análise terminável e interminável. In: FREUD, S. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas completas de Sigmund Freud**. v. XXIII. Tradução de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 229-266.

FUKS, L. B. **Narcisismo e vínculos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.

GARCIA-ROZA, L. A. A pesquisa acadêmica em psicanálise. In: **Anuário Brasileiro de Psicanálise**. Cidade: Relume Dumará, 1993, p. 118-121.

_____. **Freud e o inconsciente**. 24 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2009.

GOMES, I. C.; LEVY, L. (2011). Relações amorosas: rupturas e elaborações. **Revista Tempo psicanalítico**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 1, p. 45-57, jun. 2011. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-48382011000100003>. Acesso em: 10 nov. 2015.

GOMES, I. C.; LEVY, L. **Atendimento psicanalítico de casal**. São Paulo: Zagodoni, 2013.

HADDAD, G. **Amor e fidelidade**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2014.

HERZOG, R. **Relações amorosas e encontro impossível**. YouTube, Café Filosófico, 2009, 1h21m02s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4kyC_xT9ryg>. Acesso em: 10 out. 2015.

IACONELLI, V. **Sobre o desamparo**. YouTube, Os psicanalistas e suas análises, 2016, 9m27s. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=RWkEPnwum->>. Acesso em: 7 ago. 2016.

JONES, E. **A vida e a obra de Sigmund Freud**, v. 2. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1989.

_____. Prefácio. In: KLEIN, M. et al. **Os progressos da psicanálise**. 3 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1982, p. 7-8.

KAËS, R. **As alianças inconscientes**. São Paulo: Ideias e Letras, 2014.

_____. **Um singular plural: a psicanálise à prova do grupo**. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

KEHL, M. R. Melancolia e criação. In: KEHL, M. R. (Org.). **Luto e melancolia: Sigmund Freud**. São Paulo: Cosac Naify, 2011, p. 9-31.

KEHL, M. R. **Aceleração e Depressão**. YouTube, Café Filosófico, 2009, 1h26m58s. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=gGjPmVTliC>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

KLEIN, M. et al. **Os progressos da psicanálise**. 3 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1982.

KOLTAI, C. **Utopia do amor perfeito**. YouTube, Café Filosófico, 2014, 1h34m33s. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=zTYRmSrKqSU>>. Acesso em: 10 out. 2015.

KOVÁCS, M. J. **Morte e desenvolvimento humano**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1992.

KRISTEVA, J. **Histórias de amor**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J. **Vocabulário de psicanálise**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

LEBRUN, J. P. **As cores do Édipo contemporâneo: mal-estar na subjetivação**. Celso Cândido de Azumbuja, 2012, 1h58m13s. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=86c2ZyHCP>>. Acesso em: 22 jan. 2016.

LEJARRAGA, A. L. **Paixão e ternura**: um estudo sobre a noção do amor na obra freudiana. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

LEMONS, A. E. T. et al. Síndrome do coração partido (síndrome de Takotsubo). **Arquivos Brasileiros de Cardiologia**, São Paulo, v. 90, n. 1, jan. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0066-782X2008000100011>. Acesso em: 12 out. 2014.

LEVINSKY, R. B. Amores reais e virtuais: estamos falando da mesma coisa? In: LEVINSKY, R. B.; GOMES, I. C.; FERNANDES, M. I. A. (Orgs.). **Diálogos psicanalíticos sobre família e casal**: as vicissitudes da família atual. São Paulo: Zagodoni Editora, 2014, p. 51-70.

LEVY, L. A resistência na clínica com casais. In: GOMES, I. C.; LEVY, L. **Atendimento psicanalítico de casal**. São Paulo: Zagodoni, 2013, p. 29-42.

LIBERMAN, D. Identificação projetiva e conflito conjugal. In: SLUZKI, C. E. (Org.). **Psicopatologia e Psicoterapia do casal**. São Paulo: Editora Psy II, 1994, p. 11-33.

MABILDE, L. C. Conceitos psicanalíticos freudianos fundamentais. In: EIZIRIK, C. L.; AGUIAR, R. W.; SHESTATSKY, S. C. **Psicoterapia de orientação analítica**. Porto Alegre: Artmed, 2005, p. 73-83.

MADUENHO, A. A. M. O legado intersubjetivo de Freud: algumas considerações sobre o conceito de identificação e objeto. **Revista Psychê**, São Paulo, ano X, n. 19, p. 13-32, set./dez. 2006. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psyche/v10n19/v10n19a02.pdf>>. Acesso em: 14 fev. 2017.

MÃE, V. H. **O paraíso são os outros**. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

MAGALHÃES, A. S.; FÉRES-CARNEIRO, T.; GORIN, M.C. Construção da demanda em terapia de casal: “cuidar de nós, cuidar de ti e cuidar de si”. In: GOMES, I. C.; LEVY, L. **Atendimento psicanalítico de casal**. São Paulo: Zagodoni, 2013, p. 14-27.

MALDONADO, M. T. **Casamento, término e reconstrução**: o que acontece antes, durante e depois da separação. São Paulo: Saraiva, 2000.

MANDELBAUM, B. Transmissão transgeracional e a clínica vincular (Resenha). **Revista Brasileira de Psicanálise**, v. 41, n. 3, p. 175-179, 2007. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbp/v41n3/v41n3a16.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

MANDELBAUM, E. **Entrevista na íntegra** – natureza, cultura e contexto histórico – Enrique Mandelbaum #30. YouTube, Os psicanalistas e suas análises, 2016, 36m35s. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=W3pCB3F11qE>>. Acesso em: 10 out. 2016.

MENEZES, L. S. **Desamparo**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2012.

MEZAN, R. **A trama dos conceitos**. 5 ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.

_____. **Interfaces da psicanálise**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. **Tempo de muda**: ensaios de psicanálise. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MICHAELIS: Dicionário Escolar de Língua Portuguesa. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2008.

MICHAELIS: Moderno Dicionário da Língua Portuguesa. São Paulo: Melhoramentos, 1998.

MIGUELEZ, N. B. S. de. **Complexo de Édipo**. 2 ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2012.

MOGUILLANSKY, R. **Vínculo y relación de objeto**. Buenos Aires: Editorial Pemos, 1999.

MOGUILLANSKY, R.; NUSSBAUM, S. **Psicanálise vincular** – Teoria e clínica – Fundamentos teóricos e abordagem clínica do casal e da família. v. 1. São Paulo: Zagadoni Editora, 2011a.

_____. **Psicanálise vincular** – Teoria e clínica – Fundamentos teóricos e abordagem clínica do casal e da família. v. 2, São Paulo: Zagadoni Editora, 2011b.

MONTERO, R. **A louca da casa**. Rio de Janeiro: Agir, 2008.

NASIO, J. **O prazer de ler Freud**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1999.

OCARIZ, M. **O sintoma e a clínica psicanalítica**. São Paulo: Via Lettera, 2003.

PARISI, S. **Amor e separação** – reencontro com a alma feminina. São Paulo: Vetor, 2012.

PARKERS, C. M. **Luto**: estudos sobre a perda na vida adulta. São Paulo: Summus Editorial, 1998.

PASSOS, M. C. Intimidade: origem na família e repercussões na clínica. In: FÉRES-CARNEIRO, T. **Casal e família**: transmissão, conflito e violência. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2013, p. 129-140.

PERES, U. T. Uma ferida a sangrar-lhe a alma. In: KERL, M. R. (Org.). **Luto e melancolia**: Sigmund Freud. São Paulo: Cosac Naify, 2011, p. 101-138.

PICHON-RIVIÈRE, E. **Teoria do vínculo**. 6 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

PIVA, A. **Curso EAD psicanálise vincular**. Disponível em: <<https://www.institutocontemporaneo.com.br/site/curso/psicanalise-vincular-uma-introducao-159.html>>. Acesso em: 10 out. 2016.

PIVA, A. et al. Origens do conceito de Intersubjetividade: Uma trajetória entre a Filosofia e a Psicanálise Contemporânea. **Contemporânea - Psicanálise e Transdisciplinaridade**, Porto Alegre, n. 9, jan./jun., p. 71-91, 2010. Disponível em: <<http://www.revistacontemporanea.org.br/site/wp-content/artigos/artigo234.pdf>> Acesso em: 20 set. 2014.

PONSI, A. et al. **Os dois lados do espelho**: relato de uma experiência em psicanálise vincular. Porto Alegre: AGE, 2015.

PUGET J.; BERENSTEIN, I. **Psicanálise do casal**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

PUGET, J. Desvincularse como decisión – estar separado. **Vínculo**, São Paulo, v. 3, n. 3, p. 1-12, dez. 2006. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-24902006000300002>. Acesso em: 23 jan. 2017.

PUGET, J. Teoria de la técnica: qué, cómo, cuando, dónde, por qué, para qué, una clínica de pareja, de familia y de grupo. **Vínculo – Revista do NESME**, Porto Alegre, v. 2, n. 6, p. 113-146, 2009. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/1394/139422410002.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2014.

QUINODOZ, J. M. **Ler Freud**: guia de leitura da obra de Sigmund Freud. Porto Alegre: Artmed, 2007.

REZENDE, A. M. de. A investigação em psicanálise: exegese, hermenêutica e interpretação. In: SILVA, M. E. L. de. (Org). **Investigação e psicanálise**. Campinas: Papirus, 1993, p. 103-118.

RIVIERE, J. Introdução geral. In: KLEIN, M. et al. **Os progressos da psicanálise**. 3 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1982, p. 11-47.

ROSA, J. G. **Grande sertão**: veredas. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

ROUDINESCO, E. **A família em desordem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

ROUDINESCO, E.; PLON, M. **Dicionário de psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

SAINT-EXUPÉRY, A. de. **O pequeno príncipe**. Porto Alegre: L & PM, 2015.

SANTOS, K. D. dos. Bel-Ami e o mito do andrógino: o encontro com o outro. **Revista Lettres Françaises**, n. 13 (2), 2012. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/lettres/issue/view/462/showToc>>. Acesso em: 01 nov. 2016.

SCHABBEL, C. Relações familiares na separação conjugal: contribuições da mediação. **Psicologia teoria e prática** [online]. v. 7, n. 1, p. 13-20, 2005. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/scielo>>. Acesso em: 15 jul. 2015.

SEVERO, A. Comunicação: casais corrosivos e malditos. In: PONSI, A. et al. **Os dois lados do espelho: relato de uma experiência em psicanálise vincular**. Porto Alegre: AGE, 2015, p. 86-111.

_____. **Encontros & desencontros: a complexidade da vida a dois**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.

_____. **O suave mistério amoroso: psicanálise das configurações vinculares**. Porto Alegre: AGE, 2014.

SILVA, M. E. L. da. Pensar em psicanálise. In: SILVA, M. E. L. da. **Investigação e psicanálise**. Capinas: Papyrus, 1993, p. 11-26.

SLUZKI, C. E.; BLEICHMAR, H. O enfoque interativo em terapia de casais. In: SLUZKI, C. E. (Org.). **Psicopatologia e Psicoterapia do casal**. São Paulo: Editora Psy II, 1994, p. 71-77.

SOUZA, Y. S de. Até que a morte os separe – sobre a questão do ideal da indissolubilidade do casamento. In: CALLIGARIS, C. et al. **O laço conjugal**, 2 ed. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1999, p. 119-126.

SPIVACOW, M. La intervención vincular en el tratamiento psicoanalítico de pareja. **Revista Aperturas Psicoanalíticas**, n. 19, 2005. Disponível em: <<http://www.aperturas.org/revistas.php?n=023>>. Acesso em: 16 out. 2016.

TAVARES, L. A. T.; HASHIMOTO, F. Pesquisa teórica em psicanálise: das suas condições e possibilidades. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, 6 (2), p. 166-178, jul./dez. 2013. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/gerais/index.php/gerais/article/viewFile/308/283>>. Acesso em: 08 abr. 2015.

THORSTENSEN, S.; PENNACCHI, R. A indisponibilidade sexual da mulher como queixa conjugal. In: LEVISKY, R. B.; GOMES, I. C.; FERNANDES, M. I. A. (Orgs.). **Diálogos psicanalíticos sobre família e casal: as vicissitudes da família atual**. v. 2. São Paulo: Zagadoni Editora, 2014, p. 155-168.

TITAN, S. V. Relação conjugal e relação analítica. In: RAMOS, M. **Casal e família como paciente**. 2 ed. São Paulo: Editora Escuta, 1999, p. 13-50.

TUBINO, R. Espelho, espelho meu. In: PONSI, A. et al. **Os dois lados do espelho: relato de uma experiência em psicanálise vincular**. Porto Alegre: AGE, 2015, p. 19-39.

TURKENICZ, A. **A aventura do casal** – uma abordagem teórico-clínica. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

ZIMERMAN, D. E. **Fundamentos psicanalíticos**: teoria, técnica e clínica: uma abordagem didática. Porto Alegre: Artmed, 2007.

REFERÊNCIAS CONSULTADAS

ARENDT, H. **A Vida do Espírito**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

EIGUER, A. **O parentesco fantasmático**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1995.

_____. Desentendimento de casal e luta pelo reconhecimento. In: GOMES, I. C.; LEVY, L. **Atendimento psicanalítico de casal**. São Paulo: Zagodoni, 2013.

FAIRBAIN, W. R. D. **Estudos psicanalíticos da personalidade**. Rio de Janeiro: Interamericana, 1980.

FÉREZ-CARNEIRO, T. (Org.). **Casal e família**: conjugalidade, parentalidade e psicoterapia. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.

_____. (Org.). **Casal e família**: transmissão, conflito e violência. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2013.

GOMES, P. B. et al. **Vínculos amorosos contemporâneos**: psicodinâmica das novas estruturas familiares. São Paulo: Callis Editora, 2003.

KAËS, R. et al. **Transmissão da vida psíquica entre gerações**. São Paulo: Casa do Psicólogo. 2001.

KAËS, R. **O grupo e o sujeito do grupo**: elementos para uma terapia psicanalítica do grupo. São Paulo: Casa do Psicólogo. 1997.

KEHL, M. R. **Ressentimento**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2015.

LEVISKY, R. B.; GOMES, I. C.; FERNANDES, M. I. A. **Diálogos psicanalíticos sobre família e casal**: as vicissitudes da família atual. São Paulo: Zagadoni Editora, 2014.

MARCUSE, H. **Eros e civilização**. 6 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

MORAES, M. E. F. B. R. de. Superego conjugal como regulador ou propiciador da patologia. **Revista Ide**, Campinas, n. 36, p. 76-82, 2002.

PAULA, K de. **Atendimento psicanalítico das neuroses**. 1 ed. São Paulo: Zagadoni, 2015.

RAMOS, D. G. **A psique do coração**: uma leitura analítica do seu símbolo. São Paulo: Cultrix, 1990.

SOUZA, O. Uma visita ao amor e à conjugalidade na época de Freud. In: CONTARDO, C. et al. **O laço conjugal**. 2 ed. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1999, p. 25-40.